

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Simone Bochi Dorneles

**NO CAMINHO DE UM COLETIVO DE PESQUISA: A TRAJETÓRIA DOS
ATORES NO PROJETO FORTALECIMENTO DA VITIVINICULTURA DO VALE
DO JAGUARI**

**PORTO ALEGRE
2014**

Simone Bochi Dorneles

**NO CAMINHO DE UM COLETIVO DE PESQUISA: A TRAJETÓRIA DOS
ATORES NO PROJETO FORTALECIMENTO DA VITIVINICULTURA DO VALE
DO JAGUARI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Rural, como pré-requisito para a
obtenção do título de doutora em Desenvolvimento
Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Charão Marques

**Série PGDR – Tese n° 74
PORTO ALEGRE
2014**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Bochi Dorneles , Simone

No caminho de um coletivo de pesquisa: a trajetória dos atores no projeto fortalecimento da vitivinicultura do Vale do Jaguari / Simone Bochi Dorneles . -- 2014.
221 f.

Orientador: Flávia Charão Marques .

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Aprendizagem coletiva. 2. Construção do conhecimento. 3. Construcionismo social. 4. Regiões de aprendizagem. I. Charão Marques , Flávia , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Simone Bochi Dorneles

**NO CAMINHO DE UM COLETIVO DE PESQUISA: A TRAJETÓRIA DOS
ATORES NO PROJETO FORTALECIMENTO DA VITIVINICULTURA DO VALE
DO JAGUARI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Rural, como pré-requisito para a
obtenção do título de doutora em Desenvolvimento
Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Flávia Charão Marques (orientadora)
UFRGS

Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Solgio
UFRGS

Prof. Dr. Nelton Dresch
UFRGS

Prof. Dr. José Marcos Froehlich
UFSC

**PORTO ALEGRE
2014**

Dedico essa tese a vocês:
Meus pais, Cecy e Gilberto, fonte de vida,
inspiração e força.
Meus filhos, Estevan, Tarso e Otávio, razões
da minha existência.
Não existem palavras que expressem o amor que sinto por vocês!

AGRADECIMENTOS

Sempre ficava imaginando como escreveria essa página que registra as pessoas que foram especiais nessa etapa de minha vida, tão longa e breve ao mesmo tempo. Começo agradecendo ao princípio de tudo, à espiritualidade, pelos aprendizados nessa vida.

Agradeço à URI Santiago, início da trajetória como professora e pesquisadora e também ao Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul, por ter concedido o tempo para me dedicar ao doutorado, em especial, agradeço a direção de ensino.

Aos colegas de trabalho, especialmente aos amigos que atenciosamente concederam as informações e entrevistas. Agradeço aos colegas do Curso de Gestão Pública que cobriram as minhas ausências. Aos estudantes que atuaram no projeto e aos que estão na busca de formação, aprendendo e nos ensinando a cada encontro.

Aos agricultores que dedicaram atenção para uma ‘conversa’ e que me ensinaram sobre o valor do trabalho na terra e a conhecer o “mundo das uvas”.

Agradeço, especialmente, a minha orientadora Flávia Charão Marques, de quem recebi muito mais que orientação e conhecimentos para a construção da tese, recebi apoio, afago, compreensão e, sobretudo amizade.

Às minhas amigas: as de antes do doutorado - Rafa, Angelita, Raquel Beviláqua, Camila e Taíse, companheiras e apoiadoras nas horas mais difíceis e incertas que vivi nesse percurso; às que surgiram durante o doutorado, a ‘turma da padaria’, que tornaram mais leve as viagens e atividades, Ana Luísa, Ângela, Alessandra e Maristela. E ao Maycon, que acompanhou de perto essa turma.

Agradeço aos colegas da turma de 2010, aos professores, e funcionários pelos aprendizados e pela a convivência nos espaços do PGDR. Aos GEPAD pelos aprendizados nos encontros e discussões que foram fundamentais para muitas ideias que estão nessa tese.

Agradeço também a banca de professores pela leitura atenta e pelas contribuições.

Obrigada, por fim, para a minha família, meus filhos que mais uma vez compreenderam minhas ausências, meus pais que sempre estiveram ao meu lado, às minhas irmãs, Nádia e Luciana, não preciso dizer o quanto sou grata a vocês! E a meus irmãos Ricardo e Paulo, sempre na retaguarda.

MUITO OBRIGADA! Para todos que me auxiliaram de alguma forma!

RESUMO

Esta tese propõe uma reflexão sobre a abordagem de coletivos de pesquisa em processos relacionados ao desenvolvimento rural. Os coletivos são entendidos como comunidades de pesquisa em que diversos atores sociais interagem na geração do conhecimento, que transpõem barreiras físicas, institucionais, metodológicas e epistemológicas. O objetivo central desse estudo foi analisar as relações que se estabelecem entre os atores no Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura no Vale do Jaguari (PFV-VJ), identificando como podem contribuir para a estruturação de um Coletivo de Pesquisa para o desenvolvimento rural (CPDR). Para alcançá-los, os seguintes objetivos específicos foram perseguidos: a) Aprofundar aspectos teóricos sobre Coletivos de Pesquisa como uma contribuição aos estudos em Desenvolvimento Rural; b) Reconstruir a trajetória do projeto na perspectiva dos atores, analisando práticas e relações estabelecidas no âmbito do mesmo; c) Identificar os papéis dos participantes e sua inserção como atores sociais no contexto do projeto; d) Analisar as ações conjuntas dos atores, identificando se e como caracterizam um Coletivo de Pesquisa para o desenvolvimento rural no âmbito do projeto. A perspectiva orientada ao ator contribuiu para se chegar à compreensão das relações que se estabeleceram a partir do PFV-VJ, focando nos seus percalços, embates, dilemas, consensos e dissensos, especialmente, a partir das vivências que se estabeleceram entre os diversos mundos de vida dos atores envolvidos. Assim, ancorado pela perspectiva construcionista o método de investigação se inspirou na etnometodologia. Os ‘pesquisados’ foram os envolvidos no projeto: agricultores, professores, técnicos, estudantes, e um representante do SEBRAE. Foram entrevistados dois informantes chave da cooperativa, o presidente e o enólogo e cinco agricultores. Totalizando 22 entrevistas em profundidade. As técnicas de coleta de dados foram: a entrevista não estruturada, a observação participante e a pesquisa documental. A reconstituição do projeto possibilitou analisar como os atores sociais interagem nas interfaces e, a partir dela se propôs o CPDR. A reconstituição do projeto indicou, que os pontos mais delicados passam por questões institucionais, quer seja por parte do poder político, das estruturas de apoio ao conhecimento ou nas iniciativas locais de desenvolvimento. Fato que pode ser observado nas organizações dos agricultores, que não conseguem implementar uma gestão mais participativa, nas instituições de ensino que também são burocratizadas e presas à ciência tradicional, como nas organizações de assessoramento e gestão. Entre os participantes do projeto há a perspectiva forte da ciência acabada, desenvolvida pelos experts e colocada à comunidade de forma massificada. Nesse sentido, a proposta do CPDR resgata três elementos da proposta básica do Coletivo de Pesquisa: o primeiro é que sai dos muros dos espaços da ciência tradicional e avança no sentido de incluir mais atores (não apenas em termos de adição, mas no sentido da interação que se processa entre eles, que passa de uma atuação individual para uma ação articulada) e conquistar novos territórios, como, por exemplo, as cooperativas, associações ou as propriedades dos agricultores; o segundo, que valoriza o conhecimento tácito dos atores sociais, que ganha relevância nos espaços de construção coletiva favorecido pelas trocas significativas; e o terceiro, que estimula as trocas de informações e cria condições para que os resultados das pesquisas e atividades práticas sejam divulgados por meio das comunidades epistêmicas.

Palavras-chaves: Aprendizagem coletiva. Construção do conhecimento. Construcionismo social. Regiões de aprendizagem.

ABSTRACT

This thesis aims to propose an in depth consideration on the potential of Collective Research approach to processes related to rural development. These collectives are considered as research communities where different social actors interact generating knowledge, which overcomes physical, institutional, methodological and epistemological barriers. The central aim of this study was to analyse the relationships established between the actors taking part in the “Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari” (PFV- VJ), identifying how they can contribute to the development of a Collective Research for Rural Development (CPDR). To this end, the following specific objectives were pursued: a) Increasing knowledge of the theoretical aspects of Collectives Research as a contribution to studies in Rural Development ; b) Attempt to reconstruct the history of the project from the perspective of the actors, while analysing practices and established relationships within the same ; c) Identify the roles of the participants and their inclusion as social actors in the context of the project ; d) Analyse the joint actions of the actors, identifying whether and how they feature as a Collective Research for rural development under the project. The actor -oriented perspective contributed to improve the understanding of the relationships established from the PFV- VJ, focusing on their difficulties, struggles, dilemmas, consensus and dissent, especially, from the experiences that have established themselves among the various worlds of the actors involved. Thus, anchored in the constructionist perspective, the investigative method of choice in my research was inspired by ethnomethodology. Respondents were those involved in the project PFV-VJ: farmers, teachers, technicians, students, and a representative of SEBRAE. Also were interviewed two key informants from the Cooperative, its president, the oenologist and five farmers. In total 22 in-depth interviews were carried out. The data collection techniques were: unstructured interview, participant observation and documentary research. The project reconstruction allowed me to analyse how social actors interact at interfaces, and based on that, a proposal for the CPDR was created. The reconstruction of the project indicated that the most sensitive points go through institutional issues, either by political power, or structures supporting knowledge, or local development initiatives. This fact can be observed in organizations of farmers, who fail to implement a more participatory management, and also in educational institutions that are too bureaucratic and attached to traditional science, such as advisory and management organizations. Among the participants of the project there is a strong perception of finished science, developed by experts and made mainstream. In this sense , what is proposed by CPDR rescues three elements of the Collective Research basic proposal: the first is to come out of the walls of the traditional science and progresses towards including more actors (not only in terms of adding numbers, but in the sense of generating more interaction among them, moving from an individual performance to an coordinated action) and to conquer new territories, for example, cooperatives, associations or small holding farmers; the second, which values the tacit knowledge of the social actors, which becomes relevant in the spaces of collective construction favoured by significant interchanges; and third, that stimulates the exchange of information and creates conditions so that the results of research and practical activities are disseminated through epistemic communities.

Keywords: Collective learning. Construction of knowledge. Social constructionism. Learning Regions.

A uva e o vinho

Um homem dos vinhedos falou, em agonia,
junto ao ouvido de Marcela.

Antes de morrer, revelou a ela o segredo:

-A uva- sussurrou- é feita de vinho.

Marcela Pérez-Silva me contou isso, e eu pensei:

Se a uva é feita de vinho,

talvez a gente seja as palavras que contam o que a gente é.

Eduardo Galeano (2012)

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Cursos e número de alunos do Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul/ 2013	30
Quadro 02	Vinícolas ligadas à APROVIJA	41
Quadro 03	Modos de produção de conhecimento	74
Quadro 04	Debilidades e fortalezas levantadas pelos atores sociais	87
Quadro 05	Encaminhamentos definidos pelo grupo de agricultores	88
Quadro 06	Afastamento e aproximações das características encontradas no PFV-VJ e as propostas no CPDR	166
Quadro 07	Relações entre atores encontradas no PFV-VJ e as propostas no CPDR	181
Quadro 08	Modos de construção do conhecimento no CPDR e no PFV-VJ	195

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa com os Institutos Federais do Rio Grande do Sul	28
Figura 02	Evolução do Núcleo Tecnológico do Chapadão	39
Figura 03	Vista aérea da Cooperativa Agrária São José (à esquerda) e ponto de comercialização da Cantina Dalla Valle localizada no 1º distrito de Jaguari (à direita)	42
Figura 04	Ponto de comercialização da Cantina Don Vergílio localizada no Chapadão (à esquerda) Cantina Minuzzi localizada no 1º distrito de Jaguari (à direita).....	42
Figura 05	Agroindústria ‘Sucos Naturalle’ localizada no Chapadão	42
Figura 06	Logomarca da APROVIJA	43
Figura 07	Do conhecimento tácito ao explícito	66
Figura 08	Modelos de relação entre governo, indústria e academia até chegar à Hélice Tríplice, modelo estadista, modelo <i>laissez-faire</i> e modelo da Hélice Tríplice	76
Figura 09	Modelo conceitual da região rural de aprendizagem e inovação	79
Figura 10	Evolução do modelo conceitual da região rural de aprendizagem e inovação	81
Figura 11	Jantar II Seminário de Vitivinicultura, Jaguari, outubro de 2012	95
Figura 12	Espaço destinado a APROVIJA na FEISMA, Santa Maria, 2012 ...	96
Figura 13	<i>Stands</i> das vinícolas Dalla Valle e Don Vergílio na FEISMA, Santa Maria, 2012	96
Figura 14	<i>Stands</i> das vinícolas Minuzzi e Vinhos Jaguari na FEISMA 2012 Santa Maria, 2012	97
Figura 15	Notícia obtida no site da CNPUV sobre o Centro Mesorregional da Vitivinicultura de Jaguari	110
Figura 16	A arena do PFV-VJ com a representação da dinâmica das relações entre os atores sociais	151
Figura 17	Seqüência de construção da proposta do Coletivo de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural (CPDR).....	155
Figura 18	Mapa de apoio e facilitação para a aprendizagem conjunta e inovação no PFV-VJ	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Produção de uva área colhida dos municípios RS e SC	191
Tabela 02	Área colhida de uva nos municípios vizinhos de Jaguari/RS	192
Tabela 03	Área colhida de uva nos municípios do ProGoethe/SC	192

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROVIJA	Associação de Produtores de Vinho e Derivados da Uva do Vale do Jaguari
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CEFETSVS	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica São Vicente do Sul
CMV	Centro Mesorregional da Vitivinicultura de Jaguari
CNPUV	Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho
CTK	<i>Colletive Tacit Knowledge</i>
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
C&T	Ciência e Tecnologia
EMA	Escola Municipal Agrícola
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FECOBAT	Feira Estadual de Comércio da Batata-doce
IE	Instituições de ensino
IFFarroupilha	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFFar - SVS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – campus São Vicente do Sul
IG	Indicação Geográfica
IP	Indicação de Procedência
IGP	Indicação Geográfica de Procedência
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIN	Ministério da Integração Nacional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
STK	<i>Somatic Tacit Knowledge</i>
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PFV-VJ	Projeto Fortalecimento da Viticultura do Vale do Jaguari
POA	Perspectiva Orientada ao Ator

PROEJA	Programa de Educação Continuada de Jovens e Adultos
TH	Hélice tríplice
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
URI Santiago	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões campus Santiago

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 O PONTO DE PARTIDA, ADENTRANDO NO PROBLEMA	16
1.2 CONTEXTUALIZANDO O RECORTE EMPÍRICO DA TESE	26
1.2.1 O Instituto Federal Farroupilha	27
1.2.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar	31
1.2.3 O Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari	35
1.2.4 APROVIJA	39
1.3 METODOLOGIA	44
1.4 A ESTRUTURA DA TESE	49
2 A TRILHA TEÓRICA EMPREENDIDA	51
2.1 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR: ELEMENTOS BÁSICOS	51
2.1.1 O conhecimento e a interface: uma visão construcionista	54
2.2 DO CONHECIMENTO À SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	57
2.2.1 Onde a ciência encontra o conhecimento	60
2.2.2 Conhecimento tácito: construído na/da prática	64
2.3 ENTENDENDO OS COLETIVOS DE PESQUISA	69
2.3.1 Diferentes modos de construção científica	73
2.3.2 Da Hélice Tríplice ao modelo conceitual da região rural de aprendizagem e inovação	75
3 RECONSTITUINDO O PERCURSO DO PROJETO FORTALECIMENTO DA VITIVINICULTURA DO VALE DO JAGUARI	83
3.1 UMA HISTÓRIA RECONTADA PELOS PARTICIPANTES E ATORES.....	83
3.1.1 O fortalecimento da APROVIJA	90
3.1.2 Visibilidade e controvérsia: outra parte da história	94
3.2 O CMV: “UM ELEFANTE BRANCO”	104
4 O PFV-VJ: UM PROJETO, MÚLTIPLOS ATORES	112
4.1 OS PARTICIPANTES DO PFV-VJ E SEUS PAPÉIS.....	112
4.1.1 Agricultores	113
4.1.2 Extensionistas	118
4.1.3 Professores	121
4.1.4 Estudantes	123

4.1.5 Prefeitura de Jaguari	126
4.1.6 Cooperativa Agrária São José	128
4.1.7 APROVIJA	132
4.1.8 SEBRAE	136
4.1.9 EMBRAPA/CNPUV.....	138
4.1.10 IFFar/SVS.....	140
4.2 O PFV-VJ: UMA POSSÍVEL ARENA	146
5 A BIFURCAÇÃO – A PERSPECTIVA DE OUTRO CAMINHO	152
5.1 O COLETIVO DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	153
5.2 A CONFIGURAÇÃO DE UM CPDR, UM DIÁLOGO A PARTIR DO PFV-VJ ...	156
5.3 COLETIVIZANDO A PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES ENTRE ATORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	167
5.4 ANÁLISE DA ESTRUTURA DE APOIO E FACILITAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM CONJUNTA E INOVAÇÃO NO PFV-VJ	182
5.5 MODO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NO PFV-VJ E NO CPDR ..	193
6 O (S) DESTINO(S): CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	207
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	219
ANEXO A- FOLDER DOS SEMINÁRIOS DA VITIVINICULTURA DO VALE DO JAGUARI	220

1 INTRODUÇÃO

Toda partida exige lançar-se ao desconhecido, ao novo, ao inusitado. As partidas sempre nos desacomodam, geram inquietação, desassossego e medo. De certa forma, são esses sentimentos que experimentamos quando iniciamos a aventura de um doutorado. Esse capítulo traz um pouco de tudo isso ao situar o leitor sobre o escopo da pesquisa. Ele está dividido em cinco partes: na primeira, chamada de “Ponto de Partida”, procura-se mostrar um pouco a trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora que levou à problematização proposta e elaboração desta tese. A seguir, na segunda parte, faz-se uma contextualização do Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura no Vale do Jaguari, campo de estudo para a proposição do Coletivo de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural. A terceira parte do capítulo inicial apresenta a constituição e objetivos dos Institutos de Educação Ciência e Tecnologia, em especial do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), proponente do projeto estudado, o qual é descrito inicialmente na quarta parte dessa introdução. Após, apresenta-se informações gerais sobre a Associação de Produtores de Vinho e derivados de Uva do Vale do Jaguari (APROVIJA) e sobre as vinícolas ligadas a ela e atores chaves no PFV-VJ. Na quarta seção, explana-se a estrutura metodológica da tese e, por fim, a organização dos demais capítulos.

1.1 O PONTO DE PARTIDA, ADENTRANDO NO PROBLEMA

A tese que se apresenta é resultado de uma caminhada pessoal e profissional. E o debate proposto sobre Coletivos de Pesquisa nos estudos sobre desenvolvimento rural é a convergência de algumas inquietações como ‘desejante’ de um desenvolvimento¹ idealizado.

Neste sentido, é importante dizer que o sentimento de pertencimento ao Vale do Jaguari² impulsionou a atuação em projetos que pudessem, de alguma forma, afetar

¹ De Vries (2010) argumenta que o aparato do desenvolvimento funciona como uma máquina que, por um lado, produz desejos e, por outro, frustra devido a seus dispositivos burocráticos e anti-políticos.

positivamente essa região. Acredita-se que as mudanças emergem do local e resultam da forma como a realidade é conformada nestes contextos. Sobretudo, acredita-se na capacidade que as pessoas têm de agir e de se organizar para modificar seu entorno e superar limitações impostas. Treze anos de trabalho na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Campus de Santiago) possibilitaram a atuação em projetos de intervenção para o desenvolvimento nas comunidades. Em 2008, no mesmo ano em que o Centro Profissional de Educação Profissional e Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET-SVS) passou a Instituto Federal de Educação, essa trajetória profissional começou a sofrer mudanças, especialmente pelo envolvimento na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que viria a orientar a transição de CEFET, instituição com características de atuação isolada, para Instituto Federal com características multicampi.

A criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETs) atende à necessidade da institucionalização definitiva da Educação Profissional e Tecnológica como política pública no Brasil. A proposta dos Institutos, criados pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, tem como elemento fundamental a complexidade da educação e da realidade regional. O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2008, p.21). Trata-se de um projeto que compreende a educação como elemento de transformação e de enriquecimento de conhecimentos capazes de modificar a vida social das comunidades regionais, a partir das pessoas que integram o tecido social. Perspectiva construída a partir do entendimento do conhecimento como elemento base para a transformação social.

A nova estrutura dos Institutos Federais busca romper com a lógica de formação de mão-de-obra para o mercado, que visa atender apenas aos anseios de uma sociedade capitalista. Em sua essência, estabelecida nas Diretrizes e Concepções, os Institutos concebem as pessoas como protagonistas da transformação e não como meros expectadores de ações pensadas e desenvolvidas por agentes externos. Deste modo, a proposta dos Institutos é

² Para situar melhor o Vale do Jaguari, aqui, pode-se considerar a divisão que estabelece o Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE, que é composto por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

colocá-los como dinamizadores de processos de transformação no e do local, o que veio ao encontro da perspectiva defendida anteriormente, ainda na URI Campus Santiago, quando se defendia o protagonismo dos atores locais como fundamental para a promoção de transformações, visualizando-se uma atuação integrada com potencial para contribuir com o desenvolvimento da região.

Os Institutos caracterizam-se por serem um modelo institucional considerado inovador em termos de proposta político-pedagógica, uma vez que possuem suas bases alicerçadas em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similares em outros países. É exatamente a possibilidade de uma construção institucional diferenciada que instiga a realização dessa tese. O novo é repleto de possibilidades e, enquanto política pública em implementação, pressupõe avanços e recuos em sua prática. São velhos hábitos que precisam ser revistos, novas perspectivas de diálogo que precisam ser vislumbradas. Uma nova perspectiva de fazer ciência parece se abrir com essa instituição que está começando.

No paradigma dominante, que preside a ciência moderna, a racionalidade científica é o modelo totalitário que nega outras formas de conhecimento, ou melhor, aquelas que não se pautam em seus princípios epistemológicos e regras metodológicas. Esse modelo é o mesmo que sobrepõe às ciências exatas e da natureza às ciências sociais (SANTOS, 2002). Segundo Bensaude-Vincent (2009), existe um novo paradigma de ciência em debate que visa romper com o paradigma da ciência descolada da realidade cotidiana e que ignora outras fontes de conhecimento. O novo pressupõe a participação do público na prática da ciência e da política, se baseia na perspectiva de que a ciência constitui apenas uma fração do capital de conhecimento em uma sociedade. Bensaude-Vincent (2009), que é uma das defensoras desse novo paradigma, propõe os “Coletivos de Pesquisa” a partir da noção de popularização da ciência. Os Coletivos de Pesquisa consistem em comunidades de pesquisa onde atores diversos interagem no desenvolvimento da ciência, transpondo barreiras físicas, institucionais, metodológicas e epistemológicas - conforme veremos mais detalhadamente no capítulo 2 desta tese.

Lembrando que a transição para uma sociedade do conhecimento envolve mais do que a presença de maior número de *experts* ou de aparelhos tecnológicos e mais especialistas; envolve a presença dos próprios processos de conhecimento. Nos termos escolhidos pela autora, envolve a presença de prática epistêmica, pois, na sociedade pós-industrial, o conhecimento não está limitado à ciência (KNORR-CETINA, 1999, p.177). Embora a

informação seja acessível por meio da tecnologia de informação e crie enormes oportunidades para o desenvolvimento econômico, apenas alguns países e regiões estão tirando proveito dela. Um nível mínimo de capacidade é necessário em educação, pesquisa governamental e instituições produtivas para transformar informação em conhecimento útil, e também para discernir que informações são úteis para resolver problemas específicos (KURAMOTO; SAGASTI, 2002, p. 216). Como aborda Lundwal (2001, p. 03), “o que está em jogo é a capacidade das pessoas, organizações, redes e regiões para aprender a lidar e utilizar todo o potencial disponível”.

Por outro lado, há um debate entre as concepções de “economia do conhecimento” e “economia do aprendizado”. Johnson e Lundvall (2005) argumentam que, diante de uma ampla gama de atividades econômicas, o que define o diferencial de uma região não é o estoque de conhecimento especializado, mas a capacidade que os indivíduos e instituições têm de renovar sua competência com mais rapidez. Assim, “a chave do sucesso está no rápido aprendizado e esquecimento (quando formas ultrapassadas de realizar atividades atrapalham o aprendizado de novas formas)” (JOHNSON; LUNDVALL, 2005, p. 86). O aprendizado ganhou maior abrangência nos debates econômicos, pois contempla a dialética entre aprendizado e conhecimento.

Assim, na economia do aprendizado a capacidade de aprender é crucial para o sucesso econômico, social e cultural das pessoas, regiões e nações. Com base nisso, existem diferentes caminhos de desenvolvimento e cada região tem de desenvolver sua própria estratégia, pois não existem receitas nem modelos prontos. Devem-se valorizar os conhecimentos construídos e a capacidade de utilizá-los de forma adequada às peculiaridades do local (JOHNSON; LUNDVALL, 2005, p. 84). “A ênfase em regiões inclui o respeito às particularidades regionais, exigindo soluções específicas que podem não se aplicar em outro lugar” (WIELINGA; ROEP; GEERLING-EIFF, 2009, p.04, tradução nossa).

Destarte, as regiões estão se tornando o ponto focal para a criação do conhecimento e aprendizagem e estão tomando a forma de regiões de aprendizagem que, “como o nome indica, funcionam como coletor e repositório de conhecimentos, e ideias subjazem a elas em um ambiente e infraestrutura que facilita o fluxo de conhecimento, ideias e aprendizagem” (FLORIDA, 1995, p. 528, tradução nossa).

Segundo Kuramoto e Sagasti (2002, p. 217), a capacidade de um país ou região para encontrar soluções eficazes aos seus problemas é apoiada por um ambiente institucional que

promova a criação, absorção, adoção e difusão do conhecimento, e que esse conhecimento também coincida com as necessidades e preferências da população. Nos países em desenvolvimento, essa capacidade de resolução de problemas e os arranjos institucionais de apoio devem considerar as soluções que foram criadas nos cenários locais em resposta aos problemas específicos.

O papel das instituições é preponderante nos projetos de intervenção, no entanto, a maioria delas ainda atua com foco no paradigma da modernidade. Como aborda Pérez (1998), entender o sentido das mudanças é um processo, outro, é vivê-las concretamente, no dia a dia, nos enfrentamentos das rotinas e dos hábitos. A autora lembra ainda, que as revoluções tecnológicas ocorridas nos últimos duzentos anos têm requerido uma profunda transformação no ambiente socioeconômico e no marco institucional, envolvendo papéis e modos de intervenção do Estado na sociedade e na economia e induzindo substanciais mudanças nos campos educativo, político, ideológico e cultural.

É neste contexto que o IFFar, campus São Vicente do Sul deve desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão, desafio que o modelo institucional anterior não exigia. Na busca do atendimento à lei, muitos projetos estão sendo desenvolvidos e um deles é o projeto de extensão Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari (a partir deste ponto, mencionado como PFV-VJ).

O acompanhamento desse projeto propiciou várias reflexões que culminam no estudo ora proposto. Especialmente, partindo da ideia de que o conhecimento é historicamente construído e que tanto pesquisadores como agricultores possuem seus próprios repertórios de conhecimento, mais ou menos restritos a seus domínios sociais. Ao focar o projeto da vitivinicultura, emergiram algumas inquietações iniciais, tais como: Como se estabelece a construção do conhecimento entre agricultores e a comunidade acadêmica? Como os agricultores e pesquisadores constroem conhecimentos? Que repertórios de conhecimento são mobilizados pelos atores e que novas possibilidades se configuram a partir dessa relação? Que elementos são necessários para que esses dois mundos diferentes dialoguem efetivamente?

Inquietações que começaram a ecoar mais fortes na medida em que o curso de doutorado foi avançando. À luz do estudo das teorias do desenvolvimento, o debate sobre a importância dos diferentes olhares e perspectivas sobre o desenvolvimento rural, cada vez mais, alimentaram a noção de que era preciso buscar abordagens que abarcassem o papel das

instituições educacionais nesse processo. Em outras palavras, se as abordagens e práticas educacionais contribuíram definitivamente como difusoras do chamado modelo da revolução verde³, amplia-se conseguinte, a necessidade de aprofundar análises críticas sem, no entanto, perder uma perspectiva propositiva.

Nesse sentido, Caporal (2009, p. 02) alerta que nas últimas décadas "fomos estimulados e orientados, formalmente, em nossas escolas e faculdades, a associar-nos a uma linha de pensamento linear e cartesiano que pretendia ser a única via possível para o desenvolvimento rural e agrícola". O modelo de agricultura difundido a partir da revolução verde foi pautado na exploração dos recursos naturais e humanos, na valorização excessiva do conhecimento científico e no desprezo dos saberes dos agricultores.

Esse modelo de desenvolvimento sofreu desgaste, pois, segundo Escobar (2010), o sonho da modernidade não foi cumprido, o que levou à crise do projeto neoliberal e à crise da modernidade. A esse respeito, Santos (2002, p. 23, grifo do autor) argumenta que não faltam situações ou condições que nos levem ao desconforto ou à indignação e ao inconformismo: "basta rever até que ponto as grandes promessas da modernidade permanecem *incumpridas* ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos". O modelo não incorporou a preocupação ambiental, partindo do princípio de que os recursos naturais são inesgotáveis; ou, como abordam Goodmann *et al.* (1990), supondo que eles poderiam ser facilmente reproduzidos em laboratórios com base na evolução científica e tecnológica.

O modelo modernizante é baseado na ontologia moderna onde os construtos básicos podiam ser sintetizados nas seguintes dicotomias: primazia dos humanos sobre os não humanos; separação da cultura e natureza; alguns humanos sobre os outros; autonomia individual separada da comunitária; crença do conhecimento objetivo/razão e validade de um só tipo de conhecimento; economia independente da prática social; mercado como entidade auto-regulada fora das relações sociais (ESCOBAR, 2010).

Neste contexto, emerge o desafio que está colocado para os Institutos Federais, considerando a necessidade de promover um redesenho capaz de superar as práticas ultrapassadas e atreladas a uma perspectiva modernizadora. Para que as diretrizes que

³ Revolução verde: período da história da agricultura mundial (1940-1980) onde os países "desenvolvidos" determinavam o modelo de desenvolvimento aos países "subdesenvolvidos". Era baseado na difusão de pacotes tecnológicos produzidos por eles, que implicavam a utilização de sementes melhoradas, insumos químicos, mecanização sofisticada, sistemas de irrigação e a monocultura (GUIVANT, 1997).

fundamentam a atuação dos Institutos possam ser realizadas, faz-se necessário rever a atuação disciplinar, a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão⁴ e, destacadamente, reconhecer que não existe a supremacia do conhecimento científico sobre os demais conhecimentos. Para o estudo proposto, considera-se o conhecimento a partir de uma perspectiva construcionista⁵, onde o mesmo se constrói a partir da realidade social, consistindo na forma como as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado às suas experiências (ARCE; LONG,1992).

Deste modo, passou-se a perseguir um caminho de busca de alternativas para uma nova forma de atuação. Nesse processo, o trabalho de Stuver (2008)⁶ foi a chave para abrir as portas para a abordagem dos Coletivos de Pesquisa. A ideia das comunidades de pesquisa, atrelada a uma concepção de ciência construída de baixo para cima, transpondo os muros e amarras institucionais, há muito rondava-nos. Tal discussão emerge no debate sobre a pesquisa e a inovação no setor público, como uma alternativa integradora entre empresas, órgãos de pesquisa e universidades. Assim, a intenção desta tese é trazer este debate como uma contribuição para os estudos sobre desenvolvimento rural.

Esse desafio está latente em vários estudos realizados como, por exemplo, os de Guivant (1992), Alves (2008), Stuver (2008), Marques (2009), entre outros. No momento em que se pensam alternativas, urge debater sobre maneiras de ampliar a participação dos agricultores no desenvolvimento da pesquisa, com maior autonomia e envolvimento em todas as etapas do processo. Acredita-se que esta é uma proposta enriquecedora para todos os atores envolvidos, para os pesquisadores por meio de uma atuação mais comprometida com as comunidades, pois a pesquisa coletiva traduz-se numa caminhada onde há a valorização do

⁴Entende-se que esses elementos se sobrepõem, não podendo ser tratados com fronteiras estanques e bem definidas.

⁵É importante esclarecer a diferença entre o Construcionismo, que procura dar conta das construções que os indivíduos elaboram coletivamente, e o Construtivismo, que trata da construção das estruturas cognitivas que o indivíduo elabora no decorrer do seu desenvolvimento (ARENDETT, 2003).

⁶ O curso de verão, promovido pelo PGDR, com a pesquisadora do Instituto Alterra da Universidade de Wageningen, Marian Stuver (*Entendendo a inovação e a transição em direção a sistemas alimentares sustentáveis: o novo papel do governo e da ciência*), em janeiro de 2011 (Porto Alegre), foi relevante para a construção deste trabalho de tese, na medida em que a realização do curso despertou um olhar sobre a possibilidade de atuação institucional integrada, na qual, projetos são discutidos sob um marco multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e, sobretudo, com a atuação efetiva dos agricultores.

processo de pesquisa. Na abordagem de Knorr-Cetina (2001), como o processo de pesquisa é desenvolvido, muitas vezes, é mais relevante do que o produto.

Nesse sentido, Santos (2002) defende um paradigma que não seja apenas um paradigma científico (conhecimento prudente), mas que seja um paradigma social também (paradigma de uma vida decente). Trata-se de uma concepção democrática e emancipadora que rompe com a ideia de sujeito epistêmico e sujeito empírico, uma característica do atual paradigma (GOMES; ROSENSTEIN, 2000).

A atuação em um processo dialógico, que subjaz à ideia dos Coletivos de Pesquisa, envolvendo atores sociais de forma comprometida, leva a uma formação/transformação em todos os envolvidos, alunos, docentes/pesquisadores, agricultores e técnicos. Ao contrário do que era esperado pela ciência tradicional, “trabalhar no contexto de aplicação aumenta a sensibilidade dos cientistas e tecnólogos ante as mais amplas implicações do que estão fazendo” (GIBBONS *et al.*, 2011, p. 07).

Nesse sentido, Guivant (1997) argumenta que é necessário repensar o papel de agricultores e profissionais agrícolas tanto na pesquisa quanto na extensão rural, especialmente no sentido de revalorizar as capacidades e prioridades dos agricultores, envolvendo-os como protagonistas em todas as fases do desenvolvimento, valorizando os conhecimentos locais, pois são elementos chaves na formulação de alternativas produtivas sustentáveis. Ainda na década de 1990, a autora lembra que já emergia um debate estimulante entre perspectivas diferenciadas na abordagem sobre o conhecimento local, as relações entre este e o conhecimento científico-técnico e o papel dos agricultores enquanto atores sociais.

A análise de como se estabelecem as relações entre os atores pode auxiliar a visibilização de trocas enriquecedoras, construções coletivas, aprendizados, aspectos favoráveis, como também, pode descortinar os impasses, dilemas e empecilhos que dificultam as interações. Deste modo, podem surgir novos caminhos na busca pelo desenvolvimento e na valorização do conhecimento, em especial, para que os Institutos Federais possam aprimorar sua atuação junto aos agricultores, contribuindo para um ambiente inovador, por meio de coletivos de investigação. Subjacente à proposta, existe a perspectiva de desmistificação da ciência através do estudo das práticas científicas e do conhecimento cotidiano, partindo-se do pressuposto instigado por Long (2007) de que se deve manter uma postura contra o tratamento da ciência e do conhecimento cotidiano como ontologicamente diferentes.

Nessa complementaridade, ambiciona-se por meio da presente tese fornecer subsídios que propiciem um debate sobre a redução do fosso crescente entre os cientistas e o público, decorrente da especialização inevitável da investigação científica e da formalização dos discursos científicos (BENSAUDE-VINCENT, 2009). Como aborda Long (2007, p. 313, *grifo do autor*), “o conhecimento cotidiano prático pode enriquecer a *ciência* e melhorar as práticas do desenvolvimento”. Isto exige uma reavaliação da ciência em seu processo de construção, pois, apesar das interações entre ciência, tecnologia e produção serem apresentadas de forma linear, elas usualmente não seguem esse caminho. Existem sobreposições substanciais entre estas três esferas e elas se reforçam mutuamente, não podendo ser consideradas separadamente (KURAMOTO; SAGASTI, 2002).

O PFV-VJ reúne características importantes para um fértil campo de estudos sobre os Coletivos de Pesquisa e as relações entre os atores em um projeto de intervenção, uma vez que pode ser visto como atores sociais interagindo e buscando, num processo de inovação, a construção de pontes entre mundos de vida diversos.

O projeto teve início no ano de 2010 quando o IFFar campus de São Vicente do Sul, após diálogo com alguns agricultores, começou a encaminhar tratativas para reativar junto ao Ministério da Integração Nacional, o projeto “Estratégias para o desenvolvimento sustentável da vitivinicultura no Arco Sul, da faixa de fronteira e das Mesorregiões⁷ da Metade sul do RS e Grande Fronteira do Mercosul: revitalização do Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari”.

Como uma ação oriunda do mesmo, foi criada em maio de 2010, a Associação de Produtores de Vinho e derivados de Uva do Vale do Jaguari (APROVIJA), com a intenção de fortalecer o setor vitivinícola e melhorar a sua competitividade. A ideia de organizar a associação nasceu da necessidade identificada pelos próprios agricultores de empreender esforços coletivos para um tratamento diferenciado dessa cadeia produtiva. O Campus São Vicente do Sul, dentro de suas atividades de apoio às cadeias produtivas da região, foi articulador e vem sendo um parceiro da associação por meio do PFV-VJ. A associação conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Jaguari, do Escritório Municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) em Jaguari, do - Serviço Brasileiro de

⁷ Mesorregião constitui uma subdivisão dos estados brasileiros composta por municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. No Rio Grande do Sul são sete, as quais apresentam subdivisões em microrregiões.

Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RS), do Comitê Gestor do Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA (Unidade de pesquisa da uva e do vinho), além do IFFar Campus São Vicente do Sul.

O contexto do PFV-VJ será detalhado em seguida, todavia, neste momento é importante pontuar que a proximidade com o projeto levou a perceber relações entre os atores que parecem indicar práticas emergentes relacionadas a processos de aprendizagem regional e de inovação. Com isso, um dos pressupostos que leva à proposta desta tese é de que é necessário descortinar como tais atores dialogam, negociam e atuam para que as ações do projeto possam ser empreendidas. Do mesmo modo, averiguar se há um processo de revisão de práticas, de conhecimentos, de novas combinações, rejeições e de adaptações, em outras palavras, de co-criação do conhecimento entre os vários envolvidos com o projeto.

Neste sentido, a Perspectiva Orientada ao Ator (POA) inspira a busca de explicações que transcendam aquelas puramente estruturais e institucionais e, concomitantemente, pode indicar um caminho teórico-metodológico que tenha foco em como as respostas dos diferentes atores e estruturas do conhecimento são construídos e reconstruídos com base em seus encontros nas interfaces⁸ em curso, nas lutas e segregações (LONG, 1999, p. 01).

Conforme Long (2007), para uma análise eficaz da criação e da transformação do conhecimento é necessário a apreciação de como as pessoas - sejam agricultores, burocratas ou cientistas - constroem pontes e manejam as interfaces críticas de conhecimento que constituem os pontos de interseção entre os diversos mundos de vida. Requer-se assim, prestar atenção às práticas da vida social cotidiana, envolvendo as estratégias, manobras, discursos e lutas pelos significados e identidades que ocorrem entre os atores, já que somente dessa maneira se pode detalhar as complexidades de como o conhecimento se integra, exterioriza e se reconstrói pelos diferentes atores (BERGER; LUCKMANN, 1966, *apud* LONG, 2007, p.314)⁹.

⁸ A interface social consiste no ponto crítico entre os mundos de vida, campos sociais e níveis de organização social onde é mais provável localizar as discontinuidades oriundas das discrepâncias entre valores, interesses, conhecimento e poder. As interfaces são partes de processos contínuos de negociação, adaptação e transformação de significados (LONG, 2007, p.445-446).

⁹ BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality*. Nueva York: Doubleday, 1966.

Desse modo, de um lado toma-se emprestado de Bensaude-Vincent (2009) as ideias (e ideais) ligadas aos ‘Coletivos de Pesquisa’, como uma prática institucional capaz de criar espaço para a co-criação de conhecimento; de outro, a centralidade nos atores que oferece uma perspectiva na qual as interações dos agentes locais e dos pesquisadores são centrais para a produção de soluções mais aceitáveis e humanas, opondo-se à “supremacia” e aos “excessos” do desenvolvimento tecnológico e econômico moderno (LONG, 2007).

Assim, tomando a trajetória do projeto, esta tese pretende responder à seguinte questão central: Como as relações que se estabelecem entre os atores no Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari contribuem para a estruturação de um Coletivo de Pesquisa para o desenvolvimento rural?

Partindo da questão central de pesquisa, o **objetivo geral** do estudo foi analisar as relações que se estabelecem entre os atores no Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura no Vale do Jaguari, identificando como podem contribuir para a estruturação de um Coletivo de Pesquisa para o desenvolvimento rural. Para que tais objetivos fossem alcançados seguiu-se um caminho composto pelas seguintes etapas que se configuraram nos **objetivos específicos**:

- a) aprofundar aspectos teóricos sobre Coletivos de Pesquisa como uma contribuição aos estudos em Desenvolvimento Rural;
- b) reconstruir a trajetória do projeto na perspectiva dos atores, analisando práticas e relações estabelecidas no âmbito do mesmo;
- c) identificar os papéis dos participantes e sua inserção como atores sociais no contexto do projeto;
- d) analisar as ações conjuntas dos atores, identificando se e como caracterizam um Coletivo de Pesquisa para o desenvolvimento rural no âmbito do projeto.

1.2 CONTEXTUALIZANDO O RECORTE EMPÍRICO DA TESE

Essa seção tem por objetivo apresentar o contexto onde se desenvolveu a pesquisa, que, em última análise, se confunde com o próprio contexto de desenvolvimento do PFV-VJ. Assim, inicialmente, apresenta-se o Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul, bem como a caracterização da região onde o mesmo se insere, uma vez que configura o cenário onde a investigação sobre o PFV-VJ se desenrola. Considerando que a formação da

APROVIJA está diretamente relacionada ao projeto e às interações que dele emergem, ao final, são contextualizadas também as origens e características desta associação.

1.2.1 O Instituto Federal Farroupilha

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) é um dos 38 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do Brasil, os quais estão distribuídos em 354 *campi* em todo o território nacional. No Rio Grande do Sul, existem três Institutos, conforme é possível observar na Figura 01. Além do IFFar, existem o Instituto Federal Sul Riograndense, representado no mapa pela cor amarela, cuja reitoria está localizada no município de Pelotas; e o Instituto Federal Rio Grande do Sul, representado no mapa pela cor verde, com reitoria no município de Bento Gonçalves.

O IFFar é composto por oito *campi*, sendo que quatro já possuíam histórico de unidades educacionais como CEFETs ou Escolas Agrotécnicas Federais - Campus Alegrete, Campus Júlio de Castilhos, Campus Santo Augusto, Campus São Vicente do Sul - e quatro novas unidades educacionais implantadas a partir de 2009: Campus Panambi, Campus Santa Rosa e Campus São Borja. Em julho de 2012, o Instituto passou a contar com o Campus de Jaguari, antigo Núcleo Avançado Tecnológico de Jaguari, situado na localidade do Chapadão, que foi incluído na Fase III do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica, lançado em agosto de 2011 pelo Ministério da Educação; além do Campus de Santo Ângelo que entrará em funcionamento em 2014. A sede da Reitoria está localizada na cidade de Santa Maria, por indicação do MEC através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), visando garantir condições adequadas para a gestão institucional e a comunicação e integração entre os *campi*.

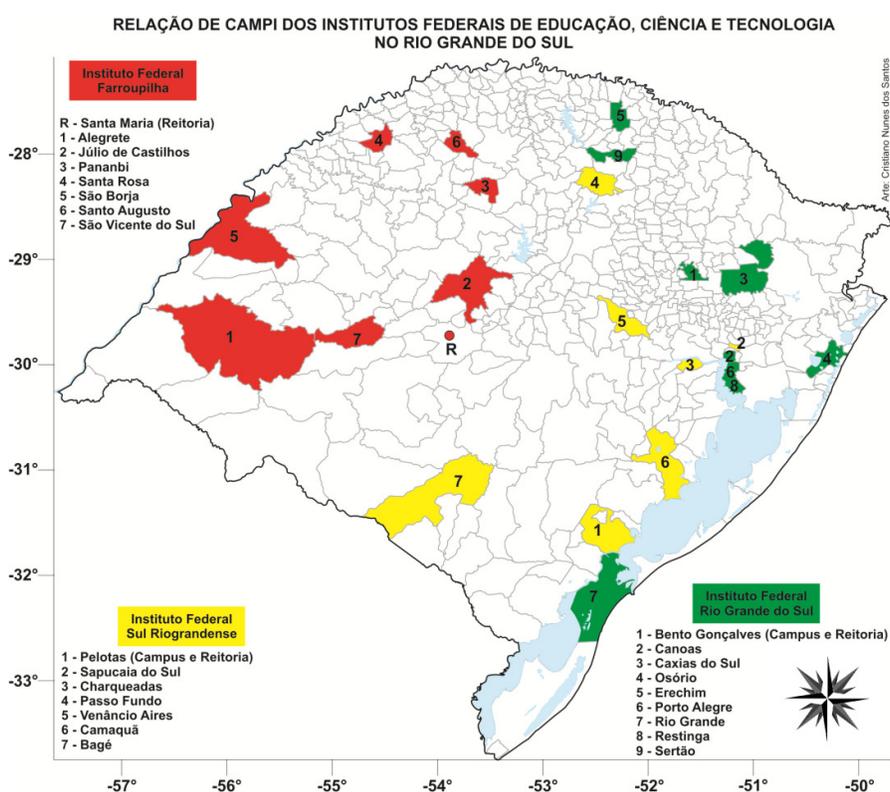
Os Institutos oferecem cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas)¹⁰ e graduações tecnológicas, oferecendo, ainda, especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (BRASIL, 2011).

¹⁰ Percentuais estabelecidos na Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008) que criou os Institutos Federais.

Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes delineiem suas trajetórias de formação em itinerários formativos que podem ir do curso técnico ao doutorado.

O desafio que se coloca a essas instituições é grande, pois as escolas técnicas por quase 100 anos preocuparam-se somente em formar profissionais para atender ao mercado de trabalho. No tocante ao meio rural, esse mercado é dominado pelas grandes propriedades e pelas multinacionais da área de alimentos e de insumos para o setor agropecuário.

Figura 01- Mapa com os Institutos Federais do Rio Grande do Sul



Fonte: BRASIL, 2008.

Tradicionalmente, as diretrizes que nortearam a atuação do ensino profissionalizante, primeiramente das escolas agrotécnicas e escolas vinculadas às Universidades, e, mais tarde, dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), estiveram focadas na formação de mão-de-obra para os setores tradicionais. Ao longo de histórias cinquentenárias e outras centenárias, pouco contribuíram para o desenvolvimento das localidades onde estão inseridas

para além da formação de mão-de-obra qualificada. Essa forma de atuação tem sido fortemente revista com a criação dos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia. As diretrizes dos Institutos trazem como elemento fundamental a inserção dos mesmos nas comunidades regionais, traduzindo o compromisso da educação profissional e tecnológica com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais.

Desde a criação dos Institutos, em 2009, até o ano de 2012 as antigas “escolas” praticamente duplicaram de tamanho, houve um ingresso significativo de docentes e de profissionais de nível técnico administrativo para atender ao processo de ampliação. Processo que continuou nos anos seguintes à implantação, o IFFar, entre os períodos de 2010 e 2012 teve uma ampliação de cerca de 80% em seu quadro de pessoal.

O Campus São Vicente do Sul possui 216 servidores, sendo 106 Técnicos administrativos, 91 docentes e temporários 19, e atende a 1710 alunos¹¹. Seguindo a política de verticalização, oferece cursos que perpassam desde a formação continuada de trabalhadores, por meio dos programas de educação continuada para jovens e adultos (PROEJA), em nível de ensino médio e fundamental, até cursos de especialização. O quadro 01 apresenta os cursos do Campus São Vicente do Sul com o respectivo número de alunos.

A implantação de novos cursos e a ampliação de vagas gerou impactos na região do Vale do Jaguari, em especial do município sede e pessoas que estavam há muito tempo esperando por uma oportunidade de formação puderam dispor de cursos de nível superior. No ano seguinte, em que passou a Instituto, foram oferecidos dois cursos superiores novos, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, representando de imediato, 100 novas vagas no ensino superior na região.

O Município de São Vicente do Sul, criado em 29/04/1876 (Lei nº. 1032), possui uma população total de 8.440 habitantes (IBGE, 2010), com uma área de 1.174,9 km² e densidade demográfica de 7,18 hab/km². O município está localizado na Depressão Central do RS¹² e limita-se ao norte com o Município de Jaguari; ao sul, com Cacequi; a leste, com São Pedro

¹¹ Dados administrativos obtidos junto a secretaria de registros escolares em outubro de 2013.

¹² Depressão Central compreende a Região geográfica localizada na parte centro do Rio Grande do Sul, entre o Planalto Médio e a Serra do Sudeste. É formada pelos principais municípios, Porto Alegre, Gravataí, Santa Maria, Guaíba, Taquari, Canoas, Cachoeira do Sul e ocupa uma área de 31.778 km² (<http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm>).

do Sul e Mata; e a oeste, com São Francisco de Assis e Alegrete. Sua população tem influência das etnias alemã, italiana, indígena e portuguesa.

São Vicente do Sul caracteriza-se por centralizar os acessos às demais cidades da fronteira gaúcha e por este motivo é conhecido como "Cancela da Fronteira". Apresenta-se como centro das rodovias RS 241 e BR 287, que liga São Borja a Rio Grande, facilitando o escoamento da produção. Em sua economia destacam-se o cultivo de arroz, seguido de soja, milho e os rebanhos de corte bovino e ovino. Apesar de não ter uma grande produção de batata-doce, é conhecida como a terra da batata-doce e anualmente é realizada a Feira Estadual de Comércio da Batata-doce (FECOBAT), sendo que em 2013 ocorreu a sua 24ª edição.

Quadro 01- Cursos e número de alunos do Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul/ 2013

CURSOS	Nº Alunos
Agropecuária – Integrado ao Ensino Médio	222
Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio	106
Ensino Médio	27
Técnico em Informática Concomitante	24
Técnico em Informática	72
Técnico em Agricultura	136
Técnico em Zootecnia	79
Técnico em Alimentos	19
Técnico em Secretariado	64
Proeja Vendas	10
Licenciatura em Ciências Biológicas	153
Licenciatura em Química	72
Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	99
Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem	34
Superior de Tecnologia em Gestão Pública	124
Pós Graduação em Políticas Públicas	25
Proeja fic	79
Técnico em secretaria de escola EaD	224
Pós Graduação em Produção Vegetal	04
Estágio	146
TOTAL	1710

Fonte: Secretaria de Registros Escolares do Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul/Dez. 2013.

Desta forma, a região onde o campus São Vicente do Sul se insere é essencialmente agrícola, marcada pela presença dos rebanhos bovino, ovino, caprino, equino, suíno e aves, que delineiam uma significativa produção de leite, lã, ovos, entre outros. Na produção agrícola regional, o destaque concentra-se na produção de arroz, feijão, fumo, milho, soja e cana-de-açúcar.

1.2.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar

Conforme mencionado, a atuação como docente desde o ano de 2008 no Campus São Vicente do Sul possibilitou o acompanhamento do processo de transição de CEFET para Instituto, coordenando, na oportunidade, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar. Nesse processo, onde todos eram ‘aprendentes’, houve a oportunidade de acompanhar os debates em torno de como se configuraria essa nova institucionalidade. O desafio de coordenar um processo de construção de um plano que iria guiar os rumos dos *campi* apresentou-se cheio de surpresas ao longo da construção. Arenas¹³ foram se desenhando, tendo sido possível observar os embates e conflitos das diferentes concepções de mundo, das distintas áreas de conhecimento, de mundos de vida diversos. Hoje, percebe-se que estes encontros foram definindo os contornos do Instituto Federal Farroupilha.

Um dos primeiros embates foi na definição da missão. Na ocasião, a inserção da palavra ‘desenvolvimento sustentável’ foi tema de uma tarde inteira de calorosos debates. Alguns acreditavam que a noção de sustentável não deveria fazer parte da missão, pois jamais chegar-se-ia a esse desenvolvimento. Os argumentos colocados apontavam para a necessidade de rever as práticas de 54 anos de história arraigadas nos *campi*. Havia manifestações do tipo: “Será que nossos colegas deixarão de aplicar os inseticidas e fungicidas nas lavouras?”; “Só sabem ensinar isso aos nossos alunos!”. Aqueles favoráveis à inclusão do termo

¹³ Arenas são situações sociais em que há concorrência sobre questões, recursos, valores e representações. São locais sociais e espaciais em que os atores se confrontam entre si, mobilizam relações sociais e desenvolvem meios discursivos e outros meios culturais para atingir fins específicos (LONG, 2007, p.125).

desenvolvimento sustentável¹⁴ acreditavam que, ao firmar um compromisso com as comunidades regionais na busca pela sustentabilidade, ele levaria a uma revisão das práticas. Assim, salientavam a importância de ter na missão esse compromisso para que paulatinamente as práticas fossem mudadas.

Como resultado do debate, a missão¹⁵ ficou assim definida: “Promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável” (PDI IFFar, 2009, p.05). E a visão do Instituto foi estabelecida como: “Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, como instituição promotora do desenvolvimento regional e sustentável” (PDI IFFar, 2009, p.05).

Na construção do PDI foi possível perceber perspectivas diferentes de ensino, de pesquisa e extensão. A diretriz dos Institutos elaborada pelo MEC trata da articulação entre as três funções, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O documento que orienta a criação dos Institutos estabelece, ainda, que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve direcionar os processos de formação pautados nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica. “São essas dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão” (MEC, 2008, p.09). O documento ainda salienta que a Educação Profissional e Tecnológica deve contribuir para o progresso socioeconômico, devendo essas políticas dialogar efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Com base no documento oficial destaca-se alguns objetivos da pesquisa no IFFar.

Proporcionar a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; estimular as atividades criadoras e estender seus benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político e ambiental; realizar e estimular a pesquisa aplicada à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade (PDI IFFar, 2009, p. 84-85).

¹⁴ Desenvolvimento sustentável, com base no conceito apresentado por Sachs (1993), aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

¹⁵ A Missão retrata a razão de existir da Instituição e a Visão refere-se a como deseja ser conhecida no futuro, é a imagem da instituição projetada para o futuro.

Cabe salientar que, nas diretrizes dos Institutos, é forte o discurso de priorização da pesquisa aplicada, evidenciando um posicionamento de rompimento com as práticas de pesquisa arraigadas nas universidades, quais sejam, aquelas compartimentalizadas pela orientação disciplinar. É importante destacar que no PDI foi expresso claramente que o IFFar não pactua com a divisão entre pesquisa básica e aplicada. Conforme reforça Fonseca (2007, p. 371, *grifo do autor*), “a divisão entre pesquisa básica e aplicada já não é mais sustentável nos dias de hoje. A percepção de uma *ciência pura* sempre foi uma reivindicação vista com cuidado pela Sociologia do Conhecimento Científico e que depois de Kuhn tem ainda mais dificuldades de sustentação”. Segundo o autor, a disseminação dessa concepção de ciência acarreta consequências para a formação dos pesquisadores, sendo necessário uma maior reflexão de como se dá a produção do conhecimento científico, reconhecendo que na atualidade ele não pode mais ser entendido de forma linear.

A concepção de extensão foi outro tema amplamente debatido nas reuniões de elaboração do PDI. Alguns colegas, vindos de instituições de assistência técnica e profissionalizantes como SEBRAE, SENAR ou EMATER, que traziam uma concepção de extensão de cunho difusionista, questionavam o fato de que, além das atividades de ensino e pesquisa, o IF deveria ainda ter a obrigatoriedade de dedicar-se à extensão. Entender o que significava, no âmbito dos Institutos, as atividades de extensão, consistiu-se então, outro ponto desafiante.

Os Institutos Federais, de acordo com a Lei 11.892, dentre as suas finalidades, devem desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e “orientar a sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação”. Abaixo, apresentam-se alguns dos objetivos da extensão.

Estimular e propiciar o ambiente necessário para o desenvolvimento de ações, envolvendo docentes, discentes e técnicos administrativos, constituindo-se assim a extensão como atividade indispensável à formação da comunidade acadêmica e de intercâmbio com a sociedade; estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; constituir a extensão como sistema aberto à sociedade, articulada e sensível aos seus problemas em nível local, regional e nacional, atenta às demandas sociais; criar condições para a participação crítica e a inserção do Instituto Federal Farroupilha nos projetos de desenvolvimento regional sustentável, bem como na elaboração das políticas públicas (PDI IFFar, 2009, p. 92-93).

No entanto, o que se observa na prática é que muitos profissionais seguem suas pesquisas de mestrado ou doutorado, nem sempre vinculadas às propostas de pesquisa e extensão do *campus* onde estão atuando. A aproximação com a comunidade local nem sempre é a intenção dos professores oriundos de programas de pós-graduação que se dedicam a pesquisas de seus interesses e não necessariamente vinculadas à realidade regional.

Os profissionais dessa nova instituição têm a sua frente o desafio de constituir suas práticas alinhadas às diretrizes dos Institutos, rompendo com algumas práticas de suas instituições de formação. Muitos são jovens docentes que realizaram toda a sua formação em um modelo de universidade que não atua de forma integrada às respectivas realidades regionais. Alguns entendem o desafio e buscam construir uma nova prática, outros, mais focados na continuidade de suas pesquisas, pouco se dedicam ao entendimento da realidade na qual suas instituições estão inseridas.

No caso do campus de São Vicente do Sul, muitos servidores residem em Santa Maria, cidade polo, distante 90 km. Os servidores deslocam-se diariamente direto ao campus que fica a 3 km da sede do município. Ainda, há um contingente de professores e técnicos que está há mais de 15 anos na Instituição e que constituíram suas práticas no extinto contexto da escola agrotécnica ou do CEFET. Tais práticas não tinham em primeiro plano o diálogo com a comunidade regional, esses profissionais dedicavam-se às atividades docentes e técnicas, sem envolvimento em projetos de pesquisa e/ou extensão. Obviamente, tais situações não são generalizadas, pois existem uma diversidade de projetos de pesquisa e extensão e distintos graus de aproximação com as comunidades regionais.

Outro desafio que se coloca para os docentes de forma mais específica é o currículo integrado, proposta que visa à formação integral do educando. É uma proposta onde as áreas precisam dialogar para desenvolver um trabalho efetivo. Nas diretrizes, estão as bases para realização desse processo e lidar com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar; significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo, e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos (BRASIL, 2008).

O processo de integração tem sido um dos principais motivos de conflito nas arenas onde se dão os embates entre profissionais de diferentes áreas. No tocante aos cursos da área rural, o Curso Técnico Integrado em Agropecuária tem sido espaço de disputas entre

profissionais de diversas áreas de formação, entre eles, agrônomos, zootecnistas, veterinários, administradores, licenciados em letras, matemática, física, química, história, geografia, sociologia, filosofia, entre outras. As discussões geralmente encontram momentos de impasse envolvendo questões como: quem deve integrar a quem?

A chamada área técnica¹⁶ geralmente adota uma postura de que as disciplinas da formação geral¹⁷ devem moldar-se à formação técnica, pouco contribuindo para que os profissionais da área agropecuária reflitam sobre suas práticas pedagógicas no processo de formação, atitude que irá impactar nas atividades de extensão e de pesquisa. Os projetos acontecem isolados em suas áreas específicas sem a articulação com as demais áreas do conhecimento. Um exemplo disso é o PFV-VJ que será analisado no presente estudo. Como detalhado na sequência, o projeto envolve uma variedade de atividades que poderiam abranger várias áreas do conhecimento, no entanto, envolve principalmente pesquisadores da área de gestão.

1.2.3 O Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari

O projeto, desenvolvido no Vale do Jaguari, surge a partir da busca, por parte do Campus São Vicente do Sul, do atendimento às diretrizes que definem que a atuação dos Institutos deve ser articulada com os arranjos produtivos locais. Outro motivo que levou à criação do projeto foi a passagem do Núcleo Avançado do Chapadão à propriedade do IFFar. Essa é uma trajetória que precisa ser compreendida dentro do contexto desse estudo, por isso, é relatada a seguir.

O Núcleo teve sua origem em 1954 quando a Prefeitura Municipal de Jaguari adquiriu uma área de 68 hectares de terras na localidade do Chapadão e doou ao Ministério da Agricultura para a construção das instalações do Posto Agropecuário. As obras do Posto Agropecuário foram concluídas em 1957, das quais se destacam: o prédio

¹⁶Essa expressão é bastante utilizada nos diálogos informais e nas reuniões, representam os profissionais que atuam nas áreas de formação específica dos cursos técnicos, por exemplo, área de gestão, informática ou agropecuária.

¹⁷As disciplinas de formação geral são as disciplinas que compõem o currículo do ensino médio, por exemplo, linguagens, ciências naturais, ciências humanas.

administrativo/escolar, dois galpões grandes que abrigavam oficinas de máquinas e depósitos.¹⁸

A inauguração do Posto Agropecuário, localizado no 1º distrito, Chapadão em Jaguari-RS, conforme registros¹⁹, representou um marco na história do município, surgindo a partir do empenho de lideranças municipais, que vislumbravam mudanças nas condições de vida para os trabalhadores rurais. No entanto, no período de 1957 a 1967 não foram encontrados registros de atividades desenvolvidas no local, sendo retomado a partir de 19 de maio de 1967, quando o Ministério da Agricultura transferiu o Posto Agropecuário de Jaguari para o Ministério da Educação, ficando assim, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) responsável pelo empreendimento, que passou a ser denominado Núcleo de Treinamento Agrícola.

No ano de 1969, iniciaram os cursos de treinamento e capacitação para os agricultores. Esses treinamentos duravam em torno de 11 meses, abrangendo, principalmente, os filhos de agricultores do município de Jaguari, os quais permaneciam na escola em sistema de internato. Com o advento da modernização da agricultura, em especial do cultivo da soja, nos anos 70, os cursos preparatórios foram direcionados para o manejo de máquinas e implementos agrícolas, para o preparo do solo, plantio e colheita de grãos. Outras qualificações também foram desenvolvidas: na área da saúde e pecuária (inseminação artificial em bovinos, gado leiteiro, suinocultura, apicultura, avicultura, fruticultura e olericultura). É nesse período que o Posto Agropecuário representou uma tentativa de reestruturação e incentivo ao setor agropecuário, vital para a economia do município.

O Núcleo de Treinamento Agrícola atendia, também, alunos vindos de outras cidades da região, inclusive com intercâmbio de alunos das áreas técnicas da UFSM. Também, em parceria, foram realizados treinamentos e encontros com outras entidades, tais como: sindicatos, cooperativas, EMATER, igrejas, escolas e prefeituras.

A partir de 1988, por meio de um convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria e a Prefeitura Municipal de Jaguari, foi inaugurada a Escola Municipal Agrícola (EMA), que atendia alunos de 5ª a 8ª séries em sistema de internato e semi-internato, tendo sua filosofia de ensino voltada para os aspectos do mundo rural. Os recursos para o

¹⁸ Os dados dessa seção foram obtidos de documentos e projetos do setor de extensão do IFFar/SVS.

¹⁹ Registros obtidos de diferentes fontes documentais, como projetos e documentos do setor de Extensão do IFFar SVS.

funcionamento das atividades da EMA provinham da prefeitura e de convênios com as prefeituras de Santiago e Nova Esperança do Sul. Além disso, contava com a contribuição dos pais e da receita do setor agropecuário.

A escola foi também um empreendimento participante da 'Rota de Turismo Rural Nostra Colônia', como ponto de referência para quem visitava Jaguari. A estrutura oferecia aos turistas um lugar para pousada, refeições e lazer.

No período compreendido entre 2005 e 2008, por meio de um convênio entre a Prefeitura de Jaguari e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões campus Santiago (URI Santiago), o Núcleo passou a ser gerido por esta universidade. Nesse período, foi criado o Programa de Apoio à Estruturação e Aprimoramento Tecnológico da Vitivinicultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul, através do Centro Mesorregional de Vitivinicultura do Vale do Jaguari (CMV), criado em 2006.

No ano de 2008, após longo período de tratativas, a Universidade Federal de Santa Maria, até então proprietária do imóvel, assinou documento transferindo este para o patrimônio do Instituto Federal Farroupilha. O referido ato foi registrado no dia 26 de agosto de 2009 em São Vicente do Sul. Entretanto, ainda havia o convênio de parceria firmado pela gestão municipal anterior entre UFSM, Prefeitura Municipal de Jaguari e a URI Santiago, onde a segunda era a responsável pela manutenção do Núcleo e a terceira pela condução de alguns projetos específicos. Esta relação teve fim no dia 26 de fevereiro de 2010, data limite prevista no referido documento.

O Núcleo possui uma área de 102 hectares, sendo que destes, 57 ha são formados por áreas cultiváveis, 30 ha de mata nativa, cinco são reservatórios artificiais de água, e 10 ha correspondem a áreas destinadas às construções.

Atualmente, o Núcleo possui uma unidade demonstrativa de cachaça e álcool e outra de uva e vinho coordenada pelo Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari (CMV). A primeira unidade encontra-se coordenada pela Empresa Limana Poliserviços Ltda, em convênio com a Universidade Regional Integrada – Campus de Santiago e Prefeitura Municipal de Jaguari. A unidade de Uva e Vinho compõe o Programa de Apoio à Estruturação e Aprimoramento Tecnológico da Vitivinicultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul, através do CMV. Esta unidade foi construída e teve a aquisição de máquinas e equipamentos para o processo de vinificação, elaboração de sucos, laboratório de análise de vinhos, através de recursos do Ministério da Integração Nacional. A mesma conforma

convênio entre Universidade Regional Integrada – Campus de Santiago, Fórum Mesosul²⁰, Prefeitura Municipal de Jaguari, Instituto Federal Rio Grande do Sul campus Bento Gonçalves e EMBRAPA Uva e Vinho (Bento Gonçalves).

Nesse contexto é que o Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari (PFV-VJ) teve início em 2010, quando o campus São Vicente do Sul começou um trabalho para reativar, junto ao Ministério da Integração Nacional, o projeto de “Estratégias para o desenvolvimento sustentável da vitivinicultura no Arco Sul, da faixa de fronteira e das Mesorregiões da Metade sul do RS e Grande Fronteira do Mercosul: Revitalização do Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari”. O projeto de revitalização previa recursos na ordem de R\$ 610.510,00 e foi encaminhado efetivamente em outubro de 2011.

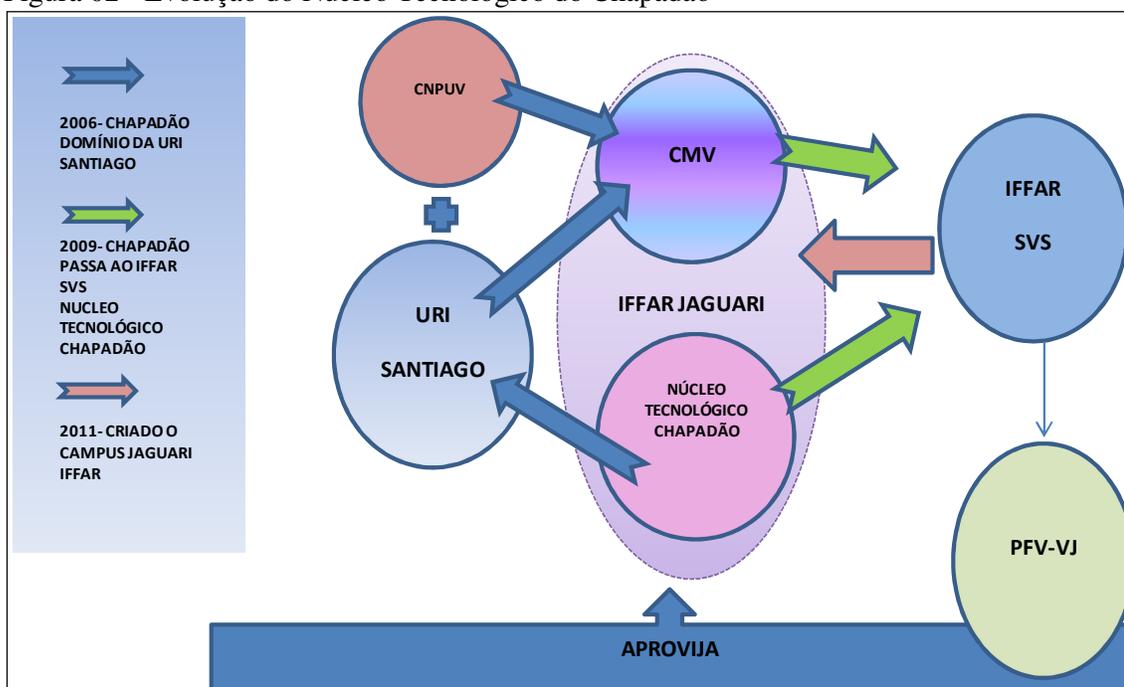
Nos anos de 2010 e 2011, foram feitas várias intervenções por meio de projetos de pesquisa e extensão ligados ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, auxiliando no fortalecimento do grupo e na organização da APROVIJA. Em 2011, foi realizado um diagnóstico sócio-econômico e gerencial dos produtores de uva e vinho de Jaguari-RS, quando foram identificados alguns fatores e problemas comuns aos agricultores, tais como: êxodo rural, abandono dos jovens do campo e diminuição dos associados da cooperativa, baixa qualificação de mão-de-obra, baixa escolaridade da população rural entre outras questões gerenciais das propriedades. A Figura 02 mostra a evolução do Núcleo Tecnológico do Chapadão até se tornar campus de Jaguari, bem como a relação do campus São Vicente do Sul e o PFV-VJ.

Cabe salientar que a economia do município de Jaguari baseia-se na produção de fumo, arroz, soja, produção de bovinos de corte, uva e cana-de-açúcar. O cultivo da uva tem menor participação na economia, contudo, é uma atividade tradicional que vem sendo passada de geração em geração. A área cultivada em 2012 foi de 138 hectares, tendo sido produzidas 1.518 toneladas, com um rendimento médio de 11.000 kg/ha, correspondendo a mais de dois milhões e duzentos mil de reais (IBGE, 2013).

²⁰ O Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul – Fórum Mesosul, foi criado em dezembro de 2001, e é composto por 33 instituições mesorregionais (instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil organizada), é oriundo da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. As Mesorregiões foram criadas a partir dos Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas sob a condução da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional no âmbito do Plano Plurianual - PPA 2004/2007 como parte da política de integração e desenvolvimento regional sustentável, de planos e programas regionais de desenvolvimento e estratégias de integração das economias regionais (ETGES, 2010).

A videira foi introduzida no município quando houve a colonização Italiana, por volta de 1888, sendo as variedades Isabel e a ‘Goethe’ as primeiras a serem produzidas no município. Apesar da forte identificação do município com o plantio da uva, Jaguari ainda apresenta baixa produção de vinho e problemas no produto final, se comparado, por exemplo, com a Serra Gaúcha. O Vale do Jaguari enfrenta ainda a concorrência dos vinhos chilenos e argentinos que entram na região devido à proximidade com a fronteira do Uruguai, onde vinhos importados de boa qualidade e baixo custo são comercializados livres de impostos de importação.

Figura 02 - Evolução do Núcleo Tecnológico do Chapadão



Fonte: construído pela autora

Esse contexto de dificuldades fez com que os agricultores buscassem, por meio de sua organização, alternativas coletivas para os problemas que até então enfrentavam individualmente. Nasce assim a APROVIJA.

1.2.4 APROVIJA

Associação dos produtores de Vinho e derivados da Uva do Vale do Jaguari – RS, fundada em 29 de junho de 2010, é composta por quatro vinícolas e uma agroindústria de

sucos. As vinícolas apresentam uma escala de produção semelhante, com exceção da Cooperativa Agrária São José, que apresenta mais tempo na atividade e por isso produz em maior escala. A média das pequenas propriedades é de vinte e quatro hectares, as variedades produzidas são ‘Goethe’, Bordô, Courdec, BRS Lorena, Niágara, Moscato Embrapa, Cabernet Sauvignon e Moscato Bailey (média de sete hectares de videiras).

As vinícolas que compõem a Associação possuem um histórico semelhante. A produção do vinho ou do suco de uva é mais recente em algumas, mas a experiência na produção de uvas vem sendo passada de geração a geração, como uma tradição familiar (APROVIJA, 2011). A seguir são apresentados os dados referentes aos membros da Associação, no Quadro 02, e as imagens das propriedades nas figuras de 03 a 05.

É possível identificar na proposta da APROVIJA características relacionadas àquilo que vem sendo designado como nova ruralidade, ou seja, há a agregação de atividades não-agrícolas distintas, buscando associar à produção e ao beneficiamento da uva as atividades de turismo e lazer. Como aborda Schneider (2003), o rural não se resume à atividade econômica agrícola, a ela foram incorporadas discussões sobre a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural, as tradições, entre outras. Além disso, a pluriatividade se desenvolve como uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores e tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico onde se situam.

Em sua constituição legal, os objetivos da associação foram construídos pelos agricultores e ficaram assim delineados:

- a) o desenvolvimento e incentivo à pesquisa vitivinícola, assim como a qualificação do produto vinícola e seus derivados;
- b) o desenvolvimento de ações que promovam a organização e preservação da microrregião dos municípios do Vale do Jaguari/RS, possibilitando estudos e agindo junto às autoridades competentes para a elaboração de Leis adequadas ao atendimento deste objetivo;
- c) o estímulo e a promoção do potencial turístico da região, bem como o aprimoramento sócio cultural dos associados, seus familiares e da comunidade;
- d) desenvolvimento de ações educacionais;
- e) preponderar pela uva ‘Goethe’ como emblemática do município de Jaguari/RS;
- f) preconizar produção de uva e de vinho de forma a não agredir o meio ambiente;

g) a preservação e proteção à indicação geográfica dos vinhos e derivados da região “Vale do Jaguarí”.

Quadro 02 - Vinícolas ligadas à APROVIJA

Empresa	Localidade	Elaboração vinho/suco Litros/ano	Produção uva Kg/ano	Produtos comercialização	Área Total da propriedade e área de vinhedos
Vinhos Minuzzi “Casa de Pedra” – ponto de venda	1º distrito de Jaguarí Ponto de comercialização na BR 287	Cabernet Sauvignon 1.000 Bordô-20.000 Branco-8.000 e Tinto -20.000	‘Goethe’ -20.000 Bordô-30.000 Lorena-2.000 Niágara-4.000 (venda <i>in natura</i>)	Vinhos Minuzzi, produtos coloniais produzidos na comunidade.	25 hectares 07 hectares em vinhedos
Vinhos Dalla Valle	1º distrito de Jaguarí Ponto de comercialização junto a BR 287	Tinto de mesa 66.000 Branco de mesa 11.000	‘Goethe’-6.130 Bordô -65.619 Courdec 13-11.100 Cabernet Sauvignon -7.282 Merlot-2.163 Niágara Rosa-9.256 Niágara Branca-1.100 Moscato-8.430 Isabel-2.513 Seibel-3.531	Vinhos Dalla Valle e produtos oriundos da propriedade, geleias, chimias, compotas, doces de corte, conservas, rapaduras, frutas cristalizadas, bombons e cestas decoradas para eventos.	17 hectares 9,5 hectares em vinhedos
Cooperativa Agrária São José	Jaguarí	Cabernet Sauvignon - 10.000 Branco-154.000 Tinto - 272.000	‘Goethe’-341.373 Bordô-244.668 Concord-6.256 Seibel-8.967 Isabel-3.900 Baile-5.250 Niágara-5.574 Lorena-853 Rubia-1.828 Cabernet Sauvignon - 14.280	Vinhos e sucos de uva (2012)	58 associados
Vinícola Don Vergílio.	Chapadão	‘Goethe’- 20.000 Bordô-25.000 Cabernet Sauvignon - 3.000 Merlot-3.000 Seibel Tinta - 10.000	Cabernet Sauvignon -1.000 Merlot-1.000 Branco -12.000 Tinto -30.000	Vinhos Don Vergílio Comercializados na propriedade e em estabelecimentos comerciais	07 hectares em vinhedos
Sucos Naturalle	Chapadão	Bordô ‘Goethe’ (sem informação sobre produção)	Suco - 20.000	Comercializa suco de uva orgânico.	47 hectares 05 hectares em vinhedos

Fonte: elaborado pela autora com dados da APROVIJA (2011)

Figura 03 - Vista aérea da Cooperativa Agrária São José (à esquerda) e ponto de comercialização da Cantina Dalla Valle localizada no 1º distrito de Jaguari (à direita)



Fonte: APROVIJA (2011)

Figura 04 - Ponto de comercialização da Cantina Don Vergílio localizada no Chapadão (à esquerda) Cantina Minuzzi localizada no 1º distrito de Jaguari (à direita)



Fonte: APROVIJA (2011)

Figura 05- Agroindústria 'Sucos Naturalle' localizada no Chapadão



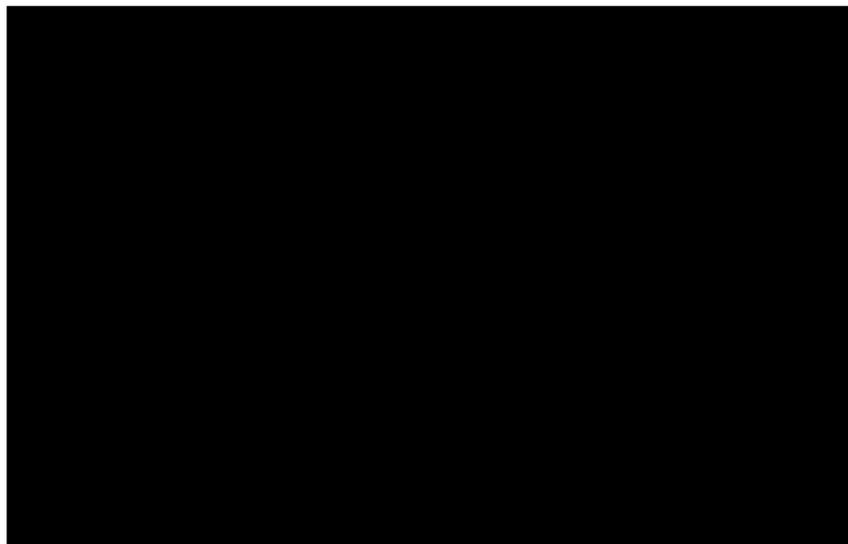
Fonte: APROVIJA (2011)

No planejamento estratégico da Associação²¹ para o período de 2011 a 2016, elaborado com o auxílio de profissionais do IFFar/SVS, ficaram definidos os seguintes aspectos:

- a) Missão: “Desenvolver o setor vitivinícola do Vale do Jaguari, promovendo a cultura local”;
- b) Visão de Futuro: “Ser a entidade impulsionadora da cadeia produtiva da Vitivinicultura no Vale do Jaguari, reconhecida no RS pela qualidade dos vinhos e seus derivados”;
- c) Valores Essenciais: “Empreendedorismo: atitude de mudança, proatividade; Honestidade: bom caráter e clareza; Comprometimento: com o trabalho do grupo; Transparência: falar o que pensa de maneira clara; Associativismo: capacidade de trabalhar em grupo”.

A Figura 06 apresenta a marca da APROVIJA, a qual é utilizada nos projetos e atividades da Associação.

Figura 06 - Logomarca da APROVIJA



Fonte: APROVIJA (2011)

No relatório do planejamento estratégico da APROVIJA consta que foram definidos os objetivos estratégicos da APROVIJA, ficando assim configurados por grupos de interesse:

- a) associados - aumentar a lucratividade em 4% ao ano;

²¹ A pesquisadora teve acesso ao documento dos arquivos pessoais do coordenador do projeto no IFFar/SVS.

- b) clientes - aumentar o consumo do vinho;
- c) produção – melhorar a qualidade do vinho;
- d) comunidade – integrar a comunidade à cultura local.

A partir das análises realizadas pelos agricultores como parte do planejamento, foram definidos os Fatores Críticos de Sucesso para a efetivação do planejamento estratégico, com o delineamento dos seguintes fatores: mobilização dos associados; articulação com o poder público local; implementação e funcionamento do Centro Mesorregional da Vitivinicultura de Jaguari (CMV). Este processo começa a mostrar a percepção dos associados sobre a importância da articulação entre diferentes organizações e o papel das instituições vai sendo percebido como importante para o êxito das atividades da APROVIJA.

Um exemplo das ações que a associação começa a colocar em prática, a partir das diretrizes estabelecidas dentro de atividades do PFV-VJ, é a captação de recursos. O projeto encaminhado ao Ministério do Turismo intitulado: “Reestruturação dos estabelecimentos da APROVIJA, com o objetivo de construir uma Rota Enoturística” é um destes exemplos.

Em linhas gerais, os aspectos apontados até aqui constituem o panorama onde se desenvolvem as ações do projeto estudado na presente pesquisa. Em seguida, são descritas as bases metodológicas estabelecidas para atender os objetivos propostos. O quadro teórico, que também contribui para os procedimentos metodológicos, além dos analíticos, será desenvolvido mais adiante no próximo capítulo.

1.3 METODOLOGIA

Considerando que para a construção de qualquer trabalho de pesquisa, o caminho metodológico é a via que nos leva ao destino desejado, nessa seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram empregados para o desenvolvimento do estudo. Partindo-se da caracterização do estudo, apresentação das técnicas de pesquisa utilizadas e para chegar à parte que detalha como foram analisados os dados coletados durante a investigação. Especialmente, busca-se contemplar a noção de que “a metodologia está para a investigação como o sujeito está para o conhecimento” (DESHAIES, 1992, p.25). Uma vez que, é a metodologia que proporciona os meios para desenvolver-se a investigação, é inevitável que ela, por sua vez, reflita as inclinações intelectuais, cognitivas e afetivas do pesquisador no processo de conhecer.

Os aspectos metodológicos foram pensados no sentido de permitir a compreensão das relações que se estabeleceram a partir do Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari (PFV-VJ), focando nos seus percalços, embates, dilemas, consensos e dissensos, especialmente, a partir das vivências que se estabeleceram entre os diversos mundos de vida dos atores envolvidos. Nesse sentido, a análise da interface requer uma metodologia que contraponha as vozes, experiências e práticas de todos os atores sociais relevantes envolvidos, incluindo os praticantes das experiências e investigadores (LONG, 1999 e 2007).

Considera-se a necessidade de um processo atento devido à implicação da pesquisadora com o Instituto Federal Farroupilha e com o PFV-VJ. Dessa forma, toma-se de Lourau (1993) a noção de que o lugar do pesquisador como implicado deve ser reconhecido, o que alerta para a racionalização da pesquisa. Segundo este autor, há um “nó de relações” caracterizado pelas relações que estabelecemos, enquanto pesquisadores, com o objeto de pesquisa, com os atores, com a instituição da pesquisa, com as instituições de pertencimento (social, político, econômico, profissional), com as demandas produzidas, com as práticas e discursos do contexto pesquisado e com as formas de conhecimento. Isto evidencia o jogo de interesses e de poder que são encontrados no campo da investigação.

Assim, no desenvolvimento da pesquisa, foi importante atentar para o processo de implicação, que no decorrer do trabalho apresentou-se como um diferencial nos processos de interação com os atores durante a coleta e nos processos de análise dos dados, às vezes como facilitador, às vezes não.

A produção e transformação do conhecimento envolvem processos mediante os quais os atores sociais interagem, negociam e se acoplam ao mundo de vida dos demais, não podendo ser pré-determinado (LONG, 2007, p. 352). Neste contexto, o estudo se apoiou em abordagens qualitativas, pois, segundo Godoy (1995) um fenômeno é melhor compreendido quando analisado sob uma perspectiva integradora, considerando o contexto em que ocorre.

Em face do exposto, ancorado pela perspectiva construcionista, o método de investigação se inspirou na etnometodologia. A etnometodologia remete ao estudo do raciocínio prático como constitutivo das sociedades humanas, sendo que o etnometodólogo analisa “a significação como uma interação situada, auto-regulada e reflexiva entre a

organização da memória, o raciocínio prático e a palavra” (CICOUREL²² *apud* BRUYNE, HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p.78).

Ao fundamentar-se no estudo do raciocínio prático do cotidiano, a etnometodologia busca fazê-lo a partir da reconstrução de uma explicação precária da realidade observada. Precária não no sentido de insuficiência, mas que parte de uma relativa humildade científica, onde se admite que “as explicações servem para dar conta das significações interacionais de um determinado grupo, em determinado contexto histórico e cultural, e tão somente, não podendo explicar realidades totalizantes, de grande abrangência” (GUESSE, 2003, p. 163). A etnometodologia se dedica a maneira peculiar como os membros de um grupo buscam, sentem, vêm e organizam determinadas *rotinas* da realidade social, nas quais estão envolvidos (BARRETO, 1997, p.06, grifo do autor). Essa corrente privilegia a abordagem micro sem se desvincular do contexto mais envolvente, contrariamente, busca alicerçá-la às visões macro (SILVA C., 2012).

Os ‘pesquisados’ foram, prioritariamente, os atores envolvidos no projeto (PFV-VJ), ou seja, agricultores dos empreendimentos que fazem parte da APROVIJA (três agricultores), além de pesquisadores/professores e técnicos do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul (IFFar/SVS) que atuam direta ou indiretamente nas ações desenvolvidas com a associação (cinco professores e um técnico). Também fizeram parte do estudo estudantes (quatro estudantes) e representantes das entidades parceiras, tais como, um técnico da cooperativa e um representante do SEBRAE.

No caso da Cooperativa Agrária São José, como são 58 associados, foram entrevistados dois informantes considerados chave, o presidente e o enólogo, que participam diretamente da APROVIJA. Além deles, outros cinco agricultores foram entrevistados, estes foram selecionados a participar da pesquisa por representarem um grupo bastante atuante em qualificações promovidas pelas instituições parceiras. Assim, foram conduzidas 22 entrevistas em profundidade, cuja duração foi variável.

A seleção dos cinco entrevistados pertencentes à cooperativa observou ainda outros critérios, visando atingir diferentes faixas etárias, no sentido de captar a impressão dos jovens que participaram das atividades, assim como dos que estão há mais tempo envolvidos. Esta

²² CICOUREL, A.V. *Cognitive sociology. Language and Meaning in social interaction*. Londres: Peguin, 1973, p.99-100.

escolha foi influenciada pelo fato de que a cooperativa já completou 80 anos, assim, procurou-se contemplar a segunda e terceira geração de agricultores. É importante relatar que nas propriedades visitadas, a entrevista acabou envolvendo outros membros da família além do agricultor, participando das conversas as agricultoras, esposas e mães dos entrevistados. Suas falas foram consideradas nas transcrições e nas análises dos dados, pois em todos os casos mostrava o envolvimento da família toda nas atividades do projeto. Em alguns momentos, participando mais diretamente e, em outros, por meio do compartilhamento das informações dos participantes das reuniões, formações e dos seminários.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: a entrevista não estruturada, a observação participante e a pesquisa documental. A entrevista é bastante adequada para obter informações sobre as pessoas, o que sabem, esperam, fazem, acreditam (GIL,1999). A entrevista não estruturada também é conhecida como entrevista em profundidade, pois, busca por meio de uma conversação guiada identificar o que o entrevistado considera mais relevante sobre determinada situação (RICHARDSON *et al.*, 1985).

Durante as entrevistas, os atores relataram, entre outros aspectos, sobre sua atuação no Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura, bem como, sobre como percebem a atuação dos demais atores, além de suas impressões sobre sua própria atuação. Embora existisse um roteiro (APÊNDICE A), as entrevistas fluíram em um diálogo mais livre entre pesquisadora e entrevistados, sendo incorporados os elementos que emergiram naturalmente, os quais foram considerados nas análises, de acordo com a sua relevância para o estudo em questão. As entrevistas foram gravadas e na primeira parte de cada entrevista, foi obtido o termo de consentimento dos entrevistados.

Durante o período de outubro de 2012 a fevereiro de 2013 participou-se ainda, de todas as atividades coletivas que estavam relacionadas ao projeto, como as reuniões, visitas técnicas, seminários, entre outros. Durante a elaboração do planejamento estratégico da Cooperativa São José, foram acompanhadas cinco reuniões, quando foi possível conviver com os agricultores e estudantes envolvidos no projeto diretamente. As reuniões foram filmadas e analisadas como material de apoio. Também, houve a participação no II Seminário da Vitivinicultura do Vale do Jaguari, promovido pela APROVIJA e pelas organizações parceiras, que aconteceu no dia 11 de outubro de 2012 (ANEXO A). O seminário foi filmado e seu conteúdo forneceu subsídios para melhor compreensão das relações entre os atores envolvidos no PFV-VJ.

Assim, a observação participante foi utilizada como forma complementar de coleta de dados e ocorreu durante as reuniões realizadas pelo grupo e durante o seminário. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento (GIL, 1999). Dessa forma, a participação da pesquisadora nas reuniões e demais atividades do grupo permitiu um olhar partindo de dentro do grupo, nas trocas espontâneas estabelecidas durante as reuniões e encontros ocorridos durante o período de campo.

Lourau (1993) lembra que a análise não consiste somente em analisar os outros, sobretudo, trata-se de uma autoanálise constante. Nestes termos, Mannheim²³ (*apud* WELLER, 2002) aborda que a interpretação não é neutra e encontra-se imbricada à formação teórica, assim como ao pertencimento geográfico e social daquele que interpreta. Estando vinculada às experiências cotidianas do pesquisador, está também relacionada aos seus vínculos sociais, geracionais e de gênero, à sua formação intelectual, entre outros. A análise de dados qualitativos requer um trabalho exaustivo sobre o material durante todo o processo de coleta de dados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Importante que se diga que o processo de análise foi iniciado já durante a realização do campo, pois como aborda Gibbs (2009), na pesquisa qualitativa não há a separação entre a coleta e a análise dos dados, pois a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser flexível. “A análise pode e deve começar em campo” (GIBBS, 2009, p. 18).

Neste sentido, um aspecto chave no processo de pesquisa e análise foi a opção pela ‘reconstrução’ do PFV-VJ a partir das diferentes perspectivas sobre o projeto. Estas, associadas aos papéis assumidos pelos atores sociais, constituindo um caleidoscópio que possibilitou uma riqueza de aspectos relacionados a tal reconstituição. Os textos dos diferentes discursos captados permitem apreender, também, as projeções, os imaginários, representando mundos possíveis ou almejados pelos atores sociais, bem como utilizados para tencionar mudanças em direções particulares.

Assim sendo, as relações entre diferentes discursos é uma composição das relações entre pessoas diferentes, podendo separar, cooperar, competir, dominar na tentativa de mudar as formas pelas quais elas se relacionam umas com as outras. Estes foram aspectos

²³ MANNHEIM, Karl. Wissenssoziologie. In: MANNHEIM, Karl. Ideologie und Utopie. Frankfurt/M.: Klostermann, 1952. p. 227-267.

considerados ao analisar as entrevistas realizadas, e as imagens dos seminários e reuniões acompanhadas.

As entrevistas foram transcritas pela autora, momento em que foi possível retomar aspectos que chamaram a atenção durante entrevistas, além de permitir fazer a marcação de trechos e expressões significativas para a análise que se seguiria.

Para identificar os entrevistados, especialmente nos Capítulos 3 e 4, classificaram-se os entrevistados em quatro categorias, quais sejam: agricultores (A1 a A9), estudantes (E1 a E4), Professores (P1 a P5), Técnicos (T1 a T4), nesse último foram agrupados o técnico-administrativo do Instituto, o enólogo e o técnico da cooperativa, além da consultora do SEBRAE. Durante a observação das situações de encontros e reuniões, as anotações no diário de campo foi o recurso utilizado para guardar as impressões e fatos relevantes para a estruturação da análise. Além das já referidas filmagens, foram também utilizadas fotografias dos eventos, das propriedades e vinícolas visitadas durante o período de entrevistas.

1.4 A ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada da seguinte forma: além desse capítulo introdutório, foram elaborados mais cinco capítulos. O Capítulo 2 intitulado “A trilha teórica empreendida”, abarca a estrutura teórico-metodológica do trabalho e está dividido em três partes, sendo que, na primeira, apresenta-se a Perspectiva Orientada ao Ator, trazendo especialmente as noções fundamentais; na segunda parte é feita uma incursão sobre a Sociologia do Conhecimento, esclarecendo aspectos sobre o debate sobre a ciência moderna e os questionamentos oriundos dela, com o intuito de chegar ao conhecimento em suas diferentes formas. Após, a terceira parte trata dos Coletivos de Pesquisa e as abordagens teóricas subjacentes ao mesmo. Aqui, a amplitude do referencial tem como objetivo, para além da construção da tese, trazer um pouco desta abordagem ainda pouco conhecida dentro dos estudos sobre e para o Desenvolvimento Rural.

O Capítulo 3, “Reconstituindo o percurso do Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari” busca reconstruir o projeto a partir das falas dos participantes e atores sociais, conforme mencionado anteriormente. Para isso, o capítulo foi estruturado em duas partes, sendo que a primeira que traz a fala dos participantes e dos atores sociais, apresentando a reconstrução do PFV-VJ. A segunda parte, que considera um elemento

emergente no estudo, traz aspectos referentes ao Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari (CMV). Nesta seção apresenta-se algumas questões controversas ligadas a ele e que foram observadas durante a pesquisa.

Na sequência da tese, o Capítulo 4, “O PFV-VJ: um projeto múltiplos atores”. O capítulo está organizado em duas seções: na primeira, são ressaltados os papéis e as relações entre os participantes do PFV-VJ de modo a possibilitar a análise da inserção dos atores sociais no contexto do projeto; na segunda, apresenta-se a arena do PFV-VJ, com o objetivo de situar o espaço social e espacial de onde emergem as relações entre os atores que auxiliarão na identificação do CPDR.

O Capítulo 5, denominado “A bifurcação: a perspectiva de outro caminho”, responde ao quarto objetivo do estudo e está organizado em cinco seções. Na primeira, apresenta-se os elementos que subjazem a proposta do CPDR. Na segunda, apresenta-se a configuração do CPDR a partir do PFV-VJ; na terceira, se constrói a proposta do CPDR tomando-se aspectos da ‘arena do PFV-VJ’. Na quarta seção, é utilizado o modelo de análise da estrutura de apoio e facilitação para a aprendizagem conjunta e inovação para analisar o PFV-VJ, e por fim a análise recai sobre o modo de construção do conhecimento no PFV-VJ e no CPDR.

Finalizando, tem-se o Capítulo 6, alcunhado de “O(s) destino(s): considerações finais”, que sintetiza os aprendizados construídos e as lições aprendidas ao longo do trabalho, apresenta as portas que se abrem para estudos futuros e evidencia os desafios institucionais para o desenvolvimento rural.

2 A TRILHA TEÓRICA EMPREENDIDA

Inserido nos estudos sobre o desenvolvimento rural, primeiramente, apresenta-se a Perspectiva Orientado ao Ator e suas noções fundamentais, uma vez que se trata de marco teórico importante no processo de definições metodológicas para o presente trabalho. Após, apresenta-se uma discussão sobre o conhecimento, passando por uma breve incursão na Sociologia do Conhecimento e os debates sobre a relação da ciência com o conhecimento; finalizando esta parte como uma contribuição para o entendimento do conhecimento tácito como relevante no processo mais amplo de construção de conhecimentos. Na sequência, apresenta-se a noção de Coletivo de Pesquisa, suas origens e algumas perspectivas que emergem do debate, especialmente tomando-as como base teórica para a análise do PFV-VJ e para a proposição do CPDR. Os elementos tipificadores de um coletivo são também aqui desenvolvidos de modo a constituírem a base para uma caracterização do CPDR, propósito perseguido por esta tese.

2.1 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR: ELEMENTOS BÁSICOS

O trabalho de Norman Long e vários outros estudiosos, especialmente ligados à Universidade de Wageningen (Holanda), surge como uma alternativa teórico-metodológica para entendimento dos processos de desenvolvimento rural. Long apresenta-a como uma forma de análise ‘ator-orientada’²⁴, pautada na construção social, em oposição às análises estruturais, institucionais e de economia política, que tradicionalmente excluía as pessoas de seus processos de análise e de intervenção (LONG, 2007, p. 21). O interesse nos atores sociais, segundo o autor, parte da ideia de que todas as formas de intervenção externa se introduzem nos modos de vida das pessoas e grupos sociais afetados, sendo mediadas e transformadas por esses atores e suas estruturas. O enfoque orientado ao ator começa com a ideia aparentemente simples de que as mesmas circunstâncias estruturais desenvolvem formas sociais diferentes. Essas diferenças são oriundas das formas variadas com que os atores lidam

²⁴ No original em inglês, *actor oriented*.

cognitiva, organizacional e emocionalmente com as situações que se apresentam. A compreensão desses modelos diferentes de reações e comportamentos fundamenta-se na concepção que enfatiza os “sujeitos ativos que conhecem e sentem” (KNORR-CETINA²⁵, 1981 *apud* LONG, 2007, p. 56). Aporte considerado importante para se compreender como os diferentes atores se relacionam e reagem às atividades desenvolvidas e como seus mundos dialogam entre si na arena do PFV-VJ.

O conceito de intervenção é visto como um “processo em movimento, socialmente construído, negociado, experiencial e criador de significados, não simplesmente na execução de um plano de ação já especificado com resultados de comportamento esperados” (LONG, 2007, p. 65). Essas práticas são moldadas pela interação dos diversos participantes.

Nessa perspectiva, a vida social é heterogênea e complexa, incluindo uma ampla diversidade de formas sociais e repertórios culturais, até mesmo sob circunstâncias de aparente homogeneidade. As diferentes respostas são produzidas, reproduzidas, transformadas e consolidadas, buscando conhecer não apenas os resultados estruturais, mas como os processos sociais envolvidos são construídos (LONG, 2007, p. 109).

A noção de agência é central nesta perspectiva e se refere à capacidade de conhecer e atuar, tendo inspiração em Giddens, o qual argumenta que agência não se refere à intenção que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizá-las, por isso subentende poder. “Agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente” (GIDDENS, 2003, p. 10). Implica, ainda, o estabelecimento de significados e propósitos, além da capacidade para comandar habilidades e acessar recursos materiais e não materiais para os vários tipos de ações e estratégias dentro da rede. Cabe destacar que a agência, embora inspirada em Giddens, é tratada de forma diferente na POA, pois nela as relações sociais são consideradas com maior importância.

A ação social na POA não é unicamente individual centrada no ego, mas acontece nas redes de relações onde interagem componentes humanos, embora não sejam desconsiderados que há influência de não humanos. É construída tanto pela rotina, como por práticas organizativas explorativas, é uma ação restrita a convenções sociais, valores e relações de

²⁵ KNORR-CETINA, K. The manufacture of knowledge: An essay on the Constructivism and contextual nature of science. Oxford: Pergamon Press, 1981.

poder. Dessa forma, a sua interpretação se dá em contextos específicos, não podendo ser reduzida a categorias sociológicas gerais e hierarquias baseadas em classe, gênero, status, etnia, entre outros. Os limites sociais são específicos em domínios particulares, arenas e campos de ação social (LONG, 2007).

Os significados, valores e as interpretações se constroem culturalmente, mas a forma como são aplicados dependem das circunstâncias. Eles são aplicados de formas diversas e reinterpretados de acordo com as possibilidades existentes, muitas vezes, gerando novos padrões culturais a partir deles. Assim, as escalas micro e macro se conectam de modo sistemático e entrelaçado. Os locais de interação na micro escala e nas arenas localizadas se conectam a fenômenos mais amplos da macro escala e vice-versa. Essa perspectiva não vê o “local” como moldado pelo “global” ou o “global” como acúmulos do “local”, ela procura elucidar os conjuntos precisos de interligação de relações, projetos e práticas sociais dos atores que interpenetram espaços sociais, simbólicos e geográficos.

Os contornos sociais de projetos e comunidades devem ser delineados, sendo esta a chave para o entendimento de como as formas sociais são perfiladas em condições específicas e em relação as suas configurações passadas, contemplando sua viabilidade, sua capacidade autogerativa e suas ramificações mais amplas (LONG, 2007).

Os atores sociais na POA aparecem de formas variadas, podendo ser pessoas individuais, grupos informais ou redes interpessoais, organizações, grupos coletivos, macro-atores como governos, igrejas ou organismos internacionais. O que os identifica é o poder e a capacidade de decidir, de conhecer e agir, ou seja, a capacidade de agência. Em especial, se pode destacar que o PFV-VJ reúne formas variadas de participantes, além dos agricultores, estudantes, professores, cooperativa, associação, técnicos que manifestam sua capacidade de agência nas interfaces que se foram forjando com o andamento do projeto.

A POA considera os mundos de vida que incluem ações, interações e significados identificados com espaços sociogeográficos específicos e com histórias de vida. São produtos de processos constantes de reordenamento e reavaliação de relações e experiências por parte das pessoas. Por outro lado, os modos de vida (*livelihoods*), consistem nas práticas por meio das quais as pessoas provem seu sustento econômico, suas necessidades de consumo, manejando suas incertezas e adversidades. Sintetizando, o modo de vida diz respeito a como cumprem suas obrigações sociais, protegem seus estilos de vida e suas identificações culturais (LONG, 2007).

Nesse sentido, devem-se considerar os domínios sociais, caracterizados pelas regras, normas e valores que são centrais para o processo de ordenamento social e para o estabelecimento de regras pragmáticas de governança. Os domínios sociais envolvem as fronteiras sociais e simbólicas que são definidas e sustentadas por meio das experiências compartilhadas e pela luta dos atores, produzindo-se e transformando-se através delas nas arenas. As arenas são fundamentalmente espaços (momentos) de encontros que podem acontecer dentro e/ou perpassando os domínios; são espaços onde acontecem as disputas pelos recursos, demandas, valores, assuntos, significados e representações. Estas noções contribuem, sobremaneira, para entender o PFV-VJ como uma possível arena, uma vez que é um espaço onde domínios sociais distintos se encontram. Sendo que tais encontros podem levar a vislumbrar configurações para um Coletivo de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural.

Dentro da proposta de ‘recontar’ a trajetória do PFV-VJ por meio das relações identificadas pelos atores sociais, os discursos se tornam relevantes. Neste sentido, o discurso na POA, segundo Long (2007), é chave para desvelar os mundos de vida, uma vez que engloba o conjunto de significados, metáforas, representações, imagens, narrativas e enunciados que promovem uma versão particular “da verdade” no tocante a eventos, objetos ou pessoas. Eles produzem textos que podem ser escritos ou não, verbais ou não verbais, com significados transmitidos nos espaços físicos ou, até mesmo, nas formas de vestir das pessoas.

2.1.1 O conhecimento e a interface: uma visão construcionista

Inspirando-se na Perspectiva Orientada ao Ator, o estudo é pautado pelo construcionismo social, que tem nos atores sociais, seus valores e entendimentos, elementos fundamentais na construção do conhecimento.

Arce e Long (1994) salientam que a POA pauta-se no entendimento que o conhecimento é desenhado e construído diariamente nas contingências e forças que constituem a vida social, recusando a distinção entre tipos de conhecimento (ARCE; LONG,1994). A ideia de “interfaces de conhecimento”, que Long (2007) aborda como uma acomodação entre diferentes mundos de vida dos atores é, por si, uma noção que remete à noção de que o conhecimento é algo construído e negociado. Segundo o autor, “interfaces são pontos críticos da interseção entre diferentes campos sociais ou domínios das práticas dos

atores onde descontinuidades, baseadas sobre diferentes mundos de vida existentes, valores e interesses sociais são mais prováveis de serem encontradas” (LONG, 2007, p. 327).

A observação destas interfaces, tomando-se o contexto do PFV-VJ, deverá permitir evidenciar continuidades e descontinuidades em construção pelos atores. Isto porque podem revelar o caráter dinâmico e emergente das lutas e das interações que ocorrem, mostrando como objetivos, percepções, valores, interesses e relacionamentos dos atores são reforçados ou reformulados por este processo (ARCE; LONG, 1992). No entanto, os autores alertam que essas interfaces não podem ser estudadas com base em categorias pré-determinadas, mas identificadas etnograficamente.

A POA incide sobre a interação de diferentes construções sociais da realidade, desenvolvida pelas diversas partes da interface e traça suas implicações sociais. Por tal razão, contribui significativamente para a análise da produção, divulgação/utilização e transformação do conhecimento. A transformação do conhecimento consiste no processo por meio do qual os indivíduos ou grupos mudam e adaptam seus conhecimentos continuamente em resposta as intenções, oportunidades e circunstâncias cambiantes (ENGEL²⁶ *apud* LONG, 2007, p. 335). Nesse sentido, o processo contínuo por meio do qual os agricultores combinam diferentes domínios sociais com base nas instituições familiares, comunitárias, de mercado, governamentais são consideradas na POA. A sua análise não se reduz ao processo por meio do qual os agricultores adotam, apropriam e transformam novas tecnologias ou pacotes agrícolas (LONG, 2007, p. 335).

Para a POA, a situação de intervenção implica a interação ou confronto do *expert* com o leigo, onde subjazem formas de conhecimentos, crenças e valores e as lutas sobre a sua legitimação, segregação e comunicação. Assim, Long (1999) enfatiza que o conhecimento é multi-camadas, pois existe uma multiplicidade de quadros possíveis de significados, sendo também fragmentário e difuso ao invés de unitário e sistematizado. Dessa forma, é possível que diferentes atores (como os agricultores, extensionistas e pesquisadores) compartilhem as mesmas prioridades e parâmetros de conhecimento, como também pode ocorrer que nas comunidades 'epistêmicas' (aqueles que compartilham aproximadamente as mesmas fontes e modos de conhecimento) possuam no seu interior diferentes repertórios de conhecimento e

²⁶ ENGEL, R.F. Knowledge Managment in the agriculture: Building upon diversity. Knowledge in society. *The internacional Journal for Knowledge Transfer*. v.3, n.3, p. 28-35, 1990.

aplicação. Berger e Luckmann (2011, p. 114) tratam de subuniversos, segundo eles, “com o estabelecimento de subuniversos de significação emerge uma multiplicidade de perspectivas sobre a sociedade total, cada qual considerando-a do ângulo de um desses subuniversos”.

Assim, o conhecimento é central à análise da interface uma vez que resulta e é constantemente moldado pelas experiências, encontros e discontinuidades que surgem nos pontos de interseção entre modos de vida dos diferentes atores. O conhecimento está presente em todas as situações sociais e é frequentemente envolvido pelas relações de poder e pela distribuição de recursos.

Long (1999) alerta que os estudos de interface não devem limitar-se a observar o que ocorre nos encontros face a face, pois essas interações são afetadas por atores, marcos institucionais e culturais e por recursos que podem estar fisicamente ausentes. Segundo o autor, deve-se considerar, em uma perspectiva de interface, que a mesma consiste numa entidade organizada de relações interligadas e de intencionalidades. Resulta da interação contínua que estimula o desenvolvimento de limites e expectativas compartilhadas que moldam a interação dos participantes. Destarte, os atores assumem papéis nessas interfaces, da mesma forma que em outras esferas da vida cotidiana.

Neste contexto, Berger e Luckmann (2011, p.48) sustentam que a realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são aprendidos, sendo estabelecidos os modos como “lidamos” com eles nos encontros face a face. Essas tipificações afetam continuamente a interação com o outro. Para esses autores, em virtude dos papéis o indivíduo é introduzido em áreas específicas do conhecimento socialmente objetivado. O que não se restringe ao sentido cognoscitivo, mas envolve o sentido do “conhecimento” de normas, valores e mesmo emoções que definem a forma como ele deve agir, reagir e sentir.

As interfaces caracterizam-se, também, como um local de incompatibilidades, conflito e negociação. Ainda que as interações pressuponham algum grau de interesse comum, eles também têm uma propensão a gerar conflitos devido a interesses contraditórios e objetivos ou devido às relações de poder desiguais. As negociações que ocorrem na interface, algumas vezes são realizadas por indivíduos que nem sempre representam a coletividade, mas interesses específicos de grupos ou organizações. Long (1999) adverte que é importante não prejudicar ao analisar as fontes e dinâmicas de contradição e ambivalência em situações de interface.

A interface envolve também o choque de paradigmas culturais, pois muitas vezes, fornece os meios pelos quais os indivíduos ou grupos passam a definir as suas próprias posições culturais ou ideológicas frente àqueles que apoiam pontos de vista opostos. Estas diferenças não consistem apenas em idiossincrasias pessoais, mas refletem diferenças estabelecidas por padrões diferenciados de socialização e profissionalização, que muitas vezes resultam na falta de comunicação ou em choque de racionalidades. A interface identifica a natureza das contestações (explícitas ou implícitas) sobre o domínio e legitimidade de determinados paradigmas socioculturais ou representações da modernidade (LONG,1999).

Na interface, o poder deve ser considerado como o resultado de lutas sobre significados e relações estratégicas. Tais lutas desvelam-se na medida em que atores específicos se percebem capazes de manobrar situações específicas, desenvolvendo estratégias eficazes para fazê-lo. Implica, portanto, um grau de poder, tal como se manifesta na possibilidade de exercer algum controle, autoridade prerrogativa e capacidade de ação.

A análise de interface permite compreender como discursos "dominantes" são endossados, transformados ou contestados. Discursos dominantes são caracteristicamente repletos de reificações e servem para promover pontos de vista particulares, político, cultural ou moral, e muitas vezes são mobilizados nas lutas em torno de significados sociais e recursos estratégicos. Práticas discursivas e competências desenvolvidas nas circunstâncias da vida social cotidiana permitem identificar os pontos críticos de descontinuidade entre modos de vida dos atores (LONG,1999). A Sociologia do Conhecimento vem avançando no entendimento sobre o conhecimento construído a partir das interações na vida cotidiana, elementos que são considerados na proposta do CPDR e sobre a qual cabe uma reflexão.

2.2 DO CONHECIMENTO À SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

O conhecimento é uma categoria central para a análise proposta, sendo que ele pode ser entendido como o meio pelo qual compreendemos e damos sentido ao mundo a nossa volta (LEEuwIS, 2004). O conhecimento pode ser tomado também como uma coleção de esquemas de interpretação interconectados disponíveis mentalmente e que pode ser mobilizada para dar sentido a situações particulares. Neste sentido, Arce e Long (1992) definem conhecimento como a maneira que as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado às suas experiências. O conhecimento não é simplesmente algo que se

possui, acumula e se impõe sem problemas sobre outros. Não pode ser medido precisamente em termos de alguma noção de quantidade ou qualidade, ele emerge dos processos de interação social e é essencialmente um produto, resultado do encontro e fusão de horizontes.

A construção social da realidade trata dos processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 13). Assim, parte-se do pressuposto que todo o conhecimento humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais, inclusive quando se procura compreender o processo pelo qual isto se realiza.

Isto porque a produção e transformação do conhecimento não reside em sistemas categorizados ou esquemas classificatórios *per se*, mas em processos em que os atores sociais interagem, negociam e acomodam entre si mundos de vida, levando ao reforço ou a transformação dos tipos existentes de conhecimento ou para o surgimento de novas formas (ARCE; LONG, 1992).

Na mesma linha, Elias (2008) menciona que o avanço e a expansão do conhecimento em sua forma científica caracterizam apenas uma fase da expansão do conhecimento humano. Esta expansão, segundo ele, acontece de maneira extremamente vagarosa e errática, contudo – ao analisar-se longos períodos, – verifica-se que consiste em movimento contínuo e cumulativo por centenas de anos, com muitos altos e baixos. “Por essa razão, o conhecimento que as pessoas possuem em dado período é oriundo de um longo processo de aquisição de conhecimento desde o passado” (ELIAS, 2008, p. 532).

Segundo Berger e Luckmann (2011), há diferentes definições da natureza e âmbito da Sociologia do Conhecimento, contudo, é comum a todas que ela trata das relações entre pensamento humano e o contexto social no qual surge.

Crespi e Fornari (2000) evocam a construção histórica com o objetivo de apresentar um amplo arcabouço do que se convencionou chamar de Sociologia do Conhecimento. Para esses autores é com a obra de Mannheim que a Sociologia do Conhecimento ganha notoriedade, a partir da tradução da obra *Ideologia e Utopia*. O conceito de ideologia leva a Sociologia do Conhecimento ao nível de compreensão de que não há pensamento humano que seja imune às influências ideologizantes de seu contexto social. Com o termo relacionismo designando que conhecimento tem de ser conhecimento a partir de certa posição, busca dessa forma o entendimento correto dos acontecimentos humanos. Mannheim defendia a ideia de que diferentes grupos sociais possuem capacidades diferentes de transcender sua posição,

acreditando na “inteligência socialmente construída”. Destacando o poder do pensamento utópico que produz uma imagem distorcida da realidade, mas que, contrariamente à ideologia, tem o dinamismo para transformar essa realidade na imagem que dela faz (BERGER; LUCKMANN, 2011).

Alfred Schultz (1899-1959) concentrou seus estudos sobre a estrutura do mundo do sentido comum da vida cotidiana. Para ele a relação entre conhecimento e realidade social não é entendida como dois âmbitos distintos que se influenciam mutuamente, mas como um processo que desde sua origem elementos cognitivos e agir prático estão imbricados (CRESPI; FORNARI, 2000).

Na fenomenologia de Husserl, o outro é percebido não apenas como objeto psico-físico pertencente ao mundo, mas como um sujeito que também tem a capacidade de experimentar o mundo do mesmo modo que nós somos capazes de experimentá-lo. A ideia do mundo “inter-subjetivo” é que trata-se de um mundo para todos, cujos objetos são disponíveis para todos. A partir da intersubjetividade transcendental é possível compreender os outros níveis de realização da convivência social (a sociedade natural ou animal, o horizonte intrapsíquico e as diversas formas sociais e culturais concretas) (CRESPI; FORNARI, 2000, p.141).

Para Husserl o mundo da vida, enquanto reino de evidências originárias, aparece como fundamento do saber científico, ao olhar para o mundo da vida descortinam-se os limites de tal saber, abrindo os horizontes teóricos para a reflexão em torno da ação concreta do indivíduo nos vínculos sociais. O conhecimento está ligado intimamente com o agir prático e com a dimensão social.

Martin Heidegger (1889-1976) estabelece a mesma conexão entre a dimensão social e agir, ressaltando que o “ser-no-mundo” é anterior a qualquer atividade cognitiva dos sujeitos, a partir do mundo de significados fundados no agir prático e transmitidos através da linguagem e da tradição cultural (CRESPI; FORNARI, 2000).

Na década de 1980, aborda Fonseca (2007), desenvolvem-se na Sociologia do Conhecimento, abordagens que reafirmam o espaço de uma microsociologia, buscando agregar em suas análises conhecimentos provenientes da antropologia. Bruno Latour é o seu principal representante. No livro “A vida de laboratório”, apresenta o relato de vários meses acompanhando o dia a dia dos cientistas em seu principal habitat, seguindo o corolário etnográfico onde discute a “tribo dos cientistas” e o ciclo de credibilidade em que estão

inseridos. Também, voltada para a *lab life*, Karin Knorr-Cetina, desenvolve uma abordagem que tem sido definida como construtivista, a qual parte da compreensão de que o produto da ciência deve ser entendido a partir das práticas que o construíram.

Knorr-Cetina defende a ideia de que é necessário observar e discutir o cotidiano dos laboratórios, percebendo este espaço como uma arena transepistêmica. Ela ressalta que a interpretação construtivista é oposta à concepção que coloca o problema da facticidade da relação entre os produtos da ciência e a natureza externa. Em contraste, a interpretação construtivista considera como primeiro e principal resultado da ciência o processo de elaboração (reflexiva) (KNORR-CETINA, 1983).

Concordando com Fonseca (2007), considera-se que abordagens como estas são especialmente úteis para pensarmos a produção científica brasileira. Knorr-Cetina aborda que os objetos epistêmicos estão sempre em processo, adquirem novas propriedades e alteram as que possuem, dessa forma, objetos de conhecimento nunca podem ser alcançados, eles nunca serão eles mesmos (KNORR-CETINA, 2001, p.181). Nesse processo, é cada vez maior o debate sobre os encontros e desencontros entre a ciência e o conhecimento.

2.2.1 Onde a ciência encontra o conhecimento

“A ciência possui duas faces: uma que sabe, outra que ainda não sabe”. Essa frase é escrita por Latour no início de sua obra “Ciência em Ação”. O autor francês, ao propor a Antropologia da Ciência, argumenta que,

[...] quando nos dirigimos da vida 'cotidiana' para a realidade científica, do homem comum para o de ciência, dos políticos para os especialistas, não nos dirigimos do barulho para o silêncio, da paixão para a razão, do calor para o frio. Vamos de controvérsias para mais controvérsias (LATOURE, 2000, p.53).

Esse questionamento sobre o distanciamento do conhecimento teórico da realidade cotidiana está fortemente presente na Sociologia do Conhecimento. Como abordam Berger e Luckmann (2011), o excedente econômico torna possível a certos indivíduos ou grupos empenharem-se em atividades especializadas que não estão relacionadas diretamente com a subsistência. A especialização é uma decorrência dessas atividades e leva à segmentação do estoque comum do conhecimento, pois tornam possível o conhecimento subjetivamente destacado de qualquer importância social, isto é, a “teoria pura”. Desse modo, criticam os autores, “a *vida teórica* com sua luxuriante proliferação de corpos especializados de

conhecimento, ministrados por especialistas cujo prestígio social pode realmente depender de sua incapacidade de fazer qualquer outra coisa a não ser teorizar” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 109, grifo dos autores). Para eles, o conhecimento teórico é apenas uma pequena parte e, de modo algum, a parte mais importante, do que a sociedade considera como conhecimento.

Ao fazer uma reflexão sobre o papel da ciência na vida moderna, Long (2007) comenta que o debate iniciado por Robert Merton no fim da década de 60 enfocou fatores institucionais e sociais, mas negligenciou que as descobertas científicas estivessem relacionadas às posições ideológicas e aos projetos sociais e políticos. Ainda, segundo o autor, em 1959, Charles Wright Mills já abordava que a ciência era conduzida por interesses sociais e políticos e que o conhecimento também era usado para controlar e oprimir a sociedade e não para criar uma “sociedade boa” e enriquecer a vida das pessoas.

De acordo com Gomes e Rosenstein (2000), no legado positivista, ou a “*concepción heredada*” da ciência, o desenvolvimento científico é um processo regulado por um rígido código de racionalidade que somente os cientistas são capazes de manejar. Esta concepção é pautada nas ideias do “cientificismo” de Auguste Comte no século XIX, cujas premissas básicas eram (GOMES; ROSENSTEIN, 2000, p. 33):

- a) a ciência guia a humanidade a um caminho de progresso infinito;
- b) só a ciência representa a imagem verdadeira do Universo;
- c) é necessário que a ciência se converta na única forma de conhecimento (os outros saberes se encontram nas fases teológica ou metafísica).

Os mesmos autores apontam que o fanatismo pela razão, oriundo do positivismo, levou o homem da sociedade moderna a acreditar unicamente naquilo que está organizado logicamente. Essa crença separou-o da natureza e transformou-o em defensor acrítico da ciência e da tecnologia convencional, levando-o a omissão do compromisso com a justiça e com a equidade.

Knorr-Cetina dirige à ciência a mesma crítica dirigida à sociedade capitalista, na qual:

- a) a noção de ação implicada no modelo é muito próxima daquela da teoria do homem econômico, maximizador de lucros;
- b) a comunidade científica se transformou em um mercado, onde se observa a distinção entre cientistas capitalistas e cientistas trabalhadores e há uma guerra competitiva;

c) as emergências transepistêmicas dependem deles mesmos e de uma variedade de circunstâncias dessa interação (KNORR-CETINA, 1983).

Na mesma direção, Bensaude-Vincent (2009) argumenta que a ciência tem uma tendência a desenvolver-se independentemente de preocupações sociais e ignora outras fontes de conhecimento não sendo regulada por poderes externos. A autora propõe a participação do público na prática da ciência e da política e argumenta que a hipótese subjacente nas experiências participativas é que a ciência constitui apenas uma fração do conhecimento em uma sociedade. Segundo ela, em um futuro próximo, a prioridade pode ser a criação de Coletivos de Pesquisa mais que a produção de novos materiais.

Outro autor que aborda sobre o distanciamento do conhecimento técnico da realidade cotidiana é Olivier De Sardan (2005). O mesmo relata sua surpresa ao notar como os operadores de desenvolvimento em geral, e agentes de desenvolvimento no campo, em particular, negligenciam o conhecimento técnico popular e apresentam uma série de atitudes que vão da ignorância ao desprezo.

Contudo, já existem formas ‘não-tradicionais’ de produção de conhecimento em curso, fora das universidades e institutos de pesquisa. Há uma tendência geral em se deslocar a produção de conhecimento de um contexto de pesquisa tradicional para a produção de conhecimento socialmente distribuída e com orientação para a aplicação, transdisciplinar e responsável para vários públicos (NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS²⁷, 2001 *apud* STUIVER, 2008, p. 11).

Stuiver (2008) analisa várias experiências de compartilhamento de pesquisas entre pesquisadores e agricultores, concluindo que uma nova comunidade de prática científica precisa ser desenvolvida, que possibilite que novas formas de produção de conhecimento heterogêneo sejam monitoradas e valorizadas dentro da academia. As ciências agrícolas precisam desenvolver ferramentas de monitoramento para entender e valorizar a contribuição dos cientistas para a produção de conhecimento heterogêneo. A autora sustenta que há a necessidade de uma realocação de recursos para departamentos e instituições que favoreçam a produção heterogênea do conhecimento.

²⁷ NOWOTNY, H.; P SCOTT; M. GIBBONS . *Re-thinking science. Knowledge and the Public in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press. 2001

Nesses termos, Bensaude-Vincent (2009, p. 365, grifos da autora) questiona como poderemos reconceituar a questão da popularização da ciência, uma vez que a noção de *popularização* e noções correlatas, tais como *público leigo* e *mediadores da ciência* são construções históricas, em vez de categorias estáveis, clama-se por uma historiografia pluralista que não separe ciência legítima de conhecimento popular alternativo. Essa separação, segundo ela, está presente desde os primórdios da ciência ocidental na Grécia antiga quando uma fronteira clara foi traçada entre a ciência e o conhecimento comum, entre *episteme* e *doxa*.

A autora ainda salienta que sabemos muito sobre a construção social do conhecimento, e, nesse sentido, Bensaude-Vincent (2009) questiona,

[...] o que sabemos sobre a construção da sociedade através do estatuto hegemônico do conhecimento científico? [...] São necessários mais estudos locais atentos à variedade de culturas científicas, partindo do mais acadêmico ao menos ortodoxo [...]. Como eles interagem? Será que eles aprendem uns com os outros, ignoram o outro, ou criticam-se? Em particular, como, quando e em que circunstâncias foi estabelecido um claro limite entre os produtores de ciência e transmissores de ciência? (BENSAUDE-VINCENT, 2009, p. 367).

Katherine Pandora²⁸ (*apud* BENSAUDE-VINCENT, 2009, p. 368, grifo da autora) argumenta que *ciência popular* não significa necessariamente *ciência inferior* ou *ciência menor*. Em alguns casos, a ciência popular foi promovida como uma ciência alternativa em meio a fortes críticas da ciência acadêmica. Nesse sentido, Guivant (1997) nos alerta de que não se trata de colocar um tipo de conhecimento como superior aos outros, pois tanto o conhecimento científico quanto o local não podem ser considerados como entidades homogêneas, sendo necessário reconsiderar o caráter de suas relações. Entretanto, levar o conhecimento popular em consideração não significa um novo fenômeno, pois como bem lembra Sardan (2005), já na década de 1970, Paulo Freire era a referência para todos aqueles que alegavam usar o conhecimento popular como base para o estabelecimento de uma alternativa ao desenvolvimento.

Diante disso, é importante analisar o debate sobre o conhecimento ligado à prática, precisamente aquele construído localmente e/ou tacitamente, que cada vez se faz mais presente nas discussões sobre o desenvolvimento e é a base para o entendimento dos processos de construção de conhecimento entre os atores do PFV-VJ.

²⁸ Os dados relativos ao autor original não foram encontrados no autor consultado.

2.2.2 Conhecimento tácito: construído na/da prática

A ideia de um ‘conhecimento tácito’ na Ciência foi introduzida por Michel Polanyi em 1958, no livro “*Personal Knowledge*”. Polanyi manifestava-se contra a posição, então dominante, de que a ciência era de alguma forma livre de valor e, dessa maneira, procurou pôr em tensão criativa uma preocupação com outras formas de saber, mais "tácitos". Como ele argumentou em sua obra, “sabemos mais do que podemos dizer” (SMITH, 2003).

Para Polanyi (2005), regras sobre uma habilidade como, por exemplo, andar de bicicleta são úteis, mas não determinam a sua prática. A ideia de que não é seguindo regras que conseguimos realizá-las, ao contrário, é através da prática que nos é permitida uma interiorização dos diversos aspectos particulares envolvidos em sua realização, ou seja, essas regras devem atuar com a prática, não podendo substituir esse conhecimento (POLANYI, 2005).

Polanyi (2005) salienta que comumente percebe-se o conhecimento tácito como oposto ao conhecimento explícito. O autor alerta que não há uma divisão clara entre eles, pois enquanto o conhecimento tácito pode ser possuído por si só, o conhecimento explícito depende do que está sendo tacitamente entendido e aplicado. Por isso, todo o conhecimento é também tácito ou enraizado no conhecimento tácito, dessa forma, um conhecimento completamente explícito é impensável.

A concepção de conhecimento tácito fundamenta-se em diferentes áreas do conhecimento e com diferentes abordagens. Os filósofos associam a ideia de Wittgenstein de que as regras da ação não contem regras para a sua aplicação - a regra regressa. Assim, para aplicar uma regra tipo “*não caminhe muito perto dos outros na rua*, a expressão *muito perto* pode ser entendida de diferentes formas, variando de circunstância” (COLLINS, 2013, p. 17, *grifos do autor*). Outros filósofos associarão a ideia de conhecimento tácito mais com a relação do corpo humano com o mundo das práticas, como Heidegger e Merleau-Ponty.

Collins parte da obra de Polanyi para avançar na discussão sobre o conhecimento tácito. Segundo ele, a comunicação informal trazia em seu bojo grande parte de um conhecimento não-articulado e tácito, não estando portanto visível nem passível de ser mensurado. O cientista no fluxo de transmissão de conhecimento científico não está apenas entregando ‘pacotes de informação’, sua atuação faz parte de uma cultura científica. Uma

cultura científica que por sua vez encontra-se enraizada em um conhecimento tácito nem sempre consciente por parte do cientista. Segundo ele, o conhecimento tácito explica os mistérios e imperfeições da ciência (OLIVEIRA, 2000).

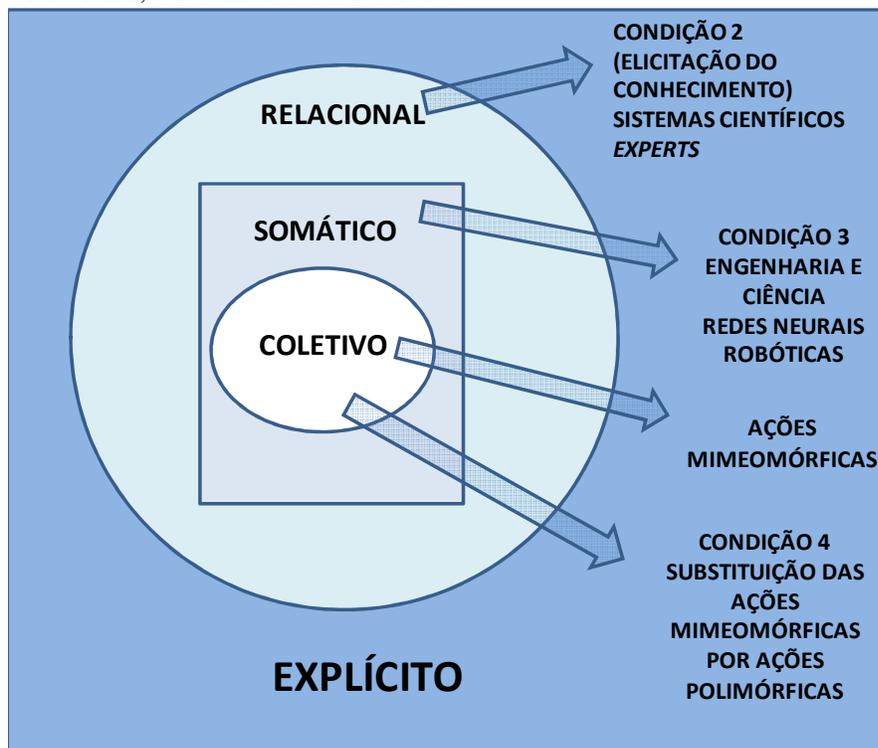
Para Collins (2001, p. 115) para formar as tradições seria necessário *status*, poder persuasivo, entendimento do que poderia ser crível para os outros e assim por diante, aspectos que a Sociologia do Conhecimento tem mostrado estarem envolvidos no processo da formação de um novo conhecimento.

Em sua obra, Collins (2013) propõe uma nova classificação para o conhecimento tácito, baseada nas concepções de conhecimento fraco, médio e forte quanto a sua resistência de se transformar em explícito. O primeiro, ele chamou de *Relational Tacit Knowledge* (RTK), também conhecido como Contingencial e estaria relacionado às contingências da vida social. O segundo, ele denominou de *Somatic Tacit Knowledge* (STK) e relaciona-se ao conhecimento da natureza humana, corpo e cérebro. O terceiro, mais complexo, ele classificou como *Collective Tacit Knowledge* (CTK) e está relacionado ao conhecimento da natureza da sociedade humana. Segundo Collins, o CTK resulta da solução para os problemas de socialização dos indivíduos. Nesse sentido, a experiência de um indivíduo que aprende algo novo envolve os três elementos (COLLINS, 2013).

Collins (2013) propõe um mapa (Figura 07) para explicar como os diferentes tipos de CT se transformam em explícito através das cadeias de comunicação. As cadeias de comunicação são tipificadas pelo autor em cinco condições diferentes. A condição 1 (que não aparece na figura) é a forma direta de comunicação de uma informação, é transferida e captada de forma direta como se apresenta, sem modificações. Na condição 2, há a transformação da comunicação de um para outro devido a um bloqueio na comunicação (pode envolver a inclusão de um objeto físico ou de expressões faciais). Na condição 3, há um reforço, dando origem a uma comunicação com uma cadeia mais curta. É inserido um significado à comunicação para a sua interpretação, como as linguagens de programação utilizadas nos computadores. Na condição 4, a transferência adquire um *plus* numa cadeia modificada fisicamente na entidade receptora, e dá origem à comunicação. Na condição 5, a transferência adquire um *plus* em uma cadeia flexível e sensível com mais de uma mudança física. Assim, como se observa na Figura 07, o CT Relacional pode se tornar explícito usando cadeias longas e utilizando os sistemas científicos *experts*. O CT Somático utiliza a condição 3 de comunicação, por exemplo, reproduzindo o funcionamento do corpo humano, de um

animal ou coisas por meio de recursos computacionais. O CT Coletivo caracteriza-se pela complexidade das ações polimórficas onde as ações podem ser executadas de diferentes formas de acordo com o contexto social onde ocorre. Assim, um mesmo comportamento pode representar ações diferentes. Já, nas ações mimeomórficas, a mesma ação é executada com os mesmos comportamentos.

Figura 07 - Do conhecimento tácito (CT) ao explícito, considerando CT relacional, CT somático e CT coletivo



Fonte: adaptado de Collins (2013, p. 159).

O CTK é o que apresenta mais dificuldade em ser transformado em explícito. E é sobre ele que a nossa atenção recai, uma vez que só pode ser construído pela imersão social, onde os gestos e os olhares ganham significado nas trocas que se estabelecem e as regras sociais são aprendidas. “O cérebro coletivo é em larga escala o cérebro individual, uma grande coleção de neurônios interconectados e, com as sinapses, os pesos das conexões mudam sempre que a vida social e tecnológica é reorganizada” (COLLINS, 2013, p. 132). Há, nesse conceito, uma íntima relação com as culturas epistêmicas (KNNOR-CETINA, 1999), ou com o entendimento de inteligência coletiva de Pierre Levy. “O pretense sujeito inteligente nada mais é que um dos micro atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe” (LEVY, 1995, p. 83).

Um debate presente na discussão sobre o conhecimento tácito é sobre a “mobilidade” do mesmo. Amin e Cohendet (2000) argumentam que, do ponto de vista econômico, a forma tácita é particularmente difícil de mover, enquanto que a forma explícita (codificada) pode circular facilmente, desde que existam canais eficientes.

Outra abordagem sobre o conhecimento tácito que tem recebido destaque é a de Nonaka e Takeuchi (1997). Eles levaram essa abordagem para a área empresarial e argumentam que o processo de criação e circulação do conhecimento baseia-se no domínio da transformação de uma forma de conhecimento em outro. Para estes autores, o conhecimento tácito e o conhecimento explícito não são totalmente separados como é para os ocidentais, para eles esses conhecimentos são entidades mutuamente complementares, interagindo e intercambiando nas atividades criativas das pessoas. Argumentação que não está distanciada da defendida originalmente por Polanyi.

Com o propósito de estimular o fluxo do conhecimento nas organizações, Nonaka e Takeuchi (1997) propõem a Gestão do Conhecimento que enfoca o processo de interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. A dimensão tácita envolve experiência, pensamento e sentimentos em um contexto específico e incorpora componentes cognitivos e técnicos. O componente cognitivo refere-se aos modelos mentais, mapas, crenças, paradigmas e pontos de vista inerentes a cada indivíduo. O componente técnico refere-se ao *know-how* concreto e habilidades oriundas da experiência a serem aplicadas num contexto específico. A dimensão explícita do conhecimento é articulada, codificada e comunicada pelo uso de símbolos.

Nonaka e Takeuchi focam seus estudos sobre o conhecimento tácito, assim, cabe salientar que a dimensão explícita também pode ser classificada com base em objeto – *object-based* – ou com base em regras – *rule-based* (POLANYI *apud* POPADIUK, 2007).

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), a interação entre a dimensão tácita e a explícita dá origem à espiral do conhecimento que é baseada em quatro modos de conversão, abaixo descritos.

- a) Socialização (tácito para tácito): compartilhar e criar conhecimento tácito através da troca de experiências direta. O aprendizado ocorre pela linguagem, observação e prática;

- b) Externalização (tácito para explícito): articular conhecimento tácito através do diálogo e da reflexão. O indivíduo compartilha seu conhecimento tácito através de metáforas, hipóteses, analogias ou modelos;
- c) Combinação (explícito para explícito): sistematizar e aplicar o conhecimento explícito e a informação. É o processo de sistematização de conceitos em um sistema de conhecimento. Nesta etapa, ocorre a coleta e análise de dados que são classificados e categorizados;
- d) Internalização (de explícito para tácito): aprender e adquirir conhecimento tácito novo na prática. O conhecimento explícito é incorporado ao conhecimento tácito. Os dados e informações analisados transmitem um novo conhecimento.

Em obra mais recente, Collins (2013) faz uma crítica à concepção de Nonaka e Takeuchi, classificando-a como muito rasa. Em sua argumentação, Collins pondera que esses autores acreditam que a noção de conhecimento tácito é exaurida pelo conhecimento que simplesmente acontece, caracterizando apenas o conhecimento tácito do tipo relacional.

Eshuis e Stuiver (2005) analisam aprendizagem social em experiências de retro-inovação, descrevendo em termos dos três ciclos de aprendizagem desenvolvidos por Argyris e Schön²⁹ (1996 *apud* ESHUIS; STUIVER, 2005). Aprendizagem de circuito único refere-se à aprendizagem que muda a maneira de trabalhar dentro de um conjunto de quadros de pensamento. Princípios subjacentes não são questionados e o foco é uma das técnicas para aumentar a eficiência. No estudo relatado por eles, sobre a forma de aproveitamento do esterco por agricultores na Holanda, um único circuito de aprendizagem significava aprender sobre as medidas para melhorar a eficiência nutricional dos animais. Esse aprendizado fornece respostas práticas e aplicáveis localmente a perguntas como *quando aplicar adubo, como aplicar adubo, etc* (ESHUIS; STUIVER, 2005, grifo dos autores).

Na aprendizagem de circuito duplo, a aprendizagem altera os valores subjacentes, regras e pressupostos. No caso apresentado pelos autores, os agricultores aprenderam sobre:

- a) a relação entre os fertilizantes artificiais, no solo e produtividade;
- b) a qualidade do adubo;
- c) a relação entre a qualidade do adubo, do solo e produtividade;

²⁹ ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. A. *Organizational Learning II. Theory, Method, and Practice*. Reading, Pennsylvania: Addison-Wesley Publishing, 1996.

d) o papel do solo e da vida do solo em sistemas agrícolas.

Na aprendizagem de circuito triplo, aprenderam a aprender. Os participantes aprenderam a apreciar suas próprias experiências, bem como as dos outros. Por exemplo, os agricultores aprenderam que outros agricultores trabalharam de uma forma comparável e onde poderiam obter informações que seriam aplicáveis à sua própria fazenda. Os participantes também aprenderam sobre a interpretação de modelos e teorias. Durante o processo de negociação, os atores reproduziram as categorias de conhecimento científico e o conhecimento dos agricultores discursivamente e deram-lhes um novo significado (ESHUIS; STUIVER, 2005). O processo no qual esses atores participaram foi caracterizado por Stuver (2008) como sendo uma novidade: neles os agricultores constroem redes de aprendizado, coalizões e negociações para chegarem a novas formas de ação.

Nesse sentido, Gomes e Rosenstein (2000, p. 51) abordam que nem sempre o agricultor consegue explicitar as razões de seu comportamento; está em jogo sua consciência prática e não sua consciência discursiva. Contudo, a falta de um discurso ou a sua diferença em relação ao do cientista não significa a ausência de teoria. Contrariamente, seus conhecimentos se constroem na prática cotidiana e através de um processo de ensaio e erro, à medida que o aparecimento de novos problemas exige a busca de respostas diferentes. Os autores lembram que a “teoria do agricultor” é resultado de uma “rede de significados” composta por conceitos inter-relacionados, indispensáveis tanto para a interpretação cotidiana como para poder compartilhar e conversar com seus pares sobre problemas que surgem no curso do processo produtivo.

2.3 ENTENDENDO OS COLETIVOS DE PESQUISA

A discussão sobre os Coletivos de Pesquisa é razoavelmente recente, surgindo a partir dos debates sobre a ciência e sua relação com a sociedade e sobre a supervalorização do conhecimento científico em detrimento de outros tipos de conhecimento. Essas reflexões ganham maior visibilidade com a Antropologia da Ciência, principalmente com trabalhos de Latour e Knorr-Cetina. Contudo, é no debate sobre o papel do setor público no desenvolvimento da pesquisa e inovação que ganha maior força.

A necessidade de uma ciência construída *bottom-up* surge como uma alternativa ao modelo dominante da ciência *top-down*, principalmente envolvendo outros atores no

processo. Larédo (2001, p. 03) usa a expressão Coletivos de Pesquisa como “entidades de pesquisa produtivas que se encontram entre indivíduos pesquisadores e instituições”, ou “comunidade de pesquisa”. O autor argumenta que Coletivos de Pesquisa, ou laboratórios, representam para a ciência o mesmo que as empresas representam para a economia: as unidades básicas de produção.

Segundo Larédo *et al.* (1999), três perspectivas são cruciais para a análise da pesquisa no setor público: a **primeira** é baseada em Bruno Latour, o qual considera que a produção científica não pode mais ser reduzida aos atos de cientistas solitários cercados por sombras; contrariamente, é um ato composto por colegas, técnicos, estudantes ou alunos e instrumentos. Nesse sentido, o "laboratório" é a unidade básica de análise para a compreensão da dinâmica da ciência. A forma Mertoniana não é compatível com construções híbridas que reúnem recursos humanos, técnicos e financeiros de várias fontes, como um *mix*, compartilhado entre as instituições; a **segunda** é baseada no trabalho de Harry Collins e Michael Polanyi, que salientam a importância das dimensões tácitas na produção científica.

Dessa forma, a ciência não pode ser reduzida ao conhecimento codificado. Porém, para que aconteça a internalização de novos conhecimentos científicos, transformando-o em ativos específicos da empresa, são necessárias ligações diretas com os produtores deste novo conhecimento. Larédo *et al.* (1999) salientam que a inovação vem sendo cada vez mais baseada na ciência, onde se pode testemunhar um crescimento exponencial das colaborações entre universidade – indústria; e a **terceira**, pautada em Michel Callon, sobre a importância do entendimento das redes, uma vez que a circulação do conhecimento depende de uma "engenharia heterogênea" dos pesquisadores, isto é, da sua capacidade de promover o desenvolvimento de espaços em que os seus resultados possam circular. Como tem sido demonstrado a partir de estudos de inovação, estas construções locais, especialmente nas suas fases iniciais, desempenham um papel central na formação do conhecimento, nos atores que irão avaliá-lo e sobre os caminhos para a disseminação (LARÉDO *et al.*, 1999).

Fazendo uma retomada sobre as experiências de Coletivos de Pesquisa, Larédo (2001) relata: programas ou ações dedicadas ao surgimento de Centros pesquisa nos EUA, com os Centros de Pesquisa de Engenharia; na Austrália, com o Programa Colaborativo dos Centros de Pesquisa; na Holanda, existem os Institutos de Tecnologia de Ponta; na Suécia, com os centros de excelência; ou no Reino Unido com os Centros de Pesquisa, promovidos pelos diferentes conselhos. Além dos citados anteriormente, o autor destaca outros países, onde

diversas iniciativas têm promovido a ideia de *laboratórios sem paredes*, como por exemplo, os polos na Bélgica e a noção de *unidade de investigação (Unité de Recherche)* na França.

Esse modelo da França tornou-se progressivamente a entidade padrão da organização de atividades, não só dentro de instituições de pesquisa, mas cada vez mais nas universidades francesas, onde os departamentos de ensino já não são o único *locus* de atividades de investigação (LARÉDO, 2001, grifos do autor).

A reflexão sobre os Coletivos de Pesquisa aparece no relatório de um estudo desenvolvido por Larédo e sua equipe, no final da década de 1990, onde analisaram cerca de 400 laboratórios de pesquisa que atuavam na área de genética humana. O estudo buscou, principalmente, avaliar os perfis de pesquisa dos laboratórios, avaliando o papel das instituições envolvidas, em especial das universidades. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Projeto *Public Sector Research – PSR*. No relatório, os autores definem três hipóteses para os Coletivos de Pesquisa:

- a) Coletivos de Pesquisa podem ser caracterizados;
- b) Coletivos de Pesquisa podem ser identificados;
- c) Coletivos de Pesquisa podem ser tipificados.

Os Coletivos de Pesquisa, segundo Larédo *et al.*(1999), como qualquer coletivo, só pode ser produtivo se preencher três condições: a primeira é tornar sua existência visível (e/ou útil) para os outros; a segunda condição é reunir recursos para se manter ao longo do tempo; e a terceira, organizar-se para alcançar os objetivos anteriores.

Na caracterização dos coletivos, Larédo *et al.*(1999) assinalaram que três aspectos principais devem estar presentes. O *primeiro* deles considera que um laboratório é um *locus* (não necessariamente físico) que concentra recursos, isto é, um *locus* no qual os esforços e as escolhas são feitas (explicitamente ou não) pela qualidade e quantidade de recursos que são recolhidos. Os tipos de recursos podem ser humanos, financeiros e equipamentos. O *segundo* aspecto aponta que há um perfil de produção, um laboratório só existe (ou pode reivindicar a sua existência) ao longo do tempo se ele se conecta com o mundo exterior. O *último* coloca que os Coletivos de Pesquisa tem uma organização específica, estilos de gestão e de estratégia. Uma das questões-chave, nesse quesito, reside na articulação entre as trajetórias individuais (mobilidade de profissionais "professores-pesquisadores") e a dinâmica dos Coletivos de Pesquisa. O sucesso dos Coletivos de Pesquisa não depende apenas de um tipo de profissional; outros perfis, além da figura do professor universitário são cruciais para a

dinâmica dos laboratórios (LARÉDO *et al.*, 1999). Outro aspecto ligado a esse item é a importância atribuída aos perfis de publicação, mais conhecidos pelas análises das revistas e de seu fator de impacto ou *cienciometria*, aos quais os pesquisadores estão diariamente sujeitos em suas atividades (LARÉDO *et al.*, 1999).

Os pesquisadores enfrentam, também, uma demanda crescente pela utilidade de suas pesquisas, seja pela exigência de transferência, pela valorização ou pelo foco dos estudos que requer a identificação das necessidades socioeconômicas ou problemas que as atividades de pesquisa deveriam enfocar.

Um debate que se aproxima bastante dos Coletivos de Pesquisa é o de Gomes e Rosenstein (2000). Esses autores defendem a pluralidade epistemológica e metodológica na prática científica quando tratam da geração de conhecimento na transição agroambiental. Argumentam que a pluralidade não representa o simples rechaço nem a ingênua adoração da ciência. A pluralidade recusa o cientificismo dominante e é vista como um instrumento para promover uma ciência comprometida socialmente, segundo os autores, não significa abolir o procedimento rigoroso, sistemático e crítico nem promover a produção de conhecimento de segunda categoria. Os autores alertam que as mudanças na ciência que propõem dependem de especialistas e de instrumentos de investigação sofisticados, sem, no entanto, a liberdade absoluta do pesquisador. Segundo eles, a ciência deve estar submetida a algum tipo de controle social da mesma forma que em outras atividades. Desse modo, a construção do pluralismo na ciência tem implicações epistemológicas, metodológicas, técnicas e práticas, mas também de caráter sociocultural, político-institucional, ético e ideológico.

Conforme abordam Gomes e Rosenstein (2000), a ideia da necessidade de um conhecimento que sirva para o domínio da natureza está superada. Em seu lugar existe um relativo consenso de que o caminho é a cooperação entre cientistas, cidadãos e natureza para a construção da sustentabilidade econômica, social e ambiental. “Em lugar de consenso científico excludente é necessário abrir-se e conviver com o conflito e com a diversidade de fatores que contribuem para a consolidação de processos participativos e democráticos” (GOMES; ROSENSTEIN, 2000, p. 53).

Os coletivos emergem no debate sobre o conflito entre ciência básica e ciência aplicada. Como aborda Schwartzman (2002, p. 370), os possíveis vínculos e tensões entre a ciência básica e a ciência aplicada têm sido foco de muitos estudos. Ele cita um estudo desenvolvido por Krieger e Galembeck, que trata da pesquisa brasileira, realizado em meados

dos anos 1990. Nesse estudo, eles observam a existência de um grande distanciamento entre o mundo da pesquisa e o mundo empresarial (das aplicações) e caracterizam o ambiente científico brasileiro desta forma:

- a) conflito de interesses entre os defensores da *pesquisa básica* e da *pesquisa aplicada*;
- b) a falta de vínculos constantemente renovados entre pesquisadores universitários e profissionais de empresas; citam como exemplo, que sociedades científicas e sociedades profissionais são corpos distintos, que não se interpenetram nem interagem, à exceção de alguns casos notáveis;
- c) a existência de muitos argumentos de rejeição mútua entre profissionais de empresas e pesquisadores universitários (KRIEGER; GALEMBECK³⁰, 1996 *apud* SCHWARTZMAN, 2002, p. 370, grifos do autor).

Destaca-se que essa realidade é a mesma encontrada nos estudos rurais.

2.3.1 Diferentes modos de construção científica

O Coletivo de pesquisa traz em seu bojo a reflexão sobre as novas características da ciência e tecnologia no mundo atual, tema que foi objeto de um livro elaborado por Gibbons e colaboradores, de 1994, *The New Production of Knowledge*. Os autores apresentam o que teria sido o modo antigo de produção de conhecimentos (Modo 1), baseado nas estruturas acadêmicas e na separação formal das disciplinas e a realidade de hoje (Modo 2), que rompe as fronteiras entre o público e o privado, a pesquisa básica e a pesquisa aplicada. O Modo 1, segundo os autores, é o que se entende por ciência, com suas normas cognitivas e sociais, a “boa ciência”. O quadro 03 sintetiza as principais ideias apresentadas pelos autores ao distinguir os modos de produção de conhecimento.

³⁰ KRIEGER, E.; GALEMBECK, F., A capacitação brasileira para a pesquisa. In: SCHWARTZMAN, S.; BERTERO, C. O.; KRIEGER, E. M. et. al. (eds). *Ciência e tecnologia no Brasil* (vol. 3): *A capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica*. Rio de Janeiro: FGV, p. 1-18, 1996.

Quadro 03-Modos de produção de conhecimento

Modo 1 de produção de conhecimento	Modo 2 de produção de conhecimento
O conhecimento básico é produzido antes e independentemente de aplicações (geralmente dentro das universidades) .	O conhecimento é produzido no contexto das aplicações (contexto bastante diverso de demandas intelectuais e sociais).
Organização da pesquisa de forma disciplinar (comunicação dos resultados por meio de canais institucionais).	Transdisciplinaridade (gerada e mantida no contexto de aplicação; envolve componentes empíricos e teóricos; a difusão dos resultados acontece no processo de sua produção; é dinâmica).
Organizações de pesquisas homogêneas (universidades e faculdades).	Heterogeneidade e diversidade organizacional (ampliação dos locais onde se gera conhecimento, não só nas universidades e faculdades; vinculação entre atores de formas variadas, eletrônica, informal; novos contextos sociais).
Compromisso estrito com o conhecimento: os pesquisadores não se sentem responsáveis pelas possíveis implicações práticas de seus trabalhos.	<i>Accountability</i> e reflexividade: os pesquisadores se preocupam e são responsáveis pelas implicações não científicas de seu trabalho
Qualidade determinada pelos pares, centrais ao progresso das disciplinas (controle profissional sobre quais profissionais, quais problemas e técnicas que são consideradas importantes).	Critérios de qualidade adicionais, incorporando uma gama diversa de interesses intelectuais, sociais, econômicos e políticos.

Fonte: adaptado de Gibbons *et al.* (2011)

A novidade do novo modo de produção do conhecimento não é a penetração da ciência e tecnologia no mundo da indústria, mas a penetração do modo industrial na produção de conhecimento (SCHWARTZAN, 2003). Não se trata de uma transformação nas metodologias e procedimentos técnicos da atividade de pesquisa, mas de uma transformação na cultura, valores e nas instituições dentro das quais a atividade científica e tecnológica se desenvolve. Pode-se dizer que no rural trata-se de uma nova relação entre os agricultores e a academia reduzindo a distância entre ela e as unidades familiares de produção. Concepção que estimulou a realização desse estudo. Os Coletivos de Pesquisa propõem este caminho, portas se abrem e as trocas se estabelecem, os espaços de pesquisa são revistos e ampliados. O sentido geral desta reorganização é abrir as organizações, cada vez mais, para a sociedade mais ampla, tornando-as mais flexíveis, mais capazes de estabelecer parcerias com diferentes setores da sociedade, e sujeitas a novos procedimentos de avaliação (SCHWARTZMAN, 2002, p. 390).

Cabe salientar que as antigas escolas agrotécnicas quando foram criadas na década de 1960, implicitamente assumiram o fim de difundirem a tecnologia das grandes corporações capazes de contribuir para o crescimento econômico das regiões. O ensino, assim como a

pesquisa, era pautado basicamente em difundir as formas de uso e os tipos de pacotes tecnológicos disponíveis para serem utilizados e para formar mão de obra para essas empresas. Os pacotes tecnológicos eram “repassados” aos agricultores por meio da difusão tecnológica, ação desenvolvida por meio das atividades de extensão.

As relações no âmbito do PFV-VJ são permeadas pela reflexão de como as instituições de ensino e pesquisa vêm atuando e como podem repensar as suas práticas a partir da discussão coletivas de suas ações em comum. Esse debate traz um desafio que pode ser discutido utilizando a noção da Hélice Tríplice, na qual a universidade, as empresas e o setor público têm os seus papéis revistos nos processos de construção do conhecimento. Debate que começa a ser ampliado para a análise das estruturas de apoio à aprendizagem nos espaços rurais e que servirá de aporte para a análise das estruturas de apoio à aprendizagem e inovação no âmbito do PFV-VJ.

2.3.2 Da Hélice Tríplice ao modelo conceitual da região rural de aprendizagem e inovação

A abordagem da *Triple Helix*, defendida por Etzkowitz e Leydesdorff (2000) vem propondo novas fronteiras para a pesquisa, com uma aproximação da academia ao meio empresarial. Esse fenômeno vem ocorrendo desde a década de 1960, como aborda Etzkowitz (2009), existindo um aumento da sinergia entre universidade e empresa, o que é comprovado pelo aumento significativo de contratos entre empresas e universidades em atividades conjuntas. As universidades têm incorporado os objetivos do desenvolvimento econômico às suas atividades clássicas de ensino e de pesquisa (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1995). Esses autores têm discutido a relação universidade-governo-empresa no desenvolvimento de inovações.

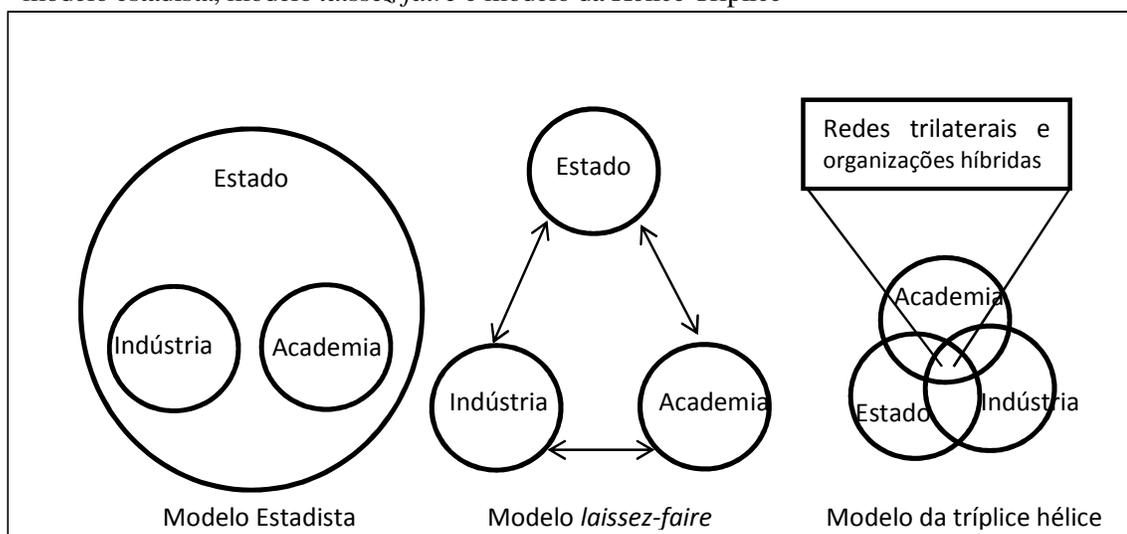
A universidade é o princípio gerador das sociedades fundadas no conhecimento, tal como o governo e a indústria eram as instituições primárias na sociedade industrial (ETZKOWITZ, 2009). Segundo eles, a Hélice Tríplice (TH) é resultado de um processo evolutivo em três níveis: (1) a universidade, com um papel mais proeminente em inovação, atuando em parceria com a indústria e governo em uma sociedade baseada no conhecimento; (2) um movimento em direção a relações de colaboração entre as três principais esferas institucionais, na qual a política de inovação é, cada vez mais, o resultado dessa interação, do

que de uma receita governamental; (3) decorre da transformação interna das instituições, cada esfera institucional assume o papel dos demais agentes, além de cumprir as suas funções tradicionais (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000, ETZKOWITZ, 2009). Ao assumir o papel da outra, cada esfera amplia a possibilidade de tornar-se fonte criativa de inovação e melhora sua capacidade de apoiar a emergência da criatividade nas outras esferas institucionais.

O rumo à TH pode partir de dois pontos diferentes (Figura 08), sendo que o primeiro é o modelo estadista de cooperação, onde a cooperação se estabelece entre a universidade e a empresa; nesse modelo o governo engloba as outras duas, sendo a figura central no processo. No segundo, há a separação clara entre as esferas institucionais, o governo mantém a posição central como incentivador dos demais, é o modelo *laissez-faire*. Na TH, a infraestrutura do conhecimento é construída e há a sobreposição das esferas institucionais (academia, indústria e estado), onde uma poderá desempenhar o papel da outra, possibilitando o surgimento de organizações híbridas (ETZKOWITZ, 2009; DOSSA; SEGATTO 2010).

A partir das interações bilaterais emerge outro elemento da TH, como uma extensão da missão educacional clássica da universidade e como expressão do seu novo propósito ligado ao desenvolvimento econômico e social, as incubadoras, que no Brasil adquiriram uma nova configuração, além das tradicionais incubadoras tecnológicas, surgiram as incubadoras sociais (ETZKOWITZ, 2009).

Figura 08 – Modelos de relação entre governo, indústria e academia até chegar à Hélice Tríplice, modelo estadista, modelo *laissez-faire* e modelo da Hélice Tríplice



Fonte: Adaptado de Dossa; Segatto (2010, p.1333)

O incremento nas interações entre os atores a partir da TH origina um sistema de “metainovação”, cuja premissa é sociedade civil ativa. “A possibilidade de indivíduos e grupos se organizarem, debaterem e tomarem iniciativas livremente é a base para uma hélice tríplice incluindo iniciativas hierárquicas de baixo para cima (*bottom-up*), assim como de cima para baixo (*top-down*)” (ETZKOWITZ, 2009, p. 15).

Etzkowitz (2009) defende a ideia de que as atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) devem estar subordinadas às especificidades locais, com seus distintos desenvolvimentos históricos. Para ele, o governo deveria incentivar a criação de “nichos locais” de inovação tecnológica que poderiam assegurar-lhe uma posição de destaque na divisão internacional do trabalho na economia global. Contudo, a formação de nicho como locais de criação para novos empreendimentos exige uma gestão reflexiva das condições sociais de produção de conhecimento e controle. Dessa forma, aborda o autor, as relações universidade-indústria podem desempenhar um papel fundamental: eles tornaram-se um laboratório para a reformulação consciente da infraestrutura de conhecimento em condições onde a incerteza teórica se junta às incertezas dos mercados. Fazendo com que a universidade assuma novas funções nas redes de produção de C&T, para além da qualificação profissional (ETZKOWITZ, 2009).

Segundo Silva R. (2012), a concepção empresarial presente na Economia da Inovação, em suas primeiras formulações, não considerou a importância das ações governamentais voltadas ao estreitamento da relação da universidade com a empresa, considerando a empresa como o lugar privilegiado da inovação e o empresário como ator principal. Uma abordagem neste sentido excluiria, portanto, o debate sobre as questões do campo e os agricultores, aspectos que justamente se pretende contemplar desde um debate sobre CPDR.

Dentro dessa conjuntura, a inovação passou a ser descrita como resultado da combinação de elementos internos à empresa, incluindo também a sua capacidade de gerar aprendizado científico e tecnológico com as universidades ou em seus próprios institutos de P&D, ou como elementos externos, que seria seu contato direto com a produção e com o mercado.

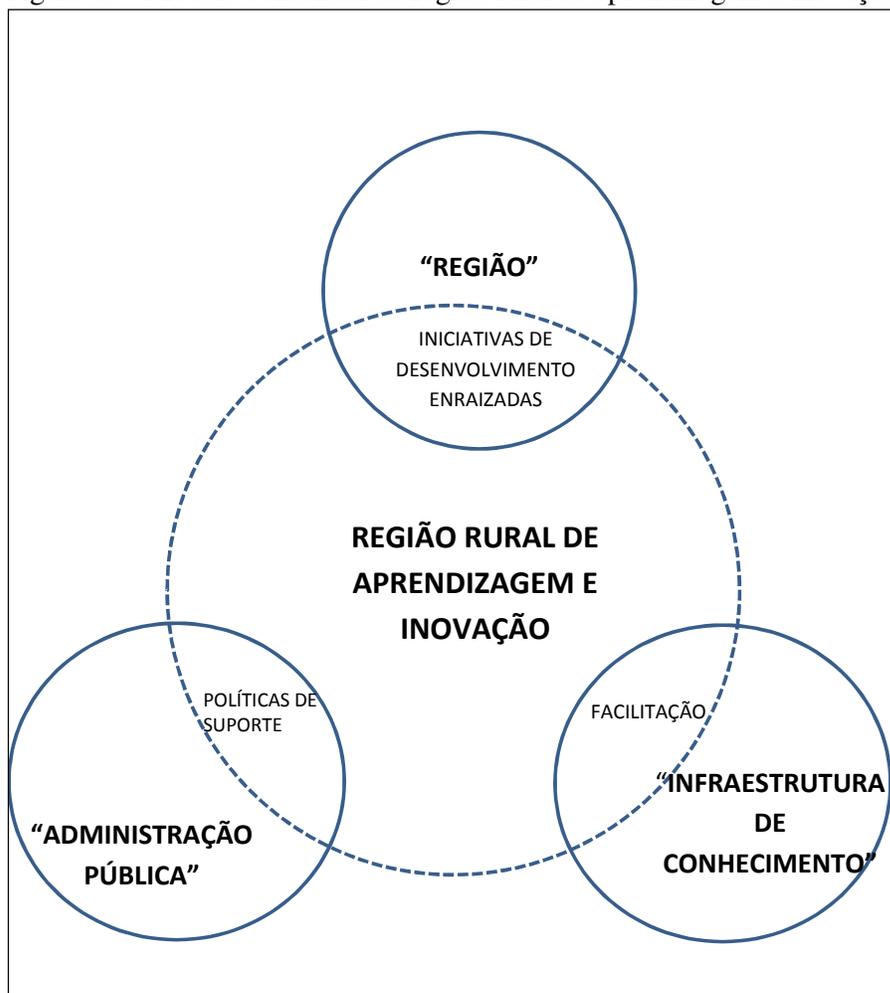
Silva R. (2012) critica a concepção gerada por essa abordagem, onde a universidade começou a ganhar destaque como ator fundamental no processo de inovação, adquirindo a função de qualificar os profissionais responsáveis pela produção de P&D. Segundo ele, esse enfoque passou a ser utilizado, então, como marco normativo para a relação universidade-

sociedade no Brasil, privilegiando o atendimento das demandas cognitivas de um único ator específico: a empresa. Outros segmentos sociais foram totalmente alijados dessa relação e entre os excluídos estão os agricultores e seu repertório de conhecimentos.

Os autores discutem o modelo da hélice tríplice regional que surge a partir da construção de espaços de conhecimento, consenso e de inovação. O primeiro espaço fornece as bases para o crescimento regional na forma de concentração de recursos de pesquisa sobre um tema específico, a partir do qual ideias tecnológicas podem ser geradas. O espaço de consenso consiste no processo de trabalho conjunto entre os atores que ao definirem estratégias e reunirem recursos para operacionalizá-las contribuem para o avanço do desenvolvimento regional. Por último, o espaço de inovação indica uma adaptação organizacional ou uma nova proposta que resulta numa nova entidade híbrida, reunindo pessoas, recursos e redes pela hélice tríplice (ETZKOWITZ, 2009).

Nos estudos sobre desenvolvimento rural a recente pesquisa desenvolvida por Wellbrock (2013), como parte do *Developing Europe's Rural Regions in the Era of Globalisation* (DERREG), propõe uma adaptação do modelo da TH ao desenvolvimento rural. A autora utilizou os conceitos de "região de aprendizagem" e a hélice tríplice para desenvolver uma perspectiva integrada no apoio à aprendizagem regional e à inovação nas zonas rurais. Em sua análise, o arcabouço da hélice tríplice não apresenta elementos suficientes para servir de suporte ao entendimento dos processos de aprendizagem e inovação nas áreas rurais (SHUCKSMITH, 2009, WELLBROCK, 2013). A Figura 09 representa o arcabouço conceitual integrado da aprendizagem regional rural reconstruída por Wellbrock (2013) a partir da hélice tríplice (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000, ETZKOWITZ, 2009).

Figura 09 - Modelo conceitual da região rural de aprendizagem e inovação



Fonte: adaptado de Wellbrock (2013, p.37)

As áreas rurais, contrastando com as indústrias nos *clusters*, são caracterizadas pela grande diversidade de atores sociais e atividades. Como consequência, o apoio para a aprendizagem conjunta e inovação nas áreas rurais é específico e altamente dependente do contexto. Wellbrock (2013) ampliou o conceito de região de aprendizagem para dar conta da diversidade de atores e atividades que contribuem em conjunto para o desenvolvimento rural. A ideia subjacente é que apenas os aspectos econômicos não dão conta dessa complexidade, sendo necessário abranger também as dimensões sociais, culturais e institucionais que operam em níveis locais e regionais. Neste sentido, a Figura 10 representa a evolução do modelo conceitual considerando o modo de arranjo e operação das interfaces. Nesta proposta da autora, a esfera 'indústria' vai ser substituída pelo termo "região", representando vários atores

e atividades, com suas iniciativas locais de desenvolvimento enraizadas que são valorizadas na proposta de análise da autora.

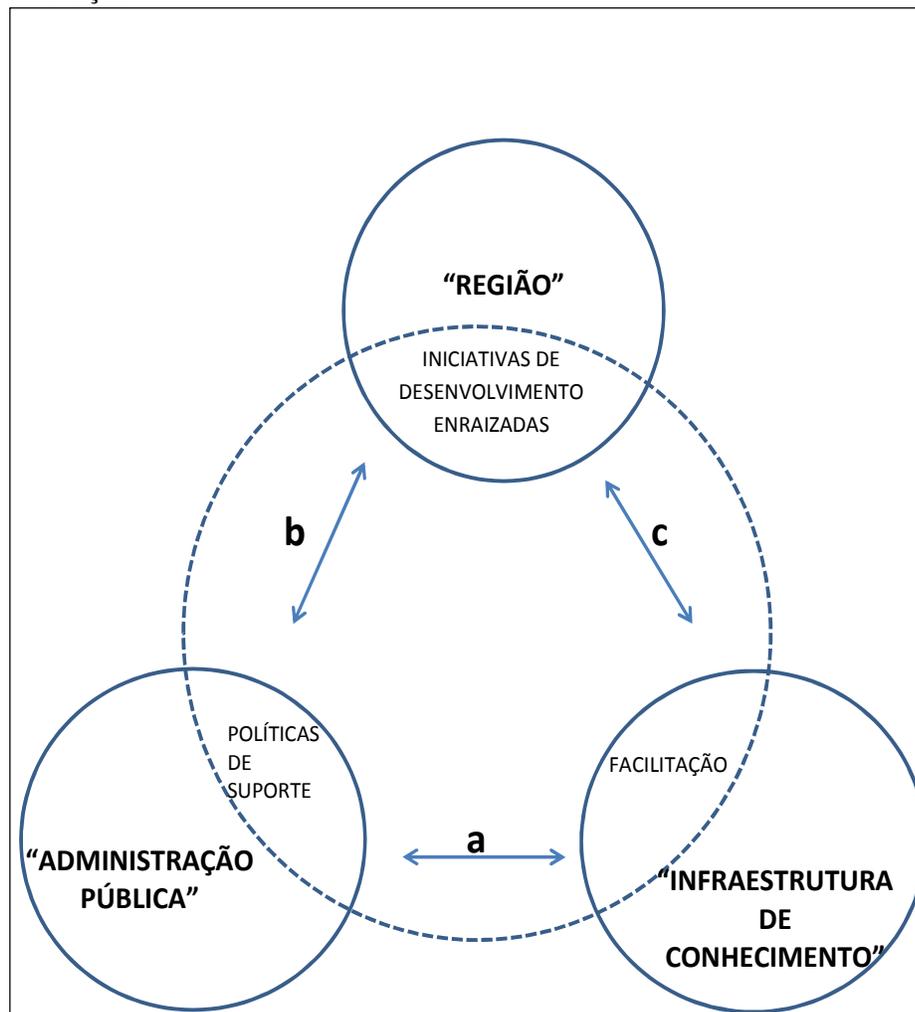
A autora substitui o ‘estado’ por "administração pública", incluindo assim, o apoio a políticas e aos atores operacionais que as implementam. Em contraste com o termo "Estado", que se refere à organização política da sociedade ou dos institutos de governo, o termo “administração pública” refere-se à implementação (por exemplo, o planejamento, organização, direção, coordenação e controle) das políticas governamentais e operações (WELLBROCK, 2013, p. 36-39).

No lugar da ‘academia’ ou ‘universidade’, o esquema revisto inclui a “estrutura de apoio ao conhecimento”, buscando incluir todos os tipos de agentes facilitadores e agências dentro dele. A ideia que subjaz ao modelo é que existem outras estruturas de suporte ao conhecimento, como os institutos públicos e privados de conhecimento, serviços de consultoria privadas, institutos públicos, ONGs, especialistas privados em desenvolvimento, bem como iniciadores de desenvolvimento da comunidade local pode atuar como facilitadores do conhecimento.

Esta recente proposta de Wellbrock (2013) se mostra interessante para destacar e analisar aspectos relativos à região e à administração pública no que tange ao PFV-VJ, com um enfoque maior sobre as estruturas de apoio ao conhecimento e à inovação será apresentado no Capítulo 5 deste trabalho.

Os processos de aprendizagem e inovação nas regiões rurais necessitam não só de apoio e facilitação de *spill-over* tecnológico, oriundo do conhecimento especializado e de capital humano da academia, mas também do apoio e facilitação que deve valorizar o uso e a construção de conhecimentos locais assim como os recursos localmente incorporados (WELLBROCK, 2013).

Figura 10 - Evolução do modelo conceitual da região rural de aprendizagem e inovação



Fonte: adaptado de Wellbrock (2013, p.39)

O estudo da aprendizagem regional e inovação nas regiões rurais exige uma mudança de enfoque das “formas de conhecimento” para “processos de conhecimento”, explorando as dimensões da construção do conhecimento, aprendizagem social e colaborativa a reincorporação do conhecimento local (WELLBROCK, 2013, p.38), ideia que converge com o debate de comunidade epistêmica de Knorr-Cetina (1999). Uma vez que diversos atores estão tentando realizar diferentes atividades de desenvolvimento no mesmo espaço rural, eles precisam aprender a trabalhar em conjunto. Aí, se percebe a perspectiva de “*joint learning-by-doing*”, ou seja, abarca processos que não podem ser entendidos nos contextos formais de aprendizagem, mas por meio da comunicação informal, da interação social.

O foco principal do quadro integrado é destacar as interfaces existentes, como indicado pelas setas a, b, c, na Figura 10, que visam apoiar e facilitar os processos de conhecimento, explorando as dimensões da construção do conhecimento, aprendizagem social colaborativa e a reincorporação de conhecimento local em iniciativas de desenvolvimento de base, em oposição à transferência de conhecimentos novos, científicos e especializados (WELLBROCK, 2013).

O apoio e facilitação fornecidos podem ser agrupados em cinco categorias: "apoio financeiro" (ou seja, diferentes tipos de subsídios e apoio processual), "conhecimento e competências" (atividades de consultoria, de facilitação, de ensino e pesquisa), "infraestrutura física" (espaços de reuniões, reservas da biosfera e centros de informação) e "infraestrutura social" (redes de incubação e *clusters*) (WELLBROCK, 2013, p. 44).

Na proposta de Wellbrock (2013), é muito importante o entendimento de agência coletiva desenvolvido pela teoria cognitiva social que amplia a concepção e agência humana. As pessoas compartilham suas crenças e seu poder coletivo para produzir resultados desejados que são os ingredientes chave para a agência coletiva. “As realizações coletivas são produto não somente do conhecimento e habilidades compartilhadas dos diferentes membros, mas também da interação, da coordenação e da dinâmica sinérgica de suas transações” (BANDURA, 2000, p.75).

A ampliação da compreensão sobre o papel das estruturas de apoio ao conhecimento e à inovação na aprendizagem regional, no caso do PFV-VJ, será trabalhada mais adiante, complementando reflexões a cerca da proposta de CPDR. No entanto, cumpre, antes disto, elucidar elementos sobre os atores, suas trajetórias e relações sociais estabelecidas. Justamente, tais aspectos serão explorados nos próximos dois capítulos.

3 RECONSTITUINDO O PERCURSO DO PROJETO FORTALECIMENTO DA VITIVINICULTURA DO VALE DO JAGUARI

Seguindo o desafio de identificar os papéis dos atores sociais e sua inserção no contexto do PFV-VJ e, ao mesmo tempo, de reconstituir a trajetória do projeto, este capítulo traz, em essência, os textos construídos pelos participantes a partir de seus depoimentos, pontos de vista, mundos de vida e práticas constituídas através das relações que foram emergindo desde seu envolvimento nas ações propostas.

A observação e análise foi permitindo ‘desenhar’ a arena onde as negociações se estabelecem diante dos diferentes olhares que possibilitaram a reconstrução de uma trajetória que foi (re)criando os envolvidos; e descortinando novas possibilidades e novos encontros e desencontros. Esta é uma dinâmica não muito fácil de recompor, no entanto, o esforço foi o de traduzir em texto (codificado) o que nem sempre é traduzível. Como aborda Collins (2013), os silêncios e os olhares, embora utilizados em várias situações, ganham significados diferentes e são compreendidos pelas pessoas que estão inseridas na mesma realidade. Por maior esforço que se faça há limitações em captar todas as intenções e as tensões, o que não invalida a reconstrução.

Este capítulo é dividido em duas partes, inicialmente apresenta-se a reconstituição do PFV-VJ através das falas dos participantes entrevistados. A segunda parte remete ao estabelecimento do Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari (CMV) e sua interconexão com o PFV-VJ, na medida em que estas construções emergem das relações estabelecidas e indicadas pelos próprios participantes.

3.1 UMA HISTÓRIA RECONTADA PELOS PARTICIPANTES E ATORES

O início do PFV-VJ é uma soma de eventos, nas falas dos entrevistados, foram apontados motivos diferentes para que o mesmo tivesse iniciado, porém, todos convergem para o fato de que a passagem do Núcleo Tecnológico do Chapadão ao Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul foi um marco para o projeto. Até então, como já relatado no capítulo inicial, o Núcleo estava sob a responsabilidade da URI Santiago. Assim, não há uma data específica identificada com o início das atividades, mas há o reconhecimento

por parte dos atores que desde 2006 havia um ambiente propício e que uma série de eventos acaba por favorecer que, em 2010, as ações do Instituto sejam direcionadas ao grupo de agricultores ligados à vitivinicultura.

Havia entre os atores sociais a intenção de criar um movimento diferente, os quais sentiam a necessidade de uma atuação conjunta e mais focada na cadeia produtiva da uva, impulsionada pela existência do Centro Mesorregional no, então, Núcleo Tecnológico do Chapadão. O relato de um dos membros da APROVIJA, transcrito abaixo, ilustra o movimento inicial.

Na verdade fazia uns cinco anos. [...] quem lançou a ideia fui eu. Eu conversava com o [nome], vamos organizar uma associação para fazer compras conjuntas esse tipo de coisas assim, a gente vinha conversando, tinha algum que ficava com o pé assim meio atrás, acho que não vai dar (A3).

No momento em que o Núcleo Tecnológico do Chapadão passou para o IFFar, emerge a necessidade de trabalhos de extensão mais direcionados à cadeia produtiva da uva e do vinho, embora também apareça a relevância da cadeia da cana de açúcar. A comunidade de Jaguari cria uma expectativa positiva em relação ao Instituto, e às atividades do Núcleo.

Por outro lado, a URI Santiago, com a iminência de a área passar ao IFFar, intensificava as ações com os agricultores para tornar mais efetiva a sua atuação no município. Os entrevistados narram que a convite da URI Santiago, uma das agricultoras participou de uma feira de agricultura familiar em Florianópolis no ano de 2008. Um evento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério da Integração, como relata um dos entrevistados: “lá, ela viu que tinha bastante gente em associativismo e que conseguiam muita coisa, dinheiro governamental, e ela veio botando pilha e a gente se uniu” (A3).

Os agricultores começam a vislumbrar as vantagens das ações coletivas para que suas atividades pudessem ser impulsionadas, na medida em que identificam uma política em nível federal³¹ de apoio a iniciativas de grupos de agricultores, o que faz com que comecem a perceber como uma oportunidade o que até então consideravam como um ponto negativo (concorrência).

³¹ A política em questão é o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT.

Essa percepção de que só por meio de soluções coletivas poderiam ampliar as suas condições individuais foi intensificada com a participação no evento promovido pelo MDA. Ele despertou muitos questionamentos e certa indignação, como se pode observar no relato da agricultora que participou do mesmo.

Aí, eu vi que todo o pessoal que estava lá, desde plantador de capim dourado até produtor de cachaça, tudo com incentivo do governo, via MDA e Ministério da Integração. E eu pensei: mas diabos, porque todo mundo aqui consegue? O pessoal nosso parece que está à mercê. Aí, na parte de vinho específico estava o pessoal de Uruguaiana de uma cooperativa de vinhos de Uruguaiana, tinha um pessoal de Pelotas que nem registrado não era. Tinha o [nome] da cachaça [nome] que participava e eu comecei, mas como assim? Como funciona? Como é? O [nome] estava em função daquele projeto da cachaça, que é via MDA e Ministério da Integração. Mas que diabo, a gente não consegue fazer nada e fica esperando tudo de recursos próprios [...] (A7).

O contato com outros grupos de agricultores gerou esta ‘desacomodação’ e inquietação na agricultora que participou do evento, novas perspectivas se descortinaram a partir de então. Ao voltar do evento, como foi relatado pelos entrevistados, a agricultora começou o diálogo com os demais agricultores mostrando a necessidade e a importância da união entre eles para que pudessem receber mais apoio por parte dos órgãos governamentais.

A partir de então, há uma aproximação maior com o IFFar/SVS que passaria a dar um suporte à organização dos agricultores, auxiliando nas atividades definidas pelo grupo. Entre elas, foram realizadas visitas a grupos de agricultores organizados e a um dos principais eventos do setor na Serra Gaúcha, a Vinotech. Isto aconteceu em abril de 2010. A fala de um dos professores transcrita abaixo traz um pouco do relato desta atividade, que parece ter sido bastante relevante como estímulo à organização dos agricultores.

Realizamos uma viagem para a Vinotech em Bento [...] as principais lideranças foram, ali de Jaguari, né. E, assim, eu acho que tinha, já estava começando, já tinha saído a primeira reunião quando saiu essa viagem. Eu me lembro que a gente já tinha tido a primeira reunião, já tinha conseguido juntar eles pela primeira vez, e essa viagem foi assim o que deu os elementos principais para a formação do grupo (P3).

A Vinotech é a maior feira de tecnologia, produtos e serviços para a vitivinicultura e indústria de bebidas que acontece atualmente na América Latina. A feira envolve uma série de atividades, como palestras, seminários e eventos paralelos, buscando fomentar e debater temas do setor. O evento oportuniza também encontros entre profissionais de diversos países.

Os agricultores conviveram intensivamente durante dois dias, realizando visitas e acompanhando o evento, o que propiciou o estreitamento dos laços entre eles. A partir daí os

professores do Instituto reforçaram o trabalho com o grupo e começou uma etapa ativa de encontros para definir a criação da associação. Como relatado por eles, foram inúmeras reuniões, “foram muitas reuniões, muito discutido, muitas reuniões para chegar aonde a gente queria” (A2).

O trabalho pensado pelos professores do Instituto para ser realizado na cadeia produtiva tinha como base o fortalecimento do grupo. O relato do professor que coordenava as atividades mostra os propósitos buscados por meio do projeto.

Primeiro passo é fortalecer a organização deles, eles podem se reposicionar dentro da cadeia produtiva se a gente quiser olhar na visão de cadeia produtiva. Se eles quiserem se fortalecer, e isso começa pelo fortalecimento organizacional deles, eles têm que se reconhecer como grupo. Então, a viagem estava dentro dessa estratégia, eu tenho esse planejamento da primeira reunião. A primeira leitura que foi feita, para mim, aquela visão foi fundamental na primeira reunião com eles. Eu fiz uma preparação de como eu ia conduzir. Como tinha essas barreiras entre eles eu procurei conduzir no sentido de sensibilizar eles, como é que o grupo poderia estar (P3).

Após a viagem à Vinotech, aproveitando o entusiasmo do grupo e o estreitamento das relações entre eles, foi realizado um trabalho participativo para a análise da situação do setor no município, como relata o professor responsável pelo trabalho na fase inicial.

Tentando mostrar assim, que eles precisavam se fortalecer de forma tecnológica, de forma organizacional e de forma de mercado [...] E, aí, levantamos esses resultados, quem estava na primeira reunião, o que eles enxergaram como debilidades. Tu vê, todos ganhando menos, trabalho isolado, necessidade de geração de renda, essa foi a primeira reunião (P3).

A primeira reunião após a viagem tinha por objetivo o planejamento de ações para a vitivinicultura para grupo de agricultores de Jaguari: Vinícola Dalla Valle, Don Vergílio, Sucos Naturelle, Cooperativa Agrária São José, Vinhos Minuzzi. No quadro 04³², construído na reunião, pode-se observar as questões debatidas.

Os elementos elencados pelos agricultores na reunião sinalizam que existem conhecimentos compartilhados sobre as dificuldades enfrentadas por eles (e que a maioria advém da ação isolada por parte deles, como por exemplo, a dependência de atravessadores, dificuldade de acesso à tecnologia, desconhecimento da região como produtora de vinho de qualidade, etc.), que posteriormente subsidiaram a definição das ações que seriam empreendidas junto às entidades parceiras. Nesse processo, já se pode perceber a

³² Informações dos quadros 04 e 05 foram obtidas por um dos informantes chave entrevistado.

reflexividade e o fortalecimento do sentimento que de forma coletiva poderiam ter mais força para as manobras e negociações futuras.

Quadro 04 - Debilidades e fortalezas levantadas pelos atores sociais

Debilidades	Fortalezas
Produtores estão ganhando menos; cada um vende uma marca isolada; necessidade de agregação de renda; deficiência em tecnologias de viticultura e vinicultura (distância da zona produtora); alta incidência de vinhos de fora, alta dependência do atravessador; falta de conhecimento dos custos de produção e vinificação; venda baseada no corpo a corpo; a região é mal trabalhada; alta comercialização de vinhos pet; necessidade de melhorar design do pet (embalagem); a população de Jaguari não tem o vinho na memória e fala pouco disso; há pouca sinalização referente ao polo de produção (quem passa por Jaguari não vincula com uvas e vinhos); solo desequilibrado, assistência técnica do vendedor, não há disponibilidade de insumos na região; falta sistema de frio para redução de acidez tartárica; necessidade de montar no Centro Mesorregional um laboratório para análise completa de vinhos.	A produção de uvas e vinhos está concentrada em uma região; bem ou mal Jaguari é conhecida como cidade produtora de vinho;

Fonte: Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari, 2010.

Na reunião, também foram definidas as ações a serem realizadas visando ao fortalecimento do grupo e do setor. Para cada ação pensada foi definido um responsável e o prazo para que fossem efetivadas, como se pode observar no quadro 05.

As atividades pensadas pelos professores do IFFar/SVS tinham uma intencionalidade clara. Um exemplo disso foi a escolha por visitar a Vinoeste de Uruguaiana, em maio de 2010 e a viagem à Bagé em junho de 2010, como relata um dos professores:

[...] a Vinoeste lá de Uruguaiana já tinha conseguido recursos com o Ministério da Integração, tava consolidada, já tinha feito a cooperativa. Permitir eles ter essa visão de futuro e da importância que tem andar juntos. Aí fomos atrás, nós tínhamos ido na Vinotech, visitamos essa Apromontes aqui, e a [nome] pegou o estatuto para montar a outra associação, estudou para criar uma nova associação de vinícolas (P3).

O fato de as visitas e de outras ações terem sido escolhidas para que acontecessem partiu de uma construção conjunta entre os agricultores e coordenadores das reuniões. É interessante observar que já havia no espaço das reuniões o direcionamento dos atores para a busca de alternativas associativas. A visita à Associação de produtores de Vinhos dos Altos Montes (Apromontes³³) e à Cooperativa dos Vitivinicultores de Uruguaiana (Vinoeste) são indicativos dessa intencionalidade manifesta pelo professor entrevistado.

³³ Formada por 11 vinícolas de duas cidades da Serra Gaúcha: Flores da Cunha e Nova Pádua.

Quadro 05- Encaminhamentos definidos pelo grupo de agricultores

ENCAMINHAMENTOS		
O que e como fazer	Quem (responsável)	Prazo
Dimensão Institucional		
Viagem de estudos Vioeste		13 de Maio
Verificar estatutos de outras associações de vinícolas – Ex.: Aprovale, Apromontes		Maio
Estudo de criar ou não associação de vinícolas.		Maio
Dimensão de Comercialização		
Desenvolver marca dos vinhos de Jaguari com a ideia de vender vinho com Jaguari		Próx. reunião
Desenvolver material informativo sobre os vinhos de Jaguari		Próx. reunião
Área Tecnológica		
Todos devem fazer análise de solos nos seus parreirais (prováveis laboratórios: EMBRAPA, UFPEL, UFRGS, UFSM, FUNDACEP)		26 de abril
Organizar Reunião sobre solos –reunião técnica que aborde cobertura de solo,		1ª quinzena de maio
Reunião de solos com o Prof. Gustavo Brunetto da Universidade Federal de Santa Catarina		27 de maio pela manhã
Buscar reunião técnica com INNOVAGRO		Maio
Reunião técnica da Emater - adubação		07 de maio
Agendar curso de tecnologia de aplicação		2ª quinzena de setembro
Reunião técnica – Chapadão		06 de maio às 10,00 h
Reunião técnica de aplicação de agroquímicos x fermentação		
Organizar reunião técnica sobre quebra de dormência		
Buscar desenvolver análise completa dos vinhos (Mínimo 12 amostras)		Imediato
Atividade prática de clarificação em vinhos		Maio

Fonte: Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari, 2010.

As demais ações foram acontecendo de acordo com o que o grupo planejou para 2010 e, concomitantemente às atividades realizadas, havia uma “costura política” para buscar recursos para o Centro Mesorregional da Vitivinicultura de Jaguari (CMV). São atividades que estão diretamente relacionadas ao PFV-VJ. Nesse cenário, o poder público municipal assumiu um papel significativo de articulação política junto aos ministérios da agricultura e da integração.

Os relatos dão conta de que o prefeito municipal, em uma agenda política em Brasília, foi acompanhado dos professores que atuavam no projeto, visando obter recursos para reativação do CMV. Essa articulação resultou na destinação de recursos para a ativação do

CMV e no retorno da EMBRAPA Uva e Vinho (CNPUV)³⁴ à Região do Vale do Jaguari, levando a uma aproximação compulsória do CNPUV com o CMV e com o IFFar/SVS, pois o CNPUV ainda possuía fortes vínculos com a URI Santiago construídos na época da criação do CMV. Os relatos dos entrevistados indicam um tensionamento entre esses atores a partir desse episódio, oriundos de desconfianças e desacordos que permaneceram da transferência do patrimônio entre as instituições envolvidas no processo anterior (qual seja, a transferência do CMV da URI para o IFFar/SVS).

Em junho de 2010, a comissão que trabalhou na criação e legalização da associação concretiza a APROVIJA. O trabalho foi responsabilidade dos agricultores, com o respaldo de uma aluna do Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que na época era bolsista do setor de extensão do IFFar/SVS. Foram feitas pesquisas em estatutos das associações similares, depois eles debateram e construíram o estatuto da APROVIJA, partindo em seguida para a sua legalização. O ano de 2010 foi um ano intenso em atividades pelo grupo, foram inúmeras reuniões, viagens e negociações entre os envolvidos. No final de 2010, outro professor do Instituto, da área de gestão, com experiência em trabalhos de grupos é convidado a inserir-se no projeto, caracterizando uma nova fase nas atividades.

Assim, o foco das atividades do PFV-VJ, a partir de outubro de 2010, foi a elaboração de um planejamento estratégico para a APROVIJA. Os professores perceberam que as reuniões estavam acontecendo e as atividades estavam sendo desenvolvidas, contudo, o grupo não possuía ainda um foco claramente definido. Então, optaram pela estruturação do planejamento, como relatado pelo professor que coordenava os trabalhos.

A associação já estava formalizada e já existia um plano de ação de atividades, mas o que se percebia olhando assim era que os objetivos individuais dos produtores eram diferentes. E eles perguntaram qual era a solução, aí eu expliquei que a gente poderia fazer um trabalho, sob o aspecto da administração e expliquei um pouco sobre o planejamento estratégico. Os produtores gostaram e, aí, nós começamos então de outubro a dezembro de 2010. [...] Não apenas chegar aqui, como a cooperativa, entregar a uva, comercializar. Não! É muito maior, talvez seja até de alavancadora de toda a cadeia da vitivinicultura, tendo representatividade no setor [...] foram 15 reuniões ao todo para fazer o planejamento [...] tentamos trabalhar num formato que não usasse muito a linguagem técnica (P5).

³⁴ Quando há referência à EMBRAPA, se está especificamente referindo a EMBRAPA Uva e Vinho – Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho (CNPUV), cuja sede localiza-se em Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul.

Esse trabalho de elaboração do planejamento estratégico parece ter feito com que os agricultores tivessem o sentimento de pertencimento reforçado, pois começam a compartilhar valores e crenças ligadas à atividade desenvolvida por eles. Como consequência dessa construção, a representatividade e a conquista de recursos para o CMV foram elementos que ampliaram a percepção de que havia lutas coletivas a serem levadas adiante, fortalecendo os laços entre eles. O professor do IFFar/SVS que acompanhou esse processo relata com detalhes, como se pode observar no trecho transcrito abaixo.

O Ministério da Integração Nacional veio para a região e se descobriu que tinha dois setores, acho que isso foi um grande marco assim no trabalho. Então, nós competimos assim pelo recurso, veio com a possibilidade de se trabalhar na área moveleira e com a vitivinicultura, [...] Ele chegou em Jaguari, o presidente da associação, o [nome] estava lá com o planejamento estratégico, com projeto pronto de revitalização das vinícolas, acabou sendo um apoio nosso, a gente trabalhou oficinas com eles aqui. Eles criaram o próprio trabalho. E eu acho que esse foi o grande impacto, um fator essencial, que veio o recurso para a estruturação do Centro Meso. [...] Acho que isso foi uma grande conquista da articulação dos produtores. Se eles não tivessem se articulado tenho certeza que não teria acontecido (P5).

O ano de 2010 tem como marco a organização da associação e a elaboração do planejamento estratégico, sendo possível perceber os avanços do grupo nos relatos e, de certa forma, o processo de elaboração do planejamento estratégico sinalizando novas possibilidades, o movimento, ou seja, a saída da zona de conforto do grupo e a busca por alternativas de apoio.

3.1.1 O fortalecimento da APROVIJA

Os entrevistados identificam que em 2011, as atividades com o grupo de agricultores da APROVIJA segue um novo direcionamento no processo de fortalecimento da associação, especialmente pelas atividades propostas por um projeto de extensão formalizado pelo IFFar/SVS e pela entrada de um novo ator, o SEBRAE.

A proposta a ser trabalhada no projeto, como o grupo que já vinha com encontros periódicos, passa a ser construída com a colaboração dos agricultores. O trecho de entrevista transcrito abaixo dá mostras desta participação dos agricultores na fase de construção do projeto.

Construímos o projeto também junto com os agricultores, eles elencaram as prioridades, aí, se chamou fortalecimento da vitivinicultura do Vale do Jaguari que foi o projeto de extensão trabalhado no ano de 2011. Não era a elaboração do planejamento estratégico, ele foi o despertar para o projeto de extensão (P5).

Com a aprovação do projeto, começam a atuar no PFV-VJ mais duas estudantes, uma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFFar/SVS e outra do Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS). Elas contam que, entre suas atribuições, estavam a assessoria aos professores na realização das reuniões e demais articulações programadas. Sobre a primeira reunião de articulação, realizada em abril de 2011, com a apresentação do projeto e das bolsistas aos produtores da APROVIJA, os entrevistados apontam que o trabalho desenvolvido pelas estudantes foi muito importante para a organização documental e administrativa da associação, auxiliando também na visibilidade por meio de material de divulgação elaborado pela estudante de ADS³⁵.

Dentre as atividades desenvolvidas no projeto, os agricultores ressaltam a participação, no mês de maio de 2011, em uma visita técnica às vinícolas Dalla Corte, na cidade de Santa Maria e à vinícola Quinta do Gama no município de Dilermando de Aguiar. A viagem teve por objetivo propiciar a troca de experiências entre os agricultores que apresentavam uma organização diferente dos agricultores da APROVIJA. A viagem fez com que fosse reforçada a importância da organização das vinícolas e eles perceberam a relevância da qualidade do processo de elaboração dos vinhos e dos espaços de venda. Os agricultores também participaram do VIII Seminário de Vitivinicultura da Metade Sul do RS-Bagé em agosto de 2011, oportunidade em que puderam, inclusive, divulgar seu próprio evento que iria realizar-se em outubro do mesmo ano.

Neste sentido, pode-se dizer que um dos resultados deste contato mais próximo do Instituto com a APROVIJA, propiciado pelas atividades de assessoramento, foi a organização e realização do Seminário Regional da Viticultura do Vale do Jaguari (27 e 28 de outubro de 2011).

Nesse seminário, aconteceu um episódio que reforçou a importância da união da associação em busca da representatividade. Os agricultores precisaram mostrar a sua força e organização para que um dos laboratórios do CMV não fosse retirado da região. A partir daí, começaram a valorizar ainda mais as ações empreendidas de forma coletiva. O relato de um

³⁵ Foi elaborado um site para a APROVIJA e um vídeo para divulgar as atividades da associação (<http://www.youtube.com/watch?v=TWXIQdJzrLg>).

dos agricultores mostra um pouco o avanço da percepção da necessidade da ação coletiva ou da importância de se fazer representar através da organização.

O dia que a gente foi a Bagé que o secretário do Estado ia trocar o laboratório daqui de Jaguari para Dom Pedrito, só não aconteceu porque estávamos nós da associação e ele nem sabia que a gente estava lá. E nós chegamos e cercamos o cara. Como assim? Pera aí, isso não é bem assim. A gente começa a participar desses grupos e as pessoas começam a pensar. - Bom não posso fazer isso dessa forma porque tem um pessoal lá em Jaguari. A gente começa a ganhar representatividade (A7).

É possível perceber a ampliação da capacidade de agência dos agricultores que ao vislumbrarem os resultados concretos de sua ação coletiva, sentem-se com mais espaço e condições de negociar e mudar os rumos dos acontecimentos que os afetam. Nesse sentido, eles buscaram resolver os problemas existentes, intervindo no fluxo do evento (LONG, 2007). No caso, revertendo a perspectiva negativa aos seus interesses, a transferência do laboratório do CMV para Dom Pedrito.

O grupo já mais coeso e reflexivo sobre os acontecimentos que os envolve parte para novas parcerias, sempre apoiado pelos profissionais do IFFar/SVS. Assim, como relatado pela consultora do SEBRAE, a entrada da entidade no PFV-VJ foi resultado de tratativas que iniciaram no ano anterior (2010). O SEBRAE acolheu a demanda dos agricultores, pois a APROVIJA já estava organizada, requisito importante o trabalho proposto. A consultora lembra que o trabalho iniciou em 2011, com cursos de gestão, enfocando o curso 5S³⁶, planejamento e custos de produção que esses cursos foram repetidos em 2012. Segundo ela, no ano seguinte foi a vez do foco na parte técnica, que contou com a atuação de um consultor em vitivinicultura que realizou visitas às propriedades. A proposta de trabalho envolveu três visitas em cada uma das propriedades durante o ano para orientar os agricultores nas diferentes fases do cultivo.

A análise das entrevistas leva a observar que havia um predomínio de interesses econômicos e comerciais por parte dos donos das vinícolas. Talvez estes aspectos tenham se sobressaído em função das próprias prioridades que o projeto de extensão estabeleceu; quais sejam: as questões de mercado e de melhoria da produtividade. Como mencionado anteriormente, a equipe de trabalho, e mesmo a iniciativa do projeto, vieram da área de gestão, desta maneira é esperado que esse viés se sobressaia nas ações desenvolvidas.

³⁶ 5S é uma ferramenta ligada à Qualidade Total, os 5 Ss correspondem as palavras japonesas: *Seiri* (utilização), *Seiton* (ordenação), *Seiso* (limpeza), *Seiketsu* (higiene) e *Shitsuke* (autodisciplina).

A entrada do SEBRAE fortaleceu esse aspecto dando um caráter mais empresarial às vinícolas. O professor coordenador do PFV-VJ relata como foi o trabalho desenvolvido pelo SEBRAE.

Eles disponibilizaram consultorias técnicas, das agências de comunicação, consultorias financeiras e eles começaram a rodar um programa de qualidade dentro da propriedade, foi bem interessante, começou desde a parte de descarte, até a questão da organização, foi em todos os participantes da associação. Eles aderiram a proposta e além deles alguns produtores vinculados a cooperativa. Se não me engano foram 25 que aderiram ao projeto do SEBRAE (P5).

A proposta desenvolvida pela consultoria do SEBRAE tinha dois focos principais: a melhoria em aspectos de gestão e *marketing*, como já mencionado; e a mudança técnica no que se refere ao processo de produção propriamente dito. Num primeiro momento, a elaboração do plano de ação se deu por parte dos *experts*. Mais do que isto, previa intervenções diretas sobre o ‘modo de fazer as coisas’ nas propriedades dos agricultores.

Observa-se nessa interface, o encontro de diferentes domínios sociais, os agricultores e os técnicos começam um diálogo diferente do que vinha sendo construído com os professores e estudantes do IFFar/SVS, uma vez que são instituições com propostas de trabalho diferentes (e que acumulam competências diferentes). A proposta do SEBRAE, com estilo mais próximo do *top down*, com uma linguagem bem mais técnica causou maior estranhamento por parte dos agricultores. É característica dessa organização as ações pré-formatadas para públicos específicos que são ofertadas num modelo próprio. Este processo gerou, inicialmente, certa resistência por parte dos agricultores envolvidos. A fala transcrita abaixo representa um pouco desta percepção.

Apesar da resistência deles, no início, em abrir a propriedade, em aceitar a ida de um técnico e dar sugestões nos parreirais, que eles tem tradição de anos de produção. Muitos pensavam que não precisam de assistência, pois já sabiam bastante e que o projeto não agregaria tanto (T1).

A resistência foi se transformando em construção conjunta. Em parte, esta mudança está relacionada à confiança que se estabeleceu em relação ao técnico em viticultura que passou fazer assessoramento. Aparentemente, esta ‘confiança’ emerge em função da percepção, por parte dos agricultores, de que o técnico estava ‘mais perto’ deles. Ou seja, a experiência e conhecimento do técnico constituem uma intersecção com o ‘mundo’ dos agricultores. Assim, a própria consultora relata que foram sendo criados espaços para uma construção mais coletiva, com ampliação da participação dos agricultores.

O trecho transcrito abaixo traz esta dimensão da mudança ou da construção de pontes entre agricultores e técnicos.

E agora se tu perguntar para eles. Eles não querem que o [técnico] pare, querem que ele continue atendendo. Eles viram que conseguem melhorar ainda mais a produção e tem muitos ajustes para fazer (T1).

O conhecimento prático apresentado pelo técnico foi destacado por vários agricultores. Um deles se refere ao técnico dizendo: “ele além de ser um pesquisador ele tem prática, ele vive dando assistência para tudo que é produtor de uva da região, ele vai de Maçambara até a Serra (A6)”. Os agricultores identificaram-se pela facilidade de diálogo e pela proximidade entre o mundo de vida do técnico e dos agricultores. Dessa forma, passaram a rever suas práticas e construir novos conhecimentos com a orientação do técnico. Observa-se aqui a fusão do conhecimento do técnico com os conhecimentos do agricultor dando origem a novos conhecimentos. Como identificado no relato do agricultor que segue:

Esse ano o [técnico] estava aqui e disse, vamos fazer com um negócio que ajuda a criar raiz, eu fiz três mil estaquinhas, cravamos na areia que facilita o enraizamento. Das três mil, não sei se tem 100 pés. Ele é horrível de fazer pegar, a única maneira que eu consegui fazer pegar é, invenção minha, deixar crescer baio, deixa que vá embora, deixa que vá! O cumprimento que quiser aí depois eu pego lá no inverno e faço tudo os mergulhão, enterrando os galhos. Aí quando ele faz a volta aqui, aí tu arranca aqui para enraizar, aí enterrei aqui também, eu fiz no ano passado, no ano anterior que eu plantei 720 pé que eu plantei para enxertar, eu fiz uns 1200 pé só fazendo assim. Antes eu fiz em estaquinha e não dava, que era a forma tradicional de fazer, não deu né (A2).

Nas entrevistas, como consequência desse processo, um aspecto que parece bastante valorizado pelos agricultores é a assistência técnica. Identificam que foi possível a aplicação direta dos conhecimentos trazidos pelo referido técnico no cultivo dos parreirais. Esse espaço de troca e construção conjunta acabou por abrir as portas para contribuições do SEBRAE em outras áreas, desdobrando em ações com outros focos. Assim, de maneira geral, percebe-se que a avaliação das experiências de encontro dos agricultores com este novo participante foi positiva. Reflexo disto é que no ano seguinte, o convênio foi renovado com o apoio da Prefeitura de Jaguari.

3.1.2 Visibilidade e controvérsia: outra parte da história

Os relatos convergem ao identificar que, após o acompanhamento mais próximo do SEBRAE junto a APROVIJA, o foco do trabalho do IFFar/SVS se volta para Cooperativa

Agrária São José e para a estratégia de dar visibilidade para o trabalho que vinha sendo feito. Assim, além das ações de capacitação e assessoria técnica, que seguiram acontecendo junto a APROVIJA, no segundo semestre de 2012, se inicia uma nova fase: o trabalho de construção de marcas e rótulos dos vinhos e das vinícolas e a participação em feiras para divulgar os vinhos Jaguari na comunidade regional.

Esse trabalho seguiu sendo acompanhado pelos demais participantes do projeto. A Prefeitura de Jaguari dando o suporte institucional e financiando a contrapartida exigida pelo SEBRAE e o IFFar/SVS acompanhando as atividades de organização do seminário da vitivinicultura, além do trabalho com a Cooperativa Agrária São José.

Depois das marcas remodeladas, elas foram apresentadas durante o II Seminário de Vitivinicultura organizado pela APROVIJA. Durante um jantar incorporado à programação do seminário, as propostas de rotulagem de cada uma das vinícolas foram apresentadas. Iniciava-se a ampliação da visibilidade, na ocasião, inclusive com degustação dos vinhos produzidos pelas vinícolas da APROVIJA (Figura 11).

Figura 11 - Jantar II Seminário de Vitivinicultura, Jaguari



Fonte: registro da autora em outubro de 2012

A proposta de dar visibilidade aos vinhos e vinícolas acabou por ser reconhecida como um processo que ampliou a visibilidade do grupo como tal. Esta ‘materialização’ de construções anteriores, agora transformadas na concreção dos novos rótulos, do seminário, do jantar, de alguma maneira, firmou o SEBRAE como um ente reconhecido dentro do PFV-VJ.

Dando continuidade à fase de ampliação da visibilidade, além do Seminário da Vitivinicultura, a APROVIJA se mobilizou para a participação na FEISMA³⁷ (Multifeira de Santa Maria/RS) em novembro de 2012. Para esta organização, contou com a assessoria e financiamento do SEBRAE (o material dos stands foi, inclusive, disponibilizado aos agricultores para eventos futuros). As figuras 12, 13 e 14 mostram o espaço destinado aos vinhos de Jaguari e os *stands* individuais das vinícolas.

Figura 12- Espaço destinado a APROVIJA na FEISMA, Santa Maria



Fonte: registro da autora em novembro de 2012

Figura 13- *Stands* das vinícolas Dalla Valle e Don Vergilio na FEISMA, Santa Maria, 2012



Fonte: registro autora em novembro de 2012

³⁷ FEISMA é uma feira regional com mostras dos setores da indústria, comércio e serviços realizada em Santa Maria/RS e abrange a região central do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 14- *Stands* das vinícolas Minuzzi e Vinhos Jaguari na FEISMA, Santa Maria, 2012



Fonte: registro da autora em novembro de 2012

O processo de criação dos rótulos foi além da definição dos aspectos gráficos, fazendo com que os agricultores percebessem a importância da apresentação visual das vinícolas. Foram realizados vários encontros até que definissem todos os detalhes necessários da imagem que cada vinícola gostaria de ter. Houve bastante troca entre os agricultores, pois era necessário fazer o registro dos novos rótulos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, um processo bastante burocrático que levou algum tempo para ser concluído. As dificuldades enfrentadas e os aprendizados eram compartilhados entre eles durante as reuniões. Como a caminhada de cada vinícola encontrava-se em fase distinta, os mais experientes auxiliavam os demais na realização dos processos.

A sugestão de dar maior visibilidade às vinícolas por meio da participação em feiras veio do SEBRAE e foi bem aceita pelos agricultores. Os resultados obtidos em termos de divulgação dos Vinhos Jaguari foram considerados positivos por eles. Os agricultores são unânimes em salientar a importância da participação na FEISMA com o apoio do SEBRAE. A fala de um deles corrobora com esta observação: “temos essa parceria com o SEBRAE, que sozinho seria impossível, essa parte visual que a gente fez, a própria FEISMA que fomos, e sozinhos nunca iríamos” (A3).

Os agricultores relatam que obtiveram alguns ganhos comerciais depois da entrada do SEBRAE no projeto, seja na área técnica ou no apoio à participação em algumas feiras, iniciado em 2012 e que seguiu em 2013, com a renovação do convênio da entidade com a prefeitura.

Uma das ações destacadas nas entrevistas e que deriva do trabalho do SEBRAE é a visita técnica realizada à região de Urussanga e São Joaquim em Santa Catarina. Os

agricultores já sabiam que nesta região, havia sido obtida a Indicação Geográfica (IG) do Vale da Uva ‘Goethe’. Assim, solicitaram que o SEBRAE organizasse a viagem como uma das ações do projeto. Os agricultores compartilhavam certo ressentimento em relação à conquista da IG por outro grupo. A intenção da ação era conhecer a realidade dos agricultores daquela região e conhecer como se deu a organização deles para alcançar a IG.

Esta visita pode ser lembrada por dois aspectos: o primeiro se refere a uma espécie de reforço de ideias sobre a necessidade de organização e ação conjunta; o segundo está relacionado a um reposicionamento do debate em torno da cultivar ‘Goethe’, como foco da vitivinicultura em Jaguari. Neste sentido, se pode perceber que este é um ponto de controvérsia.

Na oportunidade, os agricultores que visitaram o ProGoethe³⁸ puderam constatar a importância da organização social para ampliar a atuação da associação e resultar em ganhos para a cadeia produtiva da uva e do vinho da região do Vale do Jaguari. Os agricultores que participaram da visita avaliaram que não existe diferença nas condições estruturais entre eles, o diferencial está no apoio institucional ao setor. Existe no ProGoethe uma forte estrutura de apoio e facilitação às ações dos agricultores organizados. A fala de um deles transcrita em seguida é um exemplo.

Daqui a pouco se for colocar em pé de igualdade, a gente tá parelho com eles, só que eles estão muito fortes na associação. O grupo deles está muito forte, muito bem casado com prefeitura, com o estado, todo mundo fala: Ah! O vinho de Santa Catarina! O vinho ‘Goethe’! O vinho não sei o que (A7).

No entendimento da consultora do SEBRAE, a visita foi útil para a compreensão de que o grupo precisa amadurecer a ideia de organização para definir a sua identidade, que na opinião dela já não está vinculada a IG da variedade ‘Goethe’. Esta noção não é compartilhada por alguns dos agricultores, eles parecem estar divididos quanto a esse aspecto. Existem visões bem diferentes entre os envolvidos no PFV-VJ, sem que, no entanto, essa discussão tenha entrado de forma clara como tema de debate, tampouco se buscou um caminho a ser seguido. O trecho transcrito abaixo ilustra esta observação.

³⁸ ProGoethe - Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga, organizada para dar suporte a realização das pesquisas na busca da Indicação Geográfica de Procedência (IGP) dos vinhos Goethe. A associação conta com a assessoria técnica do SEBRAE/SC, da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural de Santa Catarina), Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Urussanga e Universidade Federal de Santa Catarina.

Eles entenderam que é todo um processo, o pessoal da região de lá tem essa comprovação. A gente foi lá e eles acabaram vendo que o caminho para valorizar a região talvez não seja, e nem tem como mais seguir uma IG de 'Goethe', né. Então, daqui a pouco, vai ter que procurar um outro diferencial da região que possa se destacar e valorizar. Eles conseguiram a indicação de procedência né, não é IG da uva 'Goethe', eles têm todas as comprovações. Foi bom para eles conhecerem como é o processo e verem que precisa de uma organização muito maior em termos de entidades envolvidas, lá, se a gente for ver tem a EPAGRI muito envolvida com eles, a prefeitura, tem uma série de instituições que estão, que estavam trabalhando em função desse objetivo (T1).

O cultivo da variedade 'Goethe' é um aspecto que está presente nas discussões e debates entre os agricultores e demais atores envolvidos, porque, conforme mencionado, esta cultivar de uva tem um valor histórico e cultural, de identidade territorial. Esta cultivar está presente na região desde que os primeiros imigrantes italianos chegaram à Jaguari. A visita à Urussanga frustrou de certa forma algumas aspirações, mas por outro lado, mostrou a necessidade de um trabalho de coordenação entre instituições para conquistas futuras na vitivinicultura do Vale do Jaguari. Um pouco da frustração foi relatada por um dos agricultores entrevistados, conforme texto abaixo.

Uva 'Goethe'? Nós perdemos a marca da 'Goethe', mas não é. A deles é uma amarga. Eles dizem que é a nossa que é amarga e nós perdemos, eles conseguiram registrar a marca, aí, eles ficaram para eles a marca. É só lá que tem a 'Goethe', eles dizem que a nossa é a Martha, mas a nossa não é. [...] Mas, nós aqui pode ser que se trabalhe melhor porque a 'Goethe' é muito conhecida, né. Tem gente que passa e mandam buscar vinho lá de Brasília, vai o vinho de Jaguari que é um vinho tradicional da uva branca (A8).

Entre os professores do Instituto que atuam no PFV-VJ, também há certa discordância quanto à variedade 'Goethe'. Foi possível detectar duas posições: uma delas entende que a estratégia mercadológica deve contemplar a conversão dos vinhedos para outras cultivares, as chamadas viníferas, seguindo o caminho escolhido pelas vinícolas da Serra Gaúcha, produzindo cultivares mais conhecidas pelos consumidores. A segunda posição defende que os produtores da região devem buscar um diferencial com a variedade 'Goethe', valorizando aspectos culturais e de identidade territorial. Uma das falas que pode servir de exemplo da referida 'defesa' da variedade 'Goethe' está colocada no trecho que segue.

E posso te dar o exemplo do vinho 'Goethe'. Eu disse, na última reunião, que o [nome] botou na cabeça que tem que arrancar as uvas 'Goethe' e plantar vinífera. E eu sou extremamente contra e digo isso, e vou continuar dizendo porque eu acho que tem possibilidade de inovar na uva 'Goethe' dentro da estrutura atual (P3).

Os argumentos a favor da conversão dos vinhedos para produção de uvas viníferas são apresentados como um caminho a ser seguido para que a região se adeque ao mercado global.

A adaptação ao mercado aparece como uma espécie de curso natural. Neste sentido, o trecho de uma fala ilustra essa perspectiva.

Em função dos altos e baixos de mercado, até então, era conhecido como a uva ‘Goethe’, aí, muda a forma de comportamento do consumidor que passa a consumir mais o vinho tinto. E, aí, ficam muitas questões a serem discutidas e renovadas que é a questão de ter 70% hoje da produção da uva ‘Goethe’ e apenas 30% da uva tinta. Então, na verdade precisa inverter isso para adequar ao consumo que hoje é diferenciado. Ou tu te adequa ao consumo ou procura um outro mercado. Essa é a grande questão chave não só da APROVIJA, mas da cooperativa também (P5).

Pode-se apreender que estão em jogo as diferentes concepções sobre o desenvolvimento em si e este é um fator gerador de tensionamentos. Os defensores da perspectiva do desenvolvimento territorial³⁹ não encontram muito espaço para debate das possibilidades oriundas dele, que passam pela valorização da tradição do cultivo da variedade ‘Goethe’ e da identidade ligada ao local por meio de rotas turísticas que valorizem esses aspectos. Até porque todas as visitas iniciais se apoiavam na perspectiva da modernização, da conversão dos vinhedos para seguir o fluxo do mercado mundial; as vinícolas da Serra e da Região da Fronteira seguiram o mesmo caminho, qual seja, de buscar espaço nos mercados tradicionais. Cabe destacar que há um certo *delay* da região em relação às iniciativas buscadas pelos viticultores da Região da Serra Gaúcha. Em outras palavras, há organizações ligadas à vitivinicultura localizadas na Serra que estão se antecipando a um acirramento da competitividade dos vinhos no mercado tradicional e estão buscando alternativas como, por exemplo, a produção orgânica e o mercado de sucos de uva, inclusive, para atender mercados institucionais (*e.g.* Programa de Aquisição de Alimentos), estes são elementos apontados no estudo de Oliveira (2014)⁴⁰.

Percebe-se uma dissonância entre o discurso e as ações, mesmo apontando nas falas outras possibilidades de organização (*experts*) elas não são reforçadas nas práticas visitadas pelos agricultores. As visitas realizadas parecem indicar possibilidades, do tipo ‘tudo isso é possível de construir’, mas dentro de um caminho único, o da conversão dos vinhedos para

³⁹ A perspectiva do desenvolvimento territorial considera os territórios para além de um espaço geográfico, constituindo-se de uma organização complexa construída por laços oriundos de raízes históricas, configurações políticas e identidades (FROEHLICH; DULLIUS, 2011). O debate das IGs está fortemente vinculado à perspectiva de desenvolvimento territorial.

⁴⁰ OLIVEIRA, Daniela. Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: O caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS. Tese defendida em março de 2014 no PGDR/UFRGS, ainda não publicada.

uvas viníferas. Esta parece ser a diretriz mais fortemente presente nos discursos tanto de alguns agricultores como dos *experts*. De certo modo, se mantém a perspectiva da modernização que, segundo Long (2007), tem o foco na inserção dos agricultores nos mercados já existentes via adoção de tecnologias e modos de produção convencionais.

A escolha desse caminho é muito clara na fala dos agricultores da APROVIJA e nas práticas adotadas por eles. Como as principais lideranças do setor estão presentes na associação essa ideia foi facilmente disseminada entre os agricultores. A defesa pela valorização da variedade 'Goethe' surge de agricultores ligados à cooperativa, onde está a maioria dos agricultores que produzem essa variedade, mas que não participam diretamente da APROVIJA.

Ao longo do projeto, a questão da produção orgânica surgiu em vários espaços de diálogo entre os agricultores, como, por exemplo, no convite ao Leandro Venturin (colaborador do Centro Ecológico de Ipê e Antônio Prado/RS) para falar sobre o Desenvolvimento da Vitivinicultura Orgânica na Serra Gaúcha no II Seminário de Vitivinicultura do Vale do Jaguari, realizado em 2012. No ano de 2013, também realizaram visita técnica a uma produção orgânica na Serra Gaúcha.

Nas falas dos agricultores, se observa muita resistência, aparentemente pela falta de informação sobre o cultivo orgânico. Nos discursos se constata que colocam essa forma de cultivo como algo para um futuro muito distante, ficando subentendido que não vêem como algo possível de ser feito. Principalmente, porque eles têm se deparado com muitas doenças fúngicas que eles reportam como de difícil controle. Os argumentos utilizados pelos agricultores para a não adoção de uma produção mais sustentável passa pela preocupação com a produtividade, a necessidade de garantir a safra de uvas e a renda dos agricultores. Por outro lado, ainda há uma concepção de certa forma ingênua de que a produção orgânica é a solução para todos os problemas. Essa concepção é responsável por algumas dificuldades encontradas e por algumas iniciativas fracassadas, pois ignoram a necessidade de pesquisas e de um conhecimento construído a partir das práticas já existentes em outros espaços. Esses elementos são perceptíveis nesse trecho de uma das entrevistas.

Eu só acho que para nós aquilo não é muito fácil, tem que ir devagar, não é assim, que nem o [nome], começou a produzir suco orgânico, mas a gente vê que ele não foi muito bem. Aquilo ali eu acho que até poderia, por exemplo, eu tenho três hectares de parreira, vou pegar meio hectare e vou começar a fazer orgânico ali, devagar. Hoje em dia, as pragas tá muito complicado, não é assim, chegar de uma hora para outra e dizer, vamos produzir orgânico. Não, o negócio é complicado, tem que ir devagar. Mas eu acho que é o ideal o orgânico, é a solução para tudo, né (A5).

Aqui, é possível constatar que, para além da controvérsia da variedade ‘Goethe’ *versus* viníferas, começa a entrar na pauta a tensão entre o cultivo convencional e o cultivo orgânico. O segundo aparentemente é até visto como uma potencial vantagem comparativa, por outro lado, não se sentem capazes de dar este passo. Isto, talvez, seja um reflexo do próprio estágio do trabalho e das competências reunidas ao redor do projeto. Em outras palavras, não há propriamente uma construção coletiva sobre isto, ficando os agricultores com a impressão de que esta seria uma decisão a ser tomada individualmente. Questão que pode ser interrogada, já que medidas de ordem técnica na direção dos sistemas de base ecológica pedem acordos e construções para além das unidades de produção pensadas isoladamente.

No âmbito do PFV-VJ, outra situação de certa forma controversa, é um descontentamento entre os membros da APROVIJA, gerado pelo trabalho que o IFFar/SVS passou a realizar junto à Cooperativa Agrária São José realizado no ano de 2012. Esta priorização levou a uma redução da atuação do Instituto mais diretamente com a APROVIJA. Nesse período, o projeto focalizou a elaboração do planejamento estratégico da Cooperativa Agrária São José.

Este episódio, lembrado pelos entrevistados, pode ser ilustrativo de outros tipos de tensionamentos gerados durante a articulação de muitos atores que respondem a institucionalidades diferentes. Neste caso, é necessário lembrar que o projeto em questão é considerado conforme organização do Instituto tem a periodicidade de um ano. Assim, a primeira parte das atividades, que se referia ao apoio à organização da APROVIJA, teve que ser encerrada em 2011. Isto, de certa forma, pegou o grupo de surpresa e causou estranheza por parte do grupo de agricultores da APROVIJA. Em outras palavras, o tempo do Instituto não é o tempo dos agricultores. Além disso, estas gestões para o interior das instituições não necessariamente encontram coordenação e sincronia em relação aos demais atores envolvidos. Estes aspectos também são geradores de controvérsias, também são interfaces criadas pelas diferenças de domínios, as regras, normas e valores nem sempre são compreendidos pelos demais atores que se encontram em outro domínio social.

Os momentos distintos pelos quais o PFV-VJ foi passando, se caracterizam também por ‘altos e baixos’, com momentos de maior entusiasmo e outros de arrefecimento das ações, tanto por parte dos agricultores como por parte das instituições envolvidas. Nos relatos, os agricultores da APROVIJA manifestaram sua discordância com a forma como esse processo

foi conduzido e como se sentem ‘abandonados’ pelo IFFar/SVS. Os trechos a seguir ilustram essa observação.

O planejamento estratégico foi dado pelo IF, a linha de conduta foi dada pelo IF, pena que o IF saiu. Eu disse para o [nome], vocês nos abandonaram, o pessoal do IF foi fazer um trabalho com a cooperativa, individual eles estão trabalhando, com a cooperativa e a associação ficou meio que a mercê. Não existe mais uma cooperação do IF para com a APROVIJA, eu não sei por que (A7).

Eu não sei hoje, a situação da APROVIJA tá meio parada. Não que terminou, ela tá meio parada porque, né? Eu vejo assim, se ela tá sozinha, se não tem um a pessoa de fora articulando, ela não vai longe, ela precisa de alguém que faça a mediação, tudo isso aí. Eu vejo que depois que o IF se retirou não houve mais aquelas ações, tomada de ações. Aí, veio o SEBRAE, ele deu uma ajuda, uma reativada depois, mas agora o SEBRAE saiu, terminou o projeto, hoje, nós tivemos uma reunião com a [nome], parece que para o ano que vem vamos ter algumas ações. Então, tem que ter alguém, senão, as coisas não andam (A9).

As falas destes agricultores dão margem para a colocação de duas questões. Uma delas é que o trabalho do IFFar/SVS com a cooperativa, ou seja, para além da APROVIJA, não foi percebido pelos demais agricultores como um trabalho que tinha potencial de contribuir com as melhorias da cadeia produtiva como um todo. Assim, é possível interrogar até que ponto o diálogo e articulação entre os atores estão avançados, até mesmo porque a cooperativa faz parte da APROVIJA. A segunda questão se refere ao processo de construção do PFV-VJ de modo mais amplo. Os agricultores ao se verem ‘sozinhos’ para tocar em frente ações ou seus processos de gestão se sentem incapazes ou, pelo menos, inseguros. Isto leva a questionar em que medida os espaços criados de fato estão contribuindo para a aprendizagem de todos os envolvidos, assim como, para a continuidade do projeto.

Esta continuidade também foi desafiada por outros aspectos que os entrevistados apontaram. Um deles foi da ordem dos fatores políticos organizativos que fogem ao escopo da ação do grupo que dá sustentação ao PFV-VJ. Um exemplo disso foi a transformação do Núcleo Tecnológico do Chapadão, em 2011, em um campus do IFFar. Este fato fez com que o núcleo, agora campus, passasse a ser gerido pela reitoria do IFFar. Isso significa que, devido a conjuntura da política interna ao Instituto, houve reflexos sobre o PFV-VJ. Foi justamente este aspecto que alguns entrevistados identificaram; desde que a reitoria passou para uma professora de outro campus, o apoio ao projeto foi sendo alterado. O futuro das atividades do Campus de São Vicente com o grupo foi identificado como “indefinido”. As atividades do Centro Mesorregional passaram a ser de responsabilidade do Campus de Jaguari e os profissionais que deram início ao trabalho no CMV se afastaram em 2012.

Apesar da constatação de um “futuro incerto”, muitos ganhos foram identificados pelos entrevistados. Eles apontaram que houve avanços desde o nível pessoal, até os ganhos para a cadeia produtiva da vitivinicultura. Alguns destes aspectos serão apresentados e discutidos no próximo capítulo da tese.

Nesta tentativa de reconstituir a trajetória do PFV-VJ a partir dos envolvidos, se percebe que o projeto está imbricado com as ações do Centro Mesorregional de Vitivinicultura do Vale do Jaguari (CMV), que está sob responsabilidade do IFFar, mas no Campus de Jaguari. As referências ao CMV levaram à necessidade de considerações mais específicas e focadas nas ações relacionadas ao centro. Deste modo, a seção seguinte busca compor esta parte da ‘história recontada’.

3.2 O CMV: “UM ELEFANTE BRANCO”

O projeto do Centro Mesorregional de Vitivinicultura (CMV) foi iniciado pela URI Santiago em 2006, nesse período, o Núcleo tecnológico do Chapadão estava sob sua responsabilidade. O projeto foi viabilizado por recursos do Ministério da Integração Nacional (MIN), assim a unidade foi construída e foram adquiridas máquinas e equipamentos para elaboração de cachaça e vinho. Os relatos indicam que os recursos destinados inicialmente não foram suficientes para que o CMV entrasse em atividade. A justificativa era que ainda faltavam equipamentos para que os laboratórios pudessem funcionar. Após dois anos nessa situação, começou a ser reativado quando o Núcleo Tecnológico do Chapadão passou a ser de domínio do IFFar. Esta mudança está na base do imbricamento do CMV com o PFV-VJ (conforme já mencionado).

Como primeira ação do IFFar/SVS, para viabilizar as atividades do CMV, houve o envio ao Ministério da Integração do projeto “Estratégias para o desenvolvimento sustentável da vitivinicultura no Arco Sul, da faixa de fronteira e das Mesorregiões da Metade Sul do RS e Grande Fronteira do Mercosul: revitalização do Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari” (conforme mencionado anteriormente no Capítulo 1).

Assim, como o nome indica, apesar de estar localizado em Jaguari, o CMV é destinado a atender a mesorregião, abrangendo a Região da Campanha e não somente o Vale do Jaguari. O relato feito por um dos professores do Instituto mostra essa relação.

Mas, o Centro Mesorregional não foi criado para os produtores de Jaguari. Isso era uma coisa que tínhamos que trabalhar, mas eles tinham dificuldade de entender. Nem nós estamos a serviço apenas dos produtores de Jaguari, nem o centro está a serviço apenas dos produtores de Jaguari. O centro é mesorregional, o nome já diz, né? E ele tinha um olho muito forte sobre a campanha gaúcha porque a EMBRAPA tá de olho, hoje, não é em Jaguari, ela se instalou em Jaguari porque tinha aquela estrutura ali, mas, a EMBRAPA tá de olho é no desenvolvimento da vitivinicultura da metade sul do Rio Grande do Sul, é Bagé, aqui em Santana do Livramento, que tem as vinícolas fortes, né. A Almadém, a Salton, mas também tinha a questão de uma economia local que está bem estruturada, mas que eles notavam que faltava um algo mais (P1).

Os relatos dão conta de que o CMV surge como um projeto de cima para baixo, visto que na época de sua estruturação não houve a participação dos agricultores. O mesmo resulta de uma ação governamental apoiada por outras instituições, principalmente pela Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI-RS), Universidade (URI Santiago), a CNPUV. A ideia era ter, em um ponto central do estado, um centro de formação para fortalecimento da cadeia da uva e do vinho. Um técnico que atuou diretamente no CMV explica essa ligação nos termos transcritos abaixo.

Na verdade, a proposta ali era ser um centro de capacitação da região sul. Tem um projeto que visa integrar os estados através de cadeias produtivas comuns que ele tem. E, em relação a uva e vinho, eles propuseram a rota do vinho que não iniciaria na serra, mas iniciaria em Encruzilhada do Sul, iria até Bagé, Livramento, passando aqui por Rosário, Cacequi, Jaguari, São Luiz, Erechin e iria até o Paraná. Então, a proposta do centro mesorregional, que a gente ficou meio assim, com receio seria o centro da região sul dessa rota, de toda a rota e, aí, centralizaria no laboratório as análises dos vinhos e na cantina a parte de capacitação. Então, no planejamento, a EMATER organizaria os grupos, grupo da região aqui, da região ali (T2).

Esse entendimento do CMV como um centro de uma abrangência mais ampla não é percebido pelos agricultores, muitos não compreendem a finalidade do Centro. E eles manifestam esta estranheza, alguns reforçaram isso com mais indignação, outros, apenas reivindicando maior participação das entidades da região no núcleo gestor do centro. A exposição de um dos professores, cujo trecho é reproduzido abaixo, é bastante elucidativa no sentido de esclarecer como foi o processo de busca de maior representatividade regional no comitê gestor.

Então, para isso nós buscamos a EMBRAPA, fizemos um esforço nesse sentido, vale lembrar que isso foi fundamental. E o segundo ponto depois que a gente começou a evoluir, de alguma maneira, tinha que envolver a região porque senão não tem sentido também, né. E a própria região não é representada no núcleo que compunha o centro mesorregional, tanto que a EMATER, que é a instituição que teoricamente tá mais envolvida (teoricamente não, de fato está) com os agricultores, ela não estava incluída no núcleo gestor do centro mesorregional. O núcleo gestor é um núcleo virtual EMBRAPA, SEDA, a URI, a Secretaria da Agricultura de Jaguari tinha uma vaga, a universidade, aqui, não participava e continua não

participando. EMATER não participava. Então, ficou uma coisa assim, criada, existe, mas não tem vínculo nenhum com a região, nós forçamos a barra para haver esse rearranjo institucional incluindo a EMATER que não estava (P3).

A forma como foi estabelecido o CMV, ignorando o grupo de agricultores locais, gera indignação por parte deles e um sentimento forte de desperdício de recursos públicos que, na visão deles, seriam mais bem empregados se investidos nos empreendimentos existentes na região. O depoimento de um dos membros da APROVIJA é ilustrativo nesse sentido.

Quem ajudou, e quem fez esse projeto não conhece o setor eu disse para o [nome], ele foi um que fez junto com o cara da SEDAI. Eu disse, isso é ridículo! Se querem ensinar a fazer vinho, que montem uma escola de enologia. Tu vai ensinar o produtor a fazer vinho? Quem vai ensinar? Sabe? Agora, no formato de assistência técnica ao produtor de alguém que possa dar suporte em vários problemas que o pessoal está fingindo que não tem, mesorregional para atender toda a metade sul, mentira! (A7).

Desde a concepção inicial do CMV, ele segue esse caminho estilo *top down* e sem a participação dos interessados. Essa forma é característica dos projetos elaborados em gabinetes e distanciados da realidade local, em geral seguem políticas de governo atreladas à interesses de grupos econômicos associados a grupos políticos na gestão pública. Esse distanciamento é muito comum de ser encontrado em projetos, sejam eles governamentais, como apontado por FLORIDA (1995), AMIN (2004) e LONG (2007), ou projetos de pesquisa e de extensão, discutidos por GIBBONS *et al.* (2011), todos pensados em salas fechadas, longe da realidade dos agricultores. É importante destacar a existência de uma organização individual e coletiva dos atores sociais que acabam por definir novos rumos e direções, nem sempre no mesmo sentido como foram pensados (LONG, 2007). Essa ‘resposta’ por parte dos agricultores pode ser percebida nos desencadeamentos do CMV, como se pode observar.

Da mesma forma, o projeto de reestruturação do CMV foi pensado e elaborado pelos professores e técnicos do Instituto, pois como relatado, apesar dos recursos ali investidos como decorrência do projeto original, ainda faltavam elementos básicos para o seu pleno funcionamento. Assim, o Instituto fez uma articulação com o Ministério da Integração

Nacional (MIN) e conseguiu uma suplementação de recursos para o CMV. Os recursos obtidos eram provenientes de uma política de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs)⁴¹.

O total de recursos foi de 564 mil Reais, sendo que o projeto previa a instalação de um vinhedo de aproximadamente 1,2 hectares com diversas variedades de videiras; além da montagem da 'Cantina de Vinho'. Também fazia parte do projeto a aquisição de máquinas, equipamentos e vidrarias para um laboratório de análise de qualidade de vinhos e para um laboratório de análise foliar. Um dos técnicos envolvidos relata como foi proposto o projeto de complementação financeira do CMV no trecho de entrevista transcrito abaixo.

Então, a gente propôs nesse tripé de cultivar, de processar e analisar o que é produzido interna e externamente, ou seja, na comunidade. E, nesse projeto, colocamos tudo o que era necessário para funcionar, desde a parte de campo que a gente adquiriu trator, todos os equipamentos para manejar o vinhedo, perfurador de solo, para fazer cova para cravar moirão e poste, coisa assim, para tratamento das videiras, equipamentos, de pulverização, costal e tratorizado, sistema de irrigação (T2).

A conquista desses recursos teve um duplo caráter, por um lado, surge devido à organização dos agricultores e às parcerias institucionais locais, e isto parece ser reconhecido como um elemento de fortalecimento do grupo. Vencer a disputa pelos recursos com outro APL (APL de indústria de móveis, ligado ao município de Santiago) fez com que o grupo reforçasse os valores coletivos e de coesão grupal.

Por outro lado, gerou certa disputa de espaço relacionada às formações. Os recursos oriundos do projeto financiaram alguns cursos envolvendo o CNPUV e a EMATER de Jaguari. Os cursos eram ministrados por técnicos da CNPUV e eram destinados a agricultores e aos extensionistas da EMATER. O planejamento, segundo os técnicos do IFFar/SVS, era de que as formações coincidisse com as necessidades técnicas nas diferentes épocas, sendo que a primeira formação ocorreu em novembro e tratou da poda verde, tratamento fitossanitário, uso de palha de proteção. Os cursos repercutiram regionalmente, pois houve a participação cerca de 60 a 70 pessoas em cada formação.

Na avaliação dos agricultores que faziam parte da APROVIJA, o CMV deveria atender aos produtores da região do Vale do Jaguari. O que gerou tal interpretação foi a mobilização, realizada pelos profissionais do IFFar/SVS, para que eles defendessem os

⁴¹ Política do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária do Ministério da Integração Nacional que destinava recursos para infraestrutura de apoio aos APLs.

recursos para o CMV na vinda dos representantes do MIN. O conflito de interesses percebido se deveu à falta de diálogo entre os envolvidos, os agricultores interpretaram que uma vez conclamados a defender a ampliação dos recursos para o CMV, seriam beneficiados de forma direta com as formações. O relato a seguir ilustra esse pensamento comum aos membros da APROVIJA:

Outra coisa, o centro tecnológico. Veio um profissional de Brasília. Nós tínhamos que reivindicar, e foi, fizemos, tanto que veio, né! Aí, começa o centro tecnológico a funcionar e nunca fomos convidados para nada. Teve reunião de poda e disseram que era voltado para os técnicos! Teve um curso de poda, vinificação, não lembro bem quem me falou e eu, eu quero ir! E fui! [...] Foi só para os técnicos. A gente reivindica uma coisa, e chega na hora e ficamos isolados (A9).

No relato acima, ficou veemente a frustração em não serem chamados a participar das formações e evidencia que os agricultores perceberam seu chamamento como uma manobra organizacional para captação de recursos para o CMV. Mas, houve outro evento que também gerou certa revolta no grupo. A definição das cultivares a serem plantadas no CMV foi um tanto controversa, os membros da APROVIJA consideram que não foram consultados pelos técnicos que fizeram as definições, porém, na visão dos técnicos houve um diálogo com os agricultores. De certa forma, essa controvérsia está relacionada aos diferentes domínios sociais e ao fato de que os técnicos do IFFar/SVS estão presos às amarras estabelecidas nos termos do convênio original do CMV, quais sejam, de desenvolver ações que beneficiem a mesorregião e não, de forma direta, os agricultores do Vale do Jaguari. As falas abaixo mostram tais diferentes perspectivas.

A APROVIJA, eu participei em uma reunião em que eu pedi auxílio para eles para definir variedades para o vinhedo, isso eles sugeriram, e a gente usou mais o conhecimento do pessoal da EMBRAPA (T1).

A gente nem sabe quais são as variedades que tem lá. Teve uma reunião e nós sugerimos as variedades de uva, mas aí eles foram atrás da EMBRAPA, que a EMBRAPA indicou tal variedade. Não é a necessidade nossa, a EMBRAPA tá lá em Bento. Por que Tannat? Por que a gente tem dificuldade de cor no Cabernet, tem dificuldade de cor no Merlot. Eu trouxe, nem sei se a escola já plantou, eu trouxe 50 mudas de Teroldego, uma variedade que dá cor. Mas, só não tem produção, não tá tendo a produção que eu esperava né. Não sei se é sempre assim, a gente não tem informação, não tem a produção (A9).

Além da definição das cultivares, que descortinam interesses conflitantes entre os participantes, os agricultores se mostraram descontentes com desperdícios observados nos experimentos. Em uma das reuniões acompanhadas durante a pesquisa, discutiram entre eles sobre o destino de mudas descartadas pelo CMV. Os agricultores entendiam que elas

poderiam ser aproveitadas por eles, quando na prática, foram descartadas, sem que eles tivessem acesso. Tal atitude fragilizou a confiança que havia no CMV e conseqüentemente repercutiu sobre a relação dos agricultores com o IFFar/SVS. O trecho de uma das entrevistas ilustra esse episódio.

Que eu sei é que compraram as mudas de porta-enxerto, as mudas estavam crescidas e eram para enxertar esse ano, aí acharam melhor arrancar todos os porta-enxerto, que tinham pago não sei quanto a muda, jogaram tudo fora, os porta-enxerto estavam amontoados lá nas capoeiras [...] compraram algumas mudas de porta-enxerto, enxertaram, aí tiraram, às avessas. Eu nem sei que variedade que colocaram ali (A7).

Estas interfaces proporcionadas pelo PFV-VJ repercutem na relação entre os agricultores e o IFFar/SVS e são geradoras de descontinuidades. Os agricultores não separam os descontentamento com relação às ações do projeto e as ações ligadas ao CMV, pois se trata da mesma organização, embora em atuações e vínculos organizacionais diferentes.

A notícia apresentada na página *web* da CNPUV (Figura 15) relata a parceria e a finalidade do CMV em capacitar técnicos multiplicadores, principalmente os técnicos dos escritórios municipais da EMATER. Corroborando com os marcos normativos desse domínio social aos qual os técnicos do IFFar estão ligados.

Alheios às questões normativas do CMV, os agricultores manifestam seu anseio em vê-lo em funcionamento, percebem que o centro significaria uma oportunidade de qualificar o trabalho que já vêm fazendo, e, talvez, o próprio aprimoramento dos seus conhecimentos. Por outro lado, não se sentem parte, experimentam a frustração de estarem perto do CMV, mas distantes ao mesmo tempo. Os agricultores percebem as contradições intrínsecas à proposta, refletem sobre a situação que está colocada e manifestam o anseio pela construção de relações diferentes com os responsáveis pelo CMV. Há reconhecimento claro dos pontos que desejam negociar futuramente, retratando a agência dos agricultores. O relato abaixo deixa transparecer esse sentimento.

Mas, o que nós gostaríamos mesmo, pelo menos da minha parte, é o centro tecnológico funcionando. Por exemplo, estamos agora fazendo o vinho, as análises que tínhamos, vamos ter que de novo mandar para a serra. Então, de novo vamos levar para a serra porque o laboratório que tá aí só falta o técnico parece, não sei o que, falta de profissionais. Claro, a coisa pública é mais demorada, mais lenta, mais complexa, porque não depende só da boa vontade de um diretor. Tem lei, desde o Ministério de Planejamento para liberar um técnico, e a coisa tá emperrada. Estamos na estaca zero (A9)!

Figura 15 - Notícia obtida no site da CNPUV sobre o Centro Mesorregional da Vitivinicultura de Jaguari

Apoiando o desenvolvimento da vitivinicultura no Vale do Jaguari e Centro do RS

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio da unidade Uva e Vinho, de Bento Gonçalves, é parceira nos esforços para desenvolvimento da vitivinicultura em duas novas áreas de cultivo no Rio Grande do Sul - as regiões do Vale do Jaguari e Centro do Estado. Nesse sentido, para janeiro próximo está programada uma nova etapa de curso de capacitação técnica em viticultura e enologia, a ser ministrada por técnicos da Embrapa Uva e Vinho, no Centro Mesorregional de Vitivinicultura (CMV), junto ao Instituto Federal Farroupilha (IFF) - campus São Vicente do Sul, em Jaguari.

O público-alvo do treinamento, que abordará os temas colheita da uva e elaboração de sucos e vinhos, são técnicos multiplicadores, na sua maioria dos escritórios municipais da Emater-RS/Ascar das regiões. A mais recente etapa da capacitação (sobre identificação e controle das principais doenças da videira, poda, enxertia verde e tecnologia de aplicação de defensivos) aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro, também no CMV, reunindo 69 multiplicadores.

Segundo o analista da Embrapa Uva e Vinho Rodrigo Monteiro, integrante da comissão organizadora do curso, a primeira etapa do treinamento agradeu. "Os participantes relataram, na avaliação da capacitação, que os temas foram muito pertinentes e bem trabalhados na abordagem teórico-prática", relata. "Elogiaram, especialmente, o grau e profundidade do conhecimento sobre o assunto apresentado pelos palestrantes". O curso, para o qual as vagas já estão preenchidas, é promovido numa parceria entre Embrapa Uva e Vinho, IFF - campus São Vicente do Sul, Emater/RS e Prefeitura Municipal de Jaguari.

O chefe-adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa Uva e Vinho, Alexandre Hoffmann, observa que as atividades no Centro Mesorregional iniciaram-se a partir de um projeto financiado pelo Ministério da Integração Nacional. Este possibilitou estruturar o CMV, equipado com as condições necessárias para oferecer capacitações a técnicos e produtores, visando à qualificação da produção regional de uvas, sucos e vinhos.

O Centro, detalha Hoffmann, possui um comitê gestor, formado por Embrapa, IFF, Prefeitura Municipal de Jaguari, Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e Fórum Mesosul, com colaboração da Emater-RS/Ascar e Sebrae-RS. "Trata-se de um grupo formado por entidades comprometidas com o desenvolvimento regional, que aportam equipes e competências para atender aquilo que é demandado pelos produtores, técnicos e lideranças na área de vitivinicultura", comenta ele, a respeito.

Embora várias ações de capacitação já tenham sido realizadas no CMV, desde setembro de 2011 ficou definida uma programação de atividades no local, até o primeiro semestre de 2012, com foco no atendimento da demanda ecorregional e na capacitação de técnicos da Emater-RS/Ascar, prefeituras e cooperativas, dentre outros interessados.

06/12/2011

Fonte: CNPUV (2011)

Em suas falas, mencionam a importância do laboratório para receberem um acompanhamento mais qualificado em especial no processo de elaboração do vinho durante a levedura, *trasfega*⁴², para acompanhamento da densidade do vinho que atualmente é feita na Serra Gaúcha.

Muitas questões que envolvem o CMV parecem demandar uma participação efetiva dos atores sociais, ele apareceu em muitos dos relatos, e por envolver as mesmas pessoas se confundem. O que acontece com o CMV afeta as ações do PFV-VJ e vice-versa.

As múltiplas atuações dos vários envolvidos no PFV-VJ acaba por fazer emergir diferentes papéis assumidos pelos atores sociais. O próximo capítulo trará à luz os dilemas e

⁴² Levedura (utilizada no processo de fermentação do vinho) e *trasfega* (transferência do mosto fermentado ou o vinho para outro recipiente separando o sedimento ou borra). O mosto é o nome atribuído ao suco das uvas frescas antes do processo de fermentação.

as inquietações experimentados pelos participantes, bem como os conflitos e as acomodações, em parte, surgidos pela oportunidade das interfaces entre os atores do projeto.

4 O PFV-VJ: UM PROJETO, MÚLTIPLOS ATORES

O capítulo anterior trouxe alguns aspectos sobre a implantação e andamento do PFV-VJ, especialmente a partir das narrativas dos envolvidos. Um ponto a ressaltar aqui é que fica bastante claro que este é um projeto de múltiplos atores, ainda que responda a institucionalidades objetivamente definidas por dentro das entidades que o compõe e o sustentam. Deste modo, cumpre analisar os papéis e posicionamentos dos atores no âmbito do projeto, percebendo as possíveis reflexões dos mesmos sobre suas próprias atuações e a dos demais. Ainda, objetivando identificar pontos de divergência ou conflitos que possam esclarecer os processos coletivos de construção do conhecimento, também se faz necessário analisar práticas e relações sociais que se estabeleceram, bem com as interfaces que se formam a partir de tais relações.

Com base nisso é que, nas próximas seções, são trazidas experiências e interações que afetam e são afetadas pelos atores entre si, e pelos marcos institucionais e recursos que acabam por constituir o PFV-VJ. Assim sendo, o presente capítulo está organizado em duas partes. Na primeira, são analisados os participantes do PFV-VJ e seus papéis, no sentido de vislumbrar relações estabelecidas a partir das múltiplas atuações no âmbito do projeto, buscando identificar os atores sociais que se revelam. Logo em seguida, a partir da identificação dos atores sociais, busca-se trazer elementos captados durante a pesquisa que permitem dar contornos ao que se pode chamar de arena do PFV-VJ.

4.1 OS PARTICIPANTES DO PFV-VJ E SEUS PAPÉIS

A reconstrução do PFV-VJ possibilitou identificar seus participantes, além de encontros e desencontros entre eles. A reconstituição da trajetória do projeto providenciou algumas pistas sobre as principais interfaces entre os atores sociais, que foram emergindo na medida em que os envolvidos com o projeto foram desenvolvendo suas ações. Neste sentido, os diálogos com os entrevistados foram mostrando, também, que novos papéis foram sendo construídos, como: agricultor empresário, professor agricultor, agricultor pesquisador e agricultor presidente, professor estudante, estudante professor ou agricultor estudante. Nessa

seção, esses papéis desempenhados e percebidos pelos demais serão apresentados separadamente. Entende-se que os papéis não são fixos, nem apenas relacionados às atribuições de cada participante do projeto, ao contrário, apresentam-se dinâmicos e fluidos a depender das interações estabelecidas. Pretende-se também, ir evidenciando algumas relações que desencadearam processos de interfaces no âmbito do PFV-VJ, embora o ponto de partida tenha sido a inserção dos atores categorizada, no projeto, pelo seu caráter sócio-profissional.

4.1.1 Agricultores

O grupo de agricultores que participou do PFV-VJ caracteriza-se por ser um grupo bastante heterogêneo. Esse grupo participa de duas organizações, como já relatado, a Cooperativa Agrária São José e a APROVIJA. Os agricultores que possuem suas próprias vinícolas e são membros da APROVIJA têm um perfil distinto dos agricultores que participam da cooperativa. Embora a Cooperativa seja membro da APROVIJA, como é formada por 58 associados, somente o presidente e o enólogo participam das reuniões da APROVIJA, representando os demais.

Os agricultores donos de vinícolas são, na maioria jovens, com formação em enologia (três jovens e dois com formação) e buscam renovação constante de suas práticas e parcerias para ampliar a atuação dos seus empreendimentos. O agricultor que ocupa o cargo de presidente da cooperativa também vem buscando uma formação mais técnica na área de gestão, e é estudante do Campus de Jaguari no curso de Educação de Jovens e Adultos em nível Técnico em Vendas.

Nesse sentido identifica-se as duas estratégias de adaptação dos agricultores aos contextos históricos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, mencionadas por Lamarche (1993), levando alguns a se tornar empresários rurais e outros a se manter com o foco na reprodução social. Essas duas características parecem demarcar bem os dois grupos de agricultores que estão relacionados ao PFV-VJ.

Os demais agricultores entrevistados, que correspondem ao grupo de associados da cooperativa, possuem uma tradição no cultivo das videiras e também desenvolvem outras atividades como gado de leite, horta, soja, fumo, produção de aves, agroindústria de pães e derivados, entre outras. Esses agricultores apostam na diversificação da propriedade como base de sua reprodução social.

Neste contexto, é importante “compreender o agricultor familiar como um ator social partícipe pleno do progresso, da sua sociedade, em geral, e mais diretamente, das transformações da agricultura e do meio rural” (WANDERLEY, 2003, p. 49). Esse papel de protagonismo nos processos sociais é percebido na forma como buscaram alternativas na organização da Cooperativa Agrária São José e posteriormente na mobilização para a criação da APROVIJA. Ele está presente também na ampliação das parcerias no PFV-VJ e na elaboração dos planejamentos estratégicos, tanto da associação, como da cooperativa.

No entanto, nas relações, as diferenças afloram, os mundos de vida distintos entram em embate. O olhar de um agricultor que possui uma vinícola mostra um pouco como essas diferenças são percebidas e como impactam entre eles.

A cooperativa tem cinquenta e poucos associados, mas beleza, são produtores de uva. Não sei, para mim são duas coisas completamente diferentes, nós também somos produtores de uva! Mas além de produtor de uva a gente é produtor de vinho. A gente tem uma empresa, né. Então são dois grupos distintos (A7).

Os mundos de vida distintos são percebidos pelos demais atores sociais, os interesses distintos acabam impactando no trabalho desenvolvido pelos técnicos e professores que atuam com os grupos. Como os repertórios de conhecimentos construídos pelos agricultores proprietários das vinícolas se aproximam em alguns pontos com os dos técnicos, há maior identificação com eles, é como se as respostas do grupo fossem mais rápidas ao trabalho realizado. Muito presentes na relação entre eles estão os aspectos relacionados ao mercado, aos empreendimentos, transmitindo a impressão de um diálogo mais efetivo com o grupo de agricultores da APROVIJA. Sendo assim, o relato de um professor, abaixo, mostra isso.

Nesse trabalho da cooperativa são dois grupos diferentes, na APROVIJA eles tem uma visão mais de gestão, é um trabalho diferente, eles conseguem ter essa visão de investimento, de lucro, de alavancagem assim, mais na área econômica. Nos produtores da cooperativa isso é muito distante. Ele tá muito mais preocupado com a videira com o cultivo e não está preocupado com essa questão. Ele precisa amadurecer nessa questão, mas também não sei até que ponto ele tem que amadurecer isso! Tem uma diretoria, então fica essa questão, a principal diferença, a APROVIJA então mais focada nessa questão empresarial e os produtores da cooperativa mais focados como produtor rural mesmo(P5).

Na fala do professor, sutilmente surge o dilema se todos os agricultores devem seguir o fluxo do mercado, em alguns momentos sugere a necessidade de mudança de comportamento dos agricultores. Esse questionamento fica latente em todas as ações do PFV-VJ, ora vislumbram o fortalecimento do grupo de agricultores com seus repertórios de

conhecimentos e valorização da cultura local e do cultivo da variedade ‘Goethe’, ora emerge o discurso do mercado, de seguir o fluxo imposto pelos mercados estabelecidos.

As diferenças de repertórios de conhecimento e mundos de vida entre os agricultores gera modos de apreensão e expectativas diferentes com relação às formações realizadas no PFV-VJ. Quando o nível de formação era complexo gerava satisfação nos donos das vinícolas, porém, não atingia o público dos associados da cooperativa. Quando o nível de formação era mais básico gerava descontentamento nos associados da APROVIJA⁴³. Essas diferenças foram mencionadas em muitas entrevistas como pode se observar nesse trecho:

[...] eu notava que os produtores ficam um pouco acanhados em relação a vir. Até porque esses que são das empresas[...]o [nome] eles acharam show né! Só que a linguagem que ele usa, o nível que ele aprofunda é para quem já está há muito tempo trabalhando, não é para o produtor lá. E esse cara vinculado à cooperativa? E às vezes ficava um jogo de forças também, né (P1).

O ‘jogo’ de forças mencionado pelo participante descortina as disputas de poder que estão presentes nas relações entre os dois grupos de agricultores, existem modos de vida distintos entre eles, que envolve desde a busca de um caminho diferente por parte dos viticultores até o sentimento de fidelidade a algo que é tão caro para eles como a cooperativa. A discussão sobre a conversão dos vinhedos para viníferas está no cerne dessas disputas de poder entre os dois grupos.

Apesar das dificuldades enfrentadas por eles e até mesmo em decorrência das exigências do setor, os agricultores têm buscado construir novos conhecimentos, experimentado, tentando inovar, revendo suas práticas e melhorando seus vinhedos. Vários relataram sobre seus experimentos. Ainda que de forma improvisada, tentam adotar novas práticas e construir alternativas para o cultivo. Seja fazendo um porta-enxerto diferente ou testando novas cultivares em suas propriedades. O fato de terem buscado o PFV-VJ e a criação da APROVIJA não deixa de ser uma inovação em termos de organização social, pois experimentaram novas formas de relação vislumbrando alternativas coletivas para as suas

⁴³ Embora a cooperativa faça parte da APROVIJA, os agricultores associados da cooperativa não participam diretamente das reuniões, por isso tratamos como grupos distintos. Os agricultores da cooperativa são representados na associação pelo enólogo e pelo presidente da cooperativa e possuem perfil parecido aos dos demais viticultores membros da APROVIJA. Com o objetivo de distinguir os dois grupos, onde se fizer necessário, utilizaremos a denominação de agricultores empresários para os proprietários das vinícolas e agricultores familiares para os membros da cooperativa. Quando não houver tal designação é porque se refere aos dois grupos.

crises individuais. A necessidade de incorporar novos conhecimentos para atender a um mercado exigente é relatada por um dos vitivinicultores.

O consumidor começou a ficar exigente, né. Queira ou não queira o consumidor a cada dia que passa, não sei se ele está, o poder aquisitivo está melhorando, mas está se mudando, em alimentação, tudo, e ele está mais exigente. Mesmo que os carros antes era o Gordine, o DKV, o fusca, tem que melhorar. A gente vai tentando melhorar, é que eu tenho tudo em casa, a parte de uva de caixinha, a parte de geleias. Chamarisco como se diz! Se não leva o vinho, leva a geleia, se não leva a geleia leva a uva, e assim vai (A8).

O relato acima indica a construção de conhecimentos para diversificar os produtos comercializados, característica presente nos vitivinicultores que possuem pontos de venda junto à rodovia (BR 287), que também experimentam no cultivo das uvas. Os testes com porta-enxertos são experimentos comumente desenvolvidos pelos agricultores empresários e por alguns agricultores familiares, buscam reproduzir mudas mais resistentes a determinadas doenças. Como estão distantes da serra onde existe maior número de viticultores, buscam alternativas para que possam ter certa autonomia. Um agricultor explica o processo.

Às vezes, a gente vai mudar e não dá certo. Esse que o [nome] tem feito lá é o porta-enxerto resistente à pérola da terra, é bem interessante também. Porém, para nós começou aqui (e para todo o Chapadão) começou a aparecer a doença pé preto. E esse não é resistente a pé preto. Então facilita de um lado e de outro prejudica, aí, voltamos ao 10114 que é o que tem aprovado na região. Até tinha quase perdido esse porta enxerto (A3).

A capacidade inovadora dos agricultores também foi foco de reflexão durante as entrevistas com os professores do IFFar e a visão é um pouco mais cética, é um olhar a partir de outros repertórios de conhecimentos, refletindo um olhar mais estrutural sobre o setor. Nessa perspectiva, os professores julgam que os agricultores esperam por soluções prontas, estão completamente inseridos no regime e não percebem as oportunidades e possibilidades existentes em suas próprias práticas. Nesse sentido, descartam conhecimentos construídos pelos antepassados e focam nas suas carências estruturais. A fala a seguir mostra a percepção de um professor ligado ao projeto.

[...] e se tu pega uma roda de agricultor e tu fica escutando, a solução é sempre um remédio, é um produto é um equipamento que alguém inventou em algum lugar, mas se não se tem e prova disso é que eles não acreditam o vinho 'Goethe' deles. Então assim, a capacidade de inovação não é só da técnica produtiva, mas da capacidade de inovação dentro do mercado, dentro das organizações deles para dialogarem mais, e eu acho que sinceramente, falando desse caso ou dos agricultores em geral (P3).

A opinião crítica com relação à parte dos agricultores na fala do professor traz também uma visão diferente da perspectiva de inserção nos mercados convencionais que perpassa outros discursos encontrados. Perspectiva que é percebida também nas ações desenvolvidas no PFV-VJ, por meio das visitas às cooperativas vinícolas da Serra Gaúcha (que fizeram a conversão dos vinhedos para uvas viníferas), e à cooperativa vinícola da Região de Fronteira que está inserida no mercado. Esse professor é também membro da Cooperativa Agrária São José e defende a busca de uma IG dos vinhos Jaguari ligada à tradição do cultivo da variedade 'Goethe'.

Outros 'olhares' que surgem sobre os agricultores emergem da relação deles com os estudantes. Percebe-se que existe certa visão estereotipada do agricultor, que é visto como atrasado e pouco participativo. Conforme o contato com os agricultores foi se intensificando, os estudantes foram se surpreendendo com eles, como se pode perceber na fala de uma aluna: "eles sabem muito, né! Eles estão inseridos lá, eles sabem como fazer, eles sabem como produzir, como elaborar o vinho" (E1).

À medida que os mundos de vida vão se aproximando por participarem do PFV-VJ, novos conhecimentos são construídos a partir desses encontros, os estudantes modificam as crenças estabelecidas sobre o conhecimento dos agricultores quando percebem o seu valor e aprendem com eles.

Por outro lado, tanto extensionistas como a consultora do SEBRAE mencionaram a 'resistência' dos agricultores em promover mudanças em suas práticas a partir da assistência técnica. Aqui, se pode considerar que a reação dos agricultores parece fazer parte de papéis pré-estabelecidos, cuja mudança depende do aprofundamento das relações, mas também da constituição dos espaços de construção conjunta. Em outras palavras, agricultores reagem negativamente ou preventivamente àquilo que Caporal e Ramos (2006) chamam de "processo de domesticação", que se assemelha a um processo de convencimento e persuasão (bastante característico das metodologias convencionais da extensão rural).

O PFV-VJ propiciou novo espaço de troca, mediado por outros atores sociais, porém o espaço identificado como o lugar de troca entre os agricultores familiares tradicionalmente sempre foi o Clube Chapadão, um clube recreativo onde realizam as festas e confraternizações é o espaço dos encontros dominicais. Todas as semanas à tarde os agricultores sócios da cooperativa se reúnem, jogam cartas, bocha, entre outras atividades. Nesse espaço tradicional, as discussões sobre os aprendizados construídos nas formações e

encontros promovidos pelo PFV-VJ são socializadas com os demais, retomadas e refletidas. O testemunho de um agricultor ilustra as trocas entre eles: “nas reuniões no clube no final de semana. Eles brigam, batem boca, tem que aplicar isso. Não, eu fiz assado. Tem uns que não fazem, mas tem os que fazem” (A6).

Um dos questionamentos feitos aos agricultores foi quanto à realização de pesquisas e experimentos em suas propriedades. Nesse sentido, ficou evidente a percepção construída de que o papel do agricultor é de produzir e não de pesquisar, essa assertiva sempre surgia de forma espontânea. Porém, a emergência de ter respostas mais adequadas às suas necessidades, os levou a considerar que pesquisas fossem realizadas em suas propriedades. Numa perspectiva que não foge à tradicional, respondiam que poderiam ceder áreas produtivas para esse fim e que se orientados poderiam auxiliar. Essa visão é a mesma compartilhada pelos demais entrevistados, como se observa no trecho da entrevista de um professor entrevistado.

Com certeza eles abririam, se formou um relacionamento muito bom nesses últimos três anos, acho que sim. Hoje eu acho que não teria resistência nenhuma, pelo contrário. Ficariam muito satisfeitos em abrir a propriedade e dar continuidade a esse processo (P3).

Tal abertura por parte dos agricultores para uma nova prática na pesquisa se dá devido à carência de estudos e experimentos tanto no tocante as novas cultivares, quanto às possibilidades de aproveitamento da variedade ‘Goethe’. Um deles já é adepto de uma prática diferenciada que pode estar se encaminhando nesse sentido. Ele disponibiliza sua propriedade para a realização de experimentos, compartilha conhecimentos com os pesquisadores e estudantes de diferentes níveis de formação.

Deve-se considerar, no entanto, que o desenvolvimento de uma nova prática exige dedicação e paciência, e como em outras searas é na construção que as dificuldades surgem e os aprendizados se constroem. Portanto, entre a intencionalidade e a ação existe um longo e desafiante percurso.

4.1.2 Extensionistas

O PFV-VJ contou com a participação de extensionistas, ora identificados com este papel ora vistos como ‘técnicos’, independente da entidade a qual pertencessem.

Entre os extensionistas que atuaram no PFV-VJ⁴⁴, nota-se a característica de comprometimento com a construção do grupo com o qual interagem. Suas práticas parecem perpassadas por um compromisso com a comunidade, buscando a construção de suas práticas com os agricultores. No entanto, a vinculação a determinados domínios sociais leva os atores a estabelecerem compromissos também com os elementos que constituem tal domínio. Neste caso, a ‘extensão rural’ é um destes domínios e há construções anteriores que conformam determinadas formas de agir e que repercutem em suas práticas. Por exemplo, com alguma frequência, algumas metas de trabalho, mesmo que tenham sido construídas no âmbito do projeto, acabam sendo apresentadas como sendo do extensionista. Por outro lado, há um movimento em direção à revisão de suas práticas, contudo, a influência difusionista ainda está presente. A noção de que há uma fonte de saber e receptores que ‘precisam’ de construções prontas para adoção é de difícil dissolução. Caporal (2009) chama a atenção de que o modelo da difusão marcadamente estabelece que os saberes são concentrados pelos extensionistas, necessitando ser “passados” para os agricultores.

Durante a pesquisa se observou o dilema vivido por esses profissionais. Por mais que estes atores reconheçam as dificuldades em modificar a relação com o trabalho em extensão e com os agricultores, não conseguem avanços, uma vez que há aspectos bastante cristalizados, e que estão na base da própria formação profissional. O trecho abaixo dá algumas pistas sobre isto.

Poucas pessoas vão para essa área [a extensão rural], a maioria vai para o agronegócio que é onde tem maior visibilidade. A parte de extensão é poucas horas e a parte de cultura é voltada ao agronegócio, [...] é a própria formação dos professores, fazem Agronomia, na UFSM é pessoal que veio da área do agronegócio [...]. Até no Instituto a gente escutava, tu quer ganhar dinheiro trabalha com quem tem dinheiro, com as empresas maiores, mas é verdade, quem pode prestar essa assistência é o Instituto, a EMATER, o SEBRAE, só não vincula nada. Eles vão ali fazem o trabalho e vão embora (T3).

Os próprios profissionais entendem que a atuação na área de extensão rural não é enfatizada (ou valorizada) na formação dos profissionais das ciências agrárias, e em outras áreas menos ainda. Isso resulta na falta de interesse por um trabalho mais inserido nas comunidades. Esta lacuna na formação acaba gerando um ciclo vicioso, como os professores

⁴⁴ Para fins de análise são considerados aqui os técnicos do SEBRAE, o técnico e o enólogo da cooperativa, e os professores do IFFar/SVS em sua atuação de extensionistas.

não acessam esse conhecimento em sua formação, também não consideram importante ao trabalharem com seus alunos.

Por outro lado, os espaços de diálogo no âmbito do PFV-VJ possibilitam um movimento em direção ao rompimento desse ciclo. Isto pode ser notado pela atuação dos estudantes em projetos de extensão, quando começam a perceber a importância dessas práticas na transformação do local e nos seus mundos de vida, uma vez que seus repertórios de conhecimento são ampliados. Em sua formação vivenciam a atuação extensionista. O relato de uma das estudantes entrevistadas mostra essa ampliação de sua consciência social e a satisfação vinculada ao trabalho extensionista.

Se eu voltasse para aí, eu estaria envolvida novamente com essas coisas por que é bom sentir aquele, hã, as coisas mudando, ver que tu tem parte nisso. [...] Daqui a um tempo eu passar aqui por esse caminho e ver como eles estão e pensar que eu ajudei a montar. É isso que a gente quer, quer melhorar, e eu acho que a partir do que a pessoa sente, é motivador, é recompensante para ti, saber que tu saiu de um lugar onde tu está podendo contribuir não simplesmente ir lá, fazer a mesma coisa todos os dias e voltar para casa sem nenhuma recompensa. E estar inserido na comunidade é recompensante para mim pelo menos sempre foi (E1).

A sensibilidade para o trabalho de extensão é desenvolvida na medida em que o profissional atua em projetos junto às comunidades. A observação das práticas extensionistas junto ao PFV-VJ leva a perceber que os profissionais que já tinham alguma experiência profissional dessa natureza em outras instituições se mostraram mais permeáveis a determinadas mudanças. Este perfil, de certa forma, favorece um ‘trânsito’ deste ator para fora do seu domínio social. Tal desafio também foi colocado aos professores que participaram do projeto na medida em que acabam por rever suas estratégias, inclusive, na atuação como docentes nos cursos aos quais estão vinculados no Instituto.

Contudo, considerada a interface entre técnicos e agricultores, são perceptíveis estranhamentos em relação ao conhecimento dos agricultores. Com isto, nem sempre tais saberes são devidamente valorizados. Tal observação é corroborada, por exemplo, na forma como o trabalho de assistência técnica foi estruturado, nos debates sobre a manutenção ou não da variedade ‘Goethe’ e, mesmo, nas questões que envolveram o CMV. Em todas estas situações geradoras de interfaces, o conhecimento dos agricultores foi colocado em segundo plano, conforme analisado no capítulo anterior. Entretanto, o espaço de encontro que o PFV-VJ proporcionou deu visibilidade para as opiniões controversas, ainda que as disputas sigam razoavelmente desiguais. Em parte, se pode atribuir a disputa desigual como resultado da própria herança de uma concepção de ciência tradicional ainda muito impregnada nas

instituições, que legitima decisões e saberes que vêm do “espaços científicos” e não de fora dele. Também, é necessário considerar que sobre a ação do extensionista há o ‘peso’ das instituições às quais está vinculado, que também respondem ao paradigma dominante na maioria das vezes.

4.1.3 Professores

Importante destacar que o PFV-VJ foi institucionalmente categorizado como um projeto de extensão, embora tenha tido atividades de pesquisa associadas ao mesmo. Assim, a análise da inserção dos professores não pode se furtar à percepção destes atores em ‘movimento’ entre seu caráter de pesquisador, extensionista e, obviamente, como professor. Estas são impressões coletadas a partir das representações dos próprios entrevistados.

O espaço de diálogo e de construção conjunta que o PFV-VJ foi estabelecendo tem implicações sobre o que os agricultores demandam da pesquisa, mas também em como as potenciais investigações científicas e questões acadêmicas⁴⁵ passam a ser formuladas. Os encontros dos distintos atores, embora tenham resultados imprevisíveis, tendem a criar oportunidades de ampliação de construções conjuntas e olhares cruzados. O trecho de uma das entrevistas com um dos professores é interessante para destacar as reflexões emergentes dos processos coletivos de abordagem de problemas localizados, porém, confrontados ou cotizados com o conhecimento científico (codificado) construído em espaços ‘distantes’.

A gente trouxe um palestrante que fez doutorado aqui em Santa Maria, [nome], ele veio fazer uma palestra no Centro Mesorregional. E me marcou porque foi nessa palestra que surgiu o tema do meu doutorado. Que ele dizia, falando de cobertura de solo, que o pessoal tá usando como cobertura de solo anual, azevém, ervilhaca, e eu perguntei: É de cultura perene? E ele disse: De cultura perene tá faltando pesquisa! E eu: Tá aí que entra a minha pesquisa. Me motivou, eu me sinto bastante parte nesse processo, aí eu decidi, vou pesquisar o amendoim forrageiro na cultura da uva. Que é o que eu to fazendo em Jaguari no[nome] (P4).

Outra pesquisa que foi realizada a partir do PFV-VJ, refletindo a ampliação da reflexão por parte dos professores no sentido de ‘revisar’ seus focos e modos de fazer pesquisa, foi uma pesquisa sobre a compactação dos solos no cultivo das videiras, onde foram

⁴⁵ Não se pode deixar de voltar a mencionar que esta tese mesma pode ser considerada como resultado do estímulo à reflexão proporcionado pelo PFV-VJ.

analisadas a porosidade e densidade do solo. A pesquisa contou com a participação de uma estudante do Curso Técnico em Agropecuária (filha de vitivinicultor). O professor que coordena a pesquisa tem atuação no PFV-VJ, desenvolveu a pesquisa a partir das demandas do grupo de agricultores e acompanha as necessidades manifestas por eles.

Analisando os papéis assumidos pelos professores junto ao PFV-VJ (assim como no caso dos extensionistas) percebe-se a construção de um compromisso social. Nos seus relatos, referem-se ao ‘compromisso com a comunidade’, mencionando a importância de um trabalho que contribua para melhorar a qualidade de vida dos agricultores e que tenha impacto na região. Percebe-se a consciência de que essa atuação imersa no social é extremamente importante e tem reflexo direto nas atividades de sala de aula. Tais reflexos são reportados como uma qualificação no processo de ensino-aprendizagem pelo fato de que os professores, pelo contato estreito com a realidade regional, conseguem levar exemplos e os conhecimentos construídos no âmbito do projeto para os estudantes em situações de aula.

Contudo, observa-se que falta o salto para uma atuação mais interdisciplinar, os projetos ficam restritos à suas áreas de formação com pequena abertura às áreas mais próximas. Falta a articulação com pesquisadores de outras áreas do conhecimento para que a atuação seja mais abrangente, por exemplo, das ciências agrárias, das ciências sociais e humanas.

Também, parece bastante persistente a noção de que lugar de pesquisa é o Instituto. Ainda, falta nos professores o envolvimento em trabalhos de pesquisa nas propriedades, geralmente as pesquisas são realizadas nas áreas do IFFar, e nem sempre levadas aos locais de sua aplicação. Ou seja, há um bom trajeto de mudança a ser ainda percorrido, pois, embora os agricultores tenham passado a influenciar bem mais o estabelecimento de demandas de pesquisa, estas não necessariamente vêm sendo construídas com eles. Especialmente questões e metodologias seguem sendo formuladas pelos pesquisadores-professores.

Assim como nas atividades de extensão rural, emerge por dentro do PFV-VJ o dilema ou a interrogação de papéis previamente construídos e legitimados em um dado domínio social. O envolvimento dos professores em trabalhos de pesquisa é uma prática conduzida por um conjunto de regras estritas e objetivas, estando relacionada a um regime científico dominante, que ainda está distante de uma transformação mais significativa.

Voltando a Gibbons *et al.* (2011), se pode dizer que há uma predominância (quase inercial) do Modo 1 de produção do conhecimento, sendo que o IFFar e a URI Santiago não

são propriamente exceções. As pesquisas ainda se restringem às áreas produtivas do Instituto, raras são as exceções. Alguns entendem este processo como problemático, o depoimento do professor abaixo traduz essa angústia.

Mas, se a gente pegar, quantos professores a gente não conseguiu envolver [no PFV-VJ]. Sendo da mesma área que nunca quiseram ir que nunca deram a sua parte. E acho que isso é o grande entrave [...] eu não sei assim, tem vários fatores, mas não vejo um, nunca viveram esse lado, tem uma formação que não foi voltada para isso (P3).

Por outro lado, os conhecimentos construídos por meio do envolvimento como extensionistas no PFV-VJ foram destacados pela importância desse trabalho como experiência pessoal. Ao abordarem esse tema, relataram a importância do trabalho junto aos agricultores e como o conhecimento e as experiências deles foram significativos para o seu aprendizado. O trecho da entrevista de um professor mostra isso.

Talvez de todos eles [os agricultores] o maior ganho tenha sido o meu, eu acho que eu ganhei muito assim, como profissional [...] Às vezes é um aspecto que precisa ser trabalhado com eles, essa área agregou muito pra mim, ter um pouco disso, ter essas experiências, escrever algumas coisas e falar disso foi um desafio. Acho que me deixou mais flexível, fantástico! Porque é uma experiência a mais e muito próxima da realidade local. [...] então falar disso tendo vivenciado é muito diferente do que falar disso tendo apenas um aporte de leituras. Acho que foi um ganho fantástico (P5).

Percebe-se por meio desse depoimento que as vivências experimentadas no PFV-VJ, pela própria interface entre mundos de vida diferentes, trouxeram para esses profissionais conhecimentos valiosos, sobre as práticas e conhecimentos dos agricultores, e que tem um impacto direto nas demais atividades que envolvem a atuação desses professores, como as atividades de ensino e de pesquisa. Tais aspectos corroboram com a ideia de que os papéis são cambiantes e, por isto mesmo, parte de um processo em construção.

4.1.4 Estudantes

A participação dos estudantes no PFV-VJ foi restrita à área de Gestão e de Tecnologia da Informação, não envolvendo estudantes da área de Ciências Agrárias. No projeto, houve a atuação direta de seis estudantes atuando na organização e legalização da APROVIJA, na elaboração do planejamento estratégico da mesma e no planejamento estratégico da

Cooperativa Agrária São José, além de outras atividades, como na organização dos seminários e nas visitas técnicas.

A interação com os agricultores e demais atores sociais possibilitou a construção de conhecimentos que foram um diferencial na formação dos estudantes. A forma como percebem e interagem com a realidade agrega elementos peculiares à formação que não ocorreria em uma formação limitada à sala de aula. As estudantes que participaram do PFV-VJ percebem a diferença na formação e nos aprendizados construídos a partir do contato com a realidade dos agricultores. Conseguem ligar as experiências vivenciadas com os conteúdos desenvolvidos em aula com maior facilidade, auxiliando no seu desempenho acadêmico de uma forma geral. Também, assumem o papel de iniciantes a extensionistas e pesquisadores conforme sua participação nas atividades dos projetos. O depoimento de uma estudante reflete a valorização dos conhecimentos construídos no âmbito do projeto.

Já saio com um diferencial de pessoas que estão, de repente, fazendo uma faculdade de administração e não tem um conhecimento vivenciado, eu já. Acredito que eu tenha saído na frente por isso, me agrega, hoje se eu precisar montar um planejamento de alguma instituição, certamente hoje eu já tenho um embasamento para fazer. E outras coisas, né! Por exemplo, eu conhecendo a serra melhor, essa parte de vinho, quando eu saí de lá, em vim para cá, eu trabalhei com vinícolas aqui. E eu trabalhei num projeto aqui que reunia compradores de outros lugares, então agregou, né! Eu já conhecia sobre vinho, eu já tinha como falar sobre, digamos assim. A minha primeira inserção no vinho foi aí, e foi aí que eu aprendi a gostar, então entra várias coisas que vão agregando que tu vai conseguindo ir para outros rumos, né (E1).

A valorização da participação dos estudantes também está presente nas falas dos agricultores. Todos mencionam a importância das trocas e dos aprendizados construídos na prática. Há uma relação positiva na qual os agricultores também se sentem valorizados ao contribuírem para a formação dos estudantes. Esse espaço de aprendizado é valorizado pelos participantes do PFV-VJ. O depoimento a seguir é representativo nesse sentido.

Eu acho que eles começam a ter uma visão mais real da coisa. Porque é isso que eu digo, na faculdade tudo é bonito, tudo as mil maravilhas, tu vai trabalhar numa empresa [...] tu da um jeito de fazer [...]. Sabe e esse contato e eu sou muito a favor (A7).

Essa reflexão sobre a ação é o que subjaz ao pensamento de Schön⁴⁶ (*apud* ALARCÃO, 1996a, 1996b) quando propõe uma formação reflexiva, construída na prática. Esses processos implicam o “sujeito num processo pessoal, de questionação do saber e da experiência numa atitude de compreensão de si mesmo e do real que o circunda” (ALARCÃO, 1996a, p.09).

Contudo, na interface com os agricultores se observa certa surpresa por parte dos estudantes com relação aos seus saberes. Talvez pelo afastamento de seus mundos de vida, mas também pelo fato de construírem seus conhecimentos de maneira diferente, uns fundamentalmente pela prática e os outros pelo ambiente institucionalizado do mundo acadêmico, cujo *modus operandi* nem sempre incorpora ou considera atores alheios a ele. Percebe-se, ainda, que existe certa visão estereotipada do agricultor, que é visto como atrasado e pouco participativo. Conforme o contato com os agricultores foi se intensificando, os estudantes foram se admirando com eles, como se dito por aluna: “eles sabem muito né! Eles estão inseridos lá, eles sabem como fazer, eles sabem como produzir, como elaborar o vinho” (E1).

Os estudantes, como extensionistas e professores, foram cada vez mais se percebendo comprometidos com a comunidade e com a realidade regional. É um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, capaz de torná-lo criador. No contato com a realidade, eles questionam os conhecimentos teóricos, exercem sua capacidade crítica de aprender e constroem o que Freire chama de “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto (FREIRE, 2002, p.13).

Há outra interface entre atores, que parece ordinária, mas se transforma na medida em que se aprofundam relações entre educadores e educandos. O contato direto dos estudantes que atuam no PFV-VJ com os professores, durante o desenvolvimento das atividades, fez com que fossem intensificados processos de construção de conhecimento, especialmente, no que se refere às aquisições, confrontos e re-acomodações que emergem da experiência e da pesquisa. Os estudantes percebem também a diferença na atuação dos professores que possuem uma inserção junto aos agricultores, a forma como relacionam os conhecimentos teóricos à realidade observada. Tais aspectos parecem tornar o processo de ensino aprendizagem mais atrativo e proveitoso também para os demais estudantes.

⁴⁶ SCHÖN, D.A. *The reflective practitioner – how professionals think in action*. Philadelphia: Basic Books; 1983.

4.1.5 Prefeitura de Jaguari

A Prefeitura de Jaguari participa do PFV-VJ, atuando formalmente com apoio financeiro, logístico e como elo político para outras esferas da administração pública. Como no caso das gestões junto as Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário quando das mudanças no CMV.

Neste particular, nos relatos sobre o PFV-VJ, a figura do prefeito do município é destacada pelos professores do IFFar/SVS. Isto se deve ao seu papel de articulador entendido como fundamental para ações que beneficiaram a reestruturação do CMV. Também foi fruto dessa articulação a criação do Campus Jaguari em 2011. O professor que acompanhou o prefeito em uma viagem à Brasília relata a importância dele nas articulações políticas no trecho transcrito abaixo.

Ele foi em Brasília, ele sentiu que tinha clima para ganhar o dinheiro do Ministério da Integração [...] ele abre todas as portas, politicamente ou não. [...] Para ter uma ideia. Primeiro o dinheiro, nós saímos de lá, eles tiraram de dentro de um projeto maior que é o Arco Sul. É um projeto bem grande de 4 milhões e não sei quanto, eles tiraram de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para fortalecer a vitivinicultura, com a Ibravin. Desse dinheiro que ia vir para ali, eles tiraram 520 mil pra botar em Jaguari, para fazermos as ações de custeio, de qualificação (P3).

Observa-se uma relação política forte entre a prefeitura e os profissionais do Instituto, um indício disso é que atuam de forma conjunta em muitos projetos e órgãos de representatividade regional. Há articulações conjuntas envolvendo outras prefeituras da região e na implementação de programas educacionais como PROEJA FIC, PRONATEC⁴⁷, entre outros, que não serão aqui tratados, mas que podem servir de exemplo de ações conjuntas.

A partir de outra perspectiva, a prefeitura, se colocada como um ator no conjunto do projeto, acaba sendo vista pelos demais de modo diferenciado. Em outras palavras, os demais atores entendem a prefeitura menos como parceira e mais como a entidade que precisa atender

⁴⁷ PROEJA FIC: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de jovens e adultos, na formação inicial e continuada com ensino fundamental que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, tem por objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

demandas. Percebe-se como difícil a dissolução de um sentimento ‘clientelista’ em relação à administração local.

Por exemplo, a prefeitura atuou nos eventos realizados pela APROVIJA e também viabilizou os convênios feitos com o SEBRAE, que desencadearam maior visibilidade das vinícolas nas feiras regionais e outros aspectos como mencionados anteriormente. Esse apoio é reconhecido pelos agricultores, porém, manifestam que a expectativa em relação à prefeitura vai além disso, o que gera descontentamento.

A comparação da situação da vitivinicultura do Vale do Jaguarí com o ProGoethe de Santa Catarina, visitado por eles, só acirrou o descontentamento. Um dos argumentos que se pode coletar durante a pesquisa é de que, em Santa Catarina, perceberam que existe uma forte articulação municipal, estadual e federal, e julgam que este desencadeamento poderia ser impulsionado pelos poder público local.

Uma das comparações entre a situação local e o ProGoethe se refere ao papel da prefeitura na articulação com políticas estaduais, julgando que esta relação deveria ser mediada pela prefeitura. Neste ponto, as limitações observadas são relacionadas à falta de incentivos para as vinícolas legalizadas e as dificuldades burocráticas para o desenvolvimento das atividades. A reflexão de um agricultor transcrita a seguir mostra o descontentamento com todas as esferas do Estado, e reforça a percepção de que se mantém o posicionamento de caráter clientelista.

A vitivinicultura passa por sérios problemas em função de todas as coisas que têm os importados, essa ações do governo, o problema da vitivinicultura é que não tem apoio do governo, não tem apoio do governo federal, não tem apoio do Estado, não tem apoio municipal (A2).

A observação é de que o poder político local não apresenta uma atuação proativa e que responde às demandas da comunidade de forma bastante precária. Também identificam que não existe uma gestão profissionalizada com um planejamento de longo prazo e valorização dos potenciais existentes na região. O trecho a seguir mostra a avaliação de um dos membros da APROVIJA sobre a atuação do poder político local.

Mas eu acho que a prefeitura peca ainda por não perceber qual é a nossa maior necessidade, ou não querer perceber. Por exemplo, o que nós queríamos da prefeitura hoje, tem uma rota que está falida [...] Na verdade, essa rota é mal montada e mal administrada e que não vai levar o nome de Jaguarí por coisa alguma na verdade. Por exemplo, o que a gente vem tentando conversar com a prefeitura parece que não [pausa] não sei se por falta de recurso financeiro ou o que. Jaguarí é conhecida pelo vinho, não me venha com terra das belezas naturais (A7).

Transparece a ideia de um poder público que valorize as potencialidades locais, porém, como destacado por Abramovay (2007), seria necessária mais promoção de convergência de interesses. Em relação a isso, há uma série de transformações ainda necessárias, elas não se referem exclusivamente ao projeto e relações em estudo, uma vez que a tradição política em pequenos municípios e em áreas rurais historicamente tem características clientelistas e, muitas vezes, concentração dos interesses das oligarquias locais.

Nesse sentido, Tonneau e Sabourin (2007) salientam que não pode haver boas políticas públicas sem organizações locais fortes, com capacidade de mobilizar os instrumentos de políticas existentes em outras esferas. Mas é importante destacar que os autores chamam a atenção para o fato de que estas organizações deveriam participar também da concepção dos mesmos. Com isto, se analisa que esse aspecto ainda é frágil na região, e no PFV-VJ, na medida em que é necessário ampliar os espaços de elaboração conjunta, de aprofundamento dos instrumentos de participação, de fluxo de aprendizagens no sentido de superar a noção de que aos agricultores cabe apenas demandar e à prefeitura somente atender.

4.1.6 Cooperativa Agrária São José

No âmbito do PFV-VJ, é marcante a participação da Cooperativa Agrária São José. Na segunda fase do projeto, foi elaborado o planejamento estratégico da cooperativa, atividade que foi acompanhada durante a pesquisa. O papel da cooperativa é considerado fundamental na construção da imagem do município de Jaguari como um município com tradição na vitivinicultura. Essa tradição é fruto de um trabalho coletivo de mais de 80 anos, sendo que a história de dificuldades e os obstáculos vencidos são elementos valorizados nos discursos, e constituem signos compartilhados geradores de coesão.

Desta tradição, faz parte o cultivo da variedade 'Goethe'. O cultivo desta variedade é reportado como parte das práticas que vêm dos primeiros imigrantes chegados na região. Esta variedade é outro signo valorizado pelos atores sociais, além de significar uma importância como patrimônio histórico-cultural da cooperativa, entendida como relevante também para o município e para a rota enogastronômica.

A partir da observação, foi possível perceber que a participação dos associados nas decisões ainda é restrita, ficando mais delimitada ao grupo que pertence à diretoria que, em

geral, são os agricultores que mais participam das atividades da cooperativa e que tem maior volume de produção.

Constatou-se que, embora haja preocupação por parte da diretoria no tocante à participação efetiva dos associados, ainda não existem ações mais direcionadas para que isso ocorra. Os agricultores entrevistados relataram a dificuldade de participação dos demais nas reuniões e nos processos de formação promovidos nos espaços do PFV-VJ.

O interessante foi observar que o espaço reconhecido pelos agricultores como local de integração e convívio social, o clube, permite por meio da informalidade trocas que poderiam ser potencializadas para contribuir com a participação na cooperativa. É nesses espaços que se dá aquilo que Ostrom (1998) chama de relações face a face de interconhecimento, que levam ao engajamento mútuo e reforçam os laços de confiança. Esse espaço não parece muito valorizado pela cooperativa nesse sentido.

Assim, embora a diretoria tenha consciência dessa fragilidade, a Cooperativa Agrária São José, ainda vive o dilema da falta de participação. É importante destacar o que Sabourin (2011) menciona quanto a esse aspecto, o afastamento dos agricultores dos processos de gestão faz com que a cooperativa transforme-se em uma autoridade gerencial, um intermediário para o acesso aos mercados, ou “até um novo patrão” (SABOURIN, 2011, p. 140). Essas relações assimétricas dificultam os laços de confiança que deram origem à organização da cooperativa e, não há cooperação sem reciprocidade (OSTROM, 1998).

Estes aspectos que se referem às relações internas à cooperativa obviamente não desaparecem com a entrada da entidade no PFV-VJ. Neste sentido, a partir da pesquisa, percebe-se que se mantêm determinados embates no que tange às ideias de diretores e certos grupos de cooperados. As lideranças vislumbram que melhorias técnicas específicas podem qualificar a produção de vinho, no entanto, nem todos percebem tais melhorias como importantes ou como factíveis. De qualquer modo, a proposta da Cooperativa São José, como entidade e como um ator chave no PFV-VJ é buscar o que eles determinaram como mais qualidade na elaboração dos vinhos, isto envolveria mudanças técnicas já no cultivo das videiras.

De certa forma, entrada da cooperativa no PFV-VJ se justifica pela noção de que parte dos agricultores tem a preocupação em produzir em grande quantidade e não observam os aspectos da qualidade e vigor das uvas. A direção da cooperativa já tinha tomado determinadas medidas neste sentido, por exemplo, pagando um valor menor pelas uvas

consideradas de menor qualidade e pela variedade ‘Goethe’. Este é um movimento que claramente objetiva induzir mudanças em uma direção determinada.

O trabalho do técnico contratado pela cooperativa seguia esse caminho. Como relatou esse profissional, o tempo que passou na cooperativa foi investido em conquistar a confiança dos agricultores, pois ‘inicialmente eram muito fechados’ a qualquer tipo de intervenção nas suas práticas produtivas. Embora tenham sido sentidos alguns efeitos desta intervenção, esse trabalho não teve continuidade, pois o profissional saiu da cooperativa para trabalhar em outra organização.

As atividades por dentro do PFV-VJ ao propiciar visitas às cooperativas com práticas dessa natureza reforçaram pontos de vista da busca da qualidade, fazendo com que questões que, até então eram convicções pessoais, ganhassem força no debate sobre a qualidade das uvas. Este é um processo que acirrou o conflito entre as práticas utilizadas pelos agricultores e as orientações dos técnicos. Observa-se o embate entre domínios sociais distintos. De um lado, agricultores mantêm suas práticas apesar das sanções impostas pela cooperativa. De outro, a ‘perspectiva técnica’ representada na fala do enólogo responsável pela qualidade dos vinhos mostra o conflito que emerge da interface entre eles.

O produtor tem aquela cultura! No ano passado, a gente teve um excedente de safra, aí, eu falei para o pessoal para limitar a produção de cada planta, mas o produtor não quer saber disso, na cabeça de todo mundo, um fruto que tá, ele não quer tirar para fazer um equilíbrio na planta, ninguém faz isso aí! Até eu digo para o pessoal, se um cascudinho vai lá e corta um cachinho, se ele pudesse ele ia lá e colava. Então ele não vai tirar! O produtor na hora que tu vai cobrar com qualidade, quando tu tem excedente de produção, eu digo para eles, não adianta me mandarem aqui 60 toneladas de uva eu não vou ter como vender 100 mil litros de vinho. Então se vocês derem uma raleada vocês vão ter menos gasto no tratamento, né (T4).

Este encontro não harmonioso entre dois corpos de conhecimento (ou mesmo, duas configurações de mundo), observada nas relações estabelecidas para dentro da cooperativa, se reproduzem ou se mantêm nos espaços criados pelo PFV-VJ. Nesta perspectiva, a cooperativa acaba por assumir este papel de pressão pelas mudanças, seja pela pressão sobre os agricultores no sentido da indução à mudança, seja como demandante do ‘fortalecimento da vitivinicultura’, objetivo que está no cerne do projeto.

Segundo Fukuyama (1996), as pessoas adotam a ‘prática da carona’⁴⁸ quando colocam seus interesses econômicos individuais na frente dos interesses do grupo, problema que tende a ser minimizado quando o grupo possui um grau de solidariedade social mais elevado. No entanto, como mencionado anteriormente, a pesquisa evidencia dificuldade na construção do diálogo entre os cooperados e as lideranças, e isto parece ter contribuído para uma não participação de um conjunto maior de agricultores nas atividades do PFV-VJ.

A falta de comprometimento com as questões coletivas foram mencionadas por quase todos os entrevistados, a falta de um maior compromisso ou identificação com as propostas da cooperativa são elementos que foram destacados. Os depoimentos abaixo exemplificam como a cooperativa é percebida por atores de fora dela.

A cooperativa é um pouco complicada, porque são cinquenta e tantos sócios que não estão nem aí para a cooperativa que não veem a cooperativa como uma empresa deles, que estão ali meramente para entregar a uva. Não estão preocupados em fazer uma rota para eles, não vai mudar nada, eles só querem receber a uva no final do ano e pronto (A7).

Mas o pessoal da cooperativa não vai [aos cursos de qualificação], eles não se envolvem e o pessoal, na verdade o único momento que eles tem encontro com a cooperativa é quando entrega a uva. Tanto que chega no abismo deles colherem a uva e dizerem que a uva tá pronta e pode levar. De não ter combinado para saber se a cooperativa está com os equipamentos ligados se tem condições de receber (P3).

Estas situações podem ser superadas na medida em que as pessoas assumem responsabilidades para com o grupo, mas isto depende de identificarem o seu próprio bem estar com o do grupo, ou mesmo, de colocarem os interesses do grupo na frente dos pessoais (FUKUYAMA,1996).

Importante destacar que o comportamento em dilemas sociais é afetado por muitas variáveis estruturais, incluindo o tamanho do grupo, heterogeneidade dos participantes, a sua dependência sobre os benefícios recebidos, as informações disponíveis para participantes, entre outros, que devem ser monitorados pelo grupo (OSTROM, 1998). Elementos que necessitam de uma atenção no âmbito da cooperativa, mas também como oportunidade de aprendizagem para o conjunto de participantes do PFV-VJ.

A Cooperativa São José faz parte da APROVIJA, no entanto, há um tensionamento permanente entre aqueles que são cooperados e os demais. Algumas críticas por parte dos

⁴⁸ Dilema clássico do comportamento de grupos onde os membros aproveitam as ações do grupo para, apenas usufruir do resultado dessas ações sem se empenharem no alcance dos resultados.

agricultores foram direcionadas à cooperativa no tocante ao comportamento de seus associados (como na fala transcrita acima).

Os mundos de vida diferentes geram prioridades diferentes e comportamentos distintos, são envolvimento diversos, por exemplo, os membros da cooperativa possuem o foco na produção da uva e nesse sentido usam a lógica do “quanto mais, melhor”. O foco se restringe à esfera produtiva de “porteira para dentro”, eles estão distantes das dinâmicas do mercado e dos padrões de exigência sobre o vinho. Por outro lado, os agricultores empresários, que são donos das vinícolas, preocupam-se muito mais com a qualidade das uvas, pois isto impacta diretamente na qualidade do vinho. A diferença principal é que eles estão completamente inseridos no mercado concorrencial.

Este é outro conflito que se transfere também para o âmbito do PFV-VJ. Ou seja, o envolvimento das pessoas com o projeto se dá especialmente pela constatação de que era necessário ‘melhorar’ ou ‘qualificar’ a produção e vinificação, se um grupo significativo de agricultores não tem interesse nisso, não vai participar efetivamente das atividades desenvolvidas no PFV-VJ. Por outro lado, não se deve ignorar que avanços estão sendo percebidos pela cooperativa, como exemplificado na fala abaixo.

Tá mudando a cabeça dos associados, que eu acho que eles tem que mudar, mudar para melhor. Sim eles estão aceitando mais, o grupo que vai aceita, nas reuniões, tão vendo que não podem para no tempo que a cooperativa [pausa]. Há anos atrás ela estava parada. Ficou anos! Não mudava nada, tecnologia, nada! E de agora em diante tá mudando o investimento lá dentro. Tem que acompanhar o desenvolvimento do setor (A1).

Esta avaliação parece ser relativa a resultados alcançados com as ações de formação e com o processo de planejamento estratégico da cooperativa. Eles começaram a ver mais a cooperativa como um negócio. Neste sentido, era justamente esta a proposta da ação do projeto de extensão, o que fica claro na denominação do projeto que dava continuidade ao PFV-VJ, “*Alavancagem competitiva na Cooperativa Agrária São José - Jaguari-RS*”. Por outro lado, é necessário olhar criteriosamente para este ‘avanço’ porque, ainda que as formações tenham contribuído para melhorias na gestão financeira e de investimentos, não seria prudente correr o risco de perder conhecimentos tradicionais, características particulares da agricultura local ou outras formas de valorização da trajetória dos agricultores.

4.1.7 APROVIJA

Perpassando a reconstituição do PFV-VJ, a Associação de Produtores de Vinho e derivados de Uva do Vale do Jaguari (APROVIJA) teve um papel preponderante em todas as ações desenvolvidas pelo projeto. A APROVIJA foi resultado das ações iniciais empreendidas pelo IFFar/SVS junto aos agricultores. Ademais, como reforçado por Cazella (2011), as associações desempenham papel importante possibilitando trocas entre seus membros e representantes das esferas políticas e institucionais, tornando-se parceiras dinâmicas no desenvolvimento local.

Em sua constituição os agricultores debateram e refletiram sobre o setor vitivinícola do Vale do Jaguari, construíram conhecimentos no processo, mudaram seu olhar sobre a realidade e adotaram comportamentos diferentes com relação aos demais agricultores a partir deles. Como destacado nos objetivos da associação⁴⁹, a APROVIJA nasce com o propósito de união e de valorização do território e de suas potencialidades, para tanto prevê em sua constituição ações de pesquisa, educação e valorização da variedade ‘Goethe’ como característica do Vale do Jaguari.

O grupo de agricultores que atuou ativamente na estruturação da APROVIJA desenvolveu a partir das reuniões de organização da associação, fortes laços de amizade e cumplicidade e isso ficou bastante evidente nas falas de todos os entrevistados. Sendo importante ressaltar, o que já foi mencionado nesse trabalho, que o Centro Mesorregional de Vitivinicultura só permaneceu com alguns laboratórios e teve um aporte de recursos do Ministério da Integração devido à intervenção da APROVIJA. O fato de o grupo estar organizado foi um dos fatores fundamentais para tais conquistas.

Em quase todos os depoimentos surgem como elementos importantes a criação e o fortalecimento da associação, que permitiram que o grupo de agricultores mudasse as relações entre eles. A forma como eram vistos uns pelos outros era de que atuavam como concorrentes, agindo de forma isolada e competindo pelo mercado local restrito. As relações que se estabeleceram a partir do PFV-VJ contribuíram para que mudassem essa concepção, eliminando barreiras sociais e físicas, aproximando as pessoas. O relato dos agricultores é forte nesse sentido, como pode ser observado neste trecho: “até então, os produtores das

⁴⁹ Ver página 42.

várias cantinas e da cooperativa eram concorrentes uns dos outros, hoje, eles trabalham juntos, trabalham unidos” (A6).

A organização da APROVIJA foi um marco no setor vitivinícola de Jaguari, por meio dela houve um processo de reestruturação do setor, unidos os agricultores começaram a ampliar seu campo de atuação por meio de novas alianças com entidades e organizações de apoio e com o poder público. O papel da associação no PFV-VJ foi importante no estabelecimento das relações com o SEBRAE e a Prefeitura de Jaguari. O depoimento de um agricultor, citado a seguir, traduz essa ideia.

O fato da gente ter conseguido o SEBRAE foi em função da associação, senão a gente não teria conseguido o SEBRAE. A própria prefeitura, começa a nos tratar de forma diferente. Porque antes era os produtor de uva, eles nem sabiam que a gente existia, eu não tinha alvará até outro dia, porque a prefeitura nunca me cobrou isso. (A7).

O processo de elaboração do planejamento estratégico fez com que o grupo pudesse construir um sentido e um plano de ações que levaram a institucionalização do PFV-VJ no IFFar/SVS. As atividades, as viagens, as qualificações e assessoramentos do SEBRAE ocorreram como decorrência dessa organização, e isso aparece nas falas dos envolvidos. O depoimento de um dos professores que atuou no projeto traz essa reflexão.

O que foi muito importante, no projeto, foi o fortalecimento com as parcerias que já existiam, houve a retomada com a EMBRAPA, do projeto anterior que já existia, do Meso, do Centro de Vitivinicultura. Revitalizou e sinalizou a possibilidade de parceria que para os agricultores era o ponto chave (P5).

A qualidade do vinho é um debate latente e controverso alguns membros da APROVIJA, embora sejam enólogos, resistem a uma avaliação mais crítica dos seus vinhos. Esse fato gerou algumas tensões no jantar do Seminário da Vitivinicultura onde foram degustados os vinhos de todas as vinícolas ligadas a APROVIJA. Alguns vinhos foram mais apreciados do que outros pelos participantes do jantar, gerando desperdícios, pois houve sobras de vinhos nas mesas. A seguir apresenta-se a fala do enólogo sobre essa questão.

Então acho que os produtos de Jaguari, uma coisa que a gente tem feito, mas acho que teria que fazer mais também, é a gente padronizar mais o nosso vinho. A gente troca, mas teria que cada um fazer uma avaliação assim nossa e cada um opinar, abrir a jogada entre nós. A gente tem aquele espírito crítico, né (T4).

A fala acima dá indícios de que as relações de confiança precisam ser ainda amadurecidas, como a APROVIJA é uma associação recém-formada, os seus membros ainda não construíram uma relação onde pontos delicados podem ser tocados sem que as pessoas se

sintam afetadas diretamente. Esse é um processo que se constrói na medida em que ocorrem os enfrentamentos e as acomodações ao longo da caminhada.

As organizações sociais, como toda a atividade que envolve contatos frequentes, enfrentam seus momentos de crise. Quando em um grupo pequeno há evasão, como no caso da APROVIJA, em que um dos associados deixou de vinificar, o grupo desestabiliza e seus membros passam a se perguntar qual é a razão de estarem organizados. Foram identificados questionamentos do tipo: Onde estamos e para onde vamos? O que estamos reivindicando em nossas pautas? Esse momento foi identificado em janeiro de 2013, e está retratado no trecho da fala de um agricultor a seguir.

Só que agora a gente acaba se desmotivando por que sai um integrante aí. Ele parece que está bem desmotivado. Tivemos uma reunião com o deputado, [nome] achou a reunião meio fraca, que a gente tinha que ter se articulado antes, eu levei alguma coisa que a APROVIJA tinha feito, há dois anos, uma reunião com as nossas reivindicações. O que nós estamos reivindicando? (A9).

O relato acima expõe uma fragilidade da APROVIJA, que é o número reduzido de participantes, os fundadores criaram uma coesão tão forte que acabou impossibilitando o ingresso de novos membros, existem na região mais vitivinicultores que não fazem parte da associação e não são muito aceitos pelo grupo inicial. O receio de que ingressem pessoas não tão comprometidas acaba dificultando a captação de mais interessados.

Há também situações sociais afetadas pela forma como os associados da Cooperativa São José percebem a APROVIJA. Ficou evidente nas falas que há certa resistência desses agricultores com relação à organização dos agricultores empresários. Fator que pode estar relacionado ao fato dos viticultores terem se desligado da cooperativa para estruturar suas vinícolas, que são percebidas como concorrentes por alguns membros da cooperativa. O importante, aqui, é perceber que essa disputa é transferida para o âmbito do PFV-VJ, como relatado por um dos agricultores.

Na verdade, tem um pouco de preconceito com a APROVIJA que está quebrando bem devagarinho assim, porque viu que tipo nós, [nome], éramos sócios da cooperativa, no momento que tu sai e formaliza uma empresa, tu vira inimigo, sabe. Aquilo: Ah, o fulano Deus o livre! Fazem de tudo pra te ferrar mesmo. Enfrentamos dificuldades. [...] Mas não tinha nada nos estatutos (A3).

É interessante destacar aqui o que Fukuyama (2007) aborda sobre o assunto, que comunidades com laços internos mais fortes terão laços mais fracos com os de fora, existe uma resistência de abertura do grupo aos demais agricultores que são considerados “de fora”.

O papel da APROVIJA no PFV-VJ é fundamental, inclusive do ponto de vista da justificativa de continuidade do mesmo. Assim, um fator que precisa ser avaliado pelo conjunto do projeto é que ações podem contribuir para que não ocorra o esvaziamento da associação, mas fundamentalmente, como uma atuação coletiva que envolve diferentes domínios sociais pode contribuir para dinâmicas que se referem à organização interna e construção de objetivos comuns.

4.1.8 SEBRAE

O SEBRAE embora não fosse um ator desencadeador do PFV-VJ, acabou por se transformar em um ente significativo na condução das ações reputadas como do projeto em si. Neste contexto estão as qualificações em nível de gestão da propriedade, que trouxeram um componente técnico e profissional, principalmente às vinícolas. O relato abaixo dá um pouco essa noção de em que aspectos o SEBRAE atuou mais diretamente.

Aí nós tínhamos o SEBRAE que nos ajudou muito, fez toda a melhora de rótulos, fez toda [pausa] e acho que deu uma cara de empresa para as vinícolas, teve a FEISMA que foi fora de série assim (A7).

O assessoramento do SEBRAE chegou também ao chamado melhoramento do cultivo, por meio do trabalho do técnico em vitivinicultura contratado para dar atendimento aos agricultores, conforme mencionado anteriormente. As orientações abrangeram o processo de poda e de tratamento dos parreirais, orientando sobre a aplicação de agrotóxicos e sobre a adubação.

Um aspecto a se considerar é que todas as práticas são baseadas no modo convencional de produção, o PFV-VJ não avançou no debate sobre práticas mais sustentáveis e na valorização do conhecimento tradicional dos agricultores. O uso de agrotóxicos, aparentemente, é visto como inevitável quando a preocupação é a inserção em mercados convencionais. Cabe destacar que esses mercados são despersonalizados, e sua marca é a padronização de produtos, processos e pessoas. Contrário aos mercados alternativos cuja característica principal é a construção enraizada (*embedded*) em relações socioculturais particulares com forte ligação local, com tradição e origem (NIEDERLE, 2009).

Analiticamente, se pode identificar que o domínio social com o qual se pode identificar o SEBRAE é o dos *experts* no suporte às empresas que atuam em mercados

convencionais. Outra questão que emerge desta observação é no tocante à contrapartida exigida pela entidade para a adesão dos agricultores. A contrapartida se refere ao investimento financeiro por parte dos agricultores, fazendo com que diminuísse a participação dos mesmos. O relato de um agricultor reforça essa análise.

Esse projeto do SEBRAE teve uma reunião lá na prefeitura, vieram expor o que estavam proporcionando, tinha umas 30 ou 40 pessoas na reunião e ela apresentou todo o projeto e ninguém falava nada. E eu tava achando que eles iam ir embora, mas aí eu disse: Sabem porque a serra gaúcha evolui, cresce? Lá chega o apoio do SEBRAE, tudo tem apoio do SEBRAE. Tá, aí o pessoal resolveu aderir, mas só que chega na hora dos custos de treinamento vem meia dúzia. Não fecha o grupo, [nome] teve essa dificuldade agora. Eu preciso de 20 pessoas no mínimo que participe para que possa justificar no SEBRAE (A9).

A questão da continuidade do trabalho é um ponto limitante no trabalho desenvolvido por essa entidade. Em geral, existem diferentes produtos (em termos de pacotes de assessoramento) para cada segmento, o trabalho desenvolvido tem um prazo de execução, após o qual o projeto é renovado ou interrompido. Caso não exista um número mínimo de participantes, o trabalho não é implementado. Outra questão levantada é com relação a visibilidade do trabalho desenvolvido, em geral, essas organizações precisam dar visibilidade ao trabalho desenvolvido junto às comunidades. Como um dos agricultores menciona, “os pais da criança” precisam ser dados a conhecer. Neste sentido, a postura de colocar-se como agente principal no trabalho desenvolvido é gerador de situações de confronto na interface com as demais entidades participantes do PFV-VJ.

Nós tiramos o nosso nome, dos folders de eventos para aparecer o nome só do SEBRAE, para poder aparecer as parcerias, tiramos o nosso nome para a EMBRAPA poder aparecer. No I Seminário de Vitivinicultura fizemos de tudo para o seminário sair e foi uma decisão, como eu podia decidir na época, né. Eu disse vamos tirar o nosso logo (P3).

Nas interfaces entre o SEBRAE e o IFFar também pode-se observar divergências quanto a forma de trabalho, foi possível observar estes aspectos diretamente em algumas reuniões acompanhadas durante a pesquisa. O questionamento maior é no perfil do trabalho com organizações em “pacotes” prontos e também na questão de cumprimento de metas, que uma vez atingidas, os grupos deixam de ser prioritários no atendimento. Outro ponto frágil é com relação à necessidade do trabalho, muitos depoimentos reforçam a carência de um acompanhamento mais permanente e com mais participação dos agricultores nas decisões.

Os participantes precisam criar laços de confiança e isso só é possível na continuidade, o mesmo se pode dizer das demais instituições. Existem muitos pontos divergentes que só por

meio de um trabalho contínuo podem organizar-se à medida que as pessoas passam a cooperar e confiar mais umas nas outras. O capital social é dependente de relacionamentos de 'dar e receber' e não podem ser gerados com base em relações puras de mercado (NYHAN, 2007).

Essa atuação conjunta das instituições é a base para as 'regiões de aprendizagem', o que foi possível constatar nos projetos de obtenção da Indicação de Procedência (IP) do Vale dos Vinhedos e dos Vales da Uva 'Goethe'. "As IGs são reconhecidas como uma estratégia de qualificação que enfatiza o enraizamento sociocultural do produto no território onde este é produzido" (NIEDERLE; VITROLLES, 2010, p.05).

De certa forma, o que se apreende é que o SEBRAE levou a cabo ações entendidas como relevantes no contexto do PFV-VJ, no entanto, ainda é visto como um agente externo, considerando que seus compromissos são de caráter muito mais institucional do que local. Muito embora processos coletivos com caráter regional não sejam ligados apenas a organizações locais, ainda se faz necessário avançar em arranjos diferenciados que visem ação coletiva, especialmente no que tange a ampliações de mecanismos de facilitação de aprendizagem dos múltiplos atores.

4.1.9 EMBRAPA/CNPUV

A distância do Vale do Jaguari (cerca de 385 km) do polo vinícola do estado onde se concentra um importante Arranjo Produtivo Local (APL) da Uva e do Vinho, dificulta o trabalho com o CNPUV, uma vez que é na Serra Gaúcha que ele está localizado. Porém, a atuação da entidade junto aos agricultores foi maior nas atividades do CMV do que nas atividades do PFV-VJ.

Esteve presente em todas as falas, a dificuldade de diálogo com o CNPUV, e a carência de pesquisas na região. Dessa forma, nas interfaces da CNPUV com os agricultores pode-se dizer que há um tensionamento permanente, há muitas críticas por parte dos agricultores que reivindicam uma atuação mais efetiva desse órgão na região. O trecho da entrevista de um agricultor mostra esse distanciamento do CNPUV da realidade local.

Só que a EMBRAPA é pesquisa ai eles diziam: Ah! A poda tem que ser assim! Mas, a forma assim era lá na serra, eles não tinham experiência na poda aqui. A gente poda assim e teve parreirais novos que acabaram estragando, que quase não produziram. Não se adaptou a nós, nós temos horas frio diferente, umidade diferente, o clima [...] o maior problema da EMBRAPA é que em 20 minutos parece que eles resolvem a questão mundial da viticultura. A gente fez algumas conversas com o pessoal da EMBRAPA, e em 20 minutos ele descreveu o problema mundial

da viticultura e nunca mais colocou os pés aqui. A gente quer é a prática, então a gente nem procura mais sabe (A3).

A necessidade de pesquisas voltadas ao cultivo da uva é manifestada pelos agricultores de uma forma geral. Ter experimentos no local onde estão vivendo e produzindo é a maior demanda apresentada por eles, reduzir as distâncias que ora experimentam tem sido ambicionado por eles de forma clara e contundente.

Na interface CNPUV com o IFFar /SVS, se pode observar um processo de disputa, ainda que velado. Este se estabeleceu no processo de transferência da área do Núcleo Tecnológico para o IFFar. O convênio de cooperação técnica original da EMBRAPA/CNPUV para desenvolvimento do CMV foi firmado com a URI Santiago. Assim, como os equipamentos estavam sob responsabilidade da URI Santiago houve dificuldade por parte do CNPUV no processo de transferência dos equipamentos para o IFFar. Esse episódio repercutiu nas relações com a APROVIJA. Esse conflito foi percebido pelos agricultores, como se observa no trecho dessa fala:

EMBRAPA, só para ter o nome lá, porque foi o que mais falhou até agora. Na verdade tem uma briga antiga de egos do tempo da URI, e com o IFET, essa questão do laboratório, e isso tem uma mágoa, sei lá, falta muito apoio. Antes até tinha (A3).

Os agricultores demandam por apoio tecnológico no melhoramento das cultivares e no tratamento das doenças que infestam os parreirais, contudo não têm conseguido uma aproximação com o CNPUV. De certa forma acreditam que uma aproximação maior com essas organizações seja um caminho para a solução dos problemas enfrentados por eles. Ainda considerando que questões complexas exijam ações mais abrangentes, acredita-se que a presença de instituições de apoio é essencial nas regiões de aprendizagem, o que foi bastante referenciado pelos agricultores. Contudo, como Nyhan (2007, p. 23) lembra “a característica distintiva de uma região de aprendizagem não é o seu estatuto regional, mas a existência de uma 'rede' e uma forma 'horizontal' de cooperação entre as pessoas na mesma área territorial, que têm um interesse comum em trabalhar juntas”.

Na conquistas das IGs (Vale dos Vinhedos e Vales da Uva ‘Goethe’) o CNPUV foi que capitaneou as ações para a conquista de Indicação, foi o centro que coordenou e articulou em torno de si atores e organizações primordiais para a conquista. O centro atuou como uma espécie de “ponte” coordenando recursos e informações elementares para a constituição dos projetos. Os recursos financeiros mediados pelo CNPUV com o Centro Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia. (Finep), possibilitaram o desenvolvimento dos estudos técnicos. Ele também articulou um corpo de técnicos e especialistas das universidades e institutos, e integrou as associações de produtores em torno do projeto de valorização e regionalização da produção vitivinícola.

O CNPUV intermediou também contatos entre os atores locais e as organizações envolvidas com este tipo de certificação em nível nacional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), SEBRAE e Organização internacional do vinho (OIV), Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), e outras entidades setoriais (UVIBRA, Fecovinho, Sindivinho, *etc.*) e da própria Câmara Setorial do Vinho, órgão colegiado consultivo do Ministério da Agricultura (NIEDERLE; VITROLLES, 2010, p.20). Ao analisar os casos das IGs mencionados se percebe que as articulações no Vale do Jaguari que são extremamente frágeis, para não dizer inexistentes, o que resulta em enfraquecimento do setor. Percebe-se nas IGs do Vale dos Vinhedos e dos Vales da Uva ‘Goethe’ a importância da cooperação entre as instituições, aspecto que Johnson e Lundvall (2005) referenciam como importante quando atrelado ao trabalho em rede para a economia do aprendizado.

Nesse sentido, há que se considerar a emergência na retomada das relações e a construção de relações de proximidade com o CNPUV por parte de todos, em especial da APROVIJA e do IFFar, pois o caminho da IG é uma perspectiva com a qual o grupo tem trabalhado a partir das ações do PFV-VJ, e ele passa pelo fortalecimento das relações entre esses atores.

4.1.10 IFFar/SVS

O PFV-VJ tem sua história enraizada em Instituições de ensino, começando com a URI Santiago na proposta inicial do CMV e continuando com o IFFar/ SVS. Dessa maneira, o IFFar/SVS desempenhou um papel destacado como articulador junto ao poder público e demais entidades e participantes do mesmo. Atuou ativamente arregimentando adeptos e viabilizando as atividades desenvolvidas junto aos agricultores por meio de recursos humanos, materiais e financeiros.

O envolvimento das universidades em assuntos econômicos e sociais locais ou da comunidade é conhecido como o “terceiro papel das universidades”, complementando seus papéis tradicionais de ensino e pesquisa. Essa mudança no papel das universidades é a base da hélice tríplice (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000, ETZKOWITZ, 2009, NYHAN, 2007). O depoimento de um dos professores que trabalhou no projeto ilustra essa relação.

Eu diria assim, o nosso papel como Instituto eu vejo que é digamos assim, promover a sinergia. O Instituto, o papel dele é promover uma sinergia para o desenvolvimento. Digamos assim, dar essa força para as pessoas, construir o diálogo entre as instituições. Eu diria assim, talvez dar uma estabilizada. Procura estabilizar os agentes de desenvolvimento assim (P3).

Entretanto, na interface do IFFar/ SVS com os agricultores, ainda que esse papel de articulador seja reconhecido por eles, há a necessidade de ampliação dessa atuação, isso esteve presente nas falas de muitos entrevistados. Os agricultores apresentam forte demanda por acompanhamento em termos de pesquisa e de extensão no cultivo das videiras e auxílio na solução dos problemas de adubação e tratamento dos parreirais. E isso gera uma expectativa não cumprida pelo Instituto. Falta uma abertura maior para que outras áreas de conhecimento atuem junto aos agricultores, o que fica evidente nessa parte da fala de um agricultor.

Acho que o Instituto não é só uma instituição de ensinar a ler e escrever, quem ensina isso são as escolas aqui, mas o Instituto com nível superior, acho que tinha que trabalhar nesse sentido. Por exemplo, estamos com problema de comercialização do vinho branco ‘Goethe’. Acho que o Instituto teria tudo para uma turma fazer um trabalho de marketing do vinho de uva ‘Goethe’ [...] Tem que ver o que a região produz, soja, milho, mas pesquisar em cima disso para trazer esse conhecimento para o produtor. Tem que ensinar a produzir isso, eles ensinam o técnico, mas o técnico não vai voltar para a agricultura, essa é a minha preocupação. Os Institutos não estão preparando para a realidade da região, estão preparando para a cidade grande e cada vez eles estão indo embora e enchendo as cidades que não vão ter nem como absorver esse pessoal lá. Eu acho que o Instituto poderia fazer muito mais coisas pela região, nesse sentido. Tanto em pesquisa como na extensão (A2).

Apesar de o relato ser carregado de uma visão de que o Instituto sozinho é capaz de transformar a região, não incluindo os agricultores e demais atores sociais como protagonistas nesse processo, traz críticas que devem ser consideradas. O distanciamento da entidade da realidade é um elemento que perpassa todas as entrevistas. Nesse sentido, é importante destacar a ideia de Nyhan (2007) ao abordar que as universidades têm um papel fundamental a desempenhar, enquanto catalisadores/moderadores dos processos de aprendizagem orientadas para a ação, realização de pesquisas de acompanhamento de apoio e fornecer conhecimento "científico" especializado. “As atividades da região de aprendizagem não são

destinadas a substituir as funções de educação e qualificação formais, mas sim complementá-las através da promoção de atividades práticas de aprendizagem para atender às necessidades locais” (NYHAN, 2007, p. 34).

Outro fator que a fala do agricultor trouxe é no tocante à exportação dos jovens formados para outras regiões em decorrência das oportunidades de trabalho que são parcas na região. Estudos comprovam que pessoas altamente educadas são muitas vezes as primeiras a sair, fazendo com que ocorra a chamada "fuga de cérebros", resultando em áreas rurais com baixos potenciais de desenvolvimento (WELLBROCK, 2013). O que aumenta a responsabilidade de uma atuação mais comprometida com o local por parte das instituições formadoras.

Nas interfaces com os demais participantes, em especial com os agricultores, o IFFar/SVS, assim como as demais universidades, têm ainda o desafio de superar os limites da disciplinaridade, projetos dessa natureza são transdisciplinares, precisam abranger várias áreas e suplantar as barreiras das disciplinas. Os problemas da realidade do mundo rural são extremamente complexos e, portanto, é um desafio de grande envergadura para as instituições e para os profissionais que nelas atuam. Profissionais que também receberam sua formação em organizações tradicionais têm dificuldade em estabelecer relações diferenciadas. Em parte, devido ao fato de que os professores tendem a reproduzir a educação que receberam. Se, na formação inicial da área, não existiu um trabalho mais elaborado sobre a importância da pesquisa voltada à realidade do agricultor, e se não houve um foco na extensão rural, esses profissionais tendem a ignorar tais aspectos.

As práticas observadas no PFV-VJ e que foram desenvolvidas pelo IFFar/SVS, eram restritas à área de gestão, sem o envolvimento de outras áreas mais diretamente ligadas às questões dos cultivos, uma necessidade relatada por vários agricultores entrevistados e já mencionada neste trabalho.

Em geral, a pesquisa desenvolvida pelos estudantes nas universidades é tipicamente concebida de acordo com o Modo 1 de produção do conhecimento, descolada da realidade e encerrada em laboratórios ou parcelas experimentais distantes dos agricultores. Os professores que atuam nos Institutos recebem formação pedagógica para capacitá-los ao exercício da docência, conforme exigência legal, mas não recebem uma formação sobre pesquisa e extensão que dê suporte à atuação de forma mais ampla e abrangente. O depoimento de um dos professores que atuaram no projeto traz essa reflexão.

Eu ainda acho que a formação é o melhor meio, porque na verdade as nossas escolas elas não preparam para trabalhar com o mundo real. Preparam para trabalhar com o mundo fictício né [...] nós formamos e nunca fizemos trabalho de campo, trabalho prático (P3).

Existem inúmeros elementos que contribuem para esse distanciamento da realidade dos agricultores por parte das instituições de ensino. Além das lacunas na formação inicial dos professores, já abordado, existem ainda aspectos de gestão, como por exemplo, o ordenamento social dessas organizações, a necessidade de recursos financeiros para dar suporte a tais atividades que envolvem viagens técnicas, deslocamentos por parte de professores e alunos e a questão da valorização desse tipo de trabalho na progressão funcional do quadro. Há uma grande valorização de atividades de ensino e pouca valorização pela atuação dos professores e servidores em projetos que envolvam a comunidade diretamente. Estudos anteriores em projetos da mesma natureza também encontraram tais dificuldades. Os autores relataram, entre outras, que a pesquisa aplicada não tem um status elevado, que o trabalho prático fora da sala de aula é demorado e não é considerado eficiente, os resultados da colaboração em projetos são difíceis de mensurar (WIELINGA; ROEP; GEERLING-EIFF, 2009). A reflexão do professor sobre os critérios para a progressão docente no IFFar mostra que tipo de atividades e como são valorizadas.

O fato é que uma vez eu falei que na nossa avaliação para progressão valia 20 pontos uma publicação em revista e valia 20 pontos uma atividade artístico cultural, que pode ser fazer uma fogueira de São João (P1).

Em decorrência disso, as atividades de pesquisa e extensão são desenvolvidas quase que num processo de voluntarismo dos docentes envolvidos. O que se observou é que o trabalho mais comprometido com as comunidades, realizado pelo Instituto, é resultado da crença e empenho de alguns professores, não de um trabalho mais geral. Nesse sentido, não se trata de uma prática institucionalizada, intrínseca a cultura organizacional.

Esse aspecto é enfatizado por autores que analisam as instituições de ensino em regiões de aprendizagem, o papel das lideranças é fundamental para que os processos sejam desenvolvidos e aprimorados, é por meio delas que são mobilizados os sonhos e anseios dos atores envolvidos. Elas fazem diferença nos projetos em que atuam e nas instituições por onde passam. Nos processos de aprendizagem local, a liderança atua nos espaços entre os agentes estimulando alianças entre pessoas, ideias, tecnologias e facilitando a cooperação (HORLINGS, 2013). O depoimento de um dos técnicos entrevistados retrata essa reflexão.

Mudou muito, mas mais pontualmente e por atitudes pessoais, acho que a cultura institucional não está aberta para interagir com a comunidade, acho que não há isso culturalmente aqui. É espontâneo, é a [nome], o [nome], o [nome], mais alguns colegas e de! Se restringe a isso (T2).

O papel desempenhado pela liderança compartilhada emerge nos estudos sobre regiões de aprendizagem, neles é destacada a necessidade de "aranhas"⁵⁰ e a necessidade de mobilizar e conectar grupos e redes. Ao fazer isso, os agentes operacionais contribuem para a construção de conhecimento compartilhado e para a compreensão, capacidade e sinergia entre as partes interessadas (WELLBROCK, 2013). A atuação dos líderes capazes de construir agência coletiva também é crucial para a criação de áreas rurais resilientes (BRADURA, 2007) e, assim, apoiar o trabalho em conjunto de diversos atores e atividades para uma visão comum de desenvolvimento. Nesse sentido, os líderes que participaram no PFV-VJ e que estavam vinculados ao IFFar seguiram esse caminho, de estimular alianças entre pessoas e instituições.

Os Institutos Federais encontram-se em um processo de construção de sua identidade por se tratar de uma instituição que emerge com o compromisso de atuar de forma diferente das universidades tradicionais. Contudo, existem vários entraves relativos ao modelo de gestão, ainda não há um trabalho para a consolidação dessa identidade de atuação mais próxima das comunidades, em especial no IFFar. A pesquisa também se assemelha à forma como é desenvolvida na universidade e não com o foco no atendimento às demandas locais. Essa análise foi feita por um dos professores como se pode acompanhar no depoimento dele:

[...] o compromisso de trazer retorno para aquela comunidade é, no meu ponto de vista, o grande diferencial nosso. O que nos difere da universidade. Então se existe esse trabalho. A pesquisa que a gente vai fazer talvez não seja a pesquisa pura, seja a pesquisa aplicada. Por esse trabalho de falta de identidade, de não entendermos porque os Institutos foram criados tem grande parte dos colegas ainda naquele formato da universidade de fazer pesquisa pura, dentro dos laboratórios. Para fazer tal trabalho eu preciso de uma estrutura (P3).

Assim, a busca da proximidade com a comunidade regional por parte do IFFa/SVS, emerge uma relação de confiabilidade no tocante ao trabalho desenvolvido por ele. Como também há reconhecimento por parte dos agricultores da capacidade técnica das entidades parceiras. Porém o que se observa é que há uma atuação isolada dessas entidades, cada uma

⁵⁰ Os autores utilizam 'aranha' como metáfora para designar aqueles que, como as aranhas tecem teias, vão estabelecendo as redes e suas ramificações.

voltada para o desempenho do que acreditam ser o seu papel, no entanto, falta a ligação institucional para o desenvolvimento de atividades que podem se complementar. O que percebem ser possível de acessar pelo trabalho da APROVIJA, de forma coletiva. O depoimento abaixo é um exemplo:

Na verdade, acho que falta uma simbiose de várias entidades trabalharem juntas sabe, EMBRAPA, SEBRAE, UFSM, IFFar, porque todo mundo tem gente com conhecimento, poderia muito bem fazer isso. O curso de Agronomia de Santa Maria, por exemplo, o curso é excelente, o pessoal de Santiago, o próprio IFF tanto na parte de gestão como de agricultura tem gente boa ali, solos, na parte de solos, tem o laboratório ali (A3).

A capacidade das entidades percebida pelos agricultores é vista de outra forma por parte dos servidores do IFFar/SVS. Estes últimos percebem a dificuldade de atender as demandas dos agricultores por vários motivos, entre eles pode-se citar: o distanciamento dos profissionais da realidade dos agricultores; a falta de formação básica para desenvolver tais práticas; em geral consideram que os profissionais estão voltados para a continuidade das suas pesquisas de mestrado e doutorado; ou com o foco apenas nos trabalhos de sala de aula, afastando-se da realidade local; a distância de suas residências do local de trabalho; o tempo demandado para um acompanhamento mais efetivo junto aos agricultores; e os recursos institucionais, entre outros. A fala de um dos professores reflete esse olhar:

Eu sou professor de fruticultura do campus há anos, e de uva eu tenho um conhecimento básico que serve para os alunos, mas para o produtor ele quer mais, talvez o doutorado não vá me ajudar a ter esse conhecimento, porque a gente está fora da área. Então eu percebo assim. [...] mas, eu enxergo carência técnica, falando até contra mim. Não só na questão da uva, mas eu vejo que o nosso grupo de docentes tem carência técnica para ajudar os produtores (P4).

Nesse discurso, se percebe a ideia de que o IFFar/SVS deveria ser capaz de atender as demandas da comunidade regional, o que não seria possível para uma entidade sozinha, independente da capacidade humana disponível, do nível de especialização e da disponibilidade de recursos financeiros. A construção de uma sinergia entre as instituições que atuam na região é uma dinâmica que pode contribuir nesse processo almejado. Embora já salientado em outras partes dessa tese, é importante destacar que o que se busca por meio do Coletivo de Pesquisa é uma atuação articulada entre os atores sociais. Entende-se que cada um apresenta conhecimentos e práticas construídos ao longo das suas trajetórias e que por meio da interação é possível avançar nos processos de aprendizagem regional. Estes são aspectos que serão melhor explorados no próximo capítulo.

Identificados os participantes e identificadas as interfaces, a seção seguinte permitirá revelar os atores sociais que se confrontaram no PFV-VJ.

4.2 O PFV-VJ: UMA POSSÍVEL ARENA

As arenas são “campos de batalha de conhecimentos”. São espaços de encontro. Por outro lado, são também espaços de desencontros e reencontros, o que as torna espaços de construção e de reconstrução de conhecimentos por excelência. O encontro é de pessoas, isto significa que também é de mundos de vida e de repertórios culturais diversos. Em outras palavras, é onde a vida se constrói, onde ideias são abandonadas e outras encontradas, onde os aprendizados se estabelecem.

Tomando, então, o PFV-VJ como este ‘espaço de encontro’, não se pode ignorar que ele pode ser considerado como um ‘espaço de lutas’, onde os atores sociais se encontram, disputam recursos, apresentam demandas, contrapõem e questionam valores, significados e representações. Estes aspectos revelam a arena do PFV-VJ, e favorecem a observação de interfaces entre os diferentes atores. Nesses termos, cabe reforçar que reconstruir a arena do PFV-VJ auxilia no exercício de recompor as interfaces construídas para identificar um coletivo de pesquisa no âmbito do projeto. A partir das relações entre os participantes e seus papéis, revelaram-se os atores sociais que entraram em disputas, confrontos e conflitos por interesses diversos e que compuseram o campo de batalha do PFV-VJ que se passará a delinear.

Cabe destacar que a escolha dos atores sociais analisados se deu a partir da agência revelada nas interfaces. Uma questão que poderia ser levantada é: o que faz com que os participantes do projeto sejam considerados ‘atores sociais’? A este respeito é importante situar que há uma diversidade de atores em qualquer processo socialmente ativo, o que gera uma fragmentação que contribui com o desenvolvimento de múltiplas capacidades de agência. Enfatiza-se, no entanto, que agência não pode ser equiparada a capacidades de tomada de decisão. Ela precisa ser reconhecida quando ações particulares fazem diferença em um estado pré-existente de coisas ou no curso de determinados eventos, ou seja, a agência efetiva requer geração ou manipulação de estratégias de uma rede de relações sociais, além da canalização de demandas, recursos, informações ou instrumentos (LONG, 1992, p. 23-24).

Deste modo, é fundamental esclarecer que, ao evidenciar a ‘atuação’ dos atores no PFV-VJ, se está fazendo referência à realização da agência, se está compondo o repertório das ações em um contexto socialmente ativo. Em relação a esta questão, Arce (2003) dá pistas de que as práticas sociais dos diferentes atores estão relacionadas a como eles experimentam múltiplas realidades que emergem de um processo de implementação de políticas (ou projetos). Estas múltiplas realidades podem ser vistas como geradoras de descontinuidades que os atores objetivam reatar baseando-se nas experiências. No caso do PFV-VJ, se pode analisar a arena a partir do emaranhado de relações entre: APROVIJA, Cooperativa Agrária São José, CMV, IFFar/SVS, CNPUV e Prefeitura de Jaguari.

Um dos resultados emergentes de todo o processo que envolveu o PFV-VJ é a ampliação da capacidade de negociação dos agricultores em relação a outros atores envolvidos; seja por meio da APROVIJA, seja através da Cooperativa, como relatado nas seções anteriores. A APROVIJA de uma forma mais contundente, nos enfrentamentos com a Prefeitura de Jaguari, quando busca apoio às suas demandas, ainda que nem sempre atendidas. Mas, o inconformismo, a luta pela ampliação do espaço de manobra, quando comparam a atuação dos agentes políticos locais com os do ProGoethe de Santa Catarina, indica possibilidade de novos movimentos por parte deles. As críticas nessa seara também são dirigidas ao CNPUV, que apoiou a iniciativa de IG visitada por eles e tem atuação marcante nessas regiões, em detrimento do acompanhamento que eles recebem.

É nítido que há uma consciência de que angariam mais poder quando atuam de forma coletiva. Os depoimentos refletem essa constatação, assim, passaram a buscar outras reivindicações em outras instâncias (*e.g.* projeto de enoturismo). A mobilização de novas ou renovadas relações sociais, entre os próprios agricultores, assim como, com outros atores parece ter ampliado a capacidade de agência. A análise de como reconstituem, pelo discurso, a maneira pela qual experimentaram suas batalhas (algumas consideradas vencidas), suas manobras engendradas para o aporte de recursos financeiros ou para permanência dos laboratórios do CMV evidenciam aprendizados importantes, que só foram possíveis pela interface com outros atores.

Outro aspecto que contribui para o ‘desenho’ da arena do PFV-VJ é que, ao mesmo tempo em que os agricultores mobilizam as relações entre APROVIJA e Cooperativa para pautar interesses em comum, apresentam discordâncias importantes entre si. Como exemplo, citam-se as posições divergentes quanto às formas de cultivo e de elaboração do vinho que

cada grupo desenvolve ou o debate que abriga a polêmica questão da conversão dos vinhedos para uvas finas (processo praticamente consolidado entre os agricultores da APROVIJA). Nessa interconexão, o conflito sobre a necessidade de qualificação é o que emerge, mas que traz como pano de fundo outras questões apresentadas anteriormente.

Na interface entre os agricultores empresários e familiares, que estão ligados a diferentes domínios sociais, o tensionamento sobre o cultivo da variedade ‘Goethe’ permanece, estão ainda distantes da acomodação dos elementos conflitantes. Analisa-se que, em parte, isto deve ao fato de ser um conflito latente, não parece ter havido situações de confronto direto para o debate das possibilidades existentes. Os textos construídos pelos discursos são diferentes e denotam o conflito, no entanto, nos espaços do projeto isto não aparece tão evidente e objetivamente. O tensionamento presente nas relações entre eles aparece em vários momentos distintos, mas foi acentuada quando o IFFar/SVS passou a trabalhar com a Cooperativa, no assessoramento à elaboração do planejamento estratégico.

No olhar sobre as interfaces foi possível compreender como o discurso "dominante" do mercado convencional foi endossado pelos agricultores da APROVIJA nos debates sobre as alternativas para a viticultura da região. As contestações são raras e inaudíveis, diante da proposta que se apresenta quase que como o “curso natural” a ser seguido, pois foi o caminho seguido pelas vinícolas da Serra Gaúcha e por outras da Região da Fronteira. A argumentação que apoia a busca do mercado tradicional é a qualidade necessária para a inserção nesses mercados, contudo esse também é um ponto de divergência pois os agricultores empresários não estão abertos a uma avaliação mais crítica dos seus vinhos.

A divergência está presente também entre os professores do IFFar/ SVS que trabalharam no projeto. Existem entre eles, como já mencionado, perspectivas diferentes no tocante aos mercados, por um lado, existe a defesa dos mercados convencionais, por outro, existe a defesa de mercados alternativos por meio da variedade ‘Goethe’.

Na interface da prefeitura com os agricultores, o maior descontentamento reportado por eles está relacionado à falta de apoio para o enoturismo, visto por parte deles como um elemento chave para o fortalecimento da vitivinicultura do Vale do Jaguari. Uma das ações do PFV-VJ foi o encaminhamento de um projeto de criação de uma rota enogastronômica na região. No entanto, tais recursos ainda não foram obtidos. O que, uma vez mais, é reputado à falta de apoio por parte do poder político local. Esse ponto, somado a outros oriundos da

comparação da participação da prefeitura de Urussanga no ProGoethe, agrega à fragilidade nas relações entre eles.

Refletiram sobre o PFV-VJ os embates internos dos agricultores da cooperativa, como relatado, as visitas às cooperativas com práticas que reforçavam a necessidade da busca pela qualidade, fez com acirrasse o conflito entre as práticas utilizadas pelos agricultores e as orientações dos técnicos. É visível o confronto entre esses domínios sociais distintos. Esse embate é percebido e acompanhado pelos agricultores empresários que também apresentam suas restrições aos agricultores familiares, compartilhando da visão dos técnicos.

Outro ponto de disputa foi com o CNPUV, onde foi perceptível um tensionamento permanente, impetrado pela necessidade de pesquisas voltadas ao cultivo da uva e pela falta de experimentos próximos da realidade local. A organização dos seminários para levar pesquisadores para a região tem sido uma estratégia adotada pelos agricultores no sentido de tentar uma maior proximidade com o CNPUV. Por meio dos seminários realizados, outros laços vão surgindo com grupos organizados de agricultores e cooperativas para troca de conhecimentos. Este foi o caso do convite ao Centro Ecológico, que participou com uma palestra no II Seminário de Vitivinicultura do Vale do Jaguari.

Outra batalha com o CNPUV é protagonizada pelo IFFar /SVS, como resquício de outros embates ocorridos. Como já relatado, o processo de disputa por recursos na transferência da área do Núcleo Tecnológico. Desse embate, resultaram algumas participações de pesquisadores do CNPUV nas formações realizadas no CMV que foram organizadas pelo IFFar/SVS, buscando uma reaproximação.

Na interface do IFFar/ SVS com os agricultores emerge a necessidade de ampliação dessa atuação para além de articulador do PFV-VJ, os agricultores apresentam expectativas frustradas em termos de pesquisa e de extensão. O Instituto ainda precisa romper com a imagem, pouco positiva, de formar jovens para migrarem para outras regiões. E ainda apresenta uma pressão constante na sua estrutura interna, como também nas interfaces analisadas, quanto ao distanciamento que possui, em geral, da realidade dos agricultores. Os regramentos existentes não permitem um suporte mais efetivo a atividades dessa natureza e ainda é forte a valorização das atividades de ensino em detrimento das de pesquisa e de extensão. Esses elementos serão mais discutidos no próximo capítulo.

Destacou-se nessa seção apenas algumas situações identificadas nas interfaces entre os atores sociais, aquelas que, ao mesmo tempo em que corroboram a tese de que o PFV-VJ é

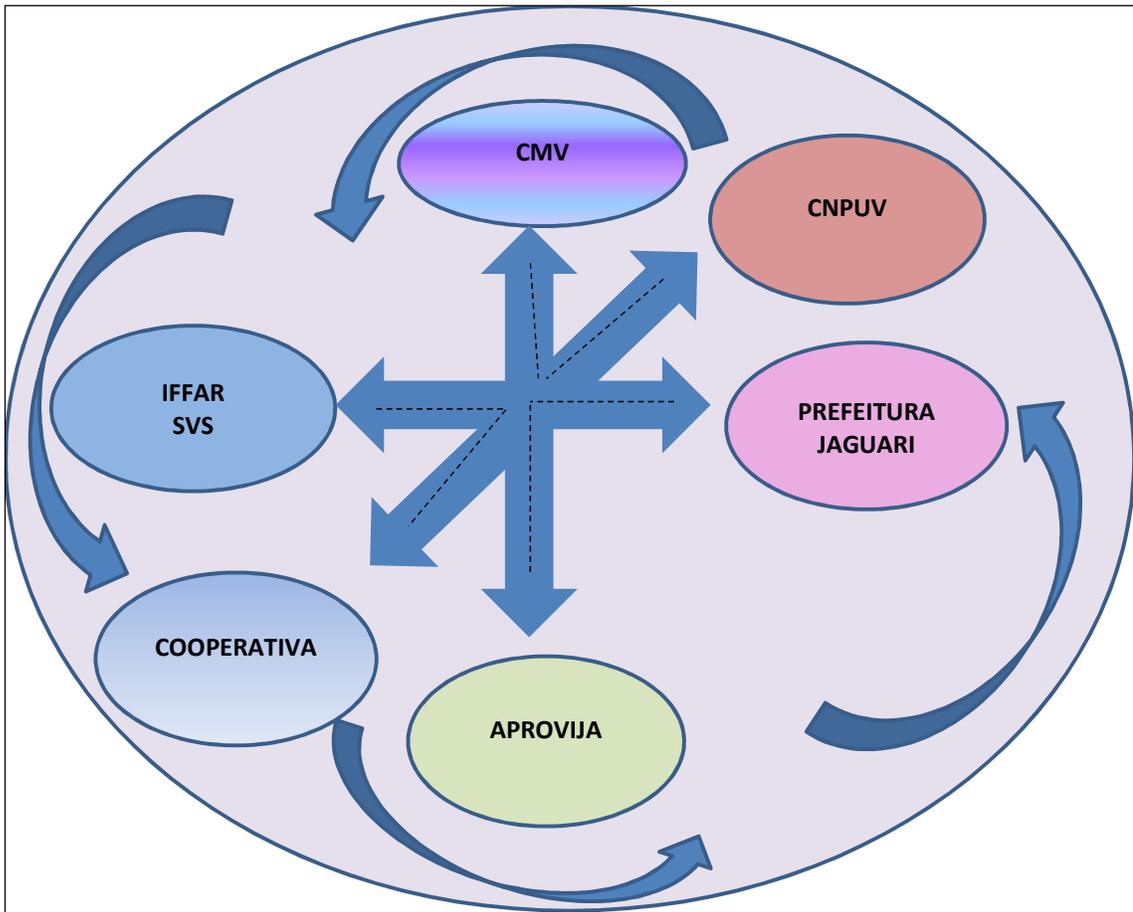
uma arena, que reúne atores sociais diversos em situações de descontinuidade, confronto e acomodações construtoras de conhecimentos; também trazem elementos importantes para a proposição do CPDR. Nesse sentido, a Figura 16 tem a intenção de representar um pouco da dinâmica percebida nas interfaces.

As setas que se encontram no centro e que possuem terminalidade dupla representam o sentido da interação entre os atores sociais analisados, ou seja, entre o CMV, a Prefeitura de Jaguari, o IFFar/SVS, a APROVIA, a Cooperativa e o CNPUV.

Como se pode observar na Figura 16, as setas ligam os atores entre si, por exemplo, o CMV possui ligação com o CNPUV, representada pelo tracejado interno da seta, e com a APROVIJA como indica a seta cheia, as setas indicam a relação que existe entre eles nos encontros das interfaces, em sentido duplo. Da mesma forma, a relação entre o IFFar/SVS e a prefeitura é representada de forma direta e com a cooperativa é indicada pelo tracejado no interior da seta, mostrando os muitos sentidos que a dinâmica das trocas podem seguir. Também a relação da Prefeitura com a APROVIJA é representada pelo tracejado no interior da seta. As setas curvas internas ao círculo representam a fluidez do processo que imprime mobilidade, representando um processo ativo em constante movimento de acomodação e desacomodação à medida que os conflitos se apresentam e novos conhecimentos são construídos. Como também indicam a abertura para que outros atores sociais possam adentrar na arena.

Olhar a arena graficamente exige um “olhar além” da figura estática, pois representar graficamente interfaces é difícil e arriscado. Assim, tem-se presente que a arena trata-se de processo dinâmico e que também vai se constituindo na medida em que as situações vão se descortinando, o próximo capítulo tratará da configuração do CPDR, de modo a contemplar os conhecimentos construídos pelos atores e as estratégias adotadas por eles de modo a indicar pontos que devem ser considerados para um CPDR.

Figura 16 - A arena do PFV-VJ com a representação da dinâmica das relações entre os atores sociais



Fonte: elaboração própria (2014)

5 A BIFURCAÇÃO – A PERSPECTIVA DE OUTRO CAMINHO

Uma bifurcação é o lugar onde a estrada se divide e ao fazer abrem-se novos caminhos, criam-se novas possibilidades. Qual deles percorrer? Para onde podem nos levar? Chega-se nessa etapa do percurso com alguns dos questionamentos do início ainda em aberto e com as utopias cada vez mais reforçadas. E, nesse ponto, é possível enxergar no horizonte, o que nos move. No caso desse trabalho, movido pelo anseio de encontrar ou vislumbrar relações transformadoras, que criem e valorizem outras formas de construir a ciência. Esse ponto que nos leva mais uma vez ao anseio por instituições repensadas e pensantes. A escolha se dá entre dois caminhos ou as duas faces de Jano, o Deus das escolhas e do início, uma face que sabe e a outra que ainda não sabe, uma que olha para o passado e a outra que vislumbra o futuro (LATOURET, 2000).

O capítulo busca responder ao último objetivo que esta tese se propôs que é de analisar as ações conjuntas dos atores na arena do PFV-VJ, identificando se e como caracterizam um coletivo de pesquisa no âmbito do projeto. Assim sendo, a partir do estudo proposto, busca-se discutir a proposta de um coletivo de pesquisa para o desenvolvimento rural.

Subjaz a essa tese a perspectiva do construcionismo, neste sentido, percebe-se que cada grupo que interage constrói relações específicas e peculiares no contexto do PFV-VJ. Sendo que para o ‘experimento’ proposto, ou seja, o de construir a noção de Coletivo de Pesquisa no Desenvolvimento Rural, é o processo de construção das relações e das coordenações entre distintos atores que, aqui, servirão de substrato para a discussão.

Esse capítulo parte da discussão do desenvolvimento rural para chegar aos constructos que se referem aos Coletivos de Pesquisa, especialmente tendo como horizonte uma contribuição aos estudos em Desenvolvimento Rural. Para isso, foi necessário identificar os principais aspectos e características do coletivo de pesquisa e, a partir daí, construir as características que o configuram como um potencial instrumento “de” e “para” o desenvolvimento rural. Após, se apresenta uma reflexão sobre a estrutura de apoio e facilitação para a aprendizagem conjunta e para a inovação no PFV-VJ, seguida de uma análise sobre o modo de construção do conhecimento no projeto, tomando por base o Modo 2 de Gibbons *et al.* (2011).

5.1 O COLETIVO DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

A perspectiva proposta por Larédo e colaboradores para Coletivo de Pesquisa aborda o estudo das comunidades de pesquisa partindo de uma análise das relações entre laboratórios (entidades), nesse sentido, a presente proposta também vai buscar nas relações entre os envolvidos no PFV-VJ (conforme trabalhado no capítulo anterior) os elementos para construir um modelo que favoreça a reflexão sobre os coletivos, todavia, perpassado por uma abordagem para o desenvolvimento rural.

A perspectiva de Desenvolvimento Rural que sustenta tal proposta assume que as dinâmicas de mudança social são relacionais e associadas às capacidades dos atores sociais em agir localmente. Em outras palavras, os condicionantes estruturais, bem como, regras e projetos concebidos externamente às localidades são entendidos como aspectos transformados, gerenciados e ressignificados pelos atores nos contextos locais. Por isto, se propõe um olhar sobre o desenvolvimento que perceba os vários níveis de ação social, assim como os múltiplos atores e aspectos envolvidos em dinâmicas e processos de (ou em) transformação.

Os processos de mudança, tais como concebidos neste trabalho, estão relacionados direta e dinamicamente ao conhecimento. Então, tais mudanças são percebidas como diferentes da perspectiva do desenvolvimento como uma “essência a ser descoberta ou um fenômeno regido por um conjunto previamente definido de estruturas externas aos agentes sociais, cujo funcionamento precisa ser decodificado pelo analista” (SCHMITT, 2011, p. 83). Nesse sentido, convergem com a perspectiva de Desenvolvimento Rural como um processo multinível, multifacetado e multi-ator que, como abordam Ploeg *et al.* (2000) ao se contrapor ao paradigma homogeneizador da modernização.

Por esta abordagem, as experiências em desenvolvimento rural são tomadas como geradoras de sinergia, não só entre agricultores, mas entre eles e os diversos atores sociais envolvidos nessas experiências. Ploeg *et al.* (2000) reforçam o ‘campo’, enquanto um espaço geográfico e social onde novas formas de articulação são desenvolvidas, envolvendo de forma multifacetada uma variedade de diferentes práticas interconectadas gerando novas redes, revalorizando e recombinao recursos em um processo de (re) modelação do social e do material, baseados na renovação do capital social, cultural e ecológico.

Destaca-se ainda, dessa abordagem, a necessária sinergia entre políticas e instituições, observando a relevância de uma visão mais holística, uma vez que políticas não específicas para o rural são importantes para o seu desenvolvimento. Um exemplo são as políticas de educação que intervêm diretamente nos processos de desenvolvimento, tanto na formação técnica, como na pesquisa e inovação. Além disso, interferem na formação dos consumidores, embora, não sejam percebidas e nem tratadas como políticas ligadas ao desenvolvimento rural na maioria das vezes. Ao interagir com as comunidades do campo se pode observar uma desarticulação entre as políticas de educação e os processos de desenvolvimento pensados para⁵¹ o campo (rural).

No aspecto institucional, Knickel *et al.*(2008, p. 115) defendem a existência de uma nova estrutura que seja capaz de contribuir para o desenvolvimento rural, visando facilitar ligações e produzir conexões eficientes entre diferentes atividades e atores sociais. Dessa forma, pode contribuir para aumentar a participação dos tomadores de decisão locais, facilitar a rede de compartilhamento de conhecimentos entre as regiões, prover serviços públicos e privados, além de facilitar o acesso a informações.

O debate dos Coletivos de Pesquisa por propor transformações, também, em arranjos institucionais está diretamente relacionado a este foco. Todavia, o debate tem estado mais restrito ao setor empresarial e de saúde, por outro lado, reforça-se a necessidade de ampliação do debate proposta nesse trabalho no que tange ao desenvolvimento rural. Por exemplo, encontra-se este debate dos coletivos associados às grandes empresas transnacionais de biotecnologia que atuam no setor da produção de soja, milho, algodão (FUCK; BONACELLI, 2008). Ao analisar a agenda de pesquisa pública no setor agrícola, esses autores argumentam que as estratégias de pesquisa pública devem considerar não só as alternativas de pesquisa agrícola em cultivos mais difundidos, que requerem escalas de produção maiores, mas também os cultivos que envolvem mercados diferenciados dentro de uma perspectiva de desenvolvimento rural.

Diante dessa conjuntura, Roep e Wiskerke (2004) salientam que há uma diferença de *locus e focus* entre a indústria e a agricultura no tocante à pesquisa e inovação. O *focus* na indústria recai sobre produtos e processos específicos, enquanto que a agricultura está

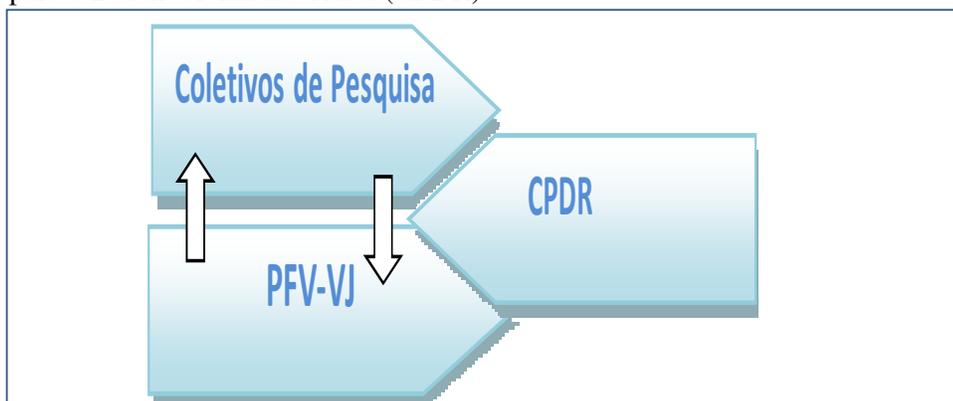
⁵¹A expressão: “pensados para o campo” é intencional, pois as políticas ainda são construídas *top down*, sem considerar os atores sociais locais, são políticas massificadas e de escala global. Há uma diferença significativa entre pensar para e pensar com.

relacionada a processos identificados como de ‘coprodução’⁵². Quanto ao *locus*, a produção de inovação na indústria caracteriza-se por ser intensiva em capital, ocorrendo, em geral, de forma isolada em centros de pesquisa e desenvolvimento. Em contraponto, na agricultura, se dá cotidianamente em milhares de empreendimentos de pequena escala nos mais diversos ecossistemas.

Lembrando que a noção de coprodução sinaliza para uma atuação diferenciada do agricultor, considerando que a produção agrícola depende da relação de humanos e natureza, porém, mediada pela técnica. Os agricultores devido ao caráter de suas atividades estão permanentemente em meio a ciclos de experimentação que resultam em modificações no uso e combinação de fatores de produção⁵³ (MARQUES, 2011).

Partindo desse panorama geral, apresenta-se a configuração do Coletivo de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural (CPDR), considerando os elementos teóricos propostos por Larédo *et al.* (1999) e os processos e relações constituídos e estudados no âmbito PFV-VJ. A Figura 17, representa a sequência da construção da proposta do CPDR, partindo do aporte teórico do Coletivo de Pesquisa de Larédo *et al.* e da arena do PFV-VJ.

Figura 17 - Sequência de construção da proposta do Coletivo de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural (CPDR)



Fonte: elaboração própria (2014)

⁵² Se entende por coprodução a interação do homem com a natureza numa dinâmica mútua de transformação social e técnica.

⁵³ Os fatores de produção podem ser ‘naturais’ (água, solo, luminosidade, etc.), mas correspondem também aos artefatos constituídos como ‘tecnológicos’ (variedades melhoradas geneticamente, maquinários, insumos industrializados diversos, etc.).

5.2 A CONFIGURAÇÃO DE UM CPDR, UM DIÁLOGO A PARTIR DO PFV-VJ

A **primeira característica dos coletivos de pesquisa** (CP) sugerida por Larédo *et al.* (1999) é inspirada em Latour e defende que a produção científica não pode mais ser reduzida aos atos de cientistas solitários cercados por sombras, contrariamente, é um ato composto por colegas, técnicos, estudantes ou alunos e instrumentos. Em se tratando dos Coletivos de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural (CPDR), a proposta é que eles envolveriam um contingente de atores sociais diversos conectados em arenas diversificadas, favorecendo interfaces entre agricultores, professores, pesquisadores, estudantes, agentes públicos, extensionistas, entre outros.

Trazendo aspectos observados no estudo do PFV-VJ, é interessante notar que ele nasce objetivando o fortalecimento do setor vitivinícola no Vale do Jaguari, isto está bem documentado e foi descrito ainda no Capítulo 1. A fala dos atores ao ‘reconstruir’ o projeto (Capítulo 3) reafirma tal meta e acrescenta que o mesmo resulta de uma demanda dos agricultores que, para viabilizar seus propósitos, foram buscar articulação com as diversas organizações. Para além dessas questões, a coordenação entre os atores acabou por fazer surgir novos processos de organização, um dos melhores exemplos disto é o surgimento APROVIJA.

Ao mesmo tempo, o projeto, ao criar espaço de ‘encontro’ entre os distintos atores, passou a constituir o que Long (2007) chamaria de um campo de disputas e de forças movidos por interesses pessoais e coletivos. Tal dinâmica está diretamente relacionada à geração de conhecimentos, no caso específico, para atender as melhorias na produção de uva e vinho na região. O processo de produção de conhecimento (talvez até mesmo inovação) saiu do ‘laboratório’. Sobretudo, foi resultando em movimentos de articulação entre muitos atores (antes, atuando isoladamente) o que mostra potencial de contribuição para o desenvolvimento rural.

Dessa forma, se reconhece como laboratórios, as propriedades rurais dos agricultores, seus cultivos, bem como os espaços onde se estabelecem as interações em âmbito institucional. São as cooperativas, as associações dos agricultores, os órgãos públicos e as

instituições de ensino, pesquisa e extensão que, no PFV-VJ, aparecem como ‘laboratórios’ em potencial. No entanto, cabe dizer que ainda se percebe que tais espaços tem certo grau de subutilização, necessitando de avanços que precisam ser feitos no sentido das pesquisas se deslocarem para dentro das propriedades dos agricultores, indo mais além, é necessário que se amplie o protagonismo dos agricultores, suas práticas e conhecimentos neste processo.

Como já foi abordado, no PFV-VJ, observou-se a atração das pessoas em busca de atendimento dos seus interesses, porém, a translação⁵⁴ encontra-se em sua fase embrionária. A separação de papéis entre os atores sociais é nítida, os pesquisadores estão ainda colocados a uma distância física e social dos agricultores, embora, a análise revele que há intenção de aproximação, contudo, as fronteiras institucionais são bastante claras e concretas.

A translação é o elemento que garantirá que as relações se estabeleçam e que os objetivos sejam perseguidos pelos atores sociais, num processo construído, mediado por diversos interesses. Latour (2000, p. 179) salienta que a expressão “*inter esse*” é aquilo que está entre os atores e seus objetivos, criando assim uma tensão que fará os atores selecionarem apenas aquilo que, em sua opinião, os ajude a alcançar esses objetivos entre as muitas possibilidades existentes. Cabe salientar que, nesses espaços, há uma convergência de objetivos, interesses e de recursos que viabilizam a realização das atividades dos pesquisadores (entendendo-se que os pesquisadores são todos os envolvidos no processo, não apenas os atores acadêmicos, supostamente detentores dos saberes da investigação).

Entre os participantes do PFV-VJ é perceptível que se mantém uma perspectiva da ciência acabada, ou seja, há expectativas de que pesquisas são desenvolvidas e colocadas à comunidade de forma padronizada. Noção esta muito próxima do Modo 1 de Gibbons *et al.* (2011), conforme tratado no Capítulo 2. O processo de translação identificado no âmbito do PFV-VJ ainda é primário, há uma forte predominância dos conhecimentos dos pesquisadores e professores em detrimento dos demais atores sociais envolvidos. As interações carecem de certa fluidez na indicação de relevância dos distintos interesses, há atribuição de muita importância às instituições de ensino e pesquisa, assim, nem sempre a força da possibilidade de negociações é bem percebida por todos. Em face disso, Latour (2000) nos lembra que o

⁵⁴ Translação é a interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam (LATOURE, 2000, p.178).

que importa nos processo de translação não é o número de participantes, mas a forma como interagem, a atuação como um todo unificado.

Um exemplo é a necessidade de maior atenção aos aspectos de cultivo das videiras, contudo, não existe um espaço aberto para negociação entre os agricultores e o CNPUV ou com o IFFar para uma atuação mais efetiva nessa área. A pesquisa está bastante circunscrita às instituições detentoras de competências institucionais para o seu desenvolvimento, não havendo, no âmbito do PFV-VJ, espaço para a realização de pesquisas de cunho mais participativo que atendam as necessidades dos agricultores de forma mais específica e contextualizada localmente. Por outro lado, verifica-se nos diferentes discursos disponibilidade para que ampliar espaços de troca.

Na perspectiva do CP, as relações compartilhadas que se estabelecem entre as instituições vislumbram a possibilidade de construções híbridas, que poderiam conduzir ao rompimento do que Long (2007) aponta como a concepção Mertoniana de controle institucional, onde as atividades de pesquisa são reguladas pelas instituições responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de pesquisa. Pode-se arriscar dizer que tal concepção está presente no PFV-VJ e pode ser observada principalmente nas definições das cultivares a serem testadas no CMV, uma vez que tais definições foram feitas pelos técnicos com parca participação dos agricultores.

No entanto, no conjunto geral da análise, identifica-se que projetos da natureza do PFV-VJ têm boa aderência com a primeira característica proposta por Larédo, de maneira que é possível visualizar o potencial para a criação de espaços ampliados para a construção da ciência.

A **segunda característica dos coletivos de pesquisa** proposta por Larédo *et al.* (1999) é baseada nos trabalhos de Harry Collins e Michael Polanyi, que salientam a importância das dimensões tácitas na produção científica. Dessa forma, a ciência não pode ser reduzida ao conhecimento codificado. No CP, o conhecimento tácito (CT) ganha relevância e as relações para sua construção são estimuladas vivamente. Dessa forma, valendo-se da tipificação proposta de Collins (2013), se está considerando que no CPDR o CT Coletivo contribui para o fortalecimento dos laços entre os atores sociais, propiciando trocas enriquecedoras e permanentes.

O grupo necessita de um convívio profícuo para que os sentidos das ações sejam compreendidos por seus atores sociais. Como exemplo, Collins (2013) cita a comunicação

que se estabelece na relação entre casais onde um simples olhar é carregado de significados, onde muitas informações são transmitidas nesse gesto que se repete cotidianamente. Entre os atores sociais no PFV-VJ, as trocas são carregadas de sentidos diversos, construídos a partir das relações e do convívio no coletivo, mudando de acordo com a situação. Neles, os atores expressam cumplicidade, comprometimento ou a negação de práticas introduzidas pelos demais atores sociais. O sentido de pertencimento ao grupo é fundamental para que as relações polimórficas⁵⁵ sejam intensificadas.

O CT Coletivo é facilmente percebido nos processos de aprendizado de todos os envolvidos com o PFV-VJ, e torna-se bastante visível na atuação dos professores pesquisadores e na formação dos estudantes, como relatado por muitos ao recontar o PFV-VJ. Os aprendizados que emergem do contato com os agricultores trazem elementos que de outra forma eles não seriam aprendidos. É só por meio da inserção social que é possível perceber nuances que ficam escondidas ou que não ganham relevância nas atividades acadêmicas tradicionais, como reforçado por eles “é algo que precisa ser vivenciado”. Como aborda Wellbrock (2013), a proximidade espacial é necessária para permitir a formação da confiança, a troca de conhecimento tácito, a construção de habilidades de equipe e organização, o que envolve a interação face-a-face e são, portanto, localmente “transmissíveis”.

Na arena do PFV-VJ, o conhecimento tácito é manifesto nas reuniões de qualificação e nas reuniões da APROVIJA e da Cooperativa Agrária São José, quando os agricultores compartilhavam com os demais atores sociais os conhecimentos desenvolvidos a partir das práticas nas vinícolas e no cultivo da uva. Muitas vezes, eles adaptavam as práticas sugeridas pelos formadores, experimentavam e modificavam, criando novas formas, e esses conhecimentos não são facilmente codificados. No entanto, o conhecimento construído pelos agricultores nem sempre é devidamente valorizado.

Ao observar a relação entre técnico e agricultor, ainda se percebe um caminho de mão única onde os conhecimentos dos técnicos (às vezes codificados, às vezes não) eram repassados aos agricultores sem haver necessariamente uma troca e valorização dos conhecimentos dos agricultores. Alguns aspectos levam a esta constatação, como por exemplo, os experimentos feitos pelos agricultores com enxertias e a utilização, no inverno,

⁵⁵ Como já abordado nesse trabalho são as ações que podem ser executadas de diferentes formas de acordo com o contexto social onde ocorre, assim, um mesmo comportamento pode representar ações diferentes.

da cobertura do solo dos parreirais com ervilhaca, leguminosas e gramíneas. As observações dos agricultores tendo como base suas experiências não foi aproveitada ou compartilhada pelos técnicos. Outra questão que está ligada a isso é a ideia disseminada da transformação dos parreirais da variedade 'Goethe' em uvas finas. Como relatado no Capítulo 3 na história do PFV-VJ recontada pelos atores.

De qualquer modo, ainda que nem sempre a dimensão tácita do conhecimento seja devidamente reconhecida, seja por parte dos técnicos, cientistas ou agricultores, é necessário reforçar que o fato de haver espaço para as trocas e observações recíprocas amplia as chances de reconhecimento da importância do conhecimento que emerge das práticas (seja a científica ou dos agricultores). Neste sentido, está subjacente à perspectiva do CPDR a ideia discutida por Collins (2013) de que as nossas conexões cerebrais não ocorrem nos limites da nossa massa cinzenta, nossos neurônios estão conectados aos neurônios de outros cérebros com os quais contactamos.

A **terceira característica dos coletivos de pesquisa** parte das noções propostas por Michel Callon, John Law e Bruno Latour para ressaltar a importância do entendimento das redes, uma vez que a circulação do conhecimento depende de uma "engenharia heterogênea" de pesquisadores, isto é, da sua capacidade de promover o desenvolvimento de espaços em que os seus resultados possam circular. O conhecimento é resultado de uma rede de elementos heterogêneos – solos, cultivares, enxertias, equipamentos, máquinas, pessoas, artigos, computadores e outros mais - justapostos, interagindo constantemente.

A 'engenharia' do PFV-VJ favorece as trocas entre os atores sociais, sejam de conhecimento, de materiais ou de processos organizacionais, uma vez que os espaços de trocas e compartilhamentos são ampliados potencializando a formação de redes. Tomando, então, a experiência do PFV-VJ pode-se imaginar que um CPDR estimularia as trocas de informações e criaria condições para que os resultados das pesquisas e atividades práticas fossem divulgados. De um ponto de vista muito prático, isto pode acontecer (como aconteceu no âmbito das ações do PFV-VJ) por meio de encontros de formação, seminários, ciclos de debates, visitas técnicas, grupos de estudos e pesquisas, eventos científicos, fóruns de discussão regionais dinamizados e financiados por órgãos públicos e/ou movimentos sociais, entre outros. A mobilidade dos atores sociais entre as organizações e a atuação conjunta de estudantes, professores-pesquisadores, agricultores, agentes públicos, extensionistas parece ter favorecido a formação das redes, justamente no sentido proposto por Larédo. Observou-se

que no PFV-VJ houve várias aproximações com outros grupos de vitivinicultores, da Serra e da Campanha, buscando a consolidação de uma rede. A importância do fortalecimento desses laços foi mencionada pelos entrevistados, contudo, ainda são trocas esporádicas, não havendo uma regularidade no processo, nem uma identidade construída pelo grupo.

No CP as atividades práticas e de pesquisa reforçam a perspectiva de que o social é materialmente heterogêneo e o técnico é socialmente heterogêneo. A constatação de que os elementos materiais configuram as relações é percebida, no PFV-VJ, na questão da falta dos reagentes necessários para que os laboratórios do CMV possam funcionar adequadamente, fazendo com que os agricultores tenham que encaminhar suas análises para laboratório localizado em Bento Gonçalves, criando vínculos com pessoas e organizações geograficamente distantes.

Indo um pouco além da discussão original dos coletivos de pesquisa, entende-se que no CPDR a perspectiva de comunidade epistêmica seria mais adequada entendendo, como aborda Dagnino (2007), que, nas redes, o conhecimento é uma propriedade dos atores individuais, já nas comunidades epistêmicas, ele é o somatório das ideias compartilhadas. Sendo, justamente, tais ideias que definem a identidade da comunidade. Essa identidade é construída de forma coletiva a partir das relações que se estabelecem entre os atores sociais presentes no CPDR. Dessa forma, mais do que definir o que deve ser pesquisado é importante a forma como se dão essas definições. Como abordado por Knorr-Cetina (2001), o processo tem mais importância do que os resultados que se deseja alcançar.

Cabe destacar a importância, primeiro, da formação de múltiplos CPDRs e, segundo, de que eles se conectem a outros coletivos, formando uma grande comunidade de coletivos, capaz de ligar atores sociais de diferentes regiões. Este tipo de processo, se bem coordenado, tem um grande potencial de favorecer a realização de atividades conjuntas, fortalecendo a comunidade epistêmica a partir de discussões específicas ligadas ao campo.

No desenvolvimento das atividades, um coletivo de pesquisa tende a superar o fosso crescente entre os cientistas e o público, decorrente da especialização inevitável da investigação científica e da formalização dos discursos científicos (BENSAUDE-VINCENT, 2009). Especificamente, a proposta dos CPs nas práticas e experiências relativas ao desenvolvimento rural pode, então, contribuir para a redução da distância existente entre os diferentes atores sociais, fortalecendo as redes existentes e criando novas.

O pressuposto é de que os agricultores, atuando de forma mais ativa no desenvolvimento da pesquisa, irão além da disponibilização de espaço em suas propriedades para instalação de experimentos ou do papel de demandante passivo de conhecimentos. A ideia principal é que eles, juntamente com outros atores sociais, também se tornarão protagonistas importantes no processo. Aqui, embora não seja o foco desta tese, cabe ressaltar as muitas propostas relacionadas à pesquisa-ação ou à aprendizagem participativa que, como apontam Probst e Hagmann (2003), é a grande chance do processo de pesquisa ser democratizado por meio da ampla participação dos interessados. Ou seja, por dentro da proposta dos CPDRs há, ainda, um vasto campo a ser explorado que é a ampliação de métodos participativos de pesquisa ou mesmo de estabelecimento de indicadores que permitam avaliar os avanços obtidos pelos coletivos.

Lembrando que, neste sentido, os Coletivos de Pesquisa baseiam-se numa ciência *bottom-up*, dessa forma, propõem partir da realidade prática, buscando solucionar os problemas que emergem localmente (LARÉDO *et al.*, 1999). Com as interfaces que vão se estabelecendo, os agricultores passam a demandar mais das instituições com as quais interagem, intensificando o processo de qualificação. Esse processo passa a ser permanente, uma vez que o coletivo tem potencial de se transformar em uma dinâmica de aprendizado constante.

Como já mencionado, o PFV-VJ caracteriza-se institucionalmente como um projeto de extensão, atividades de pesquisa propriamente ditas não aparecem ainda como foco, contudo, são identificados alguns pontos específicos de demanda. Um bom exemplo é a necessidade de pesquisar soluções para problemas técnicos específicos relacionados ao cultivo das videiras e de alternativas para a elaboração e comercialização da variedade ‘Goethe’.

O CP propõe uma renovada relação entre aqueles que se envolvem com a geração de conhecimento, diferente das tradicionais relações distantes e hierarquizadas. A partir do que se observou no PFV-VJ sugere-se que, no CPDR, a formação de redes busque uma simetria entre seus participantes. Por exemplo, os agricultores precisam encontrar espaço para construir posições que os retire da condição de meros receptores de informações e de pesquisas desenvolvidas nos ‘laboratórios’.

Como aborda Gibbons *et al.* (2011) no Modo 2 de produção de conhecimento, quem avalia e referencia, atestando a qualidade das pesquisas, são os atores sociais interessados no processo. Não apenas os pesquisadores como na ciência tradicional, neste caso, também

agricultores, professores, alunos, técnicos, extensionistas, agentes de políticas públicas e outros atores do rural.

Ao analisar o PFV-VJ podem-se configurar alguns elementos sobre o processo de gestão do CPDR. Os primeiros elementos de análise são os três aspectos principais do CP baseados em Larédo *et al.* (1999). O *locus* onde se concentram recursos no qual os esforços e as escolhas são feitas. Os espaços (*locus*) no PFV-VJ se alternavam, indo desde as entidades de formação até algumas propriedades dos agricultores, elementos que caracterizam a proposta do CPDR é que ele ocupe diferentes espaços, não se restringindo às organizações de ensino e pesquisa. Deve-se considerar, no entanto que essas fronteiras devem se tornar cada vez mais difusas e ter ampliado número de atores sociais envolvidos (FLORIDA, 1995, ETZKOWITZ, 2009).

No PFV-VJ, o *focus* recaiu sobre a cadeia produtiva da uva e do vinho, no CPDR essas escolhas podem incidir sobre diferentes aspectos e um deles é sobre uma cadeia produtiva, como pode abranger uma associação ou um projeto coletivo, como por exemplo, a busca por uma IG. Considerando o que Roep e Wiskerke (2004) salientam, já destacado na parte inicial, que na agricultura esse *focus* recai sobre a coprodução, a um aspecto de transformação da natureza e dos aspectos sociais e culturais envolvidos. Não acontece de forma descolada como acontece na indústria.

A segunda característica do CP analisada é com relação à demanda por utilidade das pesquisas, a publicação como um fim em si mesmo, tão presente na ciência tradicional, é transposta pela necessidade de uma construção coletiva e, portanto, sem a necessidade tão premente de transferência dos resultados uma vez que são construídos no local de aplicação (GIBBONS *et al.*, 2011), tal como se propõe no CPDR.

O PFV-VJ não converge para a participação dos agricultores nas práticas das pesquisas, como já foi identificado anteriormente, nem na publicação dos resultados das pesquisas como autores. No PFV-VJ, as atividades desenvolvidas tanto em nível de pesquisa, como de extensão, resultaram, de alguma forma, em publicações e trabalhos relatando a experiência dos agricultores, elaborados pelos alunos e professores, analisando o processo de construção do planejamento estratégico da APROVIJA. Houve ainda, participação dos alunos e professores em eventos científicos e jornadas de pesquisa e extensão, no intuito de socializar a experiência desenvolvida no âmbito acadêmico. Representando para os professores e alunos envolvidos no projeto algumas publicações de cunho científico.

Nos eventos, entretanto, não se observou a participação dos agricultores e dos demais atores sociais (extensionistas, agentes políticos, técnicos, *etc.*), foram eventos da academia para a academia, como os eventos típicos da ciência tradicional. Em geral, esse tipo de evento tem seus participantes escolhidos através de um rígido código de racionalidade onde somente os cientistas tem acesso (GOMES; ROSENSTEIN, 2000).

Os CP possuem uma organização específica, com gestão e estratégia, para isso congrega diferentes perfis de profissionais, da mesma forma como se propõe para o CPDR, pois o desenvolvimento das zonas rurais é específico e consiste em um processo de co-evolução social, econômica e ecológica (WELLBROCK, 2013). Assim, os projetos que se destinam a essas áreas devem contemplar uma equipe multidisciplinar de profissionais.

Da mesma forma que no CPDR, há no PFV-VJ uma diversidade de profissionais. Os atores sociais, como descritos na seção anterior abarcam diferentes áreas de formação e de atuação, reunindo agricultores, agrônomos, administradores, estudantes, zootecnistas, extensionistas, estudantes, enólogos, técnicos, entre outros. Porém, ainda existem lacunas no sentido da complementariedade do trabalho dos profissionais envolvidos e da captação de maior número de profissionais (principalmente na área das ciências agrárias e sociais).

Pensando-se o CPDR como um espaço de formação/transformação de todos os envolvidos (alunos, docentes, pesquisadores, agricultores, técnicos, agentes públicos, entre outros), numa perspectiva autogerida sua gestão deverá ser eminentemente democrática e participativa. A análise do PFV-VJ nos indica que há uma tentativa de um processo mais dialógico e participativo, contudo, as lideranças formais não são legitimadas pelo grupo. Ainda, existem aspectos internos com relação à gestão da APROVIJA e a Cooperativa, o que repercute no PFV-VJ. No âmbito do projeto, não ficou estabelecida uma organização na gestão das ações. Em alguns momentos, ficou confusa a relação entre IFFar/SVS, APROVIJA, Cooperativa e SEBRAE.

Importante destacar Knorr-Cetina (1999) ao sugerir que nas comunidades epistêmicas deve haver gestão clara do processo e organização horizontalizada, permeada pelo diálogo e pela participação coletiva. Não se quer dizer com isso que a gestão do processo deve ficar a cargo de um único ator social, deve-se conceber o rodízio das lideranças como um princípio salutar e essencial ao processo.

Assim, o CPDR deve estimular os processos de governança, por meio da agência coletiva, levando o grupo a assumir o seu protagonismo na definição de políticas públicas e

nos processos de negociação com outras instituições sociais. No PFV-VJ, foi possível perceber a governança na medida em que a APROVIJA defende os espaços do Vale do Jaguari em arenas de disputa com outros grupos de agricultores. Isso ficou claro em dois episódios, quando um dos laboratórios do CMV seria levado para a região da fronteira oeste do estado e quando conseguiram mudar o orçamento do Projeto Fronteira Sul e captar e receber a complementação de recursos financeiros para o CMV.

As regiões de aprendizagem devem desenvolver estruturas de governança, assim como nas firmas de conhecimento intensivo, desenvolvem-se relações de co-dependência, organização em rede, tomada de decisão descentralizada, flexibilidade e foco nas necessidades da região (FLORIDA, 1995). Nos episódios relacionados ao CMV citados acima pode-se observar a agência coletiva (BRANDURA, 2000), as conquistas reforçaram o sentimento de pertencimento do grupo, fazendo com que a união entre eles ficasse mais forte. O quadro 06 sintetiza as características encontradas no PFV-VJ e as características da proposta do CPDR.

Quadro 06 - Afastamento e aproximações das características encontradas no PFV-VJ e as propostas no CPDR

Aspectos analisados	PFV-VJ	CPDR	Afastamentos/ aproximações
	Se configura como um espaço de encontro entre distintos atores.	Atores sociais diversos conectados.	A proposta do CPDR se assemelha a do PFV-VJ
Translação	Os interesses e papéis são distintos. Predominância do conhecimento dos professores e pesquisadores.	Convergência de interesses e de recursos que viabilizam as atividades. Fusão de papéis.	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.
Relações entre instituições	Concepção Mertoniana observada nas definições das cultivares testadas no CMV, feitas pelos técnicos com parca participação dos agricultores.	As relações compartilhadas que se estabelecem entre as instituições vislumbram a possibilidade de construções híbridas, os espaços são ampliados para a construção da ciência.	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.
Valorização do Conhecimento tácito	O CT Coletivo é facilmente percebido nos processos de aprendizado de todos os envolvidos com o PFV-VJ, e torna-se bastante visível na atuação dos professores pesquisadores e na formação dos estudantes. No entanto, o conhecimento construído pelos agricultores nem sempre é devidamente valorizado.	CT Coletivo é valorizado e contribui para o fortalecimento dos laços entre os atores sociais, propiciando trocas enriquecedoras e permanentes.	A proposta do CPDR avança em alguns elementos do que foi identificado no PFV-VJ.
Redes e trocas de informação e conhecimentos	Houve troca de informações por meio de encontros de formação, seminários, e visitas técnicas. Aproximações com outros grupos de vitivinicultores, da Serra e da Campanha, buscando a consolidação de uma rede. Contudo, são trocas esporádicas, não havendo uma regularidade no processo, nem uma identidade construída pelo grupo.	Estimula as trocas de informações e cria condições para que os resultados das pesquisas e atividades práticas sejam divulgadas. Perspectiva de comunidade epistêmica.	A proposta do CPDR propõe a ideia de comunidade epistêmica para além do que foi identificado no PFV-VJ.
Desenvolvimento da pesquisa	Atividades de pesquisa propriamente ditas não aparecem ainda como foco, contudo, são identificados alguns pontos específicos de demanda a partir do PFV-VJ.	Os agricultores irão além da disponibilização de espaço em suas propriedades para experimentos ou do papel de demandante passivo de conhecimentos. Juntamente com outros atores sociais, são protagonistas. Métodos participativos de pesquisa. Ciência <i>bottom-up</i> .	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.
<i>Locus e focus</i> das atividades de pesquisa	<i>Locus</i> : instituições de ensino e pesquisa, CNPQV. No PFV-VJ os espaços ainda estão sub utilizados, se afastando da proposta do CPDR. <i>Focus</i> : cadeia produtiva da uva e do vinho	<i>Locus</i> : diferentes espaços, desde propriedades rurais, associações, cooperativas, organizações de pesquisa e ensino. <i>Focus</i> : Depende das interações do grupo, podendo ser uma cadeia produtiva, uma associação, ou busca de uma IG.	<i>Locus</i> a proposta do CPDR avança propondo outros elementos. <i>Focus</i> : a proposta do CPDR parte do PFV-VJ.
Demanda por utilidade das pesquisas	As atividades desenvolvidas tanto em nível de pesquisa, como de extensão, resultaram, de alguma forma, em publicações e trabalhos relatando a experiência dos agricultores, elaborados pelos alunos e professores, sem a participação dos agricultores e dos demais atores sociais	Construção coletiva sem a necessidade de uma divulgação dos resultados pois emerge da prática entre os atores.	CPDR avança para além do PFV-VJ.
Equipe	Diversidade de profissionais. Os atores sociais, abarcam diferentes áreas de formação e de atuação, reunindo agricultores, agrônomos, administradores, estudantes, zootecnistas, extensionistas, estudantes, enólogos, técnicos, entre outros. Falta participação da área das ciências agrárias e sociais.	Congrega diferentes perfis de profissionais, pois o desenvolvimento das zonas rurais é específico e consiste em um processo de co-evolução social, econômica e ecológica	CPDR propõe atuação de profissionais de todas as áreas, o PFV-VJ faltam profissionais das ciências agrárias e ciências sociais.
Gestão	Tentativa de um processo mais dialógico e participativo, contudo, as lideranças formais não são legitimadas pelo grupo. Não ficou estabelecida uma organização na gestão das ações.	Perspectiva autogerida sua gestão deverá ser eminentemente democrática e participativa	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.

Fonte: elaboração própria (2014)

5.3 COLETIVIZANDO A PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES ENTRE ATORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Como trabalhado na seção anterior, o CPDR vai se desenhando na medida em que há um rompimento do monopólio da especialização e a ciência sai do laboratório; conforme se ampliam mecanismos de valorização e consideração do caráter tácito do conhecimento; e, também, quando se formam redes que, mesmo tendo caráter heterogêneo, conseguem fazer fluir por elas conhecimento, informação, recursos e outros elementos. Assim, é quase natural chegar-se a noção de que não há possibilidade de coletivizar a pesquisa sem que haja atores sociais, cujas atribuições podem ser (ou devem ser) variáveis dentro do espaço de trabalho em construção.

Neste sentido, cabe destacar que subjaz a esse trabalho a concepção de comunidades epistêmicas de Knorr-Cetina (1999), e que nessa perspectiva deve-se considerar que o entendimento de ator deve abarcar as relações entre os atores sociais e com os diversos componentes da realidade. Lembrando que as comunidades epistêmicas são fundamentadas em práticas dinâmicas, construtivas e mesmo conflitais entre sujeitos e objetos epistêmicos⁵⁶. Contudo, não é objetivo desse trabalho ampliar a análise das relações com elementos não humanos, esse poderia ser o foco de trabalhos futuros.

Deste modo, ao pensar os atores sociais envolvidos nos coletivos de pesquisa, se torna pertinente refletir que, no processo de modernização, prevalecia a ideia de que o rural deveria ser visto como sinônimo de agrícola e este, portanto, era um espaço somente da produção e dos agricultores. Outros atores ‘permitidos’ eram talvez alguns representantes do poder público e de agências de desenvolvimento, autorizados a intervir para que o desenvolvimento pudesse chegar ao campo. Fortemente presente estava a concepção do distanciamento entre o campo atrasado e o urbano desenvolvido.

A perspectiva do Desenvolvimento Rural busca romper com essa fragmentação, concebendo a unicidade, campo e urbano. Assim, os atores do desenvolvimento rural podem estar distribuídos em muitos e diversos espaços, atuando de maneira diversificada, sem fronteiras delimitadoras de suas atuações. Há uma mobilidade intrínseca e fluída onde as

⁵⁶ Knorr-Cetina descreve objetos epistêmicos como transitórios, intimamente complexos, caracterizados pela incompletude, que se modificam no processo de conhecimento (KNORR-CETINA, 2001).

fronteiras rural-urbano se expandem e se retraem conforme as necessidades assim o exigirem. Nesse sentido, cabe destacar o pensamento de José de Souza Martins (1986), quando aborda a necessidade de compreender o rural para além de seu adjetivo de lugar, limitado pelo espaço físico e por sua atividade produtiva, constituindo-se, na realidade, de uma gama de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que precisam ser consideradas na sua amplitude.

Outro aspecto a considerar neste desafio de identificar os múltiplos atores necessários e participantes de um CPDR é que o rural, embora se faça com frequência referência a 'campo', é composto também por 'cidades'. Veiga (2002), por exemplo, considera como rurais os municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes/Km². Classifica o Brasil como um país rural, pois 4.485 municípios brasileiros são municípios rurais (80% dos municípios) e suas sedes municipais são apenas cidades imaginárias⁵⁷. O caso da região em estudo é um bom exemplo, já que é composta por municípios de pequeno porte, com exceção de Santiago, que possui cerca de 50 mil habitantes, todos os demais tem menos de 20 mil habitantes. Assim como Veiga, acredita-se que boa parte das políticas públicas dirigidas a esse tipo de município, como base no critério de que são urbanos, tornaram-se equivocadas ao fortalecer a dicotomia rural-urbano.

Ainda que não seja o foco desse estudo, não se pode deixar de considerar a perspectiva abordada por Abramovay e Beduschi Filho (2003, p. 07) que consideram a própria região como um ator, segundo eles:

[...] os territórios não são apenas o receptáculo geográfico neutro onde empresas, coletividades e indivíduos atuam: cada vez mais, eles vão-se tornando verdadeiros atores, em virtude da interação que promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado.

Assim, ao refletir sobre atores sociais que atuariam em um CPDR, deve-se ter presente a noção de que são muitos os municípios que são essencialmente rurais. Isto tem uma consequência direta sobre a facilitação ou constituição de um CP para o DR porque se deve abranger a totalidade de instituições locais, não necessariamente aquelas 'tipicamente' relacionadas ao rural. Nesse ponto, Long (2007), dentro de uma perspectiva dos estudos sobre desenvolvimento rural, contribui ao afirmar que os atores sociais são variados, representados

⁵⁷ Este autor considera o critério (ainda em uso) que define o que é cidade obsoleto, uma vez que foi definido no Governo de Getúlio Vargas em 1938.

tanto por pessoas individuais, grupos informais ou redes interpessoais, como por organizações, grupos coletivos ou macro-atores, como governos, igrejas ou organismos internacionais. Isto porque as propriedades do ator social estão relacionadas à capacidade de decidir, de conhecer e agir, ou seja, ao poder de agência.

Com base nisso, os atores do desenvolvimento rural que tem potencial para formar coletivos de pesquisa são os agricultores, os extensionistas, os professores, os pesquisadores, os estudantes (independente do nível de formação em que se encontrem), os agentes públicos, as cooperativas, as associações ou entidades sindicais, as empresas privadas, as organizações de assessoramento e gestão, as organizações de pesquisa, as instituições de ensino (de qualquer nível) ou outros. A novidade está na forma em como os papéis são redefinidos, modificando os modos de atuação de todos e de cada um deles em um possível novo arranjo coletivo capaz de influenciar a pesquisa para agricultura e para o rural.

O agricultor, como deixa transparecer vários trechos deste trabalho, é considerado um ator chave nesta proposta de CP, lembrando que ele tem capacidade de agência, portanto, com maior ou menor margem de manobra, barganha e negocia com os agentes públicos, pesquisadores e representantes das entidades com as quais interage. Não é mero receptor das políticas e projetos que visam ações que possibilitem o desenvolvimento nas regiões onde está inserido. Considerando seu poder e sua capacidade de conhecer e agir, tradicionalmente os agricultores dedicam-se a sua atividade produtiva, sem, no entanto, assumir um papel de protagonista quando se trata de desenvolvimento de experimentos e pesquisas. Tomando o PFV-VJ como base para refletir sobre isto, se pode observar que, na relação dos agricultores com os demais atores, ainda é forte a ideia de que pesquisar (talvez também inovar) é tarefa destinada aos pesquisadores atuantes nas organizações destinadas a isso, no caso, o Instituto Federal Farroupilha, as universidades e a EMBRAPA.

O que se observa é que geralmente os agricultores são entrevistados para a coleta de dados dos pesquisadores ou são chamados a disponibilizar suas propriedades para realização de experimentos em algumas parcelas, sem um envolvimento maior no estabelecimento de questões ou monitoramento de resultados. No entanto, nas relações entre os agricultores no âmbito do PFV-VJ foi possível perceber a abertura por parte deles para uma nova prática na pesquisa. A carência de estudos e experimentos tanto no tocante às novas cultivares, quanto às possibilidades de aproveitamento da variedade 'Goethe' (presente nas falas dos agricultores) parece ter sido um motivo importante para certa mudança. Especificamente, foi registrado que

um deles já é adepto dessa nova forma de atuação, disponibilizando sua propriedade para a realização de experimentos, o que tem levado ao compartilhamento de conhecimentos com os pesquisadores e estudantes de diferentes níveis de formação.

Procurando ampliar a perspectiva do CPDR, sugere-se que os agricultores, além de dedicarem-se à atividade produtiva, assumam o papel de protagonistas, atuando como articuladores de conhecimentos, desenvolvendo de forma ativa e em parceria com outros atores, experimentos na busca de solução para seus problemas práticos. Este tipo de processo amplia a possibilidade de reflexão crítica e de aprendizagem experiencial dentro de um processo contínuo de ação no contexto dos mundos de vida dos diferentes atores.

Nessa perspectiva, o agricultor é um investigador criativo, participante ativo e parceiro no processo de aprendizagem e ação, atuando com a multiplicidade de atores que compõem e sustentam os coletivos de pesquisa. No entanto, cabe ressaltar que o processo de aprendizagem pela ação é pautado em uma perspectiva construtivista, a experimentação informal e o conhecimento tácito são colocados em pé de igualdade com o conhecimento científico (PROBST; HAGMANN, 2003), o que leva ao desafio de mudar a própria perspectiva sobre a ciência e seu papel na sociedade. Processo este que não depende apenas de disposições individuais, mas também de condicionantes institucionais e estruturais, cuja mudança pode ser mais lenta do que o desejável.

Traçando uma analogia, no CPDR, o agricultor assume o papel designado à iniciativa privada na perspectiva da Hélice Tríplice (ETZKOWITZ, 2009), investindo seu tempo e recursos no desenvolvimento de novidades, é também um articulador que busca diferentes parceiras para viabilizar seus projetos inovadores. Assume diferentes papéis passando de organizador dos processos produtivos a pesquisador e formador, tanto nas atividades das instituições formais de ensino, como nas qualificações promovidas nos espaços de aprendizagem do CPDR.

Outro ator, cuja presença é muito comum e representativa no contexto rural, é o extensionista, sendo que essa atuação ainda guarda uma série de características típicas do difusionismo, que serviu como paradigma à atuação dos agentes de extensão rural no Brasil, especialmente entre os anos 1960-80. Trazendo as interfaces observadas no PFV-VJ, se analisa que a atuação dos extensionistas ainda é bastante ‘técnica’, o extensionista aparece ainda como detentor do conhecimento especializado e responsável por ‘levar’ esse conhecimento e as novas tecnologias para os agricultores. A valorização do conhecimento

tácito construído pelos agricultores nem sempre é percebida, inclusive, como comentado nos capítulos anteriores, este conhecimento passa despercebido em muitas situações. Isto também faz parte de concepções construídas pelo senso comum de que o agricultor é ‘aquele que não sabe’, tanto que estudantes envolvidos no projeto se surpreenderam ao constatar o quanto ‘sabiam’ os agricultores.

Como se pode observar no PFV-VJ por meio da atuação dos extensionistas, esses atores assumem seus conhecimentos especializados, mas se mostram capazes e interessados em articular esses conhecimentos com aqueles dos agricultores, dos pesquisadores e estudantes. Esta percepção vinda do estudo a campo parece mostrar que há possibilidades de novas alternativas, aqui, vislumbradas como a potencialidade da constituição de um CPDR.

Neste sentido, atuaria como um mediador na relação dos diversos atores envolvidos no DR, como propõe Delgado (2003), ocupando um lugar importante numa interação complexa que levaria ao empoderamento dos atores a partir de novas formas de sinergia viabilizadas por formas sustentáveis de melhoria da renda e condições de vida das comunidades.

Seguindo a trilha de Latour (2000), a proposta do CPDR prioriza a translação em lugar da difusão que pertence ao modelo da ciência pronta e acabada. Uma vez que os coletivos focam sobre o processo e não sobre o produto final (KNORR-CETINA, 1999), o importante na construção do conhecimento são os movimentos realizados e o aprendizado que envolve o todo a partir do envolvimento democrático e participativo, realizado de forma planejada e intencional.

Nessa conjuntura, a ação dos extensionistas em um CPDR deve fazer parte de um processo educativo permanente e continuado, alicerçado em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista que valoriza a construção social do conhecimento considerando-o histórico-cultural.

Essa atuação requer uma mudança em todos os atores sociais, inclusive, na perspectiva dos professores que, na visão tradicional, é detentor do conhecimento científico e dos meios para desenvolvimento das pesquisas necessárias ao melhoramento produtivo dos agricultores. O professor, desse modo, não atua como pesquisador, nem como extensionista e está distanciado do contexto local, ele não conhece os arranjos produtivos, culturais e sociais locais e seus saberes estão circunscritos ao campo teórico. Como se observou, a partir da análise da atuação dos professores envolvidos no PFV-VJ, eles foram líderes de processos e atuaram como mediadores dos conhecimentos científicos e dos conhecimentos desenvolvidos

a partir do local e das necessidades percebidas. Desenvolveram suas práticas a partir das demandas identificadas por meio de seu contato com a realidade dos agricultores e demais atores sociais.

Assim, se pressupõe que o professor pesquisador no CPDR apresente-se como sensível às questões populares, que utiliza a pesquisa-ação como um método potencializador na organização de espaços de participação coletiva. Assim, “política e educação, política e organização de comunidades constituem-se em relações capazes de transformar a realidade” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 66).

O professor ao atuar no CPDR reconhece a importância do diálogo dos saberes das diversas áreas e dos saberes locais construídos pelas comunidades onde estão inseridos. Atua numa perspectiva transdisciplinar⁵⁸ que desmistifica a supremacia de uma área de conhecimento sobre as outras. Ele acredita na possibilidade real de solução de problemas, e, pela sua forma de inserção, carrega de significados os conhecimentos discutidos nas atividades com os alunos e com os demais atores sociais.

Sua forma de atuação se dá numa perspectiva como a defendida por Freire (1979), onde ele é capaz de reconhecer-se como alguém que está no mundo com um olhar crítico sobre a realidade e buscando transformá-la. Não é meramente alguém imerso e adaptado sem consciência da realidade que o cerca, mas alguém cuja prática é significativa e transformadora.

Corroborando com essa atuação é que se observou que os estudantes que atuaram no PFV-VJ referiram em suas falas à consciência da realidade, surpreenderam-se com os saberes dos agricultores, principalmente no tocante às práticas da viticultura. Aprenderam com a interface vivenciada e construíram conhecimentos a partir do contato direto com os agricultores.

Em geral, os estudantes das instituições formais de ensino, atuam no contexto do mundo rural apenas esporadicamente (exceto os que vivem no campo). As práticas formativas não acontecem com muita frequência em propriedades de pequeno porte ou de agricultura familiar, geralmente buscam propriedades bem estruturadas ou empresas do setor,

⁵⁸ Transdisciplinaridade caracteriza-se por uma forma de integração dos conhecimentos que vai além da interdisciplinaridade (onde as diferentes disciplinas adotam perspectivas teórico-metodológicas comuns com integração dos resultados). Nela, não existem fronteiras entre as disciplinas, não existe superioridade de um saber sobre o outro uma vez que no contexto de aplicação todos adquirem relevância (GIBBONS, 2011).

independente do nível de formação em que se encontrem. Durante sua formação não encontram muitas oportunidades de inserção nas realidades locais e constroem seus conhecimentos a partir das atividades desenvolvidas em sala de aula e laboratórios. As oportunidades de pesquisas de iniciação científica ou de seus trabalhos de conclusão, nos casos de pós-graduação, são geralmente pensadas a partir das linhas de pesquisas pré-determinadas. Esse distanciamento dos contextos locais faz com que o estudante se considere também detentor do conhecimento científico, passando a reproduzir mais do que criar, até mesmo pelo cerceamento que os balizamentos institucionais operam no processo educacional.

No PFV-VJ, os estudantes atuaram como mediadores do conhecimento desenvolvido a partir da realidade local e das necessidades dos agricultores. A importância de o estudante refletir sobre a sua realidade está explícita na reflexão proposta por Freire quando argumenta que: “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre os desafios dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio [...]” (FREIRE, 1979, p. 16).

Assim, se propõe que no CPDR o estudante desenvolva suas práticas de pesquisa a partir das demandas identificadas de seu contato com a realidade local dos agricultores e demais atores onde ele atua como um extensionista também. Assume, dessa forma, um papel ativo nas relações entre a instituição de ensino e os agricultores e demais atores sociais, aprendendo, valorizando os saberes dos demais e construindo os seus conhecimentos a partir do contato direto com os agricultores, que também assumem o papel de formadores, compartilhando seus saberes que serão incorporados à formação dos estudantes.

Dentro da proposta de um CPDR, não se pode esquecer que os atores identificados pela ação na esfera política também são vistos como relevantes no processo de coletivização da pesquisa. Neste sentido, a ideia é construir possibilidades de ação que se diferenciem das tradicionais políticas esporádicas e pontuais sem foco no desenvolvimento rural de forma mais ampla e compreensiva. Se tomadas as observações por dentro do PFV-VJ, a forma como os agentes políticos atuaram não foi muito diferente, ou seja, as ações permaneceram bastante dispersas e objetivaram apenas a agricultura em sua dimensão econômico-produtiva, com ações pontuais balizadas pela noção do aumento de produtividade.

No relato dos agricultores que participam do PFV-VJ ficou bastante evidente o tipo de atuação mais tradicional por parte do poder público local no que se refere às ações e recursos destinados ao setor de vitivinicultura. Grande parte dos agricultores e dos pesquisadores

entrevistados mencionou a falta de políticas públicas para o desenvolvimento rural e destinadas ao setor vitivinícola, mesmo sendo este um setor produtivo importante ao qual o nome do município está fortemente vinculado. Embora em alguns momentos a participação do prefeito tenha sido importante para a destinação de recursos para o CMV, ainda considera-se uma atuação pontual e desarticulada das demandas dos agricultores, tampouco, foi observada articulação com as demais esferas administrativas (estadual e federal).

Assim, idealmente propõe-se que, na configuração do CPDR, as políticas públicas sejam definidas com os agricultores partindo das necessidades reais dos grupos a serem beneficiados por tais políticas. Pois, em havendo um CPDR, talvez haja maior espaço também para buscar meios de favorecer a capacitação (ou a pressão) de agentes políticos para uma mudança de atuação. Neste sentido, o CPDR atuaria no sentido de avançar no que Abramovay (2007) propõe para os agentes públicos, que deveriam ter a função de promover a convergência de interesses em torno da valorização daquilo que as regiões têm de melhor, ou seja, suas capacidades, suas tradições, seus recursos naturais e paisagísticos, bem como as habilidades sociais de suas lideranças, incluindo as instituições construídas nesses espaços. Sua atuação deveria ser de orquestração das capacidades e habilidades locais, nas arenas criadas para que as trocas possam ser potencializadas e os diversos atores sociais valorizados.

Ao se pensar nos múltiplos atores envolvidos em um possível CPDR, deve-se destacar os agricultores, considerando-se as diferentes possibilidades de organização, que independem da sua formalidade, portanto, o ator aqui tem que ser tratado como 'organizações dos agricultores', que pode ser cooperativa, associação, grupo informal, sindicato.

No PFV-VJ a Cooperativa Agrária São José foi importante no estabelecimento de relações sociais ampliadas, apesar dos dilemas relativos à participação já relatados, os associados apresentam forte sentimento de grupo e tentam vencer as adversidades de forma coletiva. Nesse sentido, ainda existem questões a serem aprimoradas, como a ampliação da participação dos agricultores nos processos decisórios e na formação dos mesmos, é pelos processos de educação que se qualifica também o nível de participação, as formações se constituem espaços de diálogo e de aprendizagem que melhora o capital social. Considera-se assim, que há um potencial estabelecido para que relações sejam fortalecidas e melhoradas com os demais atores sociais, intensificando o papel da cooperativa nos processos de aprendizagem regional.

No entanto, nem sempre as organizações são regidas na sua prática pelo princípio da democracia e participação efetiva de seus membros. No caso da APROVIJA, organização social de agricultores que se formou a partir do PFV-VJ, por ser uma organização com um número reduzido de associados esses princípios são mais facilmente resguardados. Existe uma coesão muito forte entre os membros da associação. O que acaba em alguns momentos se transformando em um ponto frágil, pois torna o grupo fechado à participação de novos membros.

Na arena do PFV-VJ, são várias as interfaces que envolvem a APROVIJA, que se mostrou um ator relevante na condução do projeto, mas também nas disputas e construção de conhecimento e ampliação de capacidades. Ainda que de uma forma tímida, a APROVIJA tem contribuído para os processos de aprendizagem e de inovação, criando uma dinâmica positiva⁵⁹. Por meio dela também, os agricultores tem fortalecido a confiança mútua, esse talvez tenha sido um dos principais ganhos, pois como destaca Ostrom (1998), é por meio do fortalecimento da confiança mútua que a reciprocidade é ampliada.

É importante destacar o papel das organizações de agricultores no desenvolvimento rural como protagonistas nos processos de surgimento de novidades. As cooperativas territoriais na Holanda, por exemplo, se transformaram em laboratórios de campo, onde os meios locais auxiliam no desenvolvimento, teste, aplicação e avaliação de práticas para a solução de problemas globais (crise ambiental) (STUIVER, 2003). Essas cooperativas territoriais da Holanda representam um “afastamento em relação aos sistemas de conhecimento institucionalizado e em direção às capacidades inovadoras dos camponeses” (PLOEG, 2008, p. 209). A concepção é de uma ação articulada com os demais atores sociais envolvidos com a problemática, principalmente as instituições de ensino e pesquisa.

Com base nisso, se propõe que da mesma forma, no CPDR, as organizações dos agricultores sejam importantes aliadas em programas de pesquisa, instituições de ensino e pesquisa, ampliando os limites da ciência e da prática. Nele, as organizações dos agricultores atuam como meio formal de expressão das necessidades dos agricultores e de sua capacidade

⁵⁹ Também nos casos de territórios que conquistaram IG como o Vale dos vinhedos e os Vales da uva Goethe de Santa Catarina é destacado o papel preponderante das associações de produtores de uva e vinho nesse processo, como relatam Tonietto (1993, 2003) e Tonini e Macke (2007).

inovadora, fortalecendo os laços de confiança e reciprocidade⁶⁰, contribuindo para o fortalecimento do capital social e para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Nessa perspectiva, essas organizações oferecem aos associados a possibilidade de articular conjuntamente o seu desenvolvimento pessoal, econômico e social, e, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento da região (PRESNO, 2005).

As organizações dos agricultores guiadas pela participação efetiva de seus membros contribuem para a aprendizagem organizacional, contribuindo para a qualificação em todos os aspectos tanto na organização como nas propriedades dos agricultores. Por outro lado, o capital social favorece para a participação cidadã dos atores sociais envolvidos, atuando nas decisões cívicas do território e auxiliando na conformação das instituições e na definição de políticas públicas para o desenvolvimento rural (PUTNAM, 1996). A forma como as relações se estabelecem nas associações melhora o capital social por meio da confiança e da reciprocidade, fortalecendo também os laços no interior do CPDR.

Na perspectiva que se propõe para o CPDR, as organizações de agricultores participam por meio de seus representantes das discussões sobre as alternativas para o desenvolvimento rural, com o efetivo envolvimento de seus associados nos debates para a busca de alternativas. As organizações de agricultores configuram-se como espaços de aprendizagem estimulando a ajuda mútua entre os agricultores e promovendo espaços onde os demais atores sociais sejam convidados a interagir por meio de cursos, capacitações, seminários e grupos de estudos. Essas entidades atuam como mediadores nas relações entre os associados e as demais entidades que participam dos coletivos, realizando sua representação institucional nos momentos de negociação e definição de projetos e políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Nos estudos sobre desenvolvimento rural, a importância das organizações e movimento sociais é ressaltada, como aborda Putnam (1996), é por meio delas que se fortalecem os laços de confiança nas comunidades contribuindo para o fortalecimento do capital social. Kuramoto e Sagasti (2002) salientam que a capacidade de um território para encontrar soluções para os seus problemas depende de um ambiente institucional que promova a criação, absorção, adoção e difusão do conhecimento. Neste sentido, se pode

⁶⁰ Reciprocidade entendida não como a simples permuta de bens ou objetos, mas como ato reflexivo entre sujeitos numa relação intersubjetiva (SABOURIN, 2011, p. 21).

identificar que a atuação da APROVIJA tem potencializado processos como estes por dentro do PFV-VJ. Sendo justamente este o papel esperado por parte das organizações de agricultores em um CPDR, muito embora a própria participação em um coletivo seja um aspecto que se refere às possibilidades de aprendizagens múltiplas e reflexivas que se espera numa proposta desta natureza.

Em muitos relatos, os agricultores mencionam essa mudança de comportamento, de atitudes mais individuais e de concorrência para uma visão de cooperação. Essa mudança foi acontecendo na proporção que a confiança foi sendo contruída e reforçada no grupo. Ela surge na medida em que a convivência é ampliada pois a “confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade” (FUKUYAMA,1996, p. 41). Como mencionado no item anterior, a confiança, a ajuda mútua e a reciprocidade são fundamentais para o fortalecimento das relações no CPDR.

Seguindo na caracterização dos múltiplos atores envolvidos no CPDR o olhar recai sobre as “organizações de apoio a aprendizagem e a inovação” nas suas diferentes formas de estruturação, sejam Instituições de Ensino Superior (IES), Escolas, organizações de assessoramento e gestão ou organizações de pesquisa e tecnologia.

Geralmente, essas organizações inserem-se nos projetos apenas quando chamadas pelos atores sociais envolvidos, e acabam desenvolvendo ações pontuais e deslocadas de uma perspectiva de longo prazo. Muitas vezes, trabalham com um horizonte de tempo restrito aos orçamentos de suas instituições, compreendendo um horizonte de um a dois anos. Elementos que caracterizaram a participação do SEBRAE no PFV-VJ, assim como da EMATER que teve sua participação restrita a apoiadora no Seminário de Fortalecimento da Vitivinicultura.

As interfaces do SEBRAE com os demais atores do PFV-VJ tiveram como foco os conhecimentos técnicos e convencionais, a atuação foi com base em um modelo onde técnicas e práticas de adubação e tratamento de doenças foram amplamente difundidos. Como também conhecimentos de gestão e de mercado, conhecimentos que se mostraram muito úteis aos agricultores.

Outra questão que emerge das relações com essas entidades no PFV-VJ é a da continuidade das atividades, o que ficou evidenciado na análise apresentada. Essas entidades trabalham restritas a orçamentos e horizontes de tempo exíguos para as relações que devem ser construídas tendo como base a confiança entre os atores sociais e a construção de

conhecimentos. Mas isso envolve um custo que abrange deslocamentos, viagens, tempo de encontros e pessoas disponíveis para o trabalho, o que nem sempre é possível por parte das instituições envolvidas. Dessa forma, o apoio deve ser institucionalizado, com orçamento bem definidos e com aporte de recursos financeiros inclusive de órgãos públicos (WELLBROCK, 2013).

Desse modo, uma experiência interessante com relação à forma como atua uma organização de apoio a aprendizagem e a inovação que é desenvolvida pela EMATER do Estado do Paraná por meio das redes modelos de referência. Passini *et al.* (2004) salientam que as redes de referência consistem na organização de um conjunto de propriedades que são acompanhadas por um extensionista por pelo menos três anos. O processo de intervenção consiste na avaliação do desempenho do sistema de produção e pela introdução de técnicas de organização, tecnologias de processo e de gestão.

Esse trabalho se assemelha em alguns aspectos ao que se propõe com o CPDR. A semelhança está em ser um processo que envolve diferentes atores e que valoriza o protagonismo dos agricultores, tem foco no desenvolvimento de pesquisas que atendam as necessidades dos agricultores para melhoria dos processos. Contudo, a proposta do CPDR tem um caráter institucional, valorizando a atuação de diferentes organizações e tem como foco principal a construção do conhecimento. As redes, como o próprio nome diz, buscam desenvolver um modelo de referência a ser seguido, o CPDR não pretende criar modelos de referência, mas a mudança das relações entre os atores, potencializando saberes e conhecimentos de todos os atores envolvidos. Por isso, a importância da participação de instituições de ensino e pesquisa, para que os estudantes, os professores e pesquisadores, assim como, os extensionistas também passem por um processo de aprendizado com a aproximação com a realidade dos agricultores.

No CPDR, como se propõe na atuação das organizações de apoio a aprendizagem e a inovação o contato com os atores sociais é permanente em todas as etapas dos projetos e processos. Atuam numa perspectiva de desenvolvimento territorial de longo prazo, valorizando todos os aspectos das comunidades, econômicos, sociais e culturais. As ações não se restringem a propostas de qualificação técnica, mas de mediador e articulador das ações necessárias aos objetivos compartilhados pelos atores sociais.

O foco de muitas dessas organizações é a difusão de tecnologias construídas *à priori*. Não se percebe a valorização dos demais atores, principalmente dos agricultores nessa

construção. Como discutido no Capítulo 4, a atuação do CNPUV foi frágil no âmbito do PFV-VJ, tendo sido alvo de muitas críticas por parte dos demais participantes do projeto. Há um distanciamento geográfico entre o Vale do Jaguari e o CNPUV, mas ele não é só espacial, é também de relações, não existe proximidade nas relações. O que foi dificultado ainda mais pelos atritos institucionais que ocorreram.

Na proposta do CPDR, defende-se outra forma de atuação dessas organizações de apoio a aprendizagem e a inovação, com aproximação dos agricultores e dos demais atores sociais, pautada no diálogo mais efetivo entre eles onde as pesquisas estejam vinculadas ao contexto dos grupos envolvidos como já foi mencionado.

No PFV-VJ o papel das instituições de ensino foi significativo, tanto a atuação da URI no início do CMV, como posteriormente do IFFar/SVS. Esse último atuou como articulador por meio do PFV-VJ ligando os atores sociais em uma rede de relações viabilizada por meio de recursos humanos, materiais e financeiros. Essa forma de atuação nos dá elementos para a configuração da proposta do CPDR.

Em geral, quando se aborda sobre o ensino o olhar recai sobre as organizações do sistema formal de educação, no entanto, ao refletirmos sobre o CPDR precisamos considerar o sistema informal de educação. Principalmente, pela relevância do papel que essas organizações desempenham na formação dos agricultores. As associações de agricultores que atuam na educação têm aumentado significativamente nas últimas décadas com experiências baseadas na pedagogia da alternância, que favorece a qualificação dos jovens por possibilitar que se alternem os períodos de formação na propriedade e na escola.

Além de fortalecer os laços familiares e o conhecimento da propriedade, essas experiências, protagonizadas por movimentos sociais, muito tem contribuído para que reflexões ocorram no sistema tradicional de educação. O debate se dá principalmente na importância de uma formação voltada para o campo, rompendo com o processo de urbanização dos jovens do campo que recebem a mesma formação dos jovens que vivem nas cidades⁶¹.

⁶¹ Deve-se salientar que, no município de Jaguari está em funcionamento desde março de 2013 a Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari (CFRVJ) . Sendo uma experiência que contribui para uma visão diferenciada por parte dos jovens quanto aos processos de desenvolvimento. Essa organização teve início em 2010 por meio de uma articulação realizada pelo IFFar/SVS junto à comunidade regional. A associação é presidida por um dos agricultores que compõe a diretoria da Cooperativa Agrária São José. O que vincula de certa forma a Casa Familiar à questões parecidas na relação com o IFFar/SVS. As iniciativas da CFRVJ e do PFV-VJ por

O que nos remete às características de Instituição empreendedora madura como abordado por Etzkowitz (2009). Nas universidades com esse perfil há uma redução das fronteiras e a pesquisa é realizada em parceria com a comunidade, sejam empresas, organizações sociais, associações, cooperativas ou movimentos sociais. O quadro 07 sintetiza as relações entre atores encontradas no PFV-VJ e as propostas no CPDR.

Quadro 07 - Relações entre atores encontradas no PFV-VJ e as propostas no CPDR

Relações	PFV-VJ	CPDR	Afastamentos/ aproximações
Relações dos Agricultores quanto à pesquisa	Na relação dos agricultores com os demais atores, ainda é forte a ideia de que pesquisar (talvez também inovar) é tarefa destinada aos pesquisadores atuantes nas organizações destinadas a isso, no caso, o Instituto Federal Farroupilha, as universidades e a EMBRAPA. Há abertura por parte deles para uma nova prática na pesquisa.	Os agricultores, além de dedicarem-se à atividade produtiva, assumem o papel de protagonistas, atuando como articuladores de conhecimentos, desenvolvendo de forma ativa e em parceria com outros atores, experimentos na busca de solução para seus problemas práticos.	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.
Relações dos extensionistas	Atuação ainda é bastante 'técnica', o extensionista aparece ainda como detentor do conhecimento especializado e responsável por 'levar' esse conhecimento e as novas tecnologias para os agricultores. A valorização do conhecimento tácito construído pelos agricultores nem sempre é percebida.	Atuação extensionista deve fazer parte de um processo educativo permanente e continuado, alicerçado em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista que valoriza a construção social do conhecimento considerando-o histórico-cultural.	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.
Relações dos professores	Líderes de processos e atuaram como mediadores dos conhecimentos científicos e dos conhecimentos desenvolvidos a partir do local e das necessidades percebidas. Desenvolveram suas práticas a partir das demandas identificadas por meio de seu contato com a realidade dos agricultores e demais atores sociais. Focado na atuação disciplinar.	Apresentam-se sensíveis às questões populares, utilizando a pesquisa-ação como um método potencializador na organização de espaços de participação coletiva. Atuação transdisciplinar.	A proposta do CPDR se alinha a do PFV-VJ com a ampliação da perspectiva transdisciplinar.
Relações dos estudantes	Atuaram como mediadores do conhecimento desenvolvido a partir da realidade local e das necessidades dos agricultores.	Papel ativo nas relações entre a instituição de ensino e os agricultores e demais atores sociais, aprendendo, valorizando os saberes dos demais e construindo os seus conhecimentos a partir do contato direto com os agricultores.	A proposta do CPDR se alinha a do PFV-VJ.
Relações dos atores da esfera política	Atuação tradicional no que se refere às ações e recursos destinados ao setor de vitivinicultura. Falta de políticas públicas para o desenvolvimento rural e destinadas ao setor vitivinícola.	Promove a convergência de interesses em torno da valorização das regiões, suas capacidades, suas tradições, seus recursos naturais e paisagísticos, habilidades sociais de suas lideranças, incluindo as instituições construídas nesses espaços.	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.
Relações das organizações de agricultores	Atuação da APROVIA e da Cooperativa tem potencializado processos de aprendizagem e fortalecimento da confiança e reciprocidade. Embora a cooperativa precisa ampliar a participação dos associados.	Aliadas em programas de pesquisa, instituições de ensino e pesquisa, ampliando os limites da ciência e da prática. Atuam como meio formal de expressão das necessidades dos agricultores e de sua capacidade inovadora, fortalecendo os laços de confiança e reciprocidade, contribuindo para o fortalecimento do capital social e para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.
Relações das estruturas de apoio a aprendizagem e a inovação	O papel das instituições de ensino foi significativo, tanto a atuação da URI no início do CMV, como posteriormente do IFFar/SVS. Esse último atuou como articulador por meio do PFV-VJ ligando os atores sociais em uma rede de relações viabilizada por meio de recursos humanos, materiais e financeiros. Quanto ao CNPUV há distanciamento em relação a Região do Vale do Jaguari. Atuações restritas a orçamentos e horizontes temporais das organizações.	O contato com os atores sociais é permanente em todas as etapas dos projetos e processos. Atuam numa perspectiva de desenvolvimento territorial de longo prazo, valorizando todos os aspectos das comunidades, econômicos, sociais e culturais. As ações não se restringem a propostas de qualificação técnica, mas de mediador e articulador das ações necessárias aos objetivos compartilhados pelos atores sociais.	A proposta do CPDR avança para além do que foi identificado no PFV-VJ.

Fonte: elaboração própria (2014)

Assim, na proposta do CPDR a atuação das organizações de apoio a aprendizagem e a inovação, assim como os demais atores sociais, é de catalisadores/moderadores de processos de aprendizagem, sejam eles ligados ao ensino, à pesquisa ou à extensão. Essa atuação merece ser melhor analisada, uma vez que é chave para o debate do CPDR, assim, será também objeto de análise sob a ótica das estruturas de apoio ao conhecimento e à inovação (Modelo de Wellbrock) e no modo de construção do conhecimento (GIBBONS *et al.*, 2011) que compõem esse capítulo.

5.4 ANÁLISE DA ESTRUTURA DE APOIO E FACILITAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM CONJUNTA E INOVAÇÃO NO PFV-VJ

Intimamente ligado ao CPDR está a relação universidade-governo-empresa no desenvolvimento de inovações proposta pela abordagem da *Triple Helix*. Retomando o debate proposto por Trigueiro (2001) essa noção da TH parece limitada, pois deve envolver de acordo com as circunstâncias e da dinâmica das relações estabelecidas outros grupos de atores e organizações. Assim, é possível que, dependendo do contexto, a universidade não seja o ator proeminente, ou o Estado, ou empresas, mas grupos ligados a movimentos sociais, ou organizações de agricultores “que passem a comandar o curso de determinadas pesquisas em suas áreas de interesses” (TRIGUEIRO, 2001, p. 35).

Um dos aspectos mais delicados no modelo da TH é que ele considera que a universidade é o princípio gerador das sociedades fundadas no conhecimento, tal como o governo e a indústria eram as instituições primárias na sociedade industrial (ETZKOWITZ, 2009). Considerando que o conhecimento é socialmente construído, o princípio gerador da sociedade fundada no conhecimento e na aprendizagem deveria ser a construção do conhecimento, não só o conhecimento científico.

Com base nisso, entende-se que:

- a) além das organizações de apoio à aprendizagem e à inovação (não só a universidade), também os demais atores sociais assumam um papel mais proeminente no surgimento das novidades, atuando com foco na valorização do conhecimento local;

- b) exista uma intensificação nas relações de colaboração entre os atores sociais, especialmente na esfera institucional com base na concepção de comunidade epistêmica (KNORR-CETINA, 1999);
- c) cada esfera institucional assume o papel dos demais agentes, além de cumprir as suas funções tradicionais como propõe a Hélice Tríplice de Etzkowitz e Leydesdorff (2000).

Outra abordagem que avança no debate da TH, como já abordado no Capítulo 2, é o Modelo Conceitual da Região Rural de Aprendizagem e Inovação, que propõe uma adaptação da TH adequada às regiões rurais de aprendizagem. Esta abordagem proposta no trabalho de Wellbrock (2013) traz adequações à TH, que serão utilizadas para analisar o CPDR. Considerando que o quadro se concentra principalmente sobre as características das interfaces operacionais, mediadas entre o apoio às políticas públicas, a estrutura de suporte do conhecimento e as iniciativas de desenvolvimento de base.

As interfaces operacionais consistem no resultado de arranjos (institucionais), com base em acordos constitutivos sobre como operacionalizar o suporte (WELLBROCK, 2013, p. 53, tradução nossa). Essas interfaces são negociadas e construídas e ao concordar com um conjunto de regras, os parceiros envolvidos refletem sobre as regras existentes, e sobre os códigos de conduta compartilhados. Ressalta-se, nesse sentido, a importância da qualidade dos arranjos institucionais que atuam nas interfaces operacionais para fortalecimento da governança (WELLBROCK, 2009,2013).

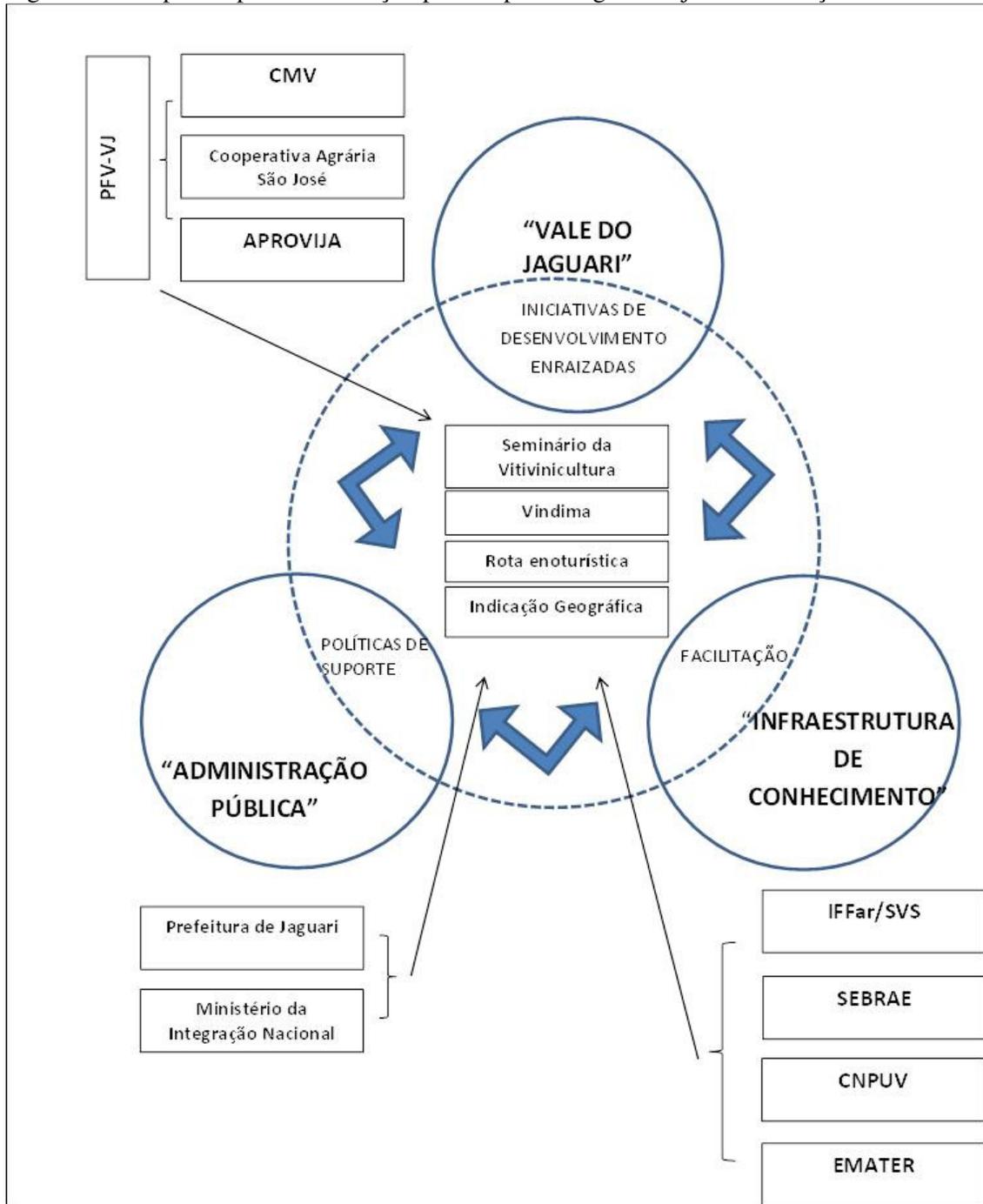
Assim, as interfaces entre as diferentes partes do sistema são pontos focais críticos como canais de diálogo e cooperação que permite que as pessoas aprendam umas com as outras (NYHAN, 2007), aumentando a reflexividade conjunta, conseqüentemente as interfaces operacionais estão vinculadas a valores e interesses conflitantes, e diferentes níveis de poder (WELLBROCK, 2013, p. 53, tradução nossa). Por sua vez, os processos de aprendizagem entre as partes interessadas são dinâmicos, eles aprendem fazendo, em interação com o meio ambiente, nos encontros e nas trocas de experiências (WIELINGA; ROEP; GEERLING-EIFF, 2009).

A seguir será apresentada uma análise das interações existentes a partir do PFV-VJ com base no modelo de Wellbrock (2013), apresentado na Figura 18, enfatizando as aprendizagens existentes a partir delas.

O primeiro elemento do *framework* seria a “região” que, no caso do PFV-VJ, envolve o Vale do Jaguari, com seus participantes e atores, mediados pelas interações existentes entre eles, especialmente configuradas pelas “iniciativas enraizadas no local”. A primeira delas é a Cooperativa Agrária São José, com uma trajetória de mais de 80 anos de construção de conhecimentos ligados às tradições e costumes do local. Com uma história bem mais recente, a APROVIJA caracteriza um momento diferente na organização dos agricultores, representando a união dos viticultores em ações para o desenvolvimento do setor, como já relatadas no trabalho. O CMV surge como um projeto de intervenção “colocado” na região por meio da URI Santiago e do CNPUV, mas que a partir de descontinuidades geradas em sua trajetória, passou a integrar agricultores e a EMATER local no comitê gestor. As acomodações que passaram a acontecer a partir da passagem do Núcleo para o IFFar, propiciaram uma inserção maior dos atores locais no CMV. O PFV-VJ, como demonstrado ao longo da tese, foi o aglutinador desses atores sociais, agregando novos atores e criando espaço para ações e processos de aprendizagem coletiva acontecessem.

As interfaces entre esses atores e as esferas da “administração pública” e as “estruturas de apoio ao conhecimento” resultaram em iniciativas que emergiram do PFV-VJ. Capitaneadas pelas organizações dos agricultores, principalmente por meio da APROVIJA, foram criados eventos que auxiliam na divulgação da região e demarcam o Vale do Jaguari como uma região produtora de vinho no Estado de Rio Grande do Sul. A Vindima, festa da colheita da Uva é um evento anual que acontece no final do mês de janeiro, anunciando a abertura colheita para a comunidade regional. É um evento que congrega autoridades políticas e empresariais da região além da comunidade regional onde são homenageadas pessoas que contribuem para o setor. Outra iniciativa importante foi o Seminário da Vitivinicultura do Vale do Jaguari, que já ocorreu anualmente e que passou a ser bianual. O seminário traduz-se numa oportunidade de qualificação dos agricultores, técnicos, estudantes, professores e demais profissionais e ainda contribui para a visibilidade da região.

Figura 18 - Mapa de apoio e facilitação para a aprendizagem conjunta e inovação no PFV-VJ



Fonte: elaboração própria (2014)

Existem ainda duas iniciativas que estão “em suspenso”, já que os projetos estão sendo esboçados, não havendo ainda um encaminhamento concreto para a Rota Enoturística e para a Indicação Geográfica (essa será discutida no final dessa seção).

Na esfera da “administração pública”, a Prefeitura de Jaguari, como já referido, apoiou os agricultores no convênio firmado com o SEBRAE para realizar o suporte de assessoramento ao grupo, como também nas atividades que o grupo desenvolve como o Seminário da Vitivinicultura do Vale do Jaguari e a Vindima.

No entanto, é possível constatar que há espaços para avanço nas políticas de apoio ao setor, uma vez que não se percebe políticas claramente delineadas, apesar de estar latente o anseio por elas por parte dos agricultores. Interessante destacar exemplos analisados por Wellbrock (2013) como o projeto *Westerkwartier*, onde o apoio da administração pública se fazia presente na maioria das interfaces operacionais analisadas pela autora, por meio de recursos do Programa de Desenvolvimento Rural da Comunidade Européia (LEADER), utilizados para a contratação de assessores independentes, a fim de incubar redes de empreendedores turísticos da região. Dessa forma, buscava estimular o desenvolvimento econômico dentro do *Westerkwartier*, promovendo a sua visibilidade dentro e fora da região. Interessante nessa proposta é que os empresários turísticos precisavam associar-se, a fim de trabalhar de forma coletiva, em vez de se concentrar apenas sobre os benefícios individuais.

É importante destacar que existem iniciativas já construídas na Região do Vale do Jaguari com relação ao turismo, das quais os viticultores participaram. São rotas criadas e reconhecidas pela comunidade regional, isso aconteceu no ano de 2000. Houve a criação de uma Rota Turística Nostra Colônia da qual chegaram a participar 12 famílias das localidades do Chapadão e da Fontana Freda, que atualmente encontra-se desativada (TURCHETTI *et al.*, 2011). Com as mudanças de governo municipal, iniciativas dessa natureza, quando não envolvem outros atores sociais, acabam perdendo a força pela falta de continuidade dos projetos pelos sucessores na administração. Houve referência, por parte dos entrevistados,

com relação a essa experiência onde percebem a necessidade de envolvimento de outros atores e de relacionar ao projeto de enoturismo que possuem.

Ainda, sobre a esfera da administração pública deve-se destacar que no âmbito federal o Ministério da Integração destinou recursos para a reestruturação do CMV, contudo, também é uma ação desarticulada de outras políticas de desenvolvimento rural.

A esfera da “estrutura de apoio ao conhecimento”, é representada no caso do PFV-VJ pelas instituições de ensino, de pesquisa e de apoio tecnológico, que são o IFFar/SVS, SEBRAE, CNPUV e EMATER. Não foi incluído no gráfico o IFFar /Campus de Jaguari, pois não chegou a desenvolver atividades no âmbito do PFV-VJ, sendo apenas o espaço físico que abriga o CMV. Ao analisar as interações entre os atores sociais envolvidos no PFV-VJ no tocante à “estrutura de apoio ao conhecimento” foi possível identificar pontos fortes e pontos frágeis. Independente de como foram considerados pelos atores sociais, todos os aspectos destacados propiciaram oportunidades de aprendizados. Uma vez que os conflitos, as dificuldades e os nós encerraram aprendizados valiosos. Na sequência, serão retomados alguns deles, mas deve-se considerar que a tese em si se propõe a refletir sobre a atuação dessas estruturas no desenvolvimento da região.

O PFV-VJ permitiu que as organizações das “estruturas de apoio ao conhecimento” experimentassem uma atuação conjunta, nas interfaces analisadas foi possível perceber os pontos críticos desse encontro. São organizações que estão, de certa forma, encerradas em seus domínios, e procuram somar suas ações, sem que haja uma dinâmica de troca e aprendizado entre elas. A perspectiva de comunidade epistêmica dá o que poderíamos caracterizar como “avanços tímidos”, embora não tenham avançado em construções conjuntas, seus operadores já percebem a necessidade de (re) construir essa relação, passando para uma co-criação dos projetos e atividades. Interessante observar o que Amim e Cohendet (2004) abordam sobre a forma como se estruturam as organizações e as comunidades organizacionais. Segundo eles, a organização pode ser vista como um local histórico da gestão da divisão do trabalho, enquanto comunidade por ser vista como uma construção de arranjos de conhecimento.

Internamente, no IFFar/SVS, pode-se destacar vários aprendizados, como as alunas que reconheceram o PFV-VJ como uma oportunidade de aprendizado diferenciado, puderam aliar os conhecimentos teóricos e os elementos da realidade dos agricultores, ampliando a

capacidade de entendimento sobre ela. Os arranjos de conhecimento estimulam o desenvolvimento de competências *on-the-job*: habilidades colaborativas, a capacidade de conectar mundos diferentes, e formação integral (WIELINGA; ROEP; GEERLING-EIFF, 2009, p 08). É no contato com a situação prática, na ação-reflexão-ação que os atores não só constroem conhecimentos, mas também aprendem o próprio processo dialético de aprendizagem (BUSTAMANTE; RANGEL, 2002).

Os professores que construíram novos conhecimentos para melhorar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, pela proximidade da realidade dos agricultores e pelos aprendizados com as experiências vivenciadas. A atuação em projetos dessa natureza, que permitem a reflexão sobre a ação, implicam o sujeito num processo pessoal, de ‘questionação’ do saber e da experiência numa atitude de compreensão de si mesmo e do real que o circunda (ALARCÃO, 1996b).

As formações, ao promover a reflexividade dos agricultores, contribuíram para que práticas antigas adotadas por eles fossem valorizadas por eles individualmente. Num processo de auto-reconhecimento, que fortaleceu a autoconfiança.

Contudo deve-se refletir sobre aspectos que poderiam melhorar a relação entre os participantes, contribuindo para a criação de uma sinergia positiva no local. Um desses aspectos é a falta de apoio do CNPUV na Região do Vale do Jaguari, devido à distância espacial e de suporte aos agricultores. Uma questão que parece estar relacionada a isso é que o CNPUV dedica maior atenção às regiões onde os agricultores já apresentam uma organização mais estruturada e onde há um arranjo institucional de apoio aos agricultores. Como foi possível perceber nas IGs que a CNPUV auxiliou na organização (inclusive, mais distantes geograficamente dele do que Jaguari, que serão analisadas a seguir).

O IFFar não consegue atender com seus profissionais outras demandas como as de pesquisa na área tecnológica por vários motivos já citados nesse trabalho. Estudos anteriores, realizados por Wielinga, Roep e Geerling-Eiff (2009), em projetos da mesma natureza, também encontraram tais dificuldades. Segundo esses autores, a pesquisa aplicada não tem um *status* elevado, devido ao fato de o trabalho prático realizado fora da sala de aula ser demorado e não ser considerado eficiente. Isto faz com que os resultados da colaboração nesses projetos sejam difíceis de mensurar (WIELINGA; ROEP; GEERLING-EIFF, 2009).

De certa forma, o que se observa é que as estruturas de apoio ao conhecimento, como o IFFar/SVS, CNPUV, SEBRAE, não conseguem dinamizar o processo de aprendizagem, devido a forma como se organizam internamente, o que faz com que não potencializem os conhecimentos que existem no nível individual numa escala coletiva. O mesmo processo é reproduzido no nível regional, as estruturas de apoio ao conhecimento e à inovação não conseguem agregar a uma escala coletiva suas capacidades individuais. Esse é o desafio que se coloca em todas as interfaces que foram analisadas.

Antes de finalizar essa seção, cabe trazer alguns elementos que corroboram sobre a importância dos arranjos institucionais e das estruturas de apoio ao conhecimento e à inovação no desenvolvimento territorial. Ao longo do trabalho foi possível identificar diferentes opiniões entre os atores sociais do PFV-VJ no tocante a essa questão da uva ‘Goethe’, há aqueles que veem como um diferencial que deve ser potencializado e ampliado e há aqueles que defendem que deve haver substituição da produção da variedade ‘Goethe’. Uma medida já tomada pelos dirigentes da cooperativa, como já destacado nessa tese, foi pagar um valor menor pela uva branca, forçando os agricultores a buscar a produção de uvas viníferas. Nesse sentido, cabe destacar a importância da abertura do debate sobre as possibilidades a partir da variedade ‘Goethe’ que já está arraigada nos costumes dos agricultores da região. Esse espaço está latente no momento atual que é de tomadas de decisões sobre os rumos da vitivinicultura na Região do Vale do Jaguari.

Da mesma forma que os agricultores de Jaguari, também na região de Urussanga, os agricultores estavam gradativamente arrancando as cultivares híbridas para produzir viníferas, até que decidiram reconquistar os consumidores e revalorizar o produto associado à cultura e identidade italiana. “Motivados pelo objetivo de ‘reencontrar o prestígio’ e o renome do vinho ‘Goethe’ e de valorizar um produto ‘nobre e singular’ capaz de ‘promover a geração de renda e desenvolvimento regional’ os produtores da região procuraram redinamizar a produção de vinho ‘Goethe’” (NIEDERLE; VITROLLES, 2010, p. 29).

O trabalho de Urussanga foi o resultado de uma ação dos agricultores apoiada pelo SEBRAE, Universidade Federal de Santa Catarina e EPAGRI. As indicações geográficas (IGs) constituem uma inovação institucional construída entre diferentes atores sociais e artefatos que interagem para constituir alternativas conjuntas. Por meio delas, é possível reforçar a agência coletiva e há um processo de aprendizagem intenso uma vez que é

estabelecido um conjunto de normas e padrões de produção que passam a orientar as ações coletivas (NIEDERLE; VITROLLES, 2010).

Ainda que já exista a indicação de procedência dos Vales da Uva ‘Goethe’, existem possibilidades dentro do cultivo da ‘Goethe’, estas podem ser buscadas por meio de um trabalho conjunto das estruturas de apoio ao conhecimento, da administração pública e das organizações dos agricultores.

Segundo Tonietto (2002, p.02) “as indicações geográficas, ao representarem uma nova filosofia de produção, voltada para a qualidade e a tipicidade oriundas, dentre outras, da origem da produção, estabelecem um desafio para a inovação na matriz produtiva brasileira”. O autor argumenta ainda que as IGs são uma alternativa à produção centrada na lógica produtivista que caracteriza o Brasil.

Assim, para que esse trabalho possa desenvolver-se é necessário o envolvimento efetivo das instituições e atores locais no planejamento e execução das atividades necessárias para a conquista da IG, o que poderia ser o objetivo da continuidade do PFV-VJ. É imprescindível que haja uma intencionalidade dos atores, pois a IG é consequência do empenho coletivo, da mesma forma como aconteceu no Vale dos Vinhedos e nos Vales da Uva ‘Goethe’ em Santa Catarina, onde universidades, órgãos de pesquisa e extensão rural, agentes públicos e a comunidade uniram-se aos agricultores na busca da indicação. Percebe-se nesse processo a existência de uma comunidade epistêmica que aprende coletivamente pelo somatório de ideias e multiplicação dos conhecimentos numa sinergia entre os atores sociais.

Os ganhos são visíveis para todos, como aborda Tonietto (2002), as propriedades da área geográfica delimitada do Vale dos Vinhedos têm sido valorizadas acima da média regional. De forma concreta, houve aumento da área plantada com vinhedos e melhora na qualidade da uva, fazendo com as uvas tenham um valor médio superior ao de outras áreas de produção. Houve ainda, como relata o autor, aumento no número de cantinas, e avanço no padrão tecnológico delas. Levando a ampliação da oferta de trabalho e surgimento de novos estabelecimentos para além do segmento de vinhos. Por meio do enoturismo ampliou-se a rede hoteleira e houve incremento da frequência de visitação turística às cantinas do Vale dos Vinhedos. Outro aspecto destacado pelo autor é no tocante a crescente preocupação com a preservação ambiental a partir da IP.

Nesse sentido, sem aprofundar nessa questão, mas buscando elementos que incidam as potencialidades da Região do Vale do Jaguari para buscar uma IG, a seguir apresentam-se alguns dados referentes ao censo agropecuário de 2013, onde figura a produção de uva nas Regiões da Serra, incluindo os municípios do Vale dos Vinhedos e dos Vales da Uva ‘Goethe’ (Tabela 01). Como se pode observar a produção da Serra Gaúcha é significativa, contudo, nos municípios designados como Vales da Uva ‘Goethe’, a produção envolve seis municípios e é apenas 30% superior à de Jaguari. Esses dados indicam que não há um critério quantitativo para a conquista de uma IP, é muito mais uma questão de organização social, atuação conjunta e visão integrada da perspectiva territorial.

Tabela 01- Produção de uva área colhida dos municípios RS e SC

Município	Produção/ha/t
Bento Gonçalves*	6.210
Flores da Cunha	4.590
Caxias do Sul	3.994
Farroupilha	3.950
Monte Belo do Sul*	2.500
Garibaldi*	2.350
Nova Pádua	1.648
Nova Roma do Sul	920
Ipê	360
Carlos Barbosa	320
Guaporé	250
Jaguari	138
Pedras Grandes/SC	122
Urussanga/SC	56
Morro da Fumaça/SC	6
Nova Veneza/SC	3
Içara/SC	-

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

* Municípios do Vale dos Vinhedos.

Agregando mais elementos a esse debate, destaca-se os dados da área colhida de uva em alguns município da região, como Santiago, Mata, Nova Esperança do Sul, São Pedro do Sul e São Vicente do Sul (todos são municípios vizinhos de Jaguari), que podem ser visualizados na Tabela 02. Comparando-se os dados da Região do Vale do Jaguari (Tabela

02) com os dados da Região dos Vales da Uva ‘Goethe’ (Tabela 03) é possível perceber que os números são muito próximos, com uma pequena superioridade em relação ao Vale do Jaguari. Não se pretende reduzir um debate complexo como o das IGs a números, mas os dados indicam certa semelhança com relação às características da região no aspecto de que há um município polo na produção de uva e os demais apresentam números menores. Há, inclusive, um município que consta entre os municípios da IP dos Vales da Uva ‘Goethe’ que não apresenta dados relativos à área colhida de uva no período analisado.

Tabela 02 - Área colhida de uva nos municípios vizinhos de Jaguari/RS

Município	Produção/ha/t
Santiago	30
Jaguari	138
Mata	15
Nova Esperança do Sul	24
São Pedro do Sul	20
São Vicente do Sul	4
TOTAL	231

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

Tabela 03 - Área colhida de uva nos municípios do ProGoethe/SC

Município	Produção/ha/t
Pedras Grandes/SC	122
Urussanga/SC	56
Morro da Fumaça/SC	6
Nova Veneza/SC	3
Içara/SC	-
TOTAL	187

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

A comparação contribui para reafirmar aspectos que estamos discutindo nessa tese, a importância da sinergia entre os atores sociais por meio de processos coletivos que contribuam para a aprendizagem regional e para o fortalecimento da construção do

conhecimento. Em tese, os mesmos elementos estão presentes nas regiões, o que diferencia uma região da outra é a forma como esses atores interagem e criam uma dinâmica favorável aos projetos empreendidos por meio da agência coletiva.

Destaca-se, mais uma vez, o papel desempenhado pelas lideranças nesses processos, conectando atores sociais e aproximando grupos e redes. Ao mesmo tempo, as lideranças permitem um alinhamento de objetivos, procedimentos e programas entre as iniciativas de desenvolvimento de base e as políticas públicas de apoio, o que ficou evidente nos casos das Indicações geográficas da Região da Serra e de Santa Catarina. Em arranjos estudados por Wellbrock (2013) para apoiar a aprendizagem coletiva existia a delegação de poderes executivos e de decisão desde o início para os agentes operacionais e agências enraizadas na área. Da mesma forma ocorreu nas regiões do Brasil citadas anteriormente. As instituições deram autonomia de trabalho aos agentes que conduziram os processos, firmaram acordos e garantiram recursos para que as IGs acontecessem (NIEDERLE; VITROLLES, 2010).

As instituições presentes e atuantes na região são fundamentais para que esses processos aconteçam. Não basta a existência das organizações nas regiões se não forem capazes de interagir e criar uma dinâmica positiva de construção e compartilhamento dos conhecimentos de forma efetiva (GIBBONS *et al.*, 2011, KNNOR-CETINA, 1999, ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000, ETZKOWITZ, 2009, FLORIDA, 1995, KNICKEL *et al.*, 2008). Desta forma, como reforça Wellbrock (2013), a inclusão de uma ampla gama de atores sociais em processos de desenvolvimento de uma região pode ser facilitadora de processos de aprendizagem regional.

5.5 MODO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NO PFV-VJ E NO CPDR

Com relação ao produto do conhecimento, no PFV-VJ, considera-se que houve algo de inovador na organização social dos agricultores. A APROVIJA é uma novidade na medida em que os agricultores mudaram sua forma de pensar, buscando uma atuação conjunta ao invés da tradicional concorrência que existia no setor. As mudanças nas embalagens e nas marcas dos vinhos também podem ser consideradas novidades.

Alguns elementos indicam que, no Vale do Jaguari, o cultivo da variedade ‘Goethe’ configura-se como uma novidade, pois reúne elementos para tal. Uma vez que se caracteriza

por ser uma variedade cultivada desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos à região, sendo, a partir de então, construídos conhecimentos enraizados na cultura local. Considerando que “a novidade é associada com, e é parte oriunda de um conhecimento tácito, enraizado no contexto local” (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008, p.67). O cultivo da variedade ‘Goethe’ reúne entre os agricultores da Região do Vale do Jaguari, conhecimentos, práticas, artefatos e / ou associações (KNICKEL *et al.*, 2008), como o próprio PFV-VJ, podendo ampliar essa dinâmica a partir da busca da IG. O foco na variedade ‘Goethe’ caracteriza-se como um nicho de inovação diante do regime que se configura com a produção massificada das variedades viníferas. A novidade não está na variedade em si, ou no conhecimento tradicional associado ao vinho produzido a partir desta uva. Aqui, chama-se a atenção para os elementos que configuram o ‘novo’, trata-se muito mais das formas inovadoras de articulação na região (e para fora dela), dos processos de aprendizagem e das novas configurações que o próprio conhecimento pode assumir em relação aos processos de desenvolvimento rural.

Estas novas configurações estão relacionadas ao que este trabalho procurou construir, ou seja, uma contribuição a partir da reflexão sobre um possível CPDR. Deste modo, a configuração do CPDR sustenta-se, ainda, na reflexão sobre o modo de produção de conhecimento, especialmente no estudo desenvolvido por Gibbons e seus colaboradores, em 1994, *The New Production of Knowledge*. Assim, traçaremos um paralelo entre as proposições apresentadas por eles e o modo de construção do conhecimento no PFV-VJ vislumbrando o CPDR. O quadro 08 sintetiza os principais aspectos de distinção entre os modos de produção de conhecimento e a proposta do CPDR.

O primeiro aspecto a ser analisado no modo de produção do conhecimento no PFV-VJ diz respeito à forma como o conhecimento básico é produzido. O CPDR propõe romper com as construções *a priori*, realizadas a partir dos interesses de pesquisa dos pesquisadores. Nas entrevistas realizadas com os envolvidos no PFV-VJ, foram mencionadas várias vezes as dificuldades de haver uma aproximação entre o mundo acadêmico e a realidade dos agricultores. Principalmente, no tocante às pesquisas sobre o cultivo de videiras na região do Vale do Jaguari, realidade que se reproduz em outros setores produtivos.

As universidades localizadas na região apresentam pouca interação com a realidade local para o desenvolvimento das pesquisas, o conhecimento é construído a partir das

instituições de pesquisa, anterior e geralmente independentemente de aplicações, que nem sempre ocorrem. Assim, a produção do conhecimento resulta da educação tradicional e seus dois fins, que é o ensino do conhecimento existente e a pesquisa do “novo” conhecimento, desenvolvimento com base no conhecimento científico, e distanciado da sociedade (NYHAN, 2007).

Quadro 08 - Modos de construção do conhecimento no PFV-VJ e no CPDR

Modo de construção de conhecimento no PFV-VJ	Modo de construção de conhecimento no CPDR
Dificuldade de aproximação entre o mundo acadêmico e a realidade dos agricultores. Principalmente, no tocante às pesquisas sobre o cultivo de videiras na região do Vale do Jaguari, realidade que se reproduz em outros setores produtivos. Cursos ligados às ciências agrárias necessitam de áreas produtivas no interior das instituições para que os experimentos aconteçam.	O conhecimento é construído no contexto das suas aplicações, como resposta às necessidades identificadas pelos agricultores nos seus processos sócio-econômicos. Não tem a conotação apenas econômica, mas social e cultural também.
A disciplinaridade da pesquisa está bastante presente. Essa delimitação gera a dificuldade de diálogo tão comum nos projetos e nas organizações. Os estudos desenvolvidos pela área de gestão não dialogam com as demais áreas, agrárias e sociais. Muitos relatos dos agricultores enfocavam essa carência de diálogo entre eles e os pesquisadores das demais áreas, principalmente das ciências agrárias.	Transdisciplinaridade (gerada e mantida no contexto de aplicação; envolve componentes empíricos e teóricos; a difusão dos resultados acontece no processo de sua produção; é dinâmica). Valoriza o conhecimento tácito e os saberes locais.
Os saberes construídos pelos agricultores não são valorizados pelos demais atores, não existe no âmbito do PFV-VJ a socialização das práticas desenvolvidas pelos agricultores, como relataram nas entrevistas. As demandas de pesquisa dos agricultores permanecem latentes e não há um diálogo entre eles e os pesquisadores no sentido de serem contempladas, muito menos no sentido da participação mais ativas dos agricultores nas pesquisas.	O conhecimento é construído nos espaços rurais, nas associações de agricultores, nas cooperativas e nos institutos de pesquisa. Há uma troca constante do <i>locus</i> e <i>focus</i> da pesquisa.
A inserção gerou uma nova forma de olhar para a realidade e conhecimentos que só essa imersão poderia gerar. Contudo, esses pesquisadores não desenvolveram pesquisa a partir de problemas vivenciados pelos agricultores, nem houve indicativo de que haveria em algum momento do projeto, esse aspecto não foi contemplado nas atividades desenvolvidas no âmbito do PFV-VJ.	<i>Accountability</i> e reflexividade: os pesquisadores – considerados de forma ampliada essa concepção uma vez que o agricultor é também um pesquisador e criador de novidades por natureza- se preocupam e são responsáveis pelas implicações não científicas de seu trabalho.
No PFV-VJ não houve esse processo de avaliação das práticas de forma sistematizada.	Critérios de qualidade adicionais, incorporando uma gama diversa de interesses intelectuais, sociais, econômicos e políticos e culturais. Emerge nas arenas e é frutos dos embates e acomodações entre os repertórios de conhecimentos dos atores sociais.
No PFV-VJ considera-se que houve novidade na organização social dos agricultores, a APROVIJA é uma novidade na medida em que os agricultores mudaram sua forma de pensar, buscando uma atuação conjunta ao invés da tradicional concorrência que existia no setor. As mudanças nas embalagens e nas marcas dos vinhos também são consideradas novidades. A variedade ‘Goethe’ configura-se como uma novidade do Vale do Jaguari.	Produto do conhecimento são as novidades.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Gibbons *et al.* (2011)

É bastante comum a ideia de que os cursos ligados às ciências agrárias necessitam de áreas produtivas no interior das instituições para que os experimentos aconteçam. As justificativas para isso também foram encontradas em algumas falas, como a do professor que aborda a necessidade de um rigor e maior controle dos experimentos para garantir a validade dos mesmos. De certa forma, isso é explicado por Gibbons *et al.* (2011) quando analisa que a formação dos profissionais é construída com base na especialização, que é oriunda da divisão do trabalho realizado pelas diferentes áreas, o que contribui para a manutenção dessa visão mais fragmentada da ciência e da realidade. Esse posicionamento também é encontrado no agricultor que diz não ser pago para fazer pesquisas, que estas devem ser realizadas apenas pelos centros especializados em pesquisas, com métodos e equipamentos próprios. Observa-se aí a visão de uma ciência construída distanciada de seu local de aplicação de um modo cientificista. A proposta do CPDR, seguindo outra direção, é que o conhecimento seja construído no contexto das suas aplicações, criando um ambiente favorável em que todos aprendem.

No PFV-VJ, a disciplinaridade da pesquisa está bastante presente. Isso não teria problema, como nos recorda Latour (2000), se subjacente não estivesse a divisão dos objetos que cada disciplina estuda. Essa delimitação gera a dificuldade de diálogo tão comum nos projetos e nas organizações. Os estudos desenvolvidos pela área de gestão não dialogam com as demais áreas, agrárias e sociais. Muitos relatos dos agricultores enfocavam essa carência de diálogo também entre eles e os pesquisadores das demais áreas, principalmente das ciências agrárias. O PFV-VJ reproduz assim o Modo 1 de produção do conhecimento, o que precisa ser repensado via CPDR onde a transdisciplinaridade é um dos elementos fundantes.

Os saberes construídos pelos agricultores ensejam maior valorização pelos demais atores, não há um espaço concreto no âmbito do PFV-VJ para a socialização das práticas desenvolvidas pelos agricultores, como relatado em entrevistas. As enxertias desenvolvidas e os experimentos são novidades que estão restritas às propriedades onde foram desenvolvidas, dessa forma, espaços construídos para compartilhamento desses conhecimentos não foram observados. As trocas se deram mais por iniciativa dos próprios agricultores nos encontros no clube, durante o lazer. Eles próprios parecem não valorizar essas elaborações. Há necessidade de iniciativas que permitam que essas novidades sejam valorizadas pelas instituições de

ensino e pesquisa e socializadas. Tendo-se presente que os conhecimentos dos agricultores aliados aos dos pesquisadores pode trazer benefícios para todos os envolvidos (LONG, 2007).

As demandas de pesquisa dos agricultores permanecem latentes e não há um diálogo entre eles e os pesquisadores no sentido de serem contempladas, tão pouco no sentido da participação mais ativa dos agricultores nas pesquisas. O PFV-VJ, nesse sentido, está de acordo com o Modo 1 de produção do conhecimento, circunscrito às disciplinas e construído de forma distanciada da realidade dos agricultores (GIBBONS *et al.*, 2011).

Essa responsabilidade pela implicação não científica do trabalho foi observada na fala dos professores e alunos envolvidos no PFV-VJ quando se referiram as transformações em sua formação a partir do projeto. A inserção gerou uma nova forma de olhar para a realidade e conhecimentos que só essa imersão poderia gerar. Contudo, esses pesquisadores não desenvolveram pesquisa a partir de problemas vivenciados pelos agricultores, nem houve indicativo de que haveria, cabe destacar que esse é um aspecto a considerar na proposta de um CPDR.

6 O (S) DESTINO(S): CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar nessa etapa do caminho, um novo questionamento surge: é o destino final? Era esse o ponto que buscávamos ao percorrer o longo percurso desde o início do doutorado em 2010? **Dasein** é o que surge na mente nesse momento, “a concepção de Heidegger sobre o ser humano, baseado nesta condição cuja identidade é a própria história” (MARIANO, 2010). Da mesma forma que Knorr-Cetina (1999) instiga, o processo é mais significativo do que o resultado final. Constituímo-nos na trajetória. Identidade concebida como um processo em construção. “Então, o homem não tem uma identidade, ele passa a sua vida construindo a pessoa que finalmente acaba sendo, e só acaba sendo no momento que ele morre” (MARIANO, 2010).

O capítulo final é esse ponto, a morte para poder “tornar-se”, a tese está pronta, mas não finalizada, deverá desdobrar-se em muitos questionamentos futuros, em reflexões institucionais, e se constituirá nas práticas revistas e nos aprendizados futuros. Quantos destinos mais?

“Heidegger vai dizer que o **Dasein** é ser-para-morte, porque ele é aquele ente que só chega a ser ele mesmo no momento que ele não é mais” (MARIANO, 2010, não paginado). Tal como o Jano Bifronte da mitologia romana trazido por Latour (2000):

[...] quando ele olha para frente, existe a indeterminação do futuro, pois ele não sabe o que vai ser. Ele torce, atua, constrói e orienta o futuro, mas esse futuro está indeterminado. Quando ele olha para trás, o que ele vê está totalmente determinado enquanto conjunto de acontecimentos, mas o significado daquilo que foi está em suspenso, porque a cada novo passo, a cada novo elemento, a totalidade da história de vida desse homem se transforma (MARIANO, 2010, não paginado).

O futuro é indeterminado, é um “vir a ser”. E esse é o desafio desse trabalho, movido pelo anseio de encontrar ou vislumbrar relações transformadas e transformadoras, que criem e valorizem outras formas de construir a ciência. Esse ponto que leva mais uma vez ao anseio por instituições repensadas e pensantes. A escolha se dá entre dois caminhos, ou as duas faces de Jano, uma que sabe, e a outra que ainda não sabe (LATOURE, 2000). O ensejo é que os

pontos de bifurcação sejam pontos de transformação, ou quem sabe pontos de mutação como sugeria Capra⁶². E que um desses pontos talvez se construa a partir do CPDR, sendo precursor de outros caminhos e possibilidades para o desenvolvimento rural a partir da abertura ao diferente.

De tantas batalhas e campos desbravados, ao longo desse caminho, alguns aprendizados precisam ser sistematizados, assim, segue-se o processo de tentar compilar o que está contido nas páginas anteriores.

A tese procurou analisar as relações que se estabelecem entre os atores no Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura no Vale do Jaguari, identificando como podem contribuir para a estruturação de um Coletivo de Pesquisa para o desenvolvimento rural.

Ao analisar a arena do PFV-VJ e propor o CPDR surgem muitas inquietações e algumas incertezas, mas emerge também uma esperança “lúcida”, usando as palavras de Freire (2002), de que a caminhada já iniciou. Para isso, não foi usada uma “régua”, foram avaliados os aprendizados, as possibilidades futuras, os anseios e as expectativas dos atores sociais, entre os quais, inclui a autora desta tese. Não é do ponto zero que se parte, pois movimentos silenciosos estão em processo.

Esses movimentos são inspirados por sujeitos que estão atuando em todos os espaços percebidos e também no PFV-VJ: um agricultor que inicia uma reflexão, que começa uma provocação; um professor inquieto com a realidade que o circunda; um extensionista; um estudante que “abraça” uma causa; um técnico que se indigna e assim por diante. Vários deles estão distribuídos em diferentes locais, transformando as instituições de dentro para fora e de baixo para cima. Papel que é fundamental para que os processos sejam desenvolvidos e aprimorados, mobilizando sonhos e anseios. Esses sujeitos, agora atores, como se pode observar no PFV-VJ, são capazes de conectar outros e diferentes atores do desenvolvimento, são o melhor meio para aproximação entre grupos e redes construídas cultural e historicamente (com base territorial).

Assim, na construção do caminho para o CPDR, o Capítulo 3, “Reconstituindo o percurso do Projeto Fortalecimento da Vitivinicultura do Vale do Jaguari”, respondendo ao

⁶² Referência à Fritjof Capra, autor de “Ponto de Mutação”, Cultrix, 2006.

segundo objetivo específico da tese, possibilitou reconstruir o projeto a partir das falas dos participantes e dos atores sociais. Ele permitiu descortinar os conhecimentos construídos, as aprendizagens e experiências vivenciadas, os embates, os conflitos, os desencontros e as descontinuidades.

Na reconstituição se constatou que o projeto é fruto da intenção clara dos agricultores na busca de novos caminhos. Havia a necessidade de uma atuação conjunta e mais focada na cadeia produtiva da uva, impulsionada pela existência do Centro Mesorregional. A aproximação com o IFFar/SVS traz uma nova dinâmica, que resulta no PFV-VJ, e que atrai a participação de estudantes, professores, técnicos, extensionistas e organizações de apoio, assim, os participantes passaram por um processo intenso de interações e construção de conhecimentos.

Na medida em que as atividades se desenvolveram por dentro do projeto, foi possível perceber a ampliação da capacidade de agência dos agricultores, expandindo a habilidade de barganhar e, assim, definir novos rumos para os acontecimentos. Os encontros propiciados fizeram emergir pontos de confronto, discordâncias e novas possibilidades, como a questão do cultivo da variedade 'Goethe'. Perceberam que a organização social pode ampliar suas capacidades, mesmo apresentando discordâncias internas, como as diferentes concepções de desenvolvimento subjacentes aos dilemas apresentados: buscar o diferente, representado por um possível identificador geográfico; ou perseguir parâmetros de eficiência para competir nos mercados tradicionais?

É perceptível como está presente a perspectiva da modernização entre os participantes do projeto, funcionando como um antolhos a outras alternativas e formas de cultivo, como a questão do cultivo orgânico, ou como o investimento no mercado de sucos que tem se mostrado promissor.

Na história do PFV-VJ, é primordial a atuação das instituições como facilitadoras das ações, por outro lado, as contradições presentes em seus domínios são limitantes para os avanços prementes. Um exemplo é a dimensão temporal identificada, o tempo das organizações é diferente do tempo dos agricultores. Para os últimos não existe paradas, a vida é contínua, por outro lado, as organizações fragmentam sua ação em semestres, meses, anos ou por ciclos orçamentários e estes nem sempre encontram correspondência com os eventos e calendários agrícolas ou da vida social das localidades.

Nas entrelinhas do PFV-VJ, surge o CMV, com isto, necessário se fez olhar para ele. Fruto de uma costura institucional, controverso em sua construção e forma de ação, propiciou uma gama de reflexões sobre esse tipo de proposta *top down* e sem a participação dos interessados. Em que medida contribui para melhorar as condições produtivas do local e a qualidade de vida dos agricultores? Difícil responder, mas possível foi identificar descontinuidades, plasmadas na busca de uma utilidade para o que se denominou “elefante branco”. A análise aponta que tal busca passa pelo reposicionamento do CMV no contexto do Vale do Jaguari. Ainda que não tenha sido pensado só para o local, é ali que ele está inserido e é nesse espaço que sua inclusão mais efetiva parece fazer maior sentido.

Indiscutivelmente, o bom funcionamento dos arranjos operacionais institucionais locais não pode, portanto, ser imposto como propostas prontas de políticas públicas ou programas de desenvolvimento formulados longe do contexto local. Urge uma reforma institucional que conduza a modos mais colaborativos de governança, é necessário um espaço institucional em que novos arranjos possam emergir. Existe, no Vale do Jaguari, um “vazio institucional”, bem perceptível no CMV, onde não existem regras claras e normas construídas de como essa política deve ser conduzida e mensurada.

As instituições e atores sociais, muitas vezes, estão à procura de respostas prontas, de uma orientação linear. Porém, as respostas vêm de caminhos enfiados, cruzados e escondidos, por curvas encobertas. Para descobrir, é preciso compreender bem o problema e reorganizar os saberes relevantes, os saberes que existem na região, no território, a resposta é um novo saber, uma nova descoberta, uma nova forma de construir. Se percebe que é preciso saber mais, conhecer mais, buscar mais, é um círculo virtuoso. Na medida em que resultados positivos são alcançados, novos desafios são vislumbrados, o horizonte está sempre lá, instigando novas caminhadas (ALARCÃO, 1996b).

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente (FREIRE, 2002, p.30).

O quarto capítulo, “O PFV-VJ: um projeto, múltiplos atores”, buscou responder principalmente ao terceiro objetivo, de identificar os papéis dos participantes, especialmente como atores sociais inseridos no projeto, mas também gerou subsídios para atender ao quarto

objetivo da tese, pois permitiu analisar as ações conjuntas dos atores para a configuração do CPDR.

Partindo-se da análise dos participantes separadamente, se percebeu os mundos de vida distintos, gerando interesses diversos que impactaram nas relações e no trabalho desenvolvido pelos técnicos e professores que atuaram com os grupos. Proximidades e afastamentos resultaram desses encontros, gerando interfaces que configuraram o PFV-VJ e a arena. Assim, alguns elementos precisam ser retomados. Os embates entre seguir o fluxo do mercado ou partir para a valorização da identidade e cultura local, por meio do resgate da variedade 'Goethe'. O papel das organizações de apoio ao conhecimento nas dinâmicas territoriais, assim como o papel dos extensionistas, ainda sofre forte influência da perspectiva difusionista, a qual é compartilhada pelos agricultores, e é perceptível na forma como expressam as suas expectativas com relação aos demais atores. Ainda, nas questões delicadas identificadas, está a atitude clientelista que impregna as relações sociais analisadas no PFV-VJ, seja na forma como os agricultores se posicionam quanto ao poder político, ou como esse último se relaciona com as demais organizações, no sentido de 'prover' os meios necessários para que a comunidade possa se desenvolver.

A análise dos papéis e relações, também, possibilitou perceber olhares distintos, tanto dos extensionistas, como dos professores do IFFar/SVS, dos estudantes e técnicos. Porém, foi possível captar em suas falas e ações aspectos em comum, como o manifesto 'compromisso com a comunidade; a preocupação de que o seu trabalho tenha sentido e que contribua para melhorar a qualidade de vida dos agricultores.

A análise das interfaces descortinou a capacidade ampliada de negociação dos agricultores em relação a outros atores envolvidos; ora organizados na APROVIJA, ora organizados como Cooperativa. As conquistas relatadas por eles indicam esses elementos. Na arena, os atores ligados aos mesmos domínios sociais não apresentam homogeneidade, como menciona Long (2007), se pode perceber dissonâncias nas posições e relações internas dos grupos, quer sejam agricultores ou professores, que, por mais que compartilhem algumas prioridades, manifestam diferentes repertórios de conhecimento e aplicação. Como se pode perceber nos conflitos entre os professores que apresentam diferentes visões sobre o PFV-VJ, e sobre as alternativas de cultivo e de mercados para a viticultura.

Entre os agricultores, essa diferença interna ao domínio social se apresenta, por exemplo, nas posições divergentes quanto às formas de cultivo e de elaboração do vinho que cada grupo desenvolve (agricultores empresários e familiares), ou o debate que abriga a polêmica questão da conversão dos vinhedos para uvas finas (processo praticamente consolidado entre os agricultores empresários associados à APROVIJA). Nessa interface, o conflito sobre a necessidade de qualificação é o que emerge, mas que traz como pano de fundo outras questões apresentadas anteriormente.

Também ficou evidente, nas interfaces analisadas, que os pontos mais delicados passam por questões institucionais, quer seja por parte do poder político, das estruturas de apoio ao conhecimento ou nas iniciativas locais de desenvolvimento. Fato que pode ser observado nas organizações dos agricultores, que não conseguem implementar uma gestão mais participativa (um processo ensinante em si), nas instituições de ensino que também são burocratizadas e presas à ciência tradicional, nas organizações de assessoramento e gestão, nas organizações de pesquisa, atreladas a seus projetos e orçamentos fragmentados direcionados a ações de curto prazo.

O quinto capítulo “A bifurcação: a perspectiva de outro caminho”, responde ao quarto objetivo do estudo, pois parte das relações identificadas entre os atores e resgata, no cerne do PFV-VJ, elementos para a proposta do CPDR. Pode-se dizer que consiste na essência dessa tese. Construir a proposta do CPDR, partindo do Coletivo de Pesquisa proposto por Larédo *et.al.*(1999), exigiu trânsito para além das concepções apresentadas pelos autores, buscando reforço na perspectiva da Hélice tríplice, e na proposta de Wellbrock (2013), como também nos modos de construção de conhecimento de Gibbons *et.al.*(2011).

Nesse sentido, a proposta do CPDR cumpre com três elementos da proposta básica do Coletivo de Pesquisa: o primeiro é que sai dos muros dos espaços da ciência tradicional e avança no sentido de incluir mais atores (não apenas em termos de adição, mas no sentido da interação que se processa entre eles, que passa de uma atuação individual para uma ação articulada) e conquistar novos territórios, como, por exemplo, as cooperativas, associações ou as propriedades dos agricultores; o segundo elemento é que valoriza o conhecimento tácito dos atores sociais, ganhando relevância nos espaços de construção coletiva favorecido pelas trocas significativas; e o terceiro é que estimula as trocas de informações e cria condições para

que os resultados das pesquisas e atividades práticas sejam divulgados por meio das comunidades epistêmicas.

O debate do CPDR busca reativar debates epistemológicos importantes, como o difícil diálogo entre as áreas do conhecimento, heranças da ciência cartesiana e fragmentada, que encerra o conhecimento em caixas, que em geral, parecem intransponíveis. Nesse sentido, traz a reflexão sobre a transdisciplinaridade no modo que propõe para a construção do conhecimento, uma vez que emerge da realidade vivenciada pelos atores sociais, imersos no local de sua aplicação. E, nesse processo, o conhecimento tácito dos agricultores reconquista seu espaço nas construções coletivas (com extensionistas, professores, técnicos, estudantes, *etc.*).

Contudo, ainda há, entre os participantes do PFV-VJ, a perspectiva forte da ciência acabada, desenvolvida pelos *experts* e colocada à comunidade de forma massificada. Como consequência disso, sua construção ainda está restrita às instituições “possuidoras” (a palavra é usada intencionalmente pelo sentido de posse que é avesso a construção) de competências institucionais para o seu desenvolvimento. Assim, o CPDR propõe o avanço para a realização de pesquisas de cunho mais participativo, com possibilidade de atender às necessidades específicas ‘dos’ e ‘com’ os agricultores. Dessa forma se poderá avançar no sentido de reduzir o fosso que existe entre os cientistas e o público, e, no caso do desenvolvimento rural, reduzir a distância que existe entre os diferentes atores sociais.

A proposta do CPDR possui um caráter institucional, valorizando a atuação de diferentes organizações e com o foco principal na construção do conhecimento. Assim, a análise das estruturas de apoio e facilitação para a aprendizagem conjunta e inovação, pelo modelo de Wellbrock (2013), possibilitou, por meio de um olhar mais criterioso, perceber que as instituições presentes na região são fundamentais para que esses processos aconteçam. Contudo, a existência delas não garante a dinâmica da aprendizagem regional, pois, para isso, devem ser capazes de interagir e criar uma dinâmica positiva de construção e compartilhamento dos conhecimentos de forma efetiva.

Esse tipo de trabalho integrado à realidade, e em conjunto, capaz de construir agência coletiva precisa ser aprendido, desenvolvido e institucionalizado, exigindo aprendizagem institucional durante um longo período de tempo, com interações repetitivas e laços de confiança. Não existem receitas prontas, cada região deve encontrar a sua forma de fazer, e

não existem erros e acertos, existe o agir, que vai sendo reconstruído na trajetória. Essa tese, ao realizar as reflexões a que se propõe, não tem a intenção de apontar erros ou limitações, mas vislumbrar caminhos que só são possíveis a partir da reflexão sobre a ação.

No âmbito da proposta do CPDR, o escopo é ampliado com a participação de todos os atores sociais envolvidos, há um processo de reflexão coletiva, construído de baixo para cima, a partir do desenvolvimento das ações focalizadas, nesse processo, a educação reflexiva é o oxigênio que alimenta essa dinâmica, por meio da reflexão sobre as práticas e pela autonomia gerada nas interações dos diversos atores.

A tese, como abordado ao iniciar esse capítulo, instigou muitos outros questionamentos, que sugerem trabalhos de investigação futuros, um deles é o que permeou todo o trabalho, mas que não chegou a ser desenvolvido nesse estudo, e se refere às relações com elementos não humanos, elas podem ser inspirações para trabalhos futuros.

Outra questão preocupante é a da sucessão na agricultura familiar, as dificuldades de oportunidades na perspectiva dos jovens e o nível de formação deles são um entrave, pois na sociedade da aprendizagem não basta qualificar as pessoas, é necessário que as pessoas permaneçam e contribuam com o local. Isso fica perceptível quando estudos comprovam que pessoas com nível mais alto de formação são, muitas vezes, as primeiras a sair, fazendo com que ocorra a chamada "fuga de cérebros". Isto resulta, em áreas rurais, em baixos potenciais de desenvolvimento, representando um desafio à forma como as instituições formadoras vêm trabalhando. Assim, a problemática de uma formação que contribua para a sucessão na agricultura familiar se configura como um novo e amplo campo de estudos.

Temáticas como a análise das relações de poder no âmbito de projetos que envolvem diferentes atores sociais, assim como as dificuldades e entraves nas relações institucionais também são pertinentes e emergentes a partir das análises, aqui, empreendidas.

A tese contribuiu para que se pudesse configurar o CPDR estabelecendo elementos para análise em estudos futuros e para auxiliar os agricultores, as instituições e agentes públicos a pensar práticas que possam contribuir para a aprendizagem local por meio do fortalecimento da agência coletiva. O CPDR necessita de um ambiente onde as organizações se unam e criem verdadeiramente uma região de aprendizagem com educação formal e informal. O PFV-VJ é um indicativo de que há um ambiente favorável a mudanças. Neste sentido, há outros indicativos, por exemplo, a introdução das Casas Familiares Rurais que,

embora não tenham sido tratadas em profundidade neste momento, podem vir a se constituírem, junto com projetos ao estilo PFV-VJ, em outra oportunidade de articulação de competências e movimentos rumo à construção de outra cultura institucional.

E para encerrar uma nova inquietação surge, considerando que o mundo rural deve ser entendido como um lugar de vida, que se define enquanto espaço singular e um ator coletivo que se constitui nas relações campo-cidade por meio da complementaridade e da integração (WANDERLEY, 2003). Talvez ‘Coletivo de Pesquisa para o Desenvolvimento Rural’ possa vir a ser pensado como *coletivo de aprendizagem para o desenvolvimento rural*, essa mudança pode indicar novos voos mais livres das amarras da ciência tradicional e das instituições burocratizadas.

Finalmente, espera-se que esse estudo estimule a reflexão no seio das instituições educacionais, em especial, dos Institutos Federais para que suas práticas possam ser questionadas pelos seus integrantes, buscando novas formas de atuação. Longe de representar fórmulas ou receitas de como estruturar suas atividades, a intenção é provocar as instituições para o que mais deveriam fazer: estimular processos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L. C. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p.132-152, jan./abr. 1998.

_____. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

ALARCÃO, I. Ser professor reflexivo. In: ALARCÃO, I. (Org.) **Formação reflexiva de professores** – estratégias de supervisão. Porto: Editora Porto, 1996a. Disponível em: <http://www.alem dasletras.org.br/biblioteca/artigo_especializados/Ser_professor_reflexivo_Isabel_Alarcao.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2014.

_____. Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schön e os programas de formação de professores. **Revista Faculdade de Educação**, São Paulo, v.22, n.2, p.11-42, jul./dez. 1996b.

ALVES, A. F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável**: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

AMIN, A.; COHENDET, P. Organisational Learning and Governance Through Embedded Practices. **Journal of Management and Governance**, Roma, v.4, p. 93–116, 2000.

_____. **Architectures of knowledge**: firms, capability, and communities. Oxford: Oxford University, 2004.

ARCE, A. Re-approaching Social Development: a field of action between social life and policy processes. **Journal of International Development**, London, n.15, p.845–861, 2003.

ARCE, A.; LONG, N. Re-positioning knowledge in the study of rural development. In: SYMES, D.; JANSEN, A.J. (Ed). **Agricultural restructuring and rural change in Europe**. Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1994. p. 75-86.

_____. The dynamics of knowledge. In: LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London; New York: Routledge, 1992. p.211-246.

ARENDR, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.8, n.1, p.5-13, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17230.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHO E DERIVADOS DA UVA DO VALE DO JAGUARI – RS (APROVIJA). **Projeto de Reestruturação dos estabelecimentos da APROVIJA para a construção de uma rota enoturística**. São Vicente do Sul: Instituto Federal Farroupilha, 2011.

BANDURA, A. Exercise of Human Agency through Collective Efficacy. **Current Directions in Psychological Science**, Washington, v.9, n.3, p.75-78, 2000. Disponível em: <<http://www.uky.edu/~eushe2/BanduraPubs/Bandura2000CDPS.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BARRETO, A. L. V. Cercando a etnometodologia e me acercando da etnometodologia: um “billan-de-savoir”. **Revista FACED**, Salvador, v.1, 1997. Disponível em: <<http://www.revistafaced.ufba.br/viewarticle.php?id=215>> . Acesso em: 05 jun. 2012.

BENSAUDE-VINCENT, B. A Historical Perspective on Science and Its “Others” **The History of Science Society Journals**, Chicago, v. 100, n.2, p. 359-368, jun. 2009.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: Tratado de sociologia do conhecimento. 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996** - Lei da Propriedade Industrial. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm> Acesso em: 12 jan.2014.

BRASIL. **Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm> . Acesso em: 21 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia**: concepção e diretrizes. Brasília, 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com>. Acesso em: 04 jun. 2008.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M.. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora,1977.

BUSTAMANTE, G. O.; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Por uma vivência reflexiva de lazer. **Motriz**, Rio Claro, v.8, n. 3, p. 109–114, set./dez. 2002.

CAPORAL, F. R. **Extensão rural e agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, 2009.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável:** enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006.

Disponível em:

<http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/contents/photoflow-view/content-view?object_id=885745>. Acesso em: 14 dez. 2013.

CAZELLA, A. A. As bases sócio-políticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: FROEHLICH, J. M. **Desenvolvimento territorial:** produção, identidade e consumo. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p.15-52.

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM UVA E VINHO (CNPUV). Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/noticias/2011/2011-12-06.html>. Acesso em: 15 out. 2013.

CRESPI, F.; FORNARI, F. **Introdução à sociologia do conhecimento.** Bauru: EDUSC, 2000.

COLLINS, H. M. What is tacit knowledge? In: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K. D.; SAVIGNI, E. von. **The practice turn in contemporary theory.** London: Routledge, 2001. p. 107-119.

_____. **Tacit & explicit Knowledge.** Chicago; London: The University of Chicago Press, 2013.

DAGNINO, R. **Ciência e tecnologia no Brasil:** o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

DELGADO, N. G. Extensão e desenvolvimento local: a busca da construção de um diálogo. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, n.1, p. 229-237, jan./jun. 2003.

DESHAIES, B. **Metodologia da investigação em ciências humanas.** Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

DE VRIES, P. Redimir la Promesa Utópica del Desarrollo: Hacia un mundo, una mundialización, una modernidad. In: BRETÓN, V. **Saturno Devora a sus Hijos. Miradas críticas sobre el desarrollo y sus promesas.** Barcelona: Icaria, 2010. p. 87-126.

DOSSA, A. A.; SEGATTO, A. P. Pesquisas cooperativas entre universidades e institutos públicos no setor agropecuário brasileiro: um estudo na Embrapa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 44, n.6, p.1327-52, nov./dez. 2010.

EMBRAPA UVA VINHO. Bento Gonçalves, 2013 Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/>>. Acesso em: 14 out. 2013.

ESHUIS, J.; STUIVER, M. Learning in context through conflict and alignment: Farmers and scientists in search of sustainable agriculture. **Agriculture and Human Values**, Wageningen, p.137–148, Springer 2005.

ELIAS, N. Sociologia do Conhecimento: novas perspectivas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008.

ESCOBAR, A. Latin America at a Crossroads. Alternative Modernizations, Postliberalism, or Postdevelopment? **Cultural Studies**, London, v. 24, n. 1, p. 1- 65, 2010.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/478/756>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. **The triple helix – university, industry, government relations: a laboratory for knowledge based economic development**. Amsterdam, 1995. Disponível em: <<http://www.leydesdorff.net/th1/index.htm> >. Acesso em: 11 jun. 2012.

_____. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, Amsterdam, n.29, p. 109–123, 2000.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FLORIDA, R. Towards the learning region. **Futures**, Amsterdam, v. 27, n. 5, p. 527-536, 1995. Disponível em: <http://creativeclass.com/rfcgdb/articles/1995-Futures-Toward_the_Learning_Region.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

FONSECA, A. B. Ciência, Tecnologia e desigualdade social no Brasil: contribuições da Sociologia do Conhecimento para a educação em Ciências. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo, v. 6, n. 2, p. 364-377, 2007. Disponível em: <http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen6/ART8_Vol6_N2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2012.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R. As experiências de indicações geográficas no Brasil Meridional e a agricultura familiar. In: FROEHLICH, J. M. **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p.225-266.

FUCK, M. P.; BONACELLI, M. B. M. A agenda da pesquisa pública frente às possibilidades de desenvolvimento agrícola. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 5-26, 2008. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=284&vT=da&vA=3>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

FUKUYAMA, F. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBBONS, M.; et. al. **New production of knowledge: Dynamics of Science and Research in contemporary Societies**. London: SAGE, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, J. C. C.; ROSENSTEIN, S. A geração de conhecimento na transição agroambiental: em defesa da pluralidade epistemológica e metodológica na prática científica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 29-57, 2000.

GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-448, 1997.

_____. **O uso do agrotóxico e o problema de sua legitimação: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz/SC**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

GUESSE, A. H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 1, n.1, p.149-168, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/12546>> Acesso em: 05 jun 2012.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HORLINGS, L.G. Leadership, governance and place in the knowledge economy: the case of Brainport Eindhoven in the Netherlands. In: REGIONAL STUDIES ASSOCIATION EUROPEAN CONFERENCE, 2013, Wageningen. **Annals...** Disponível em:

<http://www.regionalstudies.org/uploads/Horlings_Leadership_in_Brainport_Eindhoven_paper_RSA_conference_2013.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento Agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: Embrapa, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 10 maio 2012.

_____. **Produção agrícola municipal 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Brasil. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 11 jan 2014.

JOHNSON, B.; LUNDEVALL, B. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, H.M.M; CASIOLATO, J.E.; ARROIO A. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Contraponto, 2005. p.83-130.

KNICKEL, K *et al.*. New Institutional arrangements in rural development. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (Ed.) **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Van Gorgum, 2008. p. 111-128.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic cultures: How the sciences make knowledge**. London: Harvard University Press, 1999.

_____. Objetual practice. In: SCHATZKI, T.R.; KNORR-CETINA, K.D; SAVIGNI, E.Von. **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p.107-119.

_____. The ethnographic Study of scientific work: towards a constructivist interpretation of science. In: KNORR-CETINA, K.D; MULKAY, M. **Science Observed**. Perspectives on the social study of science. London: Sage, 1983. p. 115-140.

KURAMOTO, J.; SAGASTI, F. Integrating Local and Global Knowledge, Technology and Production Systems: Challenges for Technical Cooperation Science **Technology Societ**, London, v.7, n.215, 2002.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: Volume I. Uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LARÉDO, P. *et al.* **The development of a reproducible method for the characterisation of a large set of research collectives: a test on human genetics research in Europe**. A report of the PSR project of the EU TSER programme. Paris: CSI, 1999. Disponível em: <<http://forskningspolitik.se/DataFile.asp?FileID=120>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. Benchmarking of RTD policies in Europe: research collectives as an entry point for renewed comparative analyses. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 28, n. 4, p. 285-294, 2001. Disponível em: <<http://latts.cnrs.fr/tele/rep1/Laredo%20SPP%202001.pdf?path=tele/re>>

p1/Laredo%20SPP%202001.pdf&idfichier=84&type=D >. Acesso em: 14 jun. 2012.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEEUWIS, C. **Communication for rural innovation**: Rethinking agricultural extension. 3 ed. Netherlands: Technical Center for Agricultural e Rural Cooperation, 2004.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**: O Futuro do Pensamento na Era da Informática. São Paulo: Editora 34, 1995.

LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London; New York: Routledge, 1992.

LONG, N. **The multiple optic of interface analysis**. Background Paper on Interface Analysis. Paris: UNESCO, Oct. 1999.

_____. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social; El Colegio de San Luis, 2007.

MARIANO, A. P. R. **A questão do Ser para Heidegger**. São Paulo, 8 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.espacocuidar.com.br/psicologia/artigos/1369>>. Acesso em: 15 jan/2014.

MARQUES, F.C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura**: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**: Perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 189-204.

MARTINS, J. S. A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime do colonato nas fazendas de café. In: MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 09-93.

NIEDERLE, P.A. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 16, n. 18, jul./dez. 2009.

NIEDERLE, P. A. ; VITROLLES, D . Indicações Geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 18, p. 5-55, 2010.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de Conhecimento na Empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NYHAN, B. Building learning regions for innovation in Europe: a challenge for education and training. In: GUSTAVSEN, B.; NYHAN, B.; ENNALS, R. **Learning together for innovation: promoting learning regions**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2007. p. 16-34.

OLIVEIRA, D. **Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS**. Tese defendida em março de 2014 no PGDR/UFRGS. No prelo.

OLIVEIRA, V. P. **O conhecimento tácito na transferência de conhecimento científico: Mr. Data aprende a dançar**. Campinas: UNICAMP, 2000. Disponível em: <www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/dpct/Texto-31.doc>. Acesso em: 20 mar. 2012.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der and MARSDEN, T. (Ed.) **Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development**. Van Gorgum, 2008. p.68-86.

OSTROM, E. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. **American Political Science Review**, Texas, v.92, n.1, Mar 1998.

PASSINI, J. J.; MIRANDA, G. M.; MIRANDA, M. Redes de referência como instrumento para o desenvolvimento rural. In: CALZARA, O.; LIMA, R. O. **Brasil rural contemporâneo: estratégia para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: EDUEL, 2004. p. 135-162. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/brasil%20rural_digital.pdf>. Acesso em: Set.2013.

PDI IF Farroupilha. **Plano de Desenvolvimento Institucional Instituto Federal Farroupilha**. Santa Maria, 2011. Disponível em: <<http://www.IFFar.edu.br/site/midias/arquivos/20110693620341arquivoweb.id.983.pdf>>. Acesso em: jun. 2011.

PÉREZ, C. Desafíos sociales y políticos del cambio del paradigma tecnológico. In: SEMINARIO VENEZUELA: DESAFÍOS Y PROPUESTAS CON MOTIVO DEL 60 ANIVERSARIO DE LA REVISTA SIC, 1998, Caracas. **Anais...** Caracas, 1998.

PLOEG, J. D. van der *et al.*. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, M. **Personal Knowledge: Towards a Pos-Critical Philosophy**. London: Routledge, 2005.

POPADIUK, S. Exploration-exploitation de Ativos de Conhecimento: Sobrevivência, Paridade ou Desempenho Superior? In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007.

PRESNO AMODEO, N. B. Cooperativas de Agricultores Familiares: Foco na Competitividade para o Desenvolvimento Rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005. Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

PROBST, K.; HAGMANN, J. **Understanding Participatory Research in the Context of natural Resource Management: paradigms, approaches and typologies**. London: ODI Agricultural & Extension Network, 2003 (Network Paper, 130).

PROGOETHE. **Vales da uva Goethe**. Urussanga, 2013. Disponível em: <<http://www.ProGoethe.com.br/index.php>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RICHARDSON, R. J. *et al.*. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, M.; AGUIAR, F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.23, n.4, p. 64-73, dez. 2003.

ROEP, D.; WISKERKE, J. Reflecting on novelty production and niche management. In: WISKERKE, J.; PLOEG, J.D. van der. **Seeds of transition**. Assen: Van Gorcum, 2004. p.265-284.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARDAN, J.P. O de. Popular Knowledge and scientific and technical knowledge. In: _____. **Anthropology and development: understanding contemporary social change**. London: Zed Books, 2005. p. 153-165.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHWARTZMAN, S.. A pesquisa científica e o interesse público. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 2, p. 362-395, 2002. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/pesqpub.pdf>>. Acesso: 10 jun. 2012.

SILVA, C. A. F.. **Etnometodologia**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.carlosfigueiredo.org/?pag=lavie&acao=ler&idla=8>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

SILVA, R. B. A relação universidade-sociedade na periferia do capitalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 78, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n78/v27n78a02.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SMITH, M. **Michael Polanyi and tacit knowledge, the encyclopedia of informal education**. Liverpool, 2003. Disponível em: <www.infed.org/thinkers/polanyi.htm>. Acesso em: 15 mar. 2012.

SHUCKSMITH, M. Disintegrated Rural Development? Neo-endogenous Rural Development, Planning and Place-Shaping in Diffused Power Contexts. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 50, n. 1, p. 1-14, 2009.

STUIVER, M.; WISKERKE, J.S.C. The VEL & VANLA environmental co-operatives as a niche for sustainable development. In: WISKERKE, J.S.C; PLOEG, J. D. van der. **Seeds of transition: essay on novelty creation, niches and regimes in agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 2004. p. 119-148.

STUIVER, M.. Highlighting the retro side of innovation and its potential for regime change in agriculture. In: MARSDEN, T.; MURDOCH, J. (Ed.) **Between the local and the global**. Research in Rural Sociology and Development. The Netherlands: Jai Press, 2006. p. 147-173.

_____. **Regime change and Storylines**. A sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch dairy farming. PhD thesis (Doctor at Wageningen University) - Wageningen University, Wageningen, 2008.

TONIETTO, J. **Denominação de origem: uma opção para o setor vinícola brasileiro**. Bento Gonçalves: EMBRAPA, 1993.

_____. Indicação geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA/ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: IESA/SBSP, 2002. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/anais/igvaledosvinhedos.pdf>>. Acesso: 24 jan. 2014

TONINI, H.; MACKE, . Confiança e capital social para o desenvolvimento de comunidades rurais. O caso da APROVALE. **Revista de gestão social e ambiental**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 99-111, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/37>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. Elementos de síntese e perspectivas. In: _____. (Org.). **Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p.281-310.

TRIGUEIRO, M. G. S. A comunidade científica, o Estado e as universidades, no atual estágio de desenvolvimento científico tecnológico. **Sociologias**, Porto Alegre, n.6, p. 30-50, jul./dez. 2001.

TURCHETTI, J. *et al.* Rota Turística Nostra Colônia- Jaguari-RS. In: DORNELES, S. B.; SILVA, G. P.; DEON, P. R. C. **Experiências de desenvolvimento local do Vale do Jaguari e Região Central**. São Vicente do Sul: Instituto Federal Farroupilha, 2011. p.52-57.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Regiões fisiográficas**. Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

VALE DOS VINHEDOS. Bento Gonçalves, 2013. Disponível em: <http://www.valedosvinhedos.com.br/vale/index.php>. Acesso em: 05 nov. 2013.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003.

WELLER, W. *et al.*. Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. **Estado e Sociedade**. Revista do Departamento de Sociologia da UnB, Brasília, v. 17, n. 2, p. 375-396, jul./dez. 2002.

WELLBROCK, W.; ROEP, D. Increasing the efficacy of public support for collective learning in rural regions. **Rural Sociology Group**. The Netherlands: Wageningen University, 2009. Disponível em: <http://ifsa2012.dk/wp-content/uploads/IFSA-WS-2.3-Wellbrock-and-Roep-final.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

WELLBROCK, W. **Well-working operational interfaces: a key to more collaborative modes of governance**. PhD thesis (Doctor at Wageningen University) - Wageningen University, Wageningen, 2013.

WIELINGA, E.; ROEP, D.; GEERLING-EIFF, F. New regional knowledge arrangements facilitating regional learning. In: EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY CONGRESS, 23., 2009, Vaasa. **Anais...** Vassa, 2009.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Qual é a sua avaliação dos resultados obtidos através do projeto de vitivinicultura até o momento?
2. Como foi a sua atuação nas atividades desenvolvidas durante o projeto? (como se constituem, descrevem ao longo do projeto)
3. Como você descreveria o papel desempenhado por você e pelos demais participantes (estudantes, pesquisadores/docentes, técnicos das entidades parceiras...)?
4. O que o projeto trouxe de novo/ diferente? Quais mudanças foram mais significativas nas suas atividades a partir do projeto?
5. Existe troca de conhecimentos e informações entre os envolvidos? Qual sua avaliação desse processo?
6. O que tem feito de novo que não fazia antes do projeto?
7. Essas coisas vocês conversam entre si?...Como elas são compartilhadas com os demais?
8. As relações entre as pessoas que fazem parte do projeto estimulam o surgimento de novas práticas? Poderia citar alguns exemplos? O que considera estimulador e o que impede que isso aconteça?
9. Na sua avaliação, o que o aproxima dos demais envolvidos no projeto e o que o afasta deles? Considere todas as pessoas envolvidas: agricultores, estudantes, pesquisadores/docentes, técnicos das entidades parceiras...

ANEXO A- FOLDER DOS SEMINÁRIOS DA VITIVINICULTURA DO VALE DO JAGUARI



II Seminário de Vitivinicultura do Vale do Jaguari

Integrando a cadeia vitivinícola no Vale do Jaguari.

Dia 11 de Outubro no Clube União de Jaguari.

Programação

Quinta-feira, 11 de Outubro.

9h00 - Credenciamento.

9h30 - Abertura.

10h - 12h - 'História e evolução técnica da Viticultura Brasileira' - Idalécio Francisco Angheben - Sócio Proprietário da empresa Angheben Adega de Vinhos Finos Ltda, iniciou sua carreira na Cooperativa Aurora, atuando durante 04 anos como gerente técnico da viticultura, prestando assistência técnica aos associados, foi gerente do departamento agrícola da Chandon Brasil durante 26 anos e professor de viticultura durante 33 anos na Escola Agrotécnica Federal (hoje Instituto Federal Farroupilha).

12h - Almoço no Clube União.

13h15 - 14h15 - 'Conservação dos solos agrícolas: um pré-requisito fundamental à persistência da vida na Terra'. Neroli Pedro Cogo Natural de Jaguari - RS é Doutor em Solos pela Universidade de Purdue, EUA e Pós-Doutor em Solos pela Universidade do Estado de Dakota do Sul, E U A .

Atua como pesquisador em solos no Instituto de Pesquisa de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e desde 1974 é professor de graduação e pós-graduação e pesquisador em conservação de solo e da água do Departamento de Solos da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

14h15 - 13h15 - 'Formação, características e potencialidade agrícola dos solos do Vale do Jaguari - RS'. Paulo Cesar do Nascimento Natural de Santo André - SP é Doutor pela Universidade Federal de Viçosa, MG, trabalhou no Instituto Agrodômico de Campinas, como técnico de nível superior, desde 1996 é professor da UFRGS. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Solos - Faculdade de Agronomia - UFRGS, atua no programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo - UFRGS nas áreas de Gênese, Classificação e Levantamento de Solos e Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras.

15h15 - 15h30 - Coffee Break.

15h30 - 17h - Desenvolvimento da Vitivinicultura Orgânica na Serra Gaúcha - Leandro Venturin - Tecnólogo em Vitivinicultura e Enologia pelo Centro Federal de Ensino Tecnológico. Atualmente é colaborador em fruticultura e agroindústria do Centro Ecológico Ipê - Antonio Prado/RS, já atuou nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, serviços técnicos especializados em viticultura tem experiência na área de Engenharia Agrícola, com ênfase em Agroecologia, principalmente em agricultura ecológica e orgânica, biofertilizantes, microrganismos e práticas alternativas.

17h - Encerramento e Visita técnica ao Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari.

20h - Jantar Italiano/Palestra: Os efeitos do vinho na saúde humana - Dr Jairo Monsén de Souza Filho. Médico especialista em Cardiologia, autor de vários capítulos sobre "vinho e saúde" em livros científicos e de vários artigos para revistas e jornais no Brasil e exterior. Palestra seguida de Jantar Italiano regado a vinho. RS 20,00/pessoa.

Público-Alvo: Produtores rurais, pesquisadores, técnicos, empresários e estudantes

Realizadores
Apoiadores















I Seminário de Vitivinicultura do Vale do Jaguari

Integrando a cadeia vitivinícola no Vale do Jaguari.

Dias **27 e 28** de Outubro
no Clube União de Jaguari.

Programação

Quinta-feira, 27 de Outubro.

- 08h30 – Credenciamento
- 09h30 – Abertura: pronunciamento das autoridades a respeito de políticas públicas e vitivinicultura.
- 10h15 Coffee-break
- 10h30 – Cenários e Mercados da Vitivinicultura Gaúcha – Carlos Raimundo Paviani - - Diretor Executivo do IBRAVIN.
- 12h00 – Almoço Clube União
- 13h30 – Legalização e Legislação em Vitivinicultura - José F. Werlang - Fiscal Federal Agropecuário - Chefe do SIPOV/DDA/SFA-RS
- 15h30 – Manejo de Nutrição de Videiras – Dr. Gustavo Brunetto – Universidade Federal de Santa Catarina.
- 17h30 – Encerramento – Mostra de Vinhos - APROVIJA

Sexta-feira, 28 de Outubro.

- 08h45 – Recepção
- 09h00 – Pérolas da Terra – Dr. Marcos Botton – Pesquisador da EMBRAPA UVA E VINHO.
- 10h15 Coffee-break
- 10h30 – Tratamento Fitosanitário – Eng. Agr. Antonio Santin – Consultor SEBRAE.
- 12h00 – Almoço Clube União.
- 14h00 – Dia de Campo: técnicas de produção em vitivinicultura - propriedade Vinhos Dalla Valle - Eng. Agr. Antonio Santin – Consultor SEBRAE.

Público-alvo

Produtores, pesquisadores, empresários, fornecedores da cadeia vitivinícola, autoridades e estudantes.

Realização:




Apoio:







Mais informações: 0800.570.0800 – vitiviniculturanovj@gmail.com

Fonte: APROVIJA (2011).